

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**Pedro Assumpção Alves**

**“Deslocamentos Espaciais da População e Dinâmica Econômica no Estado de Santa Catarina:  
Urbanização, Migração e Metropolização – 1950/2000”**

**Dissertação de Mestrado em Demografia  
Apresentada ao Departamento de  
Demografia do Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas, sob orientação da  
Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger.**

Banca Examinadora:  
Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger  
Prof. Dr. José Marcos da Cunha  
Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei

Suplente:  
Prof. Dr. Fernando César Macedo  
Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

**Campinas, março de 2008**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Alves, Pedro Assumpção

AL87d      **Deslocamentos espaciais da população e dinâmica econômica no estado de Santa Catarina: Urbanização, Migração e Metropolização – 1950/2000 / Pedro Assumpção Alves . - - Campinas, SP : [s. n.], 2008.**

**Orientadora: Rosana Aparecida Baeninger.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Urbanização. 2. Migração. I. Baeninger, Rosana  
Aparecida. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Spatial Population Movements and Economic Growth in the  
State of Santa Catarina: urbanization, migration and metropolization –  
1950/2000.**

**Palavras chaves em inglês (keywords) :                      Urbanization  
Migration**

**Área de Concentração: Demografia**

**Titulação: Mestre em Demografia**

**Banca examinadora: Prof.Dr. Lauro Francisco Mattei  
Prof.a. Dra. Rosana Aparecida Baeninger  
Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha  
Prof.Dr. Roberto Luis do Carmo (suplente)  
Prof. Dr. Fernando César Macedo (suplente)**

**Data da defesa: 18-04-2008**

**Programa de Pós-Graduação: Demografia**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Pedro Assumpção Alves

“Deslocamentos Espaciais da População e Dinâmica Econômica no Estado de Santa Catarina:  
Urbanização, Migração e Metropolização – 1950/2000”

Dissertação de Mestrado em Demografia  
Apresentada ao Departamento de  
Demografia do Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas, sob orientação da  
Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger.

Este exemplar corresponde a redação  
final da Dissertação defendida e  
aprovada pela comissão julgadora em  
18/04/2008

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

Prof. Dr. José Marcos da Cunha

Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei

Suplentes:

Fernando Macedo

Roberto Luis do Carmo

Campinas, março de 2008

200819373

## Resumo

Este trabalho procura explorar a interface entre deslocamentos populacionais e desenvolvimento regional e urbano. Nesse sentido, procura-se compreender a dinâmica das trocas migratórias no estado de Santa Catarina (no período de 1950 a 2000), a partir da evolução e adensamento da Rede Urbana deste estado. Este trabalho foi construído levando em consideração as evoluções na captação de dados sobre deslocamentos populacionais no período analisado. Dessa forma, devido à grande heterogeneidade das diferentes mesorregiões que compõem o território catarinense, pode-se dizer que as análises se adensaram a partir dos dados do Censo Demográfico de 1980. No que se refere aos dados dos Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970, pode-se afirmar que as principais áreas de atração migratória do estado catarinense eram as regiões de fronteira agrícola, ocupadas, preponderantemente por contingentes populacionais provenientes do Rio Grande do Sul. A partir do Censo Demográfico de 1980 as migrações internas de Santa Catarina passam a se constituir no principal mecanismo de realocação espacial da população neste estado. Questões relacionadas ao processo de reprodução social das populações rurais de Santa Catarina mudam as principais áreas de atração populacional, dentro de um contexto onde as mesorregiões litorâneas passam a concentrar uma parcela cada vez maior da população estadual. Este trabalho procura lançar luz sobre os principais determinantes deste processo migratório. Em um segundo momento o foco analítico se volta para questionamentos sobre como as migrações podem se compor em importante elemento para a constituição e adensamento de uma dinâmica econômica integrada dentro do conjunto de municípios da Região Metropolitana de Florianópolis. Tais deslocamentos populacionais (em seus diferentes níveis) refletem a divisão social do trabalho existente neste circuito da rede urbana de Santa Catarina, conjugando para consolidação e expansão de desigualdades socioeconômicas entre as populações dos municípios desta Região Metropolitana. Com esse objetivo são analisados os perfis socioeconômicos das populações de cada um dos municípios que formam esta aglomeração urbana, comparando aquelas classificadas como migrantes com os de populações classificadas como não migrantes. Também foi avaliado o perfil socioeconômico das populações que declararam realizar movimentos pendulares dentro desta área.

## Abstract

This work explores the relation between economic development and migration fluxes in the State of Santa Catarina, in the South of Brazil. The focus is in the period between the IBGE Demographic Census of 1950 and the Census of the year 2000. Based on regional and urban development theories it is presented a interpretation of the economic determinants of migration in this particular State of Brazil. Santa Catarina have 8 different regions, and the most of them present a high level of industrial specialization. This fact result in a mosaic of regions each one comanded by a city that plays the role of regional center. In this sense, each region presented a different timing of industrial and urban development what cause different kinds of migrantion fluxes. The last chapter changes the scale of the work and turns attention to the metropolization process of the cities near the state's capital, Florianópolis. The objective of this focalization is to investigate how migration is an important piece in the engine that determines the distribution of the poverty between the cities of this metropolitan area.

## Agradecimentos

Em primeiro lugar devo agradecer ao apoio constante de minha família em meu processo de formação pessoal, acadêmica e intelectual. Muito obrigado a meus avós, meus pais (Seu Chiquinho e Dona Rita), meus irmãos (Gabera, Ivo e Luiza), enfim, a todos aqueles que formaram o núcleo familiar que me permitiu enfrentar o mundo de frente, sabendo que tinha uma retaguarda sólida.

Nesta etapa de conclusão de meu programa de mestrado, devo agradecer de forma franca minha orientadora Rosana Aparecida Baeninger, que desde o princípio ‘comprou’ minha estadia no NEPO, me ensinando a encarar a vida acadêmica com cada vez mais seriedade. Obrigado pela dedicação e paciência, sei que não sou o orientado mais fácil de lidar. Agradeço também a toda a equipe do NEPO e ao corpo de professores que me ajudaram nesta caminhada, em especial ao Marcelo, Alberto Jacob e Coleta.

De minha estadia em Campinas levo grandes amizades, tendo de assumir que além de um centro de excelência em pesquisa, Barão Geraldo é um local que reúne ótimas pessoas. Sendo assim, agradeço por tido a oportunidade de desfrutar a convivência de ótimas pessoas, por isso, muito obrigado aos amigos Rafael, Paulinha, Juan, Gabriel, Vitarque, João, Letícia, Rafa, Rodrigo, Adrian, Marco, Fran, Ignácio, Alick, Marcio, Natalia, Clara, Fernando Macedo, Fabião, Luciano, Wilson Cano, enfim, um conjunto de pessoas que fizeram destes dois anos de crescimento intelectual, dois anos de grande prazer pessoal.

Agradeço aos amigos de todas as partes, que nesta vida de migrante tive o prazer de cultivar, em especial Jacob, Aline, Garça, Fabinho, Douglinha, Doug, Ernesto, Grazi, Xandele, Magrelo, Tuco, Turtle, Narigão, Pastel, Rafaela, Cissa, Sorriso, Prof. Mattei, enfim, a alegria de nossos encontros me faz ter mais fé na vida.

Se agora tenho título de mestre, devo isso a muitas pessoas e a todas elas sou muito grato, muito obrigado.

## Sumário

<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 – Panorama da Evolução Populacional de Santa Catarina</b>	<b>4</b>
1.1. Reflexão teórica sobre o processo de urbanização	4
1.2. Breve História da Formação de Santa Catarina: da colonização a década de 1950	11
1.3. Transformações na estrutura econômica e evolução populacional em Santa Catarina: período de 1950 a 2000	18
1.3.1. Década de 1950: reflexos populacionais das transformações na base produtiva	23
1.3.2. Década de 1960: crescimento industrial e superação das limitações em infraestrutura	27
1.3.3. Década de 1970: os reflexos do milagre brasileiro na estrutura produtiva e populacional de Santa Catarina	31
1.3.4. Década de 1980: reflexos da crise sobre Santa Catarina	36
1.3.5. Década de 1990: abertura comercial, novo padrão produtivo e Santa Catarina	41
<b>Capítulo 2 – Dinâmica dos Movimentos Migratórios em Santa Catarina</b>	<b>47</b>
2.1. De 1950 a 1970: Avaliação do Estoque de Não-Naturais e Evolução da Rede Urbana	50
2.2. 1980: Um Olhar Regionalizado sobre os Deslocamentos Populacionais	62
2.3. Censo de 1991: A dinâmica de Imigração e Emigração das Mesorregiões de Santa Catarina	76
2.4. Década de 1990: As trocas migratórias no contexto da reestruturação produtiva	95
<b>Capítulo 3 – Migração e Metropolização</b>	<b>126</b>
3.1. Deslocamentos pendulares e Dinâmica Econômica Integrada	128
<b>Considerações Finais</b>	<b>155</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>158</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>161</b>

## Índice de Tabelas

Tabela 1-. Evolução da População Total, Mesorregiões do Estado de Santa Catarina 1950 a 2000.	17
Tabela 2- Evolução da População Urbana Rural e Grau de Urbanização, Mesorregiões* do Estado de Santa Catarina 1950 a 2000.	22
Tabela 3 – Distribuição Populacional segundo tamanho de municípios, Santa Catarina, 1950.	51
Tabela 4 – População nos 10 municípios mais populosos, Santa Catarina, 1950.	52
Tabela 5 – Pessoas não-naturais residentes em Santa Catarina em 1950, segundo UF de origem.	53
Tabela 6 – Distribuição Populacional segundo tamanho de municípios, Santa Catarina, 1960.	54
Tabela 7 – População nos 10 municípios mais populosos, Santa Catarina, 1960.	55
Tabela 8 – Pessoas não-naturais dos municípios onde residem, Santa Catarina em 1960, segundo UF de origem.	58
Tabela 9 – População segundo tamanho de municípios, Santa Catarina, 1970.	58
Tabela 10 –População nos 10 municípios mais populosos, Santa Catarina, 1970.	59
Tabela 11 – Pessoas não-naturais dos municípios onde residem, Santa Catarina em 1970, segundo UF de origem.	61
Tabela 12 – Concentração Populacional nos 10 municípios mais populosos, Santa Catarina, 1980.	63
Tabela 13 – Distribuição Populacional segundo tamanho de municípios, Santa Catarina, 1980.	65
Tabela 14 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência nos municípios, Santa Catarina 1970-1980, segundo lugar de domicilio anterior.	66
Tabela 15 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência, segundo lugar de residência anterior, Mesorregião Extremo Oeste 1970-1980.	67
Tabela 16 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência nos municípios, Mesorregião Meio Oeste 1970-1980, segundo lugar de domicilio anterior.	68
Tabela 17 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência nos municípios, Mesorregião Planalto Serrano 1970-1980, segundo lugar de domicilio anterior.	69
Tabela 18 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência nos municípios, Mesorregião Planalto Norte 1970-1980, segundo lugar de domicilio anterior.	70
Tabela 19 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência nos municípios, Mesorregião Sul 1970-1980, segundo lugar de domicilio anterior.	71
Tabela 20 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência nos municípios, Mesorregião Nordeste 1970-1980, segundo lugar de domicilio anterior.	73



Tabela 21 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência nos municípios, Mesorregião do Vale do Itajaí 1970-1980, segundo lugar de domicílio anterior.	74
Tabela 22 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência nos municípios, Mesorregião da Grande Florianópolis 1970-1980, segundo lugar de domicílio anterior.	75
Tabela 23 – Distribuição Populacional segundo tamanho de municípios, Santa Catarina, 1991.	77
Tabela 24 – População nos 10 municípios mais populosos, Santa Catarina, 1991.	79
Tabela 25 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1986, Mesorregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, 1991.	80
Tabela 26 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1986, Mesorregião do Meio Oeste de Santa Catarina, 1991.	83
Tabela 27 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1986, Mesorregião do Planalto Serrano de Santa Catarina, 1991.	85
Tabela 28 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1986, Mesorregião do Planalto Norte de Santa Catarina, 1991.	87
Tabela 29 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1986, Mesorregião do Sul de Santa Catarina, 1991.	88
Tabela 30 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1986, Mesorregião Nordeste de Santa Catarina, 1991.	90
Tabela 31 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1986, Mesorregião do Vale do Itajaí de Santa Catarina, 1991.	92
Tabela 32 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1986, Região Metropolitana de Florianópolis de Santa Catarina, 1991.	94
Tabela 33 – Distribuição Populacional segundo tamanho de municípios, Santa Catarina, 2000.	96
Tabela 34 – População nos 10 municípios mais populosos, Santa Catarina, 2000.	99
Tabela 35 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1995, Mesorregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, 2000.	100
Tabela 36 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1995, Mesorregião do Meio Oeste de Santa Catarina, 2000.	104
Tabela 37 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1995, Mesorregião do Planalto Serrano de Santa Catarina, 2000.	108
Tabela 38 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1995, Mesorregião do Planalto Norte de Santa Catarina, 2000.	110

Tabela 39 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1995, Mesorregião do Sul de Santa Catarina, 2000.	112
Tabela 40 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1995, Mesorregião do Nordeste de Santa Catarina, 2000.	116
Tabela 41 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1995, Mesorregião do Vale do Itajaí de Santa Catarina, 2000.	119
Tabela 42 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1995, Região Metropolitana de Florianópolis, 2000.	121
Tabela 43 - População e Taxas de Crescimento Geométrico Anual, Região Metropolitana de Florianópolis, 1980, 1990 e 2000.	131
Tabela 44 – Produto Interno Bruto dos Municípios da RMF. Ano 2004.	133
Tabela 45 - Participação dos Municípios da RMF na distribuição dos Empregos segundo as Categorias de Ocupação do Censo Demográfico 2000.	135
Tabela 46 - Distribuição Relativa dos Empregos dentro de cada um dos municípios da RMF. Ano 2000.	136
Tabela 47 – Ocupação dos Migrantes na RMF em 2000.	137
Tabela 48. População em Idade Ativa (maior de 14 anos) que declarou trabalhar ou estudar em um município distinto ao município de Residência. Região Metropolitana de Florianópolis, Censo Demográfico 2000.	139
Tabela 49. População em Idade Ativa (maior de 14 anos) que declarou trabalhar ou estudar em um município distinto ao município de Residência. Região Metropolitana de Campinas, Censo Demográfico 2000.	140
Tabela 50. População Migrante (menos de 5 anos de residência) em Idade Ativa (maior de 14 anos) que declarou trabalhar ou estudar em um município distinto ao município de Residência. RMF, Censo Demográfico 2000.	142
Tabela 51. Proporção dos Movimentos Pendulares da População em Idade Ativa (maior de 14 anos) segundo Classes de Rendimento. RMF, Censo Demográfico 2000.	143
Tabela 52. Proporção dos Movimentos Pendulares da População em Idade Ativa (maior de 14 anos) segundo Classes de Rendimento. RMC, Censo Demográfico 2000.	144
Tabela 53 – Proporção da População Economicamente Ativa segundo Classes de Renda, Municípios da RMF, Censo 2000.	145
Tabela 54 – Proporção da População Economicamente Ativa de Migrantes Intra-Metropolitanos, que emigraram de Florianópolis para o entorno metropolitano, segundo Classes de Renda, Municípios da RMF, Censo 2000.	147

Tabela 55. – Proporção da População Economicamente Ativa de Migrantes Intra-Metropolitanos, que emigraram do entorno metropolitano para o município de Florianópolis, segundo Classes de Renda, Municípios da RMF, Censo 2000.	148
Tabela 56. Imigrantes na RMF segundo UF de origem, 2000.	150
Tabela 57 – Proporção da População em Idade Ativa de Migrantes que se dirigiram para os municípios do entorno da RMF, segundo Classes de Renda, Censo 2000.	151
Tabela 58 – Proporção da População em Idade Ativa de Migrantes que se dirigiram para o município de Florianópolis, segundo Classes de Renda, Censo 2000.	153

## Índice de Mapas

Mapa 1- Mesorregiões de Santa Catarina	21
Mapa 2 - Santa Catarina, Mesorregiões e População - 1991	78
Mapa 3 - Santa Catarina, Mesorregiões e População – 2000	96
Mapa 4. Migrações Intra-Regionais, Mesorregião do Extremo Oeste -SC, saldo migratório segundo município de Residência em 1995 e 2000.	102
Mapa 5. Migrações Intra-Regionais, Mesorregião do Meio Oeste -SC, saldo migratório segundo município de Residência em 1995 e 2000.	106
Mapa 6. Migrações Intra-Regionais, Mesorregião do Planalto Serrano-SC, saldo migratório segundo município de Residência em 1995 e 2000.	109
Mapa 7. Migrações Intra-Regionais, Mesorregião do Planalto Norte-SC, saldo migratório segundo município de Residência em 1995 e 2000.	111
Mapa 8. Migrações Intra-Regionais, Mesorregião Sul-SC, saldo migratório segundo município de Residência em 1995 e 2000.	114
Mapa 9. Migrações Intra-Regionais, Mesorregião Nordeste - SC, saldo migratório segundo município de Residência em 1995 e 2000.	117
Mapa 10. Migrações Intra-Regionais, Mesorregião do Vale do Itajaí - SC, saldo migratório segundo município de Residência em 1995 e 2000.	120
Mapa 11. Migrações Intra-Regionais, Mesorregião da Grande Florianópolis- SC, saldo migratório segundo município de Residência em 1995 e 2000.	124
Mapa 12 – Municípios que compõem a Região Metropolitana de Florianópolis	128

## Índice de Gráficos

Gráfico 1- Estrutura Por idade e Sexo da População Total. Região Metropolitana de Florianópolis – 1991	129
Gráfico 2- Estrutura Por idade e Sexo da População Total. Região Metropolitana de Florianópolis – 2000	130
Gráfico 3- Estrutura Por idade e Sexo da População Migrante. Região Metropolitana de Florianópolis – 1995/2000	130
Gráfico 4. Tipo de Escoadouro dos Municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, 2000.	132
Gráfico 5. PIA dos migrantes que se dirigiram para a Região Metropolitana de Florianópolis entre 1995 e 2000, dados sobre a situação em 2000.	142

## Introdução

Compreender o dinamismo migratório de uma região não é tarefa fácil. Principalmente quando se procura analisar as migrações desenroladas em um período de 50 anos dentro de um território com grande heterogeneidade. Como explicar as migrações observadas em Santa Catarina no período entre o Censo Demográfico de 1950 e o Censo Demográfico de 2000? Este foi o grande desafio enfrentado por este trabalho.

Explorando as interfaces entre dinamismo econômico e migrações<sup>1</sup>, buscou-se apresentar os principais determinantes dos deslocamentos espaciais da população no território catarinense na segunda metade do século XX. Este esforço foi realizado com o intuito de lançar luz sobre essa importante lacuna na bibliografia sobre desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina.

Sendo assim, é necessário esclarecer quais são os objetivos deste trabalho de dissertação, para que os caminhos metodológicos traçados para cumpri-los também possam ser expostos. Pode-se dizer que as análises dos fluxos migratórios desdobrados em Santa Catarina, no período entre 1950 e 2000, sejam o primeiro (e central) objetivo desta dissertação. Uma vez compreendido o panorama migratório do conjunto do estado catarinense, os esforços analíticos se voltam para a recente dinâmica de desenvolvimento urbano da Região Metropolitana de Florianópolis, procurando compreender o papel das migrações no processo de formação de um espaço metropolitano nesta localidade.

Desta forma, é importante ressaltar que este trabalho procura reunir, no capítulo 1, contribuições analíticas que compreendem as transformações estruturais da economia como um dos principais fatores para a compreensão dos processos migratórios. Tendo como pano de fundo a evolução do processo de industrialização, é necessário ressaltar que este, independente da forma como foi levado a cabo, tem como resultado principal uma contínua reestruturação da divisão social do trabalho vigente na sociedade em que se processa. Como desdobramento deste processo, este trabalho aborda a evolução da rede urbana de Santa Catarina, entendida como as articulações econômicas e sociais entre os diferentes núcleos urbanos deste estado e suas hinterlandias de influência. É importante dizer que este trabalho compartilha a visão proposta por Faria (1978, p.18), segundo a qual a formulação de uma

---

<sup>1</sup> Projeto de Mestrado Financiado pela FAPESP, Proc. N. 06/53188-3.

teoria geral do processo de urbanização é “teoricamente paralisante e metodologicamente inadequada” e, que por isso, os esforços devem-se voltar à análise de situações urbanas concretas<sup>2</sup>.

A metodologia empregada para alcançar estes objetivos foi composta por quatro diferentes fases. A primeira foi constituída pelo esforço de reunião e sistematização das principais bibliografias que abordaram a interface entre desenvolvimento econômico e migrações. Como resultado desta primeira etapa foi construído um guia de reflexão, que auxiliou a interpretação do processo concreto de desenvolvimento do estado de Santa Catarina. Desta forma, a construção de um panorama do processo de desenvolvimento catarinense, no período entre 1950 e 2000, lastreado pelas principais teorias que abordam a temática de desenvolvimento e migrações, foi a segunda etapa deste trabalho de dissertação<sup>3</sup>.

Uma vez construído o panorama do desenvolvimento econômico e da evolução populacional de Santa Catarina, foi possível, no capítulo 2, a imersão nos dados<sup>4</sup> sobre os deslocamentos populacionais deste estado, apresentando uma interpretação dos principais condicionantes dos fluxos migratórios captados. Como será ressaltado na revisão bibliográfica deste trabalho, a interpretação da relação entre processo de desenvolvimento e fluxos populacionais foi construída, preponderantemente, a partir do esquema teórico das redes de cidades<sup>5</sup>. A partir deste esquema foi possível captar as peculiaridades das diferentes mesoregiões de Santa Catarina, demonstrando a impossibilidade de se construir uma interpretação dos fluxos migratórios desta área baseando-se em um padrão migratório geral, como formulado por Brito (2000), reforçando a importância dos estudos regionalizados.

---

<sup>2</sup> Esta perspectiva também é compartilhada por Harvey (1973), “A conclusão decorrente de uma sondagem dessa literatura [sobre urbanismo] é de que uma teoria geral do urbano é provavelmente impossível de ser construída” (p.167).

<sup>3</sup> Deve-se destacar que a etapa que aborda a evolução do processo de desenvolvimento catarinense foi enriquecida com uma pesquisa de campo, cuja função neste trabalho foi tornar mais robusto o conhecimento do autor sobre o estágio de desenvolvimento da rede urbana catarinense.

<sup>4</sup> A metodologia para análise dos dados será descrita na introdução do segundo capítulo.

<sup>5</sup> Destaca-se que este trabalho assume os conceitos ‘redes de cidades’, ‘rede urbana’ e ‘sistema urbano’ como sinônimos, significando a articulação funcional entre o conjunto de núcleos urbanos de uma região. Podendo ser compreendidos como uma ferramenta para a análise da divisão social do trabalho expressa espacialmente entre os diferentes núcleos urbanos.

Por fim, no capítulo 3, as atenções se voltaram para o caso específico do circuito da rede urbana catarinense formada pelos municípios da Região Metropolitana de Florianópolis. Abordando questões relacionadas à dinâmica de formação social do espaço urbano desta localidade, foram tecidos inúmeros questionamentos acerca do papel das migrações na dinâmica de metropolização destes municípios. Buscando uma maior ilustração deste processo, a análise da metropolização de Florianópolis foi construída tendo como perspectiva diversos trabalhos que abordaram a metropolização da região de Campinas, no interior de São Paulo. Esta escolha de adotar uma referência de estudo de caso – Campinas - foi tomada com o objetivo de enriquecer as reflexões sobre a região de Florianópolis, onde emerge uma dinâmica metropolitana recente.

Dessa forma, as análises apresentadas a seguir buscam contribuir para o conhecimento dos processos migratórios, econômicos e sociais de Santa Catarina, bem como para o entendimento das migrações internas no Brasil hoje.



## **Capítulo 1 – Panorama da Evolução Populacional de Santa Catarina.**

### **1.1. Reflexão teórica sobre o processo de urbanização**

Este texto foi redigido buscando compreender os processos sociais que originam os movimentos populacionais, e, em alguma medida, o processo de urbanização. Sendo assim, esta parte está dividida em três grandes eixos de reflexão: os processos sociais que originam as migrações rural-urbano; os processos sociais que originam as migrações urbano-urbano; e os processos sociais que originam as metrópoles e seus deslocamentos populacionais respectivos.

Em grande medida, este trabalho adota a perspectiva apontada por Singer (1979), Harvey (1973) e Braudel (1997), sobre a natureza das relações entre cidade e campo. Ou seja, de que são mútuas, porém, com um saldo positivo para o mundo urbano. Sendo assim, a relação cidade-campo se constitui desde sua origem em uma relação de exploração do campo. Singer (1979) argumenta que a existência das cidades só pode ser compreendida a partir da elucidação de que esta requeria, necessariamente, um fluxo contínuo de excedente alimentar do campo em sua direção; neste sentido, a priori, demanda o estabelecimento de uma relação de dominação e exploração. Braudel (1997), por seu turno, afirma que, necessariamente, a cidade “para existir, ela tem de dominar um império, por minúsculo que seja” (p. 442, tomo I). Harvey (1973), nesta direção, argumenta que as “cidades formam-se através da concentração geográfica de um produto social excedente, que o modo de integração econômica deve, por isso, ser capaz de produzir e concentrar” (p.185).

Dada a natureza desta relação, as formas e intensidade com que elas se estabelecem são, em grande medida, reflexo da sociedade em que estas cidades estão inseridas. Em outras palavras, pode-se dizer que são o reflexo do estágio de desenvolvimento do modo de produção predominante nesta sociedade. Nas palavras de Braudel (1997), as cidades são o reflexo das civilizações que as governam. Neste sentido, a forma como as civilizações se organizam, determina, em grande medida, a forma como as cidades estarão organizadas. Para corroborar sua tese, este autor persegue os determinantes da ascensão das cidades Ocidentais, no decorrer dos séculos XV ao XVII, em relação às cidades do resto do mundo. Harvey (1973) também tece uma argumentação nesta direção, ressaltando que a cidade

carrega heranças de estágios passados de desenvolvimento, mas que, contudo, “o urbanismo é uma forma social, um modo de vida, ligado, entre outras coisas, a uma certa divisão do trabalho e a uma certa ordem hierárquica da atividade, que é amplamente consistente com o modo de produção dominante” (p.174).

Tendo em vista estas considerações, a perspectiva analítica adotada neste estudo procura não perder de vista o estágio de desenvolvimento e a forma de organização social em que as cidades, foco de análise, estão inseridas. É importante ressaltar este ponto, pelo fato de que, apesar de um crescente processo de homogeneização<sup>1</sup> nas relações de produção nas diversas áreas geográficas do espaço, deve-se levar em conta que este processo resulta muito mais em um acirramento das desigualdades materiais entre as regiões, do que em uma equalização das mesmas. Desta forma, em um mesmo período temporal, é possível observar a conformação de regiões que se relacionam a partir de uma divisão social do trabalho que enseja um processo de crescimento econômico para o conjunto do espaço, mas que conjuga a favor de uma hierarquização crescente de suas relações.

Na perspectiva de Braudel (1997), a ascensão de uma grande cidade implica no surgimento de uma auréola de cidades secundárias, que, a partir de relações hierárquicas realizam uma divisão social do trabalho, cuja lógica é o privilégio do centro dominante, que dinamiza as atividades situadas em seu ‘sistema gravitacional’.

Neste ponto, pode-se dizer que já estão desenhados os dois processos responsáveis por gerar duas importantes formas de fluxos migratórios que são objetivo de análise nesta breve revisão bibliográfica: os fluxos migratórios rural-urbano e os fluxos migratórios urbano-urbano.

Colocado de maneira tipificada, pode-se dizer que os processos migratórios rural-urbano têm suas causas nas relações desiguais estabelecidas entre o campo e as cidades. Singer (1979) interpreta as migrações rural-urbanas no contexto dos padrões migratórios preponderantes no período de 1950 a 1980. Neste sentido, postula a interpretação de que as migrações rural-urbanas eram de duas ordens, ou movidas por fatores de mudança ou fatores de estagnação. Segundo Correa (2005:34):

---

<sup>1</sup> No sentido proposto por Brandão (2003).

“[...] o primeiro ciclo da exploração do campo pela cidade, um ciclo caracterizado pela extração citadina, via rede urbana, sobre o mundo rural. O segundo ciclo caracteriza-se por uma exportação da cidade para o campo, a qual serve para realimentar o primeiro ciclo. A exportação, na realidade, constitui-se em uma condição para a exportação de excedentes diversos, mas de modo ampliado, tornando maior a acumulação de capital”.

De acordo com Singer (1979), os fatores de estagnação seriam responsáveis pela expulsão de contingentes populacionais que apresentassem um dinamismo demográfico que superasse sua capacidade de reprodução social em áreas rurais estagnadas, apresentando como alternativa a estes contingentes populacionais a migração, ou para áreas urbanas, ou para áreas de fronteira agrícola. Compreendendo a estagnação destas áreas como resultado de sua inserção periférica na divisão social do trabalho empreendida naquele sistema.

Os fatores de mudança estariam diretamente inseridos na perspectiva de uma relação desigual entre campo e cidade, principalmente quando a cidade engendra transformações nos padrões produtivos do campo, levando a um aumento drástico da produtividade rural. Segundo Singer, este processo decorre da introdução do progresso técnico, que engendra uma elevação da produtividade do trabalho, conduzindo a redução no nível do emprego, ampliação da escala das produções (que leva a um processo de concentração da posse da terra), e por fim, expulsão de contingentes populacionais do campo para os centros urbanos, ou áreas de fronteira agrícola.

O processo de transferência populacional do campo para as cidades enseja uma expansão da população urbana, que resulta em uma expansão da divisão do trabalho. “Como já mostrou Smith, o limite da divisão do trabalho é o tamanho do mercado” (Singer, 1979, p.18). A expansão da divisão do trabalho é um dos fatores para o aumento da produtividade do trabalho, e a criação de mais mercadorias com menos trabalho enseja na necessidade de expandir a demanda efetiva.

Neste sentido, Harvey (1973) defende que as cidades se constituirão em um dos principais lócus de criação de demanda efetiva. Contudo, vale especificar que esse processo de expansão da divisão social do trabalho conduz a um processo de crescente hierarquização e de desenvolvimento desigual entre os espaços. A escala ampliada do processo de divisão social do trabalho pelo crescimento da população urbana, pode ser

traduzida como uma divisão do trabalho entre núcleos urbanos, dando origem ao que a literatura chama de redes de cidades. Dessa forma, deixamos claro que em nossa perspectiva, a criação de demanda efetiva não está desvinculada do processo de hierarquização.

Correa (2005) define rede urbana como o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. Segundo este autor, na perspectiva de um crescente processo de urbanização “a rede urbana passou a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente” (p.15). Singer (1979) defende que a articulação do sistema econômico a partir da rede urbana eleva as forças produtivas a um novo patamar, pois capacita o surgimento de atividades especializadas que visam suprir demandas superiores ao do mercado local de um núcleo urbano. Pode-se dizer que o estudo de Christaller (1966), sobre localidades centrais, inaugura um caminho de investigação que visa interpretar o desenvolvimento a partir da hierarquização do espaço em localidades centrais. Tendo em vista os resultados logrados por esta corrente de pensamento, Correa (2005) argumenta que a existência de uma rede urbana hierarquizada é a principal regularidade encontrada por estudos empíricos que abordam o tema.

Em um plano teórico sobre o desenvolvimento, pode-se dizer que os trabalhos de Myrdall (1968) e Hirschman (1977) podem ser apontados como esforços teóricos que não perderam sua validade para interpretar as causalidades do desenvolvimento desigual entre regiões. Compreendendo fatores que conjugam para a criação, fortalecimento e manutenção de um processo de desenvolvimento desigual e hierarquizado. Os conceitos utilizados por estes autores são bastante similares. Myrdall (1968) apresenta sua interpretação do desenvolvimento a partir de causalidades circulares cumulativas, onde as regiões que logram inserir-se nas etapas dinâmicas do desenvolvimento acumulam vantagens comparativas que são circunscritas no espaço e conjugam para a inserção posterior em outros processos de desenvolvimento. Hirschman (1977) adota uma perspectiva aproximada ao afirmar que “forças poderosas provocam uma concentração espacial dos investimentos em torno dos pontos onde este processo se inicia”(p.35).

A divergência destes autores pode ser descrita como sua crença na capacidade de dispersão do processo de crescimento para regiões localizadas fora da região ‘pólo’ onde este processo teve início. Hirschman (1977) acredita que os efeitos de fluência,

responsáveis pela dispersão do processo de crescimento econômico, tem a capacidade de contrabalancear os processos de polarização. Enquanto Myrdall (1968) defende que seus efeitos de causação circular cumulativa têm uma implicação muito maior do que os efeitos de dispersão do processo de crescimento. Um ponto de capital importância para a efetivação dos efeitos de polarização em detrimento dos de dispersão, dentro do processo de desenvolvimento de um país, segundo Hirschman (1977), é o de que as regiões menos desenvolvidas não podem adotar medidas protecionistas que diminuam os efeitos nocivos da concorrência com as empresas das regiões desenvolvidas. Analisando este argumento desde a perspectiva das redes de cidades, podemos inferir na conclusão de que o resultado deste processo de integração via concorrência será uma divisão social do trabalho que privilegie as cidades centrais<sup>2</sup>.

Dentro desta perspectiva, pode-se concluir que a constituição de uma rede de cidades hierarquizada conduz a transferência contínua de excedentes das cidades periféricas em direção ao centro<sup>3</sup>. Considera-se, que em alguma medida, esta forma de raciocínio pode explicar a emergência de um importante fluxo migratório urbano-urbano, conjugando para fortalecer um processo de metropolização neste sistema de cidades.

A rede urbana, como dito anteriormente, pode ser definida como o conjunto de centros urbanos funcionalmente integrados entre si, entretanto, é importante ressaltar que estes centros se articulam a partir do desempenho de papéis diferenciados dentro da divisão social do trabalho. A existência de múltiplos centros, desempenhando funções diferenciadas nesta divisão social do trabalho, é o resultado de um longo processo de criação e recriação de atividades produtivas, que leva numerosos centros urbanos do território a constituir-se como pontos de criação, circulação e acumulação de produto social excedente (no sentido utilizado por Harvey, 1973). A existência de centros urbanos com maior envergadura e, conseqüentemente, maior poder de comando sobre o processo de criação de excedente e maior capacidade de concentração do mesmo, parece ser uma característica das redes urbanas dentro do modo de produção capitalista. Contudo, é importante ressaltar que as

---

<sup>2</sup> Na perspectiva de Harvey (1973), “A reputação e o significado das cidades em si mesmas, depende amplamente de sua localização com respeito à circulação geográfica do excedente” (p.211).

<sup>3</sup> “Os resultados obtidos a partir de diferentes estudos, por sua vez, mostram que, alternativamente, a cidade e o espelho de sua região, ou, ao contrario, a região e o resultado da ação motora da burguesia urbana”(p.24). “A rede urbana e simultaneamente um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho” (p.26). Correa (2005).

funções desempenhadas pelos diversos centros urbanos são cambiantes ao longo do desenrolar do processo de desenvolvimento. A idéia de rede urbana é dinâmica, por esta razão, pode-se assistir a emergência de inúmeras relações entre centros urbanos dentro de uma mesma rede urbana, a partir da análise em diferentes períodos históricos.

O movimento de concentração demográfica e de recursos nas metrópoles é um exemplo desta característica dinâmica das redes de cidades. Pode-se dizer que o processo de concentração nas metrópoles se auto-alimenta até alcançar um volume tal que as deseconomias de aglomeração dão início a um segundo processo, de desconcentração relativa destas áreas. Cano (1988), quando discorre sobre as características destes processos no Brasil, afirma que eles podem ocorrer dentro de duas lógicas. Pode ocorrer uma desconcentração relativa dentro de um contexto de crescimento de todas as áreas industriais, em que as áreas periféricas apresentam taxas de crescimento superiores às taxas de crescimento do centro. Outro contexto de desconcentração é desenhado dentro de um quadro de estagnação do sistema econômico. Esta forma de desconcentração foi chamada por Cano (notas de aula) como ‘desconcentração espúria’, onde antigos investimentos que estavam localizados na metrópole são transferidos para outras áreas, procurando, muitas vezes, menores níveis salariais e um ambiente de força de trabalho menos organizada. No entendimento de Pacheco (1998), os principais fatores que conduziram aos processos de desconcentração produtiva podem ser apontados como: os deslocamentos das fronteiras agrícola e mineral; o processo de integração produtiva do mercado nacional; a relativa desconcentração urbana brasileira; bem como o surgimento de deseconomias de aglomeração nas áreas mais concentradas. Contudo, deve-se deixar claro que a lógica de transferências de excedente social é mantida, como aponta Santos (1996), o centro continua concentrando as atividades de comando sobre as demais atividades produtivas.

Vale chamar a atenção que esta desconcentração não se direciona para qualquer área ou cidade. Correa (2006) e Pacheco (1998), lembram o fato de que esta transferência produtiva se dá em direção de cidades que apresentem um mínimo de infra-estrutura (física, social e econômica), fato, que em última instância resulta em um novo processo de hierarquização, com o florescimento de cidades de porte médio e grande, em detrimento da contínua estagnação de grandes áreas. Segundo Pacheco (1998), pode-se descrever tal processo como o aparecimento de ‘ilhas de prosperidade’ em meio a um ‘continente’ de

estagnação. Este processo se desenrola dentro de um contexto de crescente especialização regional, que segundo estes autores, é fruto do processo de reestruturação produtiva que continua a ser comandado pelo centro (no caso brasileiro, leia-se São Paulo).

O contexto de desconcentração produtiva parece ainda mais interessante quando são abordadas temáticas relativas ao novo paradigma produtivo, vigente principalmente a partir dos anos de 1980, onde a transferência de capacidade produtiva não é necessariamente traduzida em crescimento econômico e empregos para as regiões periféricas.

Outra importante característica da existência de uma excessiva concentração de recursos nos centros, que ainda não foi abordada por esta breve revisão bibliográfica, são as conseqüências da grande concentração de contingentes demográficos nos grandes centros urbanos. Neste sentido, as contribuições de Harvey (1973) e Castells (1979) parecem centrais. Estes autores advogam que este processo de crescente concentração de excedentes sociais no centro, a partir de sua expropriação das zonas periféricas, ocasiona o deslocamento de expressivos contingentes demográficos para estas áreas. Contudo, devido ao modo de produção em que a sociedade Ocidental contemporânea está inserido, estes contingentes populacionais, em grande medida, só encontram inserção marginal na economia do centro, ou, apesar de agora localizados geograficamente em locais com maior centralidade no sistema, se vêem mais uma vez aliados do processo de criação e apropriação do excedente.

Desta forma, o espaço urbano se configura necessariamente em um espaço segmentado, dividido entre classes, principalmente entre as classes dos que estão inseridos na lógica de acumulação, circulação e apropriação do capital, e aqueles que se encontram marginalizados no sistema, correntemente classificados como despossuídos. Na interpretação de Furtado (2000, cap.20), o desenvolvimento dos países periféricos deve sempre ser interpretado a partir da problemática de formação de uma sociedade e economia dualista, onde miséria e opulência tendem a ser as duas faces de diversas regiões.

Castells (1979) estabelece uma leitura do processo de industrialização onde quanto maior a taxa de crescimento industrial, mais intenso é o crescimento urbano e “maior a tendência à concentração em grandes aglomerações e maior a penúria de moradias como também a deterioração do patrimônio imobiliário” (p.226). Neste sentido, para este autor, as questões referentes à moradia em grandes centros urbanos, serão sempre questões

relacionadas à sua crise. Na perspectiva de Harvey (1973, p.233), as populações pobres nos grandes centros urbanos cumprem duas funções. Estas populações podem ser vistas como exército industrial de reserva, com o objetivo de pressionar negativamente o nível salarial da população empregada, e de ser utilizada em ciclos de grande crescimento. Porém, segundo este autor, grande parte das populações miseráveis das grandes cidades podem ser classificadas entre aquele contingente populacional que não tem capacitações para ser absorvido no mercado de trabalho urbano.

Assim, contemplando perspectivas teóricas que possibilitem apreender as transições rural-urbana, urbana-urbana e urbano-metropolitana é que se pretende conduzir as próximas etapas desta pesquisa, tendo como estudo os processos de urbanização e redistribuição de população no Estado de Santa Catarina.

## **1.2. Breve História da Formação de Santa Catarina: da colonização a década de 1950**

Prado Júnior (1970) apontou a peculiar característica da ocupação do território catarinense a partir de sua configuração agrária, com o domínio da pequena propriedade, e de sua função dentro da estrutura do “Brasil Colônia”. Assim, a ocupação de Santa Catarina, em um primeiro momento, cumpre a função de defesa do território. Posteriormente, são desenvolvidas atividades econômicas, cujo papel central é o de “complementar o centro dinâmico (exportador) da economia brasileira, não só como fornecedor de certos bens, mas ainda exercendo uma função peculiar: território de passagem, especialmente do gado gaúcho e para avanço do serviço militar contra os espanhóis confinantes” (CEAG/SC, Mattei & Lins, 2001, p.1).

Dessa forma, é importante salientar que o sistema econômico que se processa nos dois primeiros séculos de ocupação do território catarinense caracteriza-se pelo desenvolvimento de atividades que não se encontram no centro dinâmico da economia colonial. Sendo assim, é possível dizer que a colonização catarinense não se enquadra no modelo de economia de exportação que vigorava nas demais áreas coloniais do Brasil.

Mira (2000) afirma que a ocupação de Santa Catarina, em grande medida, seguiu a disposição do relevo e dos cursos d’água, sendo orientada pelas barreiras naturais. As primeiras áreas de Santa Catarina que receberam impulsos de ocupação foram as áreas



litorâneas, com especial destaque para a região de Desterro (atual Florianópolis), em que se formou um entreposto militar para a defesa da colônia, e para a região de Laguna (sul do estado), onde foi organizado um porto de exportação do gado proveniente das planícies platinas que se orientava para as feiras no estado de São Paulo (Goulart Filho, 2001).

Como ressaltado anteriormente, as atividades econômicas que se desenvolvem no primeiro período da ocupação catarinense se constituíam em atividades de subsistência e de ‘complemento ao centro dinâmico da economia colonial’. Dessa forma, a colonização açoriana, que foi predominante na parte litorânea do estado, era constituída por duas atividades principais: a agricultura de pequeno porte, em que predominava o cultivo da mandioca e a produção da farinha, e a pesca, em sua realização em escala de subsistência: e ainda a pesca da baleia, com o intuito final da extração de seu óleo.

A ascensão econômica do Planalto Serrano pode ser definida como um segundo período da ocupação de Santa Catarina. A partir da primeira metade do século XVIII são descobertos dois novos caminhos para o transporte do gado gaúcho, que buscava atender a crescente demanda interna. Estes novos caminhos diminuem a importância da cidade de Laguna, como entreposto comercial para o transporte do gado e, por sua vez, ascendem à cidade de Lages como importante centro econômico de Santa Catarina. Com o decorrer do tempo, esta também se configura como região de pecuária extensiva, cuja produção igualmente buscava atender a demanda das ‘feiras de gado’ do estado de São Paulo. Desta forma, podemos dizer que o resultado da ascensão de Lages como novo centro econômico de Santa Catarina pode ser descrito como um estreitamento das relações econômicas do Planalto Serrano com as áreas produtoras de gado, nas planícies pampianas, e com as áreas consumidoras do Paraná e São Paulo, em detrimento de uma articulação com as regiões litorâneas de Santa Catarina. “Do ponto de vista econômico, pode-se dizer que até o final do século XVIII configurou-se um sistema econômico de subsistência local desintegrado no âmbito do estado e assentado na pesca e na produção de gêneros alimentícios básicos (litoral) e na pecuária extensiva (planalto).” (Mattei e Lins, 2001, p.2).

Neste sentido, percebe-se que desde sua gênese, não se observa uma rede de cidades estruturada ao nível estadual em Santa Catarina. Caminhando muito mais para um sistema de relacionamento em que o território hoje conhecido como estado catarinense, foi constituído dentro de uma lógica em que as distintas regiões se desenvolviam de forma

quase compartimentada, a partir de seu relacionamento com outros centros dinâmicos, que se encontravam prioritariamente fora do estado.

Esta configuração da ocupação de Santa Catarina e do sistema econômico que ali estava desenvolvido, só passa a mudar a partir de meados do século XIX, quando se desenvolve um intenso processo de imigração para as regiões do Vale do Itajaí (principalmente Blumenau e Brusque), para a Região Norte (destaque para Joinville e Jaraguá do Sul) e para o Sul do estado (principais áreas são Criciúma, Urussanga e Tubarão). Este processo de ocupação foi fomentado pela política de incentivo à imigração, que estava sendo implementada pelo governo imperial como alternativa à falta de braços para o trabalho, em decorrência da abolição do tráfico de escravos em 1850. Contudo, é importante salientar o fato de que os imigrantes europeus que se dirigiram para Santa Catarina se estabeleceram segundo uma estrutura fundiária que estava baseada na pequena propriedade familiar, e que apresentavam diferentes aptidões produtivas, fato que levou ao aprofundamento da divisão social do trabalho na região. Por fim, estas características (pequena propriedade e aprofundamento da divisão social do trabalho) podem ser apontadas como fatores importantes para a futura industrialização observada em diferentes regiões do estado nos períodos subseqüentes (Singer, 1968).

No que se refere ao sistema econômico predominante no estado, importantes transformações se desenrolaram a partir da massiva imigração ocorrida na segunda metade do século XIX. Dentre as mais importantes, podem ser apontadas a criação de um grande número de pequenas manufaturas (principalmente no setor alimentar, têxtil e madeiras) que passam a se articular com o incipiente setor industrial brasileiro. Também importante foi o crescimento do comércio de excedentes agropecuários com as demais regiões do país. Dessa forma, pode-se dizer que Santa Catarina deixa de se configurar como um sistema econômico débil, principalmente baseado na produção de subsistência. Contudo, a região continua a se configurar como uma economia complementar ao centro dinâmico, agora do complexo cafeeiro e das atividades industriais do eixo Rio - São Paulo. De qualquer forma, é importante salientar que não se desenvolve um sistema econômico que se integra ao nível do estado. Sem embargo, as distintas regiões catarinenses continuarem a se articular, principalmente de forma separada, com as áreas externas ao estado. Como exemplo desta afirmativa, podemos observar a região de Blumenau e Brusque, que se articula com o eixo

dinâmico da economia nacional, através da venda de têxteis pelo porto de Itajaí. Como outro exemplo, pode-se tomar a região de Lages que segue se articulando preponderantemente com São Paulo, através da venda de madeira e do comércio de sua pecuária.

Somente no século XX Santa Catarina tem a definição de seu espaço territorial e, conseqüentemente, de sua configuração sócio-espacial. No ano de 1916 é firmado o Acordo de Limites que estabelece os limites nacionais e internacionais do estado. Dos atuais 95.442,9km<sup>2</sup> que compõem a área geográfica catarinense, 29,8% foram somados a partir de 1916 (Munoz e Alves, 2005).

A principal transformação no que se refere à evolução de sua população é a de que no século XX não é mais a imigração externa o grande fator do crescimento populacional no estado de Santa Catarina, pois o ingresso de imigrantes europeus é de pequena expressão (Estatísticas do século XX no Brasil, IBGE, 2004). Entretanto, neste século a dinâmica demográfica catarinense está diretamente relacionada ao seu próprio crescimento vegetativo e ao deslocamento de migrantes provenientes principalmente do Rio Grande do Sul. Desta forma, na primeira metade do século XX a ocupação e o povoamento de Santa Catarina não são realizados no sentido Leste-Oeste, ou seja, do litoral em direção ao interior, mas sim, pelos meridianos, com fluxos provenientes do Sul (Rio Grande do Sul) e do Norte (Paraná) (Mira, 2000, p.127).

Outro fator de importância para a economia estadual é o fato de que no século XX, a integração das relações comerciais e produtivas em Santa Catarina foi lenta, porém gradual e progressiva. Por exemplo, a ligação entre a cidade de Lages, no Planalto Serrano, e a Cidade de Florianópolis só foi construída na década de 1920. Pode-se dizer que a evolução produtiva do estado de Santa Catarina no decorrer da primeira metade do século XX foi bastante especializada regionalmente (Goulart Filho, 2001).

Na região Sul, o carvão foi descoberto no período do tropeirismo no século XIX, mas somente a partir das dificuldades de importação impostas ao Brasil, no decorrer da I Guerra mundial, passa a ser minerado de forma comercial. O desenvolvimento desta região no decorrer da primeira metade do século XX, em grande medida esteve atrelado ao desenvolvimento da atividade carbonífera, cuja extração se expande de maneira importante

neste período, ao ponto de atrair tanto populações que estavam alocadas em atividades ligadas à pequena agricultura, quanto às ligadas a pesca.

Na região do Planalto Serrano, mesmo com o fim do tropeirismo, no início do século XX as atividades pecuárias dão um salto de qualidade. Dentro de uma leitura superficial é possível dizer que esta atividade sustenta a economia regional até o surgimento do ‘ciclo da madeira’ no início dos anos de 1940.

O Vale do Itajaí, por sua vez, teve seu processo de desenvolvimento deste período diretamente ligado a expansão das atividades da indústria têxtil, como bem demonstrou Singer (1968), em sua tese de doutoramento. Neste sentido, as transformações impulsionadas pela evolução das indústrias deste setor, principalmente nas cidades de Blumenau e Brusque, levaram a criação de uma importante rede de cidades nesta região, onde as cidades pólo ocuparam a função de absorver grande parte dos contingentes de mão de obra vindos da zona rural<sup>4</sup>.

O desenvolvimento observado na região Nordeste de Santa Catarina foi bastante parecida com a do Vale do Itajaí. Capitaneada principalmente pelo surgimento da pequena indústria metal–mecânica localizadas na cidade de Joinville, esta cidade foi palco de uma importante evolução produtiva, que a capacitaria para o salto observado a partir da década de 1950. Deve-se deixar claro que o avanço qualitativo observado na economia catarinense no decorrer do segundo quartil do século XX, só foi possível graças ao forte engajamento desta com o projeto industrial em curso no Brasil, cujo centro, claramente foi São Paulo (Cano, 1988).

A região Oeste de Santa Catarina foi a última área a ser colonizada no estado. A extração da madeira foi a primeira atividade econômica a dar impulso ao deslocamento populacional para esta área. Se fôssemos desenhar um mapa da ocupação da região Oeste catarinense, segundo o modelo imposto pelas companhias colonizadoras, ou seja, dentro do modelo da pequena produção agrária mercantilizada, que foi instituído no início do século XX: partiríamos do Vale do Rio do Peixe, seguiríamos o Rio Irani, o Rio Chapecó e por último finalizaríamos no Extremo-Oeste, na fronteira com a Argentina.

---

<sup>4</sup> Deve-se lembrar que no início do século XX assistiu-se a um importante incremento nas taxas geométricas de crescimento da população brasileira; na população de Santa Catarina não foi diferente. Fato que em muito contribuiu para que a população rural de regiões que sobrevivem da agropecuária de pequenas propriedades seja obrigada a migrar para evitar o fracionamento excessivo das terras.

A substituição do modelo de colonização é um elemento importante na história desta região, as terras foram primeiramente ocupadas por caboclos e ‘bugres’<sup>5</sup>, que posteriormente eram substituídos por migrantes provindos principalmente do Rio Grande do Sul (descendentes de alemães, italianos e poloneses, ou seja, segunda ou terceiras gerações de migrantes europeus).

O processo de substituição dos caboclos pelos migrantes foi marcado por uma série de enfrentamentos e conflitos, dentre os quais o de maior repercussão foi a Guerra do Contestado. Esta guerra foi uma sangrenta disputa entre os caboclos despossuídos e marginalizados em contraposição aos fazendeiros locais e o exército, que representavam os interesses das companhias colonizadoras (Mattei & Lins, 2001, p.20). A guerra foi a conseqüência extrema da construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul (EFSPRG). Segundo Goulart Filho (2001, p.77), foi somente com a construção desta ferrovia e com a demarcação de terras promovidas pelas companhias colonizadoras que o “Oeste e o Vale do Rio do Peixe passaram a ser efetivamente ocupados de forma capitalista”.

Pode-se dizer que a ferrovia serviu como importante caminho para o povoamento das terras ao longo de seu percurso e como rota para o deslocamento dos migrantes que se dirigiam às demais áreas do Oeste. O sistema pelo qual a colonização foi efetuada foi o de colônia-venda na pequena propriedade, realizado pelas companhias colonizadoras particulares. As terras eram vendidas para populações excedentes do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Estes migrantes se organizavam em atividades de economia de subsistência e na comercialização do excedente agropecuário, fato que estimulou desde cedo à formação de um mercado interno e de uma acumulação pulverizada (Goulart Filho, 2001, p.79).

Mira (2000) e Stropasolas (2002) apontam para a existência de um padrão tradicional de comportamento migratório nas populações colonizadoras do Oeste<sup>6</sup>. Segundo este padrão, cada filho dos agricultores normalmente receberia ou compraria um lote de

---

<sup>5</sup> Nome regional dado aos mestiços de índios e brancos. Estes homens ocupavam as terras segundo um sistema de produção baseado quase exclusivamente em culturas de subsistência, praticamente não monetarizadas.

<sup>6</sup> “A reprodução social da agricultura camponesa [...], gera a expectativa da instalação de cada filho em um novo estabelecimento. Este deslocamento [...] inscreve-se no projeto de vida de famílias camponesas como uma continuidade” (Stropasolas, V. M. O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro/SC. Tese de Doutorado em Ciências Humanas na UFSC. 2002, p.108).

terra de tamanho proporcional ao que a família possuía. Este padrão migratório foi apontado como uma das principais razões da colonização do Oeste catarinense ter se estendido espacialmente sem o ingresso de novos imigrantes<sup>7</sup> internacionais.

Desde o princípio de sua colonização a região Oeste de Santa Catarina apresenta a peculiar característica de que suas terras foram colonizadas segundo um modelo minifundiário de estrutura agrária. A produção agropecuária da região se baseou em culturas diversificadas, como o cultivo de produtos básicos (milho, arroz, feijão) e a criação de animais de serviço e de consumo, como suínos e aves. A existência dessa estrutura agrária minifundista, que em pouco tempo se tornou o centro dinâmico da economia da região, possibilitou a implantação e o desenvolvimento das agroindústrias catarinenses nas décadas de 1940, 1950 e 1960, que cresceram baseadas no sistema de integração agroindustrial.

“Assim, a partir dos anos 40 começaram a ser construídas as primeiras empresas agroindustriais, com destaque para a Perdigão em 1940, a Sadia em 1944, a Chapecó, em 1952 e a Seara, em 1956. Ao mesmo tempo também foram sendo construídos pequenos frigoríficos que, com o passar dos anos, foram sendo adquiridos pelas grandes empresas. Nos anos sessenta foi fundada a Cooperativa Central Oeste (detém a marca Aurora), sendo atualmente a maior cooperativa do estado.”(Mattei & Lins, 2001, p.20) .

Testa et all (1996) afirmam que a fundação das agroindústrias catarinenses intensificou o processo de colonização da região Oeste de Santa Catarina. Corroborando esta análise, Mira (2000) mostra que, em 1900, mais de 80% da população catarinense se concentrava na área litorânea, sendo que a partir desta data, os deslocamentos populacionais em direção ao interior, sejam de populações do próprio estado catarinense ou de migrantes provindos de outros estados, passou a equilibrar esta distribuição. Em 1920, o litoral ainda concentrava 75% dos habitantes do estado; porém, em 1940 já se pode notar uma importante diminuição deste percentual, em que o litoral concentra 66% da população,

---

<sup>7</sup> Para corroborar esta tese Goulart Filho (2002) afirma que a ocupação da região Oeste catarinense fez parte de um processo de ocupação que partiu do Rio Grande do Sul e alcançou o Norte do Brasil, passando pelo Paraná, o Centro-Oeste e alcançando o Sul do Maranhão. Sendo assim, a ocupação da fronteira agrícola brasileira foi o fruto do deslocamento de um grupo social de mesma origem.

e o Oeste (juntamente com a mesorregião meio-oeste), por sua vez, concentram 14% dos habitantes de Santa Catarina (Censos Demográficos de 1920 e 1940)

### **1.3. Transformações na estrutura econômica e evolução populacional em Santa Catarina: período de 1950 a 2000.**

Neste momento parece de suma importância justificar a delimitação temporal proposta para esta dissertação de mestrado, ou seja, porque delimitar o período 1950 a 2000. Como enfatizado no objetivo geral desta dissertação, este trabalho busca lançar luz sobre algumas questões referentes à inter-relação entre os deslocamentos populacionais e a dinâmica econômica. Sendo assim, a década de 1950 é um importante marco de transformações nas estruturas socioeconômicas de Santa Catarina. No que se refere ao padrão de acumulação da economia como um todo, pode-se sugerir que a década de 1930 foi o marco de ascendência de uma estrutura produtiva capitaneada pelo capital industrial, superando o capital agrário-exportador dominante até então.

“Em Santa Catarina, devido à baixa capacidade de acumulação (excluindo têxteis), a desintegração econômica e a falta de aporte financeiro, o período de ampliação e diversificação do capital industrial inicia-se somente na segunda metade dos anos 40 [...]. A participação da indústria dinâmica simplesmente passou de 18,76% em 1949, para 26,28% em 1959.” (Goulart Filho, 2001, p.99 e 101).

Assim sendo, a opção por estudar a relação entre dinamismo econômico e deslocamentos populacionais está corroborada pela ascensão de um padrão ‘moderno’ na estrutura econômica e social do estado catarinense; no período posterior aos anos de 1950, assistiu-se, na economia catarinense, uma importante ampliação e diversificação de sua base produtiva.

A Tabela 1 abaixo apresenta um resumo da dinâmica da população Catarinense no decorrer do período que vai de 1950 a 2000.

**Tabela 1-. Evolução da População Total, Mesorregiões do Estado de Santa Catarina 1950 a 2000.**

ANO	Meio Oeste	Planalto Norte	Nordeste	Vale do Itajaí	Florianópolis	Planalto Serrano	Sul	Extremo Oeste	Santa Catarina
1950	208.325	121.245	148.455	328.382	182.735	122.024	315.224	120.714	1.547.104
1960	306.515	137.340	193.307	446.593	238.620	171.162	386.981	254.466	2.134.984
1970	376.618	165.595	272.931	566.713	335.509	234.769	495.985	446.486	2.894.606
1980	423.851	192.528	434.472	711.500	454.519	253.201	558.887	593.979	3.622.937
1991	498.726	221.092	630.385	1.017.062	629.183	262.714	614.027	679.467	4.552.656
2000	556.063	220.376	812.784	1.176.364	816.315	290.120	809.507	684.057	5.365.586
<b>Participação relativa na população do Estado de Santa Catarina (%)</b>									
1950	13,47	7,84	9,60	21,23	11,81	7,89	20,38	7,80	100
1960	14,36	6,43	9,05	20,92	11,18	8,02	18,13	11,92	100
1970	13,01	5,72	9,43	19,58	11,59	8,11	17,13	15,42	100
1980	11,70	5,31	11,99	19,64	12,55	6,99	15,43	16,39	100
1991	10,95	4,86	13,85	22,34	13,82	5,77	13,49	14,92	100
2000	10,36	4,11	15,15	21,92	15,21	5,41	15,09	12,75	100
<b>Taxa de Crescimento Geométrico anual da População</b>									
1950/1960	3,94	1,25	2,68	3,12	4,01	3,44	2,07	7,74	6,80
1960/1970	2,08	1,89	3,51	2,41	3,47	3,21	2,51	5,78	3,09
1970/1980	1,19	1,52	4,76	2,30	3,08	0,76	1,20	2,90	2,27
1980/1991	1,49	1,27	3,44	3,30	3,00	0,34	0,86	1,23	2,10
1991/2000	1,22	-0,04	2,86%	1,63%	2,94%	1,11%	3,12%	0,07%	1,84%

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

A Tabela 1 acima permite corroborar que a ocupação da mesorregião Oeste de Santa Catarina só foi concretizada em um momento posterior às décadas de 1930, 1940 e 1950. No decorrer do período intercensitário de 1950 e 1960 esta mesorregião cresce mais de 100%, a partir de uma taxa geométrica de crescimento ao ano que ultrapassa 7%. Estas taxas de crescimento diminuem relativamente, porém continuam com grande vigor no período entre os censos de 1960 e 1970, alcançando mais de 5% de crescimento geométrico ao ano.

Outro importante esclarecimento metodológico nesta etapa da dissertação é a justificativa da escolha em analisar o estado de Santa Catarina a partir da divisão mesoregional do IBGE. Como demonstrado no decorrer da breve revisão bibliográfica apresentada neste trabalho, em grande medida, o elo entre o dinamismo econômico e os deslocamentos populacionais será costurado desde a perspectiva dos sistemas urbanos, ou rede de cidades. Neste sentido, tem-se como perspectiva o fato de que os diferentes centros urbanos estão interconectados entre si, a partir do intercâmbio de fluxos (sejam monetários,

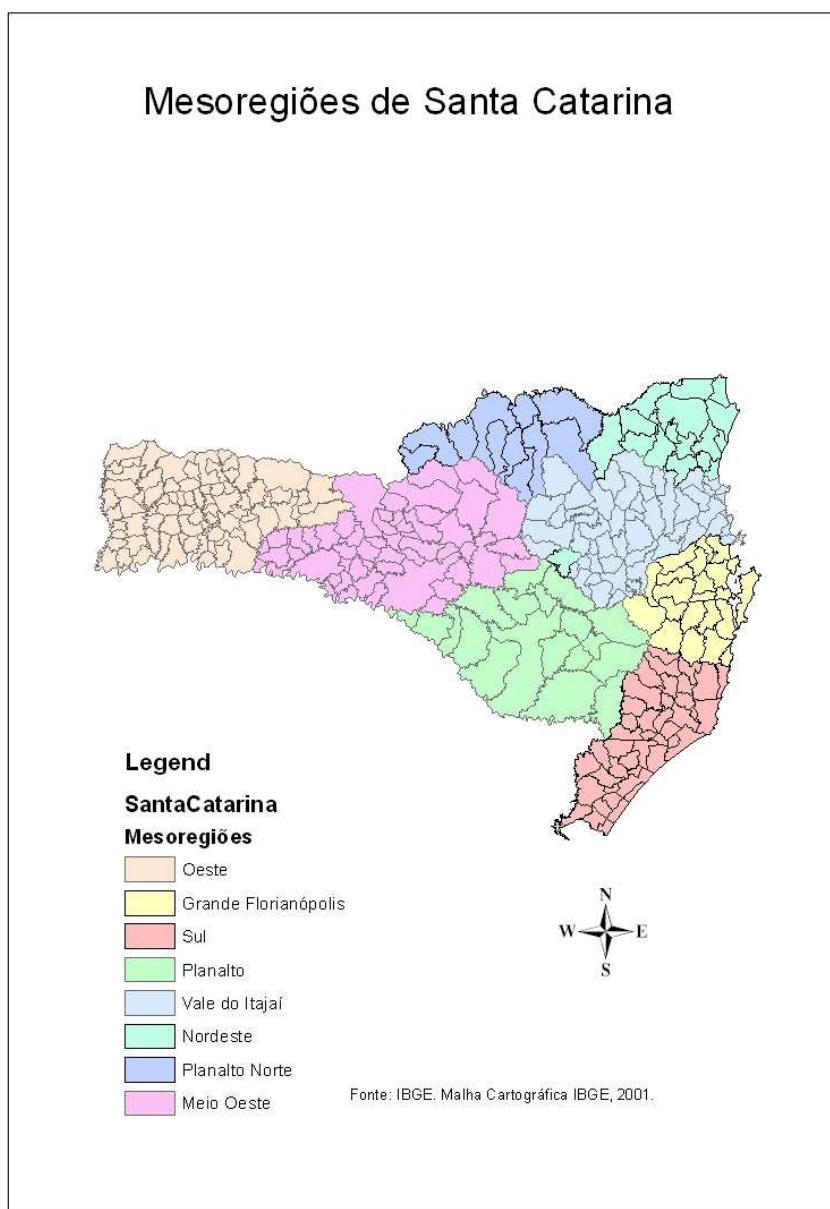


de mercadorias, de informações ou de comando) estabelecidos a partir de uma lógica hierárquica. Devido ao fato da economia catarinense, até meados do século XX, ter se desenvolvido de forma fragmentada, dentro de uma divisão que, de forma geral corresponde ao das mesoregiões. Supomos que as mesoregiões de Santa Catarina, em grande medida, representam uma área onde o ‘sistema gravitacional de centros urbanos’ seria comandado por uma cidade ‘cabeça de rede’, ou seja, um centro urbano de maior porte, que dinamizaria as relações daquela mesorregião com o restante da rede urbana.

Neste sentido, a partir de uma análise geral, podemos admitir que cada uma das mesoregiões representa uma parcela do sistema urbano de Santa Catarina, sendo que cada uma delas seria capitaneada por uma cidade: a mesorregião do Extremo Oeste seria capitaneada pela cidade de Chapecó; a mesorregião do Meio-Oeste seria capitaneada pela cidade de Joaçaba; a mesorregião do Planalto Serrano seria comandada pela cidade de Lages; a mesorregião do Planalto Norte estaria comandada pela cidade de São Bento do Sul; a mesorregião Nordeste comandada pela cidade de Joinville; a mesorregião do Vale do Itajaí estaria comandada por Blumenau; a mesorregião de Florianópolis pela cidade de Florianópolis; e, por fim, a mesorregião Sul estaria comandada por Criciúma.

Adotando esta perspectiva, podemos observar um importante movimento que toma corpo no decorrer do período contemplado pela tabela 2, é o crescimento do montante de população urbana que vive no estado de Santa Catarina. Observando o grau de urbanização deste estado, pode-se ter uma idéia aproximada do volume do fluxo migratório rural-urbano no decorrer destas décadas. Vale chamar a atenção para o fato de que Santa Catarina só passa a apresentar uma população majoritariamente urbana a partir do censo de 1980. Esta parte da Tabela 2 também permite breves análises sobre as diferenças entre as dinâmicas demográficas das distintas mesoregiões catarinenses.

Mapa 1. Mesorregiões de Santa Catarina



Fonte: Construção própria a partir da base cartográfica IBGE 2001.

Por exemplo, enquanto a mesorregião da Grande Florianópolis apresenta uma primazia de sua população urbana sobre a rural desde o Censo de 1970 (ou seja, apresenta um grau de urbanização superior a 50%), o Oeste de Santa Catarina só vai apresentar esta distribuição populacional no Censo 2000.

**Tabela 2- Evolução da População Urbana Rural e Grau de Urbanização, Mesorregiões do Estado de Santa Catarina 1950 a 2000.**

ANO	Meio Oeste	Planalto Norte	Nordeste	Vale do Itajaí	Florianópolis	Planalto Serrano	Sul	Extremo Oeste	Santa Catarina
<b>População Urbana</b>									
1950	31.230	27.513	47.532	96.397	71.295	23.525	58.604	12.875	370.921
1960	73.094	40.842	93.198	162.845	105.646	51.532	121.471	41.725	692.313
1970	127.625	61.445	177.522	294.245	203.327	123.055	209.648	94.629	1.293.466
1980	189.732	96.502	358.907	483.419	336.372	157.893	331.221	203.904	2.159.930
1991	294.501	129.707	562.173	786.956	526.247	196.853	399.069	326.661	3.224.158
2000	387.031	144.685	744.838	978.009	736.231	228.935	597.508	407.073	4.226.310
<b>Taxas de Crescimento ao ano, População Urbana (%)</b>									
1950/1960	8,88	4,03	6,97	5,38	4,01	8,16	7,56	12,48	6,47
1960/1970	5,73	4,17	6,66	3,12	6,77	9,09	5,61	8,53	6,46
1970/1980	4,04	4,62	7,29	5,09	5,16	2,52	4,68	7,98	5,27
1980/1991	4,08	2,72	4,16	4,53	4,15	2,03	1,71	4,38	3,71
1991/2000	3,08	1,22	3,18	2,44	3,80	1,69	4,59	2,48	3,05
<b>Grau de urbanização (%)</b>									
1950	14,99	22,69	32,02	29,36	39,02	19,28	18,59	10,67	23,98
1960	23,85	29,74	48,21	36,46	44,27	30,11	31,39	16,40	32,43
1970	33,89	37,11	65,04	51,92	60,60	52,42	42,27	21,19	44,69
1980	44,76	50,12	82,61	67,94	74,01	62,36	59,26	34,33	59,62
1991	59,05	58,67	89,18	77,38	83,64	74,93	64,99	48,08	70,82
2000	69,60	65,65	91,64	83,14	90,19	78,91	73,81	59,51	78,77
<b>População Rural</b>									
1950	177.095	93.732	100.923	231.985	111.440	98.499	256.620	107.839	1.176.183
1960	233.421	96.498	100.109	283.748	132.974	119.630	265.510	212.741	1.442.671
1970	248.993	104.150	95.409	272.468	132.182	111.714	286.337	351.857	1.601.140
1980	234.119	96.026	75.565	228.081	118.147	95.308	227.666	390.075	1.463.007
1991	204.225	91.385	68.212	230.106	102.936	65.861	214.958	352.806	1.328.498
2000	169.032	75.691	67.946	198.355	80.084	61.185	211.999	276.984	1.139.276
<b>Taxa de Crescimento Geométrico da População Rural ao ano (%)</b>									
1950/1960	2,80	0,29	-0,08	2,03	1,78	1,96	0,34	7,03	2,06
1960/1970	0,65	0,77	-0,48	-0,40	-0,06	-0,68	0,76	5,16	1,05
1970/1980	-0,61	-0,81	-2,30	-1,76	-1,12	-1,58	-2,27	1,04	-0,90
1980/1991	-1,36	-0,49	-1,02	0,09	-1,37	-3,63	-0,57	-1,00	-0,96
1991/2000	-1,87	-1,87	-0,04	-1,47	-2,48	-0,73	-0,14	-2,39	-1,52

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

### **1.3.1. Década de 1950, reflexos populacionais das transformações na base produtiva**

Como apontado anteriormente, a década de 1950 pode ser um marco temporal para importantes transformações ocorridas na estrutura produtiva do estado de Santa Catarina; estas mudanças tiveram seu reflexo demográfico, cujo principal símbolo é o expressivo crescimento geométrico da população urbana deste estado, próximo a 6,5 % ao ano. Vale ressaltar, que no decorrer da década de 1950, os estados da região Sul do Brasil, em seu conjunto, apresentaram taxas de crescimento geométrico de sua população total, acima da média das taxas observadas para a população brasileira como um todo. Pode-se dizer o mesmo para o que se refere às taxas de crescimento das demais regiões do Brasil, com exceção da região Centro-Oeste. Uma das razões que explicam este quadro é a existência de uma fronteira agrícola em expansão, principalmente nos estados de Santa Catarina e Paraná. Santa Catarina apresentou um incremento de sua população total da ordem de 37%, com taxas de crescimento geométrico anual de 3,27%.

Devido ao desenvolvimento fragmentado da economia catarinense, está claro que tais transformações não se deram de forma homogênea no espaço, ao oposto, refletiram as especificidades existentes em cada uma das mesoregiões. Neste sentido, vale apontar alguns casos específicos.

Para o Planalto Catarinense, pode-se dizer que este período foi conhecido como o ‘ciclo da madeira’. No início dos anos de 1950 a atividade extrativa de madeira encontrava-se em declínio nas regiões do Oeste de Santa Catarina e Planalto Norte: Conduto, o Planalto Serrano Catarinense passa a explorar este recurso natural efetivamente, exatamente neste período. Em certo sentido, no início a exploração madeireira constitui-se como atividade complementar a pecuária da região, porém, em um curto período de tempo, esta atividade supera a pecuária no seu valor da produção. Segundo Goulart Filho (2001), a indústria madeireira gera uma série de atividades urbanas que movimentam a economia mesoregional. Dentre as quais, vale destacar o surgimento de atividades como fábricas de papel, papelão, pasta mecânica, fábricas de caixas, marcenarias, oficinas mecânicas para dar suporte as madeireiras, ou mesmo, atividades ligadas ao comércio de autopeças para caminhões, devido ao grande fluxo de mercadorias provenientes dessa região.

Neste sentido, pode-se compreender que o montante das taxas de crescimento geométrico anual da população urbana desta mesorregião, que nesta década estava acima dos 8 % anual, esta diretamente ligada a estas transformações na base produtiva, que requeriam grandes contingentes de mão-de-obra urbana. Como forma de ilustração, a indústria da mesorregião do Planalto Serrano concentrava cerca de 20% de toda mão-de-obra da indústria de transformação do estado; Lages despontava como o segundo município mais populoso do estado em 1950 (77.337 habitantes), alçando o primeiro lugar no censo de 1960 (120.821), apresentando um incremento em 10 anos da ordem de quase 65%.

A contrapartida esperada deste vultoso crescimento da população urbana do Planalto Serrano, seria um quadro de evasão da população rural, contudo não foi exatamente isto o que ocorreu. Como podemos observar na Tabela 2, apesar do crescimento geométrico anual da população rural do Planalto Serrano não alcançar 2 %, ela se constitui como a quarta mesorregião em crescimento de sua população rural. Um dos principais motivos que levaram a este quadro pode ser apontado como a característica complementar da exploração madeireira e da atividade pecuária, que era responsável pela fixação da população rural. Em grande medida, a exploração das reservas de madeira se constituía como uma atividade que requeria pouco investimento para os fazendeiros pecuaristas, tendo como contrapartida uma considerável lucratividade, além de abertura de novas pastagens para a criação de gado. Assim sendo, em um primeiro momento, as transformações ocasionadas pelo ‘ciclo da madeira’, apesar de geraram uma transformação da base produtiva urbana, também conjugaram para um fortalecimento das estruturas socioeconômicas que fixavam a população rural nesta mesorregião.

O caso da mesorregião Sul também merece destaque. Antes de entrar em uma análise da década de 1950 é prudente realizar breve histórico da principal atividade que dinamizava a economia desta região, a atividade mineradora de carvão. Tal atividade só passou a ser realizada de forma efetiva, a partir da Primeira Guerra Mundial, quando as importações de carvão brasileiras se vêem seriamente comprometidas. Neste período, o governo nacional lança mão de uma série de medidas para promover a mineração na mesorregião Sul catarinense. Com o surgimento do Estado Novo e a ‘ideologia do progresso’, baseada preponderantemente na industrialização, a mineração de carvão ganha novos impulsos do governo nacional, sendo encarada como uma questão de ‘soberania’.

Este quadro se intensifica ainda mais no decorrer da Segunda Guerra Mundial, época em que o governo federal garantia a compra de toda a produção de carvão proveniente desta mesorregião. No hiato temporal posterior ao fim do conflito até meados dos anos de 1950, a atividade mineradora passa por uma crise, devido à suspensão de parte dos incentivos do governo federal, principalmente, a não garantia de compra de toda a produção de carvão. Este fato levou a uma queda da produção em meados dos anos de 1950 no patamar de 25%. Apesar de esta produção retomar uma trajetória ascendente nos períodos posteriores, Carola (1997) afirma que foi criado um ambiente de ‘crise endêmica’ desta atividade.

Tendo em vista este quadro de incertezas para a atividade mineradora, veremos quais foram as repercussões no dinamismo do crescimento da população desta mesorregião. Note-se que a população urbana da mesorregião Sul de Santa Catarina cresce a taxas anuais geométricas superiores a 7%, enquanto a população rural cresce a taxas de crescimento geométricas anuais inferiores a 0,5%. O resultado deste embate são taxas de crescimento geométrico anuais da população total da mesorregião próximas a 2%. Ou seja, um intenso processo de urbanização da população mesoregional, que em 1950 apresentava um grau de urbanização em torno de 18,5%, que passa em 1960 a circular em torno de 31,5%. Um dos fatos que poderiam explicar o crescimento da população urbana, mesmo em meio a uma aparente crise de sua principal atividade econômica, é o surgimento de uma nova atividade dinâmica, as indústrias cerâmicas. Note-se, que apesar de já existir indústrias cerâmicas na mesorregião Sul de Santa Catarina desde a década de 1920, é nos anos de 1950 que esta atividade ganha fôlego e passa a figurar como uma indutora de dinamismo para a economia urbana regional. Outro ponto que merece destaque é o fato de que em meio à modernização conservadora empreendida pelas atividades agrícolas no Brasil e no estado de Santa Catarina, a agricultura da mesorregião Sul perde grande espaço. Deve-se lembrar que as atividades agrícolas empreendidas nesta mesorregião poderiam ser divididas em duas principais frentes, de acordo com a origem étnico-cultural dos agricultores. De um lado, figuravam os descendentes de açorianos, que praticavam uma agricultura de subsistência, complementada por atividades de pesca e pelo trabalho assalariado. Por outro lado, os migrantes mais recentes, descendentes de italianos e alemães, praticavam uma forma de agricultura, mesmo que em pequenas propriedades, mais voltada ao mercado, com comercialização de boa parte de seu excedente agrícola (Goulart Filho, 2001). Contudo, ao

contrário do que foi observado para as mesoregiões Oeste e Meio Oeste, não houveram transformações nas relações agrícolas locais em direção a um processo de agroindustrialização, fato que resultou em um paulatino abandono das atividades agrícolas, dentro do modelo que Singer (1977) classificou de um processo de expulsão populacional por estagnação.

A mesorregião do Vale do Itajaí, como afirmado anteriormente, é em grande medida capitaneada pela cidade de Blumenau, localidade onde foram mais visíveis as transformações desenroladas no decorrer da década de 1950. Pode-se dizer, que o setor de têxteis dessa mesorregião, em grande medida, já se encontrava consolidado nessa época. Como bem mostrou Singer (1968) em sua tese de doutorado, o setor têxtil mesoregional tem fundada suas bases desde o final do século XIX. Em certa medida, é correto afirmar que este foi um setores industriais de Santa Catarina que mais tiraram proveito da primeira grande integração do mercado nacional, aquilo que Cano (1977) chama de integração comercial. A indústria têxtil catarinense, preponderantemente localizada nesta mesorregião, no decorrer da década de 1950, ampliou de forma acentuada sua capacidade produtiva, além de promover uma agressiva estratégia de comercialização, com abertura de centros de distribuição fora do estado de Santa Catarina, preponderantemente nos maiores mercados nacionais. Tendo em vista este fato, não é difícil afirmar que as taxas de crescimento da população urbana do Vale do Itajaí estiveram ancoradas na evolução destas atividades, ou melhor, na demanda por mão-de-obra decorrente destas atividades.

Contudo, deve-se lembrar que tais atividades industriais estavam concentradas nas cidades de Blumenau e Brusque, em um quadro em que as demais cidades que compõem este sistema urbano ainda se encontravam fortemente ligadas ao setor primário. Desta forma, observamos que apesar das taxas geométricas de crescimento da população urbana circularem ao redor de 5,5% ao ano, as taxas para as populações rurais ainda se mantinham em um patamar próximo a 2%, fazendo com que as taxas de crescimento geométrico para a população total da mesorregião se mantivessem próximas a 3% anuais.

No que se refere à mesorregião de Florianópolis, que é formada por municípios que, em grande medida, futuramente irão compor a região metropolitana de Florianópolis, a década de 1950 não é palco de importantes transformações em sua estrutura econômica.

Pode-se dizer que começam a despontar novas atividades de serviço em suas cidades principais, principalmente na capital Florianópolis, devido ao crescimento do aparelho burocrático de gestão e planejamento do estado. Para se ter uma idéia, o município de Florianópolis era o terceiro município em termos de população total em 1950, porém, já despontava como a primeira cidade em população urbana (51.115 habitantes) e o maior grau de urbanização (75%) do estado. Contudo, esta mesorregião não apresenta um desempenho industrial, seja no setor tradicional ou no setor moderno, que mereça destaque. Contudo, note-se que em 1950 esta era a mesorregião que apresentava o maior grau de urbanização do estado, circulando em torno de 39% em 1950 e superando 44% em 1960. Desta forma, devemos notar que a dinâmica de transformações no padrão da população catarinense realmente segue uma lógica regionalizada, onde os determinantes de cada uma das mesoregiões não podem ser generalizados para o conjunto do estado, impossibilitando uma lei geral de urbanização, corroborando as idéias de Faria (1978).

### **1.3.2. Década de 1960, crescimento industrial e superação das limitações em infraestrutura.**

O período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, até o início da década de 1960, como dito anteriormente, foi o palco de importantes transformações na base econômica do estado de Santa Catarina. Dentro da lógica analítica de Goulart Filho (2002), este processo representa um “verdadeiro alargamento da divisão social do trabalho neste estado” (p.130). É fato que tal processo de desenvolvimento não pode ser compreendido se analisado de forma separadamente das transformações que se desenrolavam no contexto da economia brasileira como um todo. Contudo, para o estado de Santa Catarina, este processo de desenvolvimento acelerado tem como um de seus resultados tornar evidentes as carências na infra-estrutura básica deste estado, obstáculos que só poderiam ser superados a partir de uma massiva participação do planejamento estatal.

Como exemplo, pode-se dizer que as carências em infra-estrutura viária e portuária fortaleciam o processo de fragmentação da economia estadual. O primeiro plano que visava



uma integração efetiva da malha rodoviária do estado, datava de 1936, porém, até os anos 1950 a situação do transporte ainda se caracterizava como importante barreira ao desenvolvimento deste estado.

“O transporte de bens de Santa Catarina, é caro e vagaroso. Desde os velhos caminhos de cargueiros a ferrovias, o sistema de transporte tem ficado continuamente aquém das necessidades das populações a que serve. As picadas evoluíram para estradas atuais, sem, contudo, atingirem as condições que a economia catarinense requer, as estradas de ferro também não acompanharam a evolução econômica, mantendo-se, atualmente, incapazes de atenderem ao volume de trocas que se verifica nas regiões de sua influência.”(POE, *apud* , Goulart Filho, p.137).

No que se refere as carências no setor de energia elétrica, vale dizer que até o fim da década de 1950, em grande medida, a geração e distribuição de energia era fracionada por regiões e cidades, executada preponderantemente por pequenas empresas de capital privado. Esta estrutura de geração e distribuição, não possuía envergadura financeira para realizar os investimentos requeridos para dar conta do aumento de demanda de energia gerado pelas transformações observadas na base produtiva local. O resultado deste quadro, eram constantes racionamentos, utilização de fontes de energia alternativa por parte de grande parte das indústrias (como, por exemplo, geradores a diesel), ou seja, a energia também se constituía como ponto de estrangulamento para a manutenção do processo de desenvolvimento deste estado. Como solução para este quadro, no ano de 1955 foi criada a ‘Centrais de Energia Elétrica de Santa Catarina’ (CELESC), com o projeto de unificar a geração e distribuição energética no estado, com o objetivo de apresentar um importante salto em sua oferta.

Outro importante entrave ao processo de desenvolvimento catarinense era o sistema de crédito existente no estado até o início dos anos de 1960. De maneira geral o sistema bancário deste estado era constituído por casas bancárias de pequeno porte, com baixo poder de financiamento, cujas principais linhas de crédito estavam concentradas em investimentos de curto prazo. De maneira geral, pode-se ter uma idéia da incapacidade deste sistema bancário de promover a mutação do capital mercantil ao capital industrial catarinense; segundo Cano (1985), condição necessária para que as regiões periféricas

participem de maneira ativa e consigam recolher ganhos do processo de integração comercial e produtiva que se desenrola no Brasil durante este período. Estes entraves só encontraram parte de sua solução a partir das linhas de crédito do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Também conjugara como importantes fontes de financiamento, a partir de meados da década de 1960, o Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina (BDE).

Outro ponto que certamente influenciou o acirramento destes gargalos de infraestrutura no estado de Santa Catarina foi a manutenção de elevadas taxas de crescimento populacional no decorrer da década de 1960, levando a um incremento relativo de sua população total de mais de 35% entre os anos de 1960 e 1970. Pode-se dizer que apesar da manutenção deste incremento elevado nesta década, a ocupação das fronteiras agrícolas estaduais perdem grande parcela de seu ímpeto, afirmação corroborada pela queda das taxas de crescimento anual geométrico da população rural do estado, que no decorrer da década de 1950 se situavam em torno de 2,06% e na década de 1960 caem para 1,05%. Desta forma, é correto afirmar que a partir da década de 1960 é o dinamismo das populações urbanas que passa a ditar o ritmo de crescimento da população estadual, com taxas de crescimento geométrico de 6,45% no decorrer da década de 1960.

Neste momento é importante observar o papel desempenhado pela cidade de Florianópolis e pela sua mesorregião de influência no decorrer deste período. Deve-se notar o fato de que esta cidade já despontava como uma praça de serviços, muito mais do que como uma praça industrial, como os demais centros urbanos de grande importância do estado<sup>8</sup>. Desta forma, vale chamar atenção de que neste período, a cidade de Florianópolis e sua mesorregião não apresentam grandes estabelecimentos produtivos. Dada esta observação, deve-se atentar para o fato de que a economia urbana desta mesorregião sofrera grande influência do esforço de planejamento estatal em criar e expandir instituições e aparelhos de gestão e investimento, que visavam superar os gargalos na infra-estrutura catarinense. Como exemplo, pode-se citar a CELESC que foi criada em meados da década

---

<sup>8</sup> Se as razões que levaram a este quadro se centralizam no fato de que a cidade de Florianópolis esta localizada em uma ilha, cujas ligações com o continente neste período ainda se restringiam à ponte pênsil Hercílio Luz. Se, talvez o fato de se constituir como a capital do estado, e sede de grande parte do aparelho burocrático necessário a gestão, acabaram por inibir aplicações em estabelecimentos produtivos, de qualquer forma, estas são apenas conjecturas.

de 1950 e terá sua sede na cidade de Florianópolis, bem como o BRDE, o BDE e a Universidade Federal de Santa Catarina, todos criados em meados dos anos 1960, que bem ou mal, serão fonte de recursos para a impulsão da economia urbana desta mesorregião.

Dentro deste quadro de importantes incentivos à economia urbana de Florianópolis, podem-se compreender as taxas de crescimento geométrico anual de sua população urbana no período de 1960/1970, que circulavam em torno de 4,54% para a cidade de Florianópolis e 6,77% para a mesorregião. No decorrer desta década, o grau de urbanização mesoregional saltou de 44,27% para 60,60%, o que leva esta mesorregião a se constituir como a primeira do estado com primazia da população urbana.

Outra mesorregião que merece destaque no decorrer da década de 1960 é a mesorregião Nordeste de Santa Catarina, cuja principal cidade é Joinville. Pode-se dizer que a dinâmica econômica desta mesorregião, em grande medida, esteve assentada sobre o vertiginoso crescimento da indústria metal-mecânica que ocorre principalmente no período posterior a 1945. A exemplo da indústria têxtil de Blumenau, o crescimento do setor metal-mecânico da mesorregião Nordeste foi um exemplo de sucesso de indústrias originárias de 'estados periféricos' no processo de integração comercial e produtiva comandado por São Paulo. A razão pela qual se optou por comentar a dinâmica da população desta mesorregião somente na sessão reservada a década de 1960 reside no fato de que as transformações econômicas desdobradas no decorrer do período anterior encontram reflexos bastante aparentes nesta década. Pode-se classificar o dinamismo populacional da população da mesorregião Nordeste como comedido a partir de uma análise superficial, dado ao fato de que sua participação relativa na população estadual manteve-se estável entre os anos de 1950 e 1960 (de 9,60% para 9,05%); apresentando pequena recuperação quando analisamos a distribuição populacional em 1970 (9,43%). Porém, as transformações que se desenrolaram nesta mesorregião dizem respeito ao diferencial entre a população rural e urbana, onde esta mesorregião é a única a apresentar taxas geométricas de crescimento anual de sua população rural em patamares negativos desde o período 1950/1960, taxas que se tornam ainda mais negativas no período 1960/1970. Em contraposição, as taxas de crescimento de sua população urbana se encontram próximas de 7% ao ano nos dois períodos. Com a finalidade de ilustração, tomemos a principal cidade da mesorregião, palco das principais transformações da economia mesoregional, onde a população urbana no

período de 1950/1960 cresce a taxas geométricas anuais na ordem de quase 10%, números que caem para cerca de 7% no período de 1960/1970. Estes números sedimentam o caminho de Joinville em direção ao papel de cidade com a maior população de Santa Catarina que irá alcançar a partir de 1980.

Quando analisamos o quadro existente na mesorregião Oeste do estado, podemos observar que o papel de fronteira agrícola desempenhado por esta mesorregião no decorrer das décadas de 1940 e 1950 diminui em parte seu ímpeto na década de 1960. Deve-se ter em mente que o processo de ocupação (em bases capitalistas) dessa mesorregião inicia-se principalmente após o fim do conflito do Contestado, ou seja, a partir da década de 1920, servindo como importante destino de excedentes populacionais de agricultores provindos preponderantemente do Rio Grande do Sul. As transformações observadas na estrutura econômica dessa mesorregião a partir da década de 1950, podem ser focalizadas no surgimento das agroindústrias alimentares e de frigoríficos, principalmente do setor suíno e avícola. Contudo, o surgimento das agroindústrias e frigoríficos regionais, apesar de representarem um claro processo de concentração de renda na região, no decorrer das décadas de 1950, 1960 e 1970 se deram dentro de um padrão produtivo onde a absorção de novos integrados era uma constante. Sendo assim, em alguma medida, pode-se dizer que neste período o surgimento das agroindústrias processadoras se configurou como um importante canal de escoamento para a produção de grande parte da pequena propriedade rural da mesorregião Oeste. Neste sentido, observamos que a taxa de crescimento geométrico anual da população mesorregional responde em grande medida a este estímulo, situando-se no patamar mais elevado entre as mesoregiões de Santa Catarina, que era de 7,74% no período 1950/1960, diminuindo para 5,78% no período de 1960/1970. Resumidamente pode-se dizer que a população de 1970 representava quase três vezes o montante da população da mesorregião Oeste no ano de 1950.

### **1.3.3. Década de 1970, os reflexos do milagre brasileiro na estrutura produtiva e populacional de Santa Catarina.**

Para Santa Catarina, a década de 1970 pode ser descrita como um período de aparente contradição entre o dinamismo de sua estrutura produtiva e da evolução de sua

população. Esta afirmação está baseada na percepção de que o estado catarinense expande sua participação na renda interna brasileira, sendo que suas taxas de crescimento da população total diminuem de maneira importante. Segundo Cunha (1992) a participação de Santa Catarina na renda interna brasileira, em 1970, era de 2,5%, e, em 1980, o estado alcança 3% de participação. Contudo, as taxas anuais de crescimento geométrico da população de Santa Catarina caem de 3,10% no decorrer da década de 1960, para 2,23% na década de 1970.

Pode-se argumentar que essa diminuição nas taxas de crescimento seja fruto da ascensão de um movimento de diminuição das taxas de fecundidade total em Santa Catarina, que eram de 7,30 no decorrer da década de 1960 e caem para 6,28 no ano de 1970 (IPARDES, 1997). Contudo, pode-se observar que esta pequena diminuição não poderia ser a única responsável pela diminuição nestas taxas, fato que indica a existência de um saldo migratório negativo para o estado no decorrer desta década<sup>9</sup>.

Este quadro indica que a década de 1970 já passa a representar o período de esgotamento das fronteiras agrícolas em Santa Catarina. Fato ilustrado pela inflexão nas taxas anuais de crescimento geométrico de sua população rural, que passam a ser negativas a partir deste período, situando-se em torno 0,9% negativos no decorrer da década de 1970. Contudo, deve-se atentar para o fato de que não são as populações que ocuparam a fronteira agrícola do Oeste e Meio Oeste Catarinense as principais contribuintes para este quadro de êxodo rural, mas sim as populações rurais das demais mesoregiões do estado, que sofrem com o pacote da chamada 'revolução verde', cujos principais resultados foram uma massiva concentração de terras e expulsão de populações rurais<sup>10</sup>.

No decorrer da década de 1970 o sistema de integração entre as agroindústrias alimentares do Oeste e Meio Oeste Catarinense e os pequenos agricultores ainda se encontrava em uma fase de contínua expansão no número de integrados. Deve-se ressaltar que é no decorrer desta década que as empresas alimentares de Santa Catarina conquistam os principais mercados do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo. Dessa forma, é correto dizer que até 1980 existia um padrão bastante homogêneo do desenvolvimento da agropecuária na região. Havia a absorção gradativa de novos produtores integrados por

---

<sup>9</sup> Deve-se ressaltar que as análises relativas a migração serão efetuadas no segundo capítulo desta dissertação, por este motivo esta discussão não será aprofundada no presente momento.

<sup>10</sup> Para maiores informações ver Graziano da Silva (1982).

parte das agroindústrias, além de um ambiente produtivo em que “o agricultor gozava de relativa autonomia em seu processo decisório, já que podia organizar seu processo de trabalho e produção segundo a disponibilidade interna de fatores” (Mior, 2005, p.86).

Este quadro resultava em um crescimento contínuo das populações das mesoregiões Oeste e Meio Oeste de Santa Catarina no decorrer da década de 1970, com taxas anuais de crescimento geométrico de 1,19% para o Meio Oeste e 2,90% para o Extremo Oeste. No que se refere ao Extremo Oeste, apresentando taxas anuais de crescimento geométrico positivo inclusive para sua população rural, na ordem de pouco mais de 1%. Vale ressaltar que nesta década esta é a única mesorregião a apresentar crescimento de sua população rural no estado catarinense, partindo de 351.857 habitantes, em 1970, e alcançando 390.075 habitantes em 1980.

A mesorregião Sul de Santa Catarina é palco de um importante exemplo de como a expansão produtiva da economia brasileira no decorrer da década de 1970 implicou em importantes transformações na economia do estado de Santa Catarina. A constituição do Banco Nacional da Habitação e do Sistema Financeiro da Habitação levaram a um vertiginoso crescimento no setor de construção civil da economia brasileira<sup>11</sup>. Fato que, por sua vez, explica a expansão das principais cerâmicas de Santa Catarina, que estavam sediadas preponderantemente na região Sul do estado. A partir da década de 1970 a cidade de Criciúma que era conhecida principalmente pelo desempenho do setor carbonífero, passa a ser conhecida como a capital nacional do Azulejo, desempenhando a função de centro de uma rede de cidades com expressivo volume de produção cerâmica. Nesta década o pólo cerâmico de Santa Catarina era formado preponderantemente pelas cidades de Criciúma, Içara, Morro da fumaça, Urussanga, Tubarão e Porto Belo. Pode-se perceber a importância da mesorregião Sul neste pólo, pelo fato de que dentre as cidades do pólo cerâmico, apenas a cidade de Porto Belo não está aí localizada.

A importância da evolução do setor cerâmico para a mesorregião Sul de Santa Catarina deve ser ressaltada pelo fato de contribuir para uma diversificação produtiva, também encampada por importantes avanços no setor plástico. Tal diversificação, contribuiu de forma fundamental para que o dinamismo da economia mesoregional não

---

<sup>11</sup> Crescimento do setor de construção civil: de 1967 a 1973 foi de 10,9%; de 1973 a 1976 foi de 12,1%; de 1976 a 1980 de 6,2%.

estivesse unicamente atrelada ao desempenho de um único setor, o setor carbonífero. O setor carbonífero passou por seu último período de grande expansão no decorrer da década de 1970. As razões que levaram a este ciclo de crescimento estiveram associadas ao ritmo de expansão da economia brasileira e as políticas de incentivo do planejamento estatal. Sem embargo, deve-se ressaltar outro importante fator para este quadro, as crises do petróleo que explodiram em 1973 e 1979. Contudo, apesar do contínuo aumento da produção nas minas, este período também foi palco de importantes incrementos de mecanização da exploração mineral, fato que resulta em uma relativa estabilização da demanda por mão-de-obra no setor no decorrer deste período.

Como afirmado anteriormente, no decorrer da década de 1970 foi desenrolado um importante movimento de diversificação produtiva na mesorregião Sul, cujo principal resultado foi o fortalecimento de uma economia urbana, auxiliando na absorção de importantes contingentes de população rural que deixavam os campos no decorrer desta década. Corroborando esta afirmação podemos observar que a população rural desta mesorregião foi diminuída em um patamar superior a 20% no decorrer da década de 1970, diminuindo seu contingente de 286.337 pessoas em 1970, para 227.666 em 1980. De acordo com a tradição analítica proposta por Singer (1973), está claro que devemos procurar os determinantes deste importante êxodo rural nas transformações desenroladas no campo<sup>12</sup>, contudo, é certo que o desempenho da economia urbana contribuiu para a delimitação do destino destes contingentes populacionais. Neste sentido, podemos observar que o crescimento da população urbana desta mesorregião continua apresentando a importante marca de 4,68% de crescimento geométrico ao ano, e um incremento relativo de mais de 57% entre os anos de 1970 e 1980.

Outra mesorregião que foi diretamente beneficiada pelo desempenho da economia brasileira no decorrer da década de 1970 foi a mesorregião Nordeste de Santa Catarina. Dessa forma, a leitura do desempenho econômico desta mesorregião deve estar diretamente associada a sua forte ligação com o ‘projeto nacional de industrialização’, representado pelo II PND. Pode-se dizer que um dos principais fatores que favoreceram a inserção da mesorregião Nordeste neste ciclo de desenvolvimento foi o poder de comando exercido

---

<sup>12</sup> A política de créditos agrícolas no decorrer da década de 1970 claramente privilegiou uma modernização conservadora da agricultura, tendo como consequência direta a centralização da posse da terra e expulsão de contingentes rurais. Graziano (1984).

pelas grandes e médias empresas da região (principalmente no setor eletro metal-mecânico), criando uma constelação de pequenas e médias empresas prestadoras de serviços. Neste sentido, é correto afirmar que foi criado um ambiente propício aos avanços produtivos, que possibilitaram que essa região se inserisse de maneira bastante positiva no segundo ciclo de integração da economia nacional. Ou seja, não apenas pela via comercial, mas também pela via produtiva, expandindo atividades e realizando aquisições em outras áreas (Cano, 1978; Goulart Filho, 2001).

O reflexo na dinâmica populacional deste grande dinamismo econômico é claro. Por exemplo, a população do município de Joinvile teve um incremento relativo de mais de 87% nesta década, tornando-se o município mais populoso do estado no censo de 1980. No que se refere ao incremento populacional da cidade de Joinvile (considerando-se apenas sua população urbana), o crescimento no decorrer da década de 1970 foi de quase 100%. Outra cidade também passa a despontar como importante núcleo regional no decorrer desta década, a cidade de Jaraguá do Sul. De uma maneira geral, este município foi influenciado de forma positiva pelo cruzamento de rodovias e estradas, por estar localizada entre Joinvile e Blumenau; mas o fato é que durante esta década importantes investimentos nos setores metal-mecânico e têxtil levam esta cidade a despontar como importante centro produtivo. Fato cujas repercussões em sua dinâmica populacional são logo sentidas, pois a população urbana de Jaraguá cresce mais de 100% entre os anos de 1970 e 1980.

Dentro de uma análise para o total da mesorregião, é importante frisar que desde o ano de 1970 esta população já apresenta primazia urbana, com grau de urbanização em torno de 65%. Fato que em grande medida contribuiu para este quadro é o importante êxodo rural observado no decorrer desta década, resultando em uma diminuição absoluta da população rural em torno de 20%<sup>13</sup>. O incremento populacional observado entre 1970 e 1980 foi quase de 60% para o total da população mesoregional. Contudo, o dinamismo observado para a população rural desta mesorregião não só acompanha o movimento geral observado para o estado catarinense, como apresenta taxas anuais de crescimento geométrico negativas com maior valor, na ordem de 2,30%.

---

<sup>13</sup> Deve-se deixar claro que não se desconsidera o fator relativo à reclassificação do setor censitário das populações, que muitas vezes por um simples fator burocrático levam uma população anteriormente rural, em um determinado Censo, a ser classificada como urbana, no Censo seguinte. Contudo, a dimensão da diminuição da população rural nesta mesorregião indica a existência de um forte êxodo rural.



O quadro observado para a mesorregião do Planalto Serrano, no decorrer desta década, é contrastante com o observado no conjunto da economia estadual e brasileira. O fim das reservas de araucária e a contínua instituição de proibições de cortes em áreas de reserva, levaram à região a uma aguda recessão. A queda da atividade madeireira não foi seguida de um ciclo de investimentos em outra atividade industrial com capacidade de recuperar o nível de renda mesoregional. Contribuindo para o agravamento deste quadro de crise, uma importante fonte de renda para a economia do principal centro urbano desta mesorregião foi interrompida. No início da década de 1970 foi transferido um batalhão Rodoviário que estava sediado na cidade de Lages desde a década de 1930, dispensando quase 2.000 trabalhadores.

Tendo em vista este quadro recessivo não é difícil explicar o dinamismo populacional observado na região no decorrer da década de 1970, em que a taxa anual de crescimento geométrico cai de 3,21% no decorrer da década de 1960, para pouco mais de 0,7% na década de 1970. No que se refere à população rural, este quadro foi muito mais agudo, apresentando taxas de crescimento negativas, na ordem de 1,57%.

#### **1.3.4. Década de 1980: reflexos da crise sobre Santa Catarina.**

Os anos 1980 podem ser caracterizados como um período de crise, tanto no contexto nacional como internacional. O expressivo aumento dos juros internacionais, as conseqüências do segundo choque do petróleo e o surgimento de uma nova ideologia de regulação econômica, colocaram em cheque o modelo de desenvolvimento em curso no Brasil até então. No contexto da economia brasileira, foi fortemente estimulada a produção de elevados superávits na balança comercial como alternativa para controlar o crescente pagamento da dívida externa (Carneiro, 2002). Neste quadro, o Estado nacional vê seus recursos contingenciados, impedindo a manutenção do projeto de industrialização nacional. Por outro lado, a inflação passa a assumir taxas crescentes e o conflito distributivo dentro da sociedade brasileira se vê ainda mais acirrado.

No que se refere ao quadro do estado de Santa Catarina em particular, deve-se ressaltar que não existiam grandes obstáculos ao desenvolvimento por restrições no setor de infra-estrutura, graças aos investimentos realizados nas décadas anteriores. Contudo, houve

importante decréscimos nos incentivos governamentais ao desenvolvimento industrial, com a desativação de uma série de incentivos fiscais estaduais. Entretanto, dentro do contexto de crise que abatia a economia brasileira como um todo, o estado de Santa Catarina apresentou indicadores de crescimento superiores a média nacional: enquanto o PIB nacional cresceu à taxa de 1,2% ao ano entre 1981 e 1984, o estado de Santa Catarina obteve a taxa de 6,7% ao ano neste período. Sendo assim, Santa Catarina aumentou sua participação na formação do PIB nacional em quase 1% no decorrer deste período (Cunha,1992).

No entanto, no decorrer da década de 1980, no que se refere ao incremento populacional, foram mantidas taxas anuais de crescimento geométrico abaixo das observadas nas décadas anteriores, circulando em torno de 2,10%. Contudo, esta diminuição nas taxas de crescimento, em grande medida, são explicadas pela diminuição observada na taxa de fecundidade total (TFT) do estado de Santa Catarina, que no de 1980 estava em 3,82 filhos por mulher, uma diminuição de quase 40% em relação à TFT observada em 1970 (IPARDES, 1997).

O Censo de 1980 foi o primeiro em que a população de Santa Catarina aparece com uma primazia urbana de sua população, onde o grau de urbanização circula em torno de 59%. Dessa forma, o estado de Santa Catarina apresenta um déficit de uma década em relação ao Brasil, no que se refere à primazia urbana da população. Deve-se lembrar que este 'atraso' relativo é fruto da ocupação tardia de sua fronteira agrícola no Oeste do estado. Não obstante, pelas taxas decrescentes de crescimento geométrico anual da população rural de Santa Catarina desde a década de 1970, é correto dizer que neste estado se exerceu o mesmo processo de êxodo rural observado no restante do país, como conseqüência direta da modernização agrícola aqui instituída.

Outro ponto que merece destaque neste momento é a consolidação de uma estrutura urbana peculiar em Santa Catarina que, ao contrario dos demais estados brasileiros, não apresenta o fenômeno de polarização urbana em torno de sua capital, mas sim, o de centralidade. Desta forma, como já argumentado anteriormente, a rede urbana de Santa Catarina se configura a partir de 'capitais regionais', que exercem grande influência sobre uma determinada região. Podemos contrastar o estado de Santa Catarina com São Paulo ou Rio de Janeiro, onde suas capitais são responsáveis por respectivamente cerca de 34% e 45% do contingente populacional do estado. Em Santa Catarina, Florianópolis não se

constitui como a cidade de maior contingente populacional e é responsável por apenas 8,6% do total da população do estado. Mesmo a cidade de Joinvile, que no ano de 1980 é a maior cidade catarinense, é apenas responsável por cerca de 11% do contingente populacional de Santa Catarina. Neste sentido, mais uma vez vale observar o quadro de cada uma das mesoregiões, para compreender o processo em curso neste estado.

Devido ao contexto de crise no setor externo, vale ressaltar o papel desempenhado por alguns municípios da mesorregião Nordeste, em que o desempenho da indústria moveleira é central. A origem da indústria moveleira nesta mesorregião remonta ao período de sua colonização, porém, é no decorrer da década de 1980 que cresce sua inserção externa. Pode-se dizer que esta inserção foi fruto tanto do esforço empreendido pela economia como um todo para um aumento em suas exportações, quanto pelo fato de que nesta década os estabelecimentos moveleiros desta mesorregião são levados a trabalhar com uma nova matéria prima, o pinus, com grande potencial de inserção externa neste período. Para se ter idéia deste potencial, vale ressaltar o fato de que o pólo moveleiro desta mesorregião é responsável por cerca de 23,2% das exportações de móveis do Brasil no decorrer da década de 1980.

O pólo moveleiro existente em Santa Catarina está concentrado fundamentalmente em três municípios: São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre. O arranjo produtivo ali localizado é formado por um conjunto de empresas, principalmente de médio e pequeno porte, com grande proximidade geográfica e elevada grau de especialização, remontando ao que a literatura econômica contemporânea denomina como um arranjo produtivo local<sup>14</sup>.

Por outro lado, o pólo metal-mecânico desta mesorregião continua desempenhando seu papel de centro dinâmico da indústria catarinense. Neste sentido, muitas das empresas ali situadas expandiram sua inserção nacional e internacional, consolidando o crescimento da população. O contingente populacional desta mesorregião apresenta uma crescente participação no total da população de Santa Catarina, partindo de um patamar de cerca de 9% em 1960 e alcançando mais de 13% em 1991.

No decorrer da década de 1980 a mesorregião Sul de Santa Catarina vê o desenrolar de uma crise anunciada. O setor carbonífero catarinense, que tinha nas políticas de fomento

---

<sup>14</sup> Veja-se, dentre outros BRACARENSE, N.A Problemática das Aglomerações Produtivas Especializadas: aspectos principais, governança interna e externa e observação da experiência de São Bento do Sul, S.C. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

sua principal base de funcionamento, se vê inserido dentro de uma aguda crise. Pode-se dizer que nos primeiros anos da década de 1980 este setor não sofreu importantes impactos da contingência de recursos que assolava as contas públicas brasileiras. No entanto, a partir de 1986, começa um progressivo ‘desmanche’ do ‘esquema’ que protegia o setor carbonífero de Santa Catarina. Neste sentido, progressivamente foi aumentada a parcela de carvão metalúrgico importado, foram sendo extinguidos os subsídios para o transporte e, por fim, foram extintas as cotas obrigatórias de compra pela Companhia Siderúrgica Nacional. “Até 1990, quando foi dado o golpe final, paulatinamente foram caindo a produção e a oferta de emprego” (Goulart Filho, 2001, p.193).

Como dito anteriormente, a crise na mesorregião Sul de Santa Catarina só não foi maior graças à diversificação produtiva empreendida no decorrer da década de 1970, principalmente capitaneada pelos setores cerâmico e plástico. Contudo, as repercussões da crise carbonífera no dinamismo populacional desta mesorregião foram claras. A participação relativa da mesorregião Sul no contingente populacional do estado, que em 1980 era de mais de 15%, cai para cerca de 13%, em 1991. A taxa anual de crescimento geométrico de sua população rural continuou em uma trajetória negativa, circulando em torno de 0,57%. Contudo, o reverso desta moeda, que seria a absorção deste êxodo rural nas populações urbanas não é observado, pois as taxas de crescimento geométrico urbano caíram de cerca de 4,68%, em 1970, para 1,71% no decorrer da década de 1980. Como resultado deste quadro, as taxas anuais de crescimento geométrico para o total da população mesoregional também sofreram importante diminuição, caindo de 2,90% para 1,23%.

Em outro contexto, para a mesorregião do Vale do Itajaí, por sua vez, pode-se dizer que os anos 1980 representaram período de relativo dinamismo. Esta afirmação esta corroborada pelo comportamento na oferta de emprego no setor do vestuário que cresce cerca de 43% no decorrer da década de 1980. Contudo, deve-se atender para os seguintes fatos, de que o emprego foi capitaneado, desde meados dos anos 1970, pelo surgimento de um grande número de pequenas e médias empresas, e de que houve uma grande desconcentração espacial do setor. Esta desconcentração foi dirigida principalmente para cidades de menor porte da mesorregião do Vale do Itajaí e para a mesorregião Sul. Dentro deste contexto de surgimento de um grande número de pequenas empresas, vale ressaltar que as empresas líderes passaram a se especializar em ‘etapas-chave’ do processo

produtivo, além de diversificarem seu foco de atuação para atividades produtivas de outros setores da economia, como por exemplo, o setor alimentar. No que se refere ao esforço de uma maior inserção externa, o setor têxtil catarinense obteve relativo sucesso, dado que no ano de 1970 era responsável por 2,6% das exportações de vestuário e no ano de 1980, passa a ser responsável por 18,4%, elevando essa participação em 1989 para quase 30% das exportações brasileiras deste setor.

Neste sentido, pode-se explicar o importante incremento das taxas anuais de crescimento geométrico da população mesoregional, que durante a década de 1970 estavam no patamar de 2,30%, saltando para 3,30% no decorrer da década de 1980. Desta forma, a participação da mesorregião do Vale do Itajaí no contingente da população de Santa Catarina passa de 19,64% no ano de 1980, para 22,34% em 1991. Vale ressaltar, que a década de 1980 assiste ao importante crescimento de uma série de municípios que se encontram fora do eixo dinâmico da indústria do vestuário. São os municípios litorâneos da mesorregião, que passam a apresentar um dinamismo populacional lastreado em atividades ligadas ao porto de Itajaí e à ascensão do turismo, como importante atividade geradora de renda.

A mesorregião de Florianópolis continua a desempenhar o papel de importante centro de serviços no decorrer desta década, com a novidade de que o setor de turismo passa a desempenhar importante papel em sua dinâmica econômica. Neste sentido, vale ressaltar que no decorrer da década de 1970 a cidade de Florianópolis continuou sendo o destino de importantes instituições estatais que visavam incrementar a oferta de infraestrutura para o desenvolvimento econômico, como por exemplo, a construção da sede da Eletrosul, em meados dos anos 1970, que representou grande fonte de renda para a economia urbana dessa mesorregião. Contudo, devido ao quadro restritivo da década de 1980, pode-se dizer que este movimento encontrou uma ruptura, dada a ascensão de uma nova ideologia para a gestão estatal.

Apesar deste quadro, vale destacar que a mesorregião de Florianópolis continua apresentando grande dinamismo em sua dinâmica populacional, aumentando sua participação na população mesoregional, que em 1980 era de 12,55% e em 1991 passa a 13,82%. Este importante incremento é principalmente explicado pelo dinamismo observado no crescimento da população urbana da mesorregião, que no decorrer da década de 1980

apresenta taxas anuais de crescimento geométrico de 4,15%. Contudo, é importante ressaltar, que no decorrer da década de 1980 o crescimento da população mesoregional não se deve apenas ao dinamismo da cidade de Florianópolis, mas também dos municípios de seu entorno, como por exemplo, São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e Biguaçu. Pode-se dizer que a década de 1980 foi o período em que germina a formação da aglomeração metropolitana de Florianópolis, movimento fortalecido na década seguinte.

### **1.3.5. Década de 1990: abertura comercial, novo padrão produtivo e Santa Catarina.**

As transformações na economia brasileira desenroladas no decorrer da década de 1990 devem ser analisadas a partir de duas transformações estruturais. Em primeiro lugar, deve-se compreender que o padrão de financiamento que fundamentou o planejamento e a atuação estatal na economia, no decorrer das décadas de 1950 a 1980, se vê amplamente deteriorado. O que se assiste é um quadro em que as transações de caráter financeiro entre os mercados dos diferentes países passa a ter um papel preponderante. Como decorrência deste fato, surge nesta década um novo paradigma de atuação para os Estados Nacionais, popularmente conhecido como o ‘Consenso de Washington’. Dentro deste paradigma defende-se uma postura mais liberal do Estado frente à economia, a partir da desregulamentação econômica de diversos setores, bem como expressiva diminuição da participação do Estado a partir de empresas de capital público (Carneiro, 2002).

Por outro lado, deve-se compreender que o dinamismo da economia nacional se viu diretamente afetado pela grande abertura comercial, realizada no início da década, fato que levou a reestruturação produtiva de diversos setores da economia nacional. Dentro deste quadro de reestruturação, deve-se ter em mente a consolidação de um novo paradigma produtivo na indústria mundial, com reflexos diretos dentro na economia brasileira. A introdução da microeletrônica e a ascensão de novas formas de gestão do processo produtivo progressivamente desvincularam a correlação entre crescimento do produto industrial e crescimento do emprego (Laplaine, Coutinho e Hiratuka, 2003). Guimarães Neto (2002) afirma que o resultado desta reestruturação industrial no que se refere ao emprego, foi a ascensão de um movimento de caráter geral, para a economia brasileira, de aumento das relações precárias de trabalho (aumento do emprego informal), elevação das

taxas de desemprego aberto e queda da correlação entre produtividade do trabalho e salários. É importante ressaltar este aspecto, pois a partir da década de 1990 as análises sobre a relação entre dinamismo populacional e desenvolvimento regional, se tornam mais complexas.

Dessa forma, o desenvolvimento nacional, em grande medida, deixa de ter uma diretriz nacional, dentro de um contexto onde cada uma das unidades da federação traça seus próprios planos de desenvolvimento (Pacheco, 1998). Deve-se ter em mente o fato de que o foco da gestão de política econômica do estado nacional se volta ao controle do processo inflacionário. No que se refere ao desenvolvimento industrial das unidades da federação, o que se assiste prioritariamente, é a emergência de uma disputa por investimentos externos, que ficou conhecida como ‘guerra fiscal’.

Em Santa Catarina este quadro não foi diferente, a década de 1990 foi o palco de importantes reestruturações em diferentes setores da indústria e pode-se dizer que a condução do planejamento econômico neste estado seguiu a ideologia de uma postura liberal frente à economia, no decorrer de toda a década de 1990. Contudo, mais uma vez este estado apresenta um desempenho econômico acima do observado para o conjunto do Brasil, aumentando sua participação no PIB nacional, que segundo dados do IPEADATA, no ano de 1991 era de 3,49% e no ano de 2000 passa a 3,85%.

No que se refere ao comportamento populacional, à década de 1990 apresentou uma pequena diminuição das taxas anuais de crescimento geométrico, em relação à década de 1980, circulando em torno de 1,84% ao ano. Vale ressaltar que a queda na taxa de fecundidade total do estado foi um dos principais fatores que levaram a este quadro, dado que seu patamar em 1991 estava em cerca de 2,59 filhos por mulher.

A década de 1990 continua sendo palco de um intenso processo de êxodo rural, dentro de um quadro em que a população rural decresce a taxas anuais geométricas de 1,57%. É importante ressaltar que nos anos 1990 o processo de relacionamento entre as agroindústrias catarinenses e os produtores familiares sofre intensas transformações (Testa, 1996). Passando de um quadro onde estas agroindústrias apresentavam um número progressivo de produtores familiares integrados a suas atividades, nesta década tem início de um processo onde o número de agricultores passa a ser diminuído, em prol de uma

política de proximidade com as plantas de abate, bem como de aumento da escala de produção dos agricultores que eram conservados.

A principal região atingida por estas mudanças no sistema de relacionamento entre agroindústrias e produtores familiares é a mesorregião Oeste do estado de Santa Catarina. No decorrer da década de 1990, as taxas anuais de crescimento geométrico da população deste estado foram negativas, na ordem de 2,39%. Este quadro recessivo afetou a região de tal maneira que as taxas de crescimento de sua população circularam em torno de 0,07% ao ano, evidenciando o fato de que a economia urbana da mesorregião não apresentava condições de absorver os contingentes populacionais que deixavam o campo.

No decorrer desta década, a mesorregião que apresentou as maiores taxas de crescimento de sua população foi a mesorregião de Florianópolis, com taxas geométricas de 2,94% ao ano. Como afirmado para o período referente à década de 1980, o dinamismo populacional da mesorregião de Florianópolis foi lastreada tanto no crescimento de sua cidade principal, cujas taxas de crescimento foram de cerca de 3,30% ao ano, como dos municípios de seu entorno. Vale ressaltar que alguns municípios do entorno de Florianópolis apresentaram taxas de crescimento superiores ao da capital, como por exemplo, Biguaçu e Palhoça.

Este incremento populacional não foi acompanhado de importantes investimentos na indústria, parecendo ter sido mais uma vez conduzido pelo dinamismo do seu setor de serviços, resultando na expansão urbana-metropolitana. Pode-se destacar o esforço em instalar um parque de alta tecnologia em Florianópolis para aproveitar a presença da Universidade Federal.

O setor têxtil foi um dos mais afetados pela abertura econômica realizada no início da década de 1990, fato que o colocou em um crítico cenário, com retração de seu mercado interno e externo. Este setor, que é caracterizado pelo uso intensivo em mão-de-obra, sofre os impactos da concorrência mundial, que dentro de um quadro de abertura comercial e valorização da moeda nacional, que caracterizaram os anos 1990, foi obrigado a exercer uma forte reestruturação para enfrentar os desafios que se colocaram à sua perpetuação. As firmas mais atingidas foram as de grande porte, que desverticalizaram uma série de etapas do processo produtivo e subcontrataram pequenas empresas prestadoras de serviços com o



objetivo de fugir dos gastos trabalhistas. Não obstante, o emprego no setor como um todo sofreu intensa redução<sup>15</sup>.

Apesar da crise vivenciada pelo principal setor da indústria da mesorregião, a população mesoregional cresceu a taxas de 1,63% ao ano. O fato que chama a atenção é o expressivo crescimento das cidades litorâneas dessa mesorregião, que não estão diretamente atreladas ao setor têxtil, como foi o caso de Balneário Camburiú, com taxa geométrica de crescimento de 6,80% ao ano; Itapema, com taxa de 8,90% ao ano; Navegantes com 5,80% ao ano; ou mesmo Itajaí, com 2,35% ao ano. Estas cidades estão formando uma mancha contígua de ocupação, fato que conduz a Assembléia legislativa de Santa Catarina a dar status de região Metropolitana a esta área no ano de 2002. Vale ressaltar que, além das atividades relacionadas ao porto de Itajaí, a economia da região está diretamente relacionada à atividade turística de temporada, bem como ao setor de construção civil, cuja vitalidade está baseada na expansão contínua do contingente populacional da mesorregião.

O setor metal-mecânico da indústria de Santa Catarina não foi tão atingido como o setor têxtil, por decorrência da abertura da economia brasileira, contudo, não pode escapar ileso deste período de reestruturação. Nos primeiros cinco anos da década de 1990, o setor metal mecânico de Santa Catarina sofreu uma reestruturação patrimonial de muitas de suas principais empresas. Este foi o caso da Tupy, a principal empresa de fundição da indústria catarinense, que no decorrer dos primeiros anos da década de 1990 viu sua oferta de empregos cair em quase 45%, diminuindo de 7,6 mil empregos no final da década de 1980 para 4,3 mil em 1999. Contudo, pode-se dizer que houve o surgimento de uma série de pequenas empresas prestadoras de serviços no setor metal-mecânico, o que, segundo Calheiros (2006), em certa medida recuperou o nível de empregos no setor metal mecânico da região.

O setor têxtil da mesorregião Nordeste, cuja representação no VTI mesoregional sempre foi menor do que o do setor metal mecânico, porém, ainda assim representava um importante segmento industrial, foi duramente atingido pela abertura econômica. Contudo, pode-se dizer que a retração deste setor na mesorregião Nordeste iniciou-se ainda na década de 1980, por decorrência na retração da demanda interna. Para se ter uma idéia, segundo

---

<sup>15</sup> Para mais informações ver JINKINGS (2001).

Goulart Filho (2001), em 1990 o setor representava cerca de 15% da estrutura industrial da mesorregião, sendo que no ano de 1999 essa representação caiu para 9,6%.

Contudo, apesar da reestruturação industrial em que se insere a indústria brasileira em seu conjunto, pode-se dizer que a mesorregião Nordeste de Santa Catarina continua ocupando o posto de maior pólo industrial deste estado. Dessa forma explicando a manutenção das elevadas taxas anuais de crescimento geométrico que se observa na mesorregião no decorrer da década de 1990, circulando em torno de 2,86%. Deve-se ressaltar que um conjunto de cidades que formam a mesorregião Nordeste, principalmente nos arredores de Joinville, formam uma mancha de ocupação contígua, fato que leva a Assembléia Legislativa de Santa Catarina a decretar a existência da metrópole de Joinville no ano de 1998.

Na mesorregião Sul de Santa Catarina, pelo menos no que se refere ao setor cerâmico, é possível dizer que a reestruturação produtiva foi precoce ao movimento observado para o conjunto da indústria nacional. Este movimento foi consequência da necessidade de elevada inserção externa do setor no ambiente de retração da demanda interna vivenciado no decorrer da década de 1980. Dessa forma, é correto dizer que muitas das empresas líderes do setor cerâmico de Santa Catarina implementaram novos processos de produção e gestão. Este fato, em grande medida, capacitou este setor a enfrentar a abertura comercial da década de 1990 de forma mais estável. Contudo, também foi observado a redução do montante de empresas que atuavam na região, fato que levou a redução no emprego direto gerado no setor em torno de 30% no decorrer dos anos 1990. Porém, vale salientar que houve importante recuperação da produção cerâmica na segunda metade da de 1990, sem embargo, este movimento de recuperação não foi acompanhado por um aumento na oferta de emprego, graças aos importantes incrementos em produtividade, mas que também não foram repassados aos salários (Souza, 2006).

É interessante observar que a reestruturação do setor cerâmico e do setor de vestuário, aliada a crise terminal do setor carbonífero, tiveram grande influência sobre a estrutura de empregos formais na mesorregião Sul de Santa Catarina. Contudo, o que se observa em relação à dinâmica populacional da mesorregião, no decorrer dos anos 1990, é um processo de pujante recuperação no crescimento, com taxas geométricas anuais circulando em torno de 3,12%. Esta recuperação foi principalmente capitaneada pela taxa

de crescimento de sua população urbana, que circulou em torno de 4,59% no decorrer da década. Por outro lado, continua sendo presente o movimento de êxodo rural da região, porém com menor ímpeto, onde a população rural apresentou taxas negativas de crescimento anual geométrico da ordem de 0,14%.

## **Capítulo 2 – Dinâmica dos Movimentos Migratórios em Santa Catarina.**

O presente capítulo desta dissertação está diretamente voltado à análise dos fluxos migratórios no estado de Santa Catarina. Tendo em vista o fato de que as migrações fazem parte de processos sociais complexos e, por este motivo, podem ser analisadas de diferentes prismas (Singer, 1977; Faria, 1978), neste trabalho, como explicitado anteriormente, o foco analítico está voltado para as interconexões entre os deslocamentos populacionais e os processos de desenvolvimento socioeconômico das diferentes regiões de Santa Catarina entre 1950 e 2000.

Dado o largo período que esta pesquisa procura abranger, deve-se ter em mente o fato de que os fluxos populacionais aqui analisados foram efetuados dentro de diferentes momentos históricos. É importante frisar este fato, pois ele remete a duas questões centrais nesta análise.

Por um lado, está claro que deverão ser construídas múltiplas conexões entre os deslocamentos populacionais e os processos de desenvolvimento econômico-social que lhes dão sentido. Como enfatizaram Pacheco e Patarra (1997), são as análises concretas da dinâmica socioeconômica de cada região e momento histórico o objeto de estudo mais frutífero quando nos debruçamos sobre os movimentos populacionais. Estes autores defendem a tese de que as generalizações sobre a natureza das migrações, normalmente construídas tendo por base os saldos migratórios de diferentes localidades, “se restringem a constatações empíricas semelhantes na aparência, mas distintas enquanto processo concreto” (Pacheco e Patarra, 1997: 447). Brito (2000) aborda esta interpretação para corroborar sua busca por padrões migratórios no decorrer da história dos deslocamentos populacionais brasileiros. Este estudo, porém, utiliza esta referência teórica para destacar a importância das heterogeneidades para explicar as dinâmicas migratórias em diferentes localidades.

Apesar do texto de Brito (2000) abordar a existência de trajetórias migratórias secundárias, o elevado grau de regionalização do processo de desenvolvimento de Santa Catarina, dentro de um contexto de grande heterogeneidade em cada uma de suas regiões, nos leva a questionar a existência de um padrão migratório geral. Por esta razão, propõe-se que perseguir um único padrão migratório que explicasse a realidade deste estado seria uma

análise antagônica a proposta metodológica de Pacheco e Patarra (1997). Dessa forma, deve-se ter em mente que este capítulo procura muito mais explicar as especificidades dentro dos fluxos e processos de desenvolvimento, do que a construção de generalizações. Por este motivo, justifica-se a utilização da abordagem do processo de desenvolvimento via rede urbana, dada à capacidade desta forma de interpretação de apreender as diferentes funções que os centros urbanos praticam no contexto da divisão social do trabalho, expressa no espaço a partir da articulação entre diferentes núcleos urbanos e suas hinterlândias de influência (Correa, 2006)<sup>1</sup>.

A segunda questão suscitada pelo largo período de análise, são as diferentes fontes de dados sobre migração. Neste sentido, deve-se esclarecer de que a fonte de dados utilizada para obter o montante das migrações neste estudo serão os Censos Demográficos Brasileiros. Desde 1940, estes Censos foram realizados dentro do intervalo de uma década (com exceção do Censo Demográfico de 1991). Contudo, as informações referentes aos movimentos populacionais variaram neste intervalo, fato que impede uma comparação direta entre os dados dos diferentes Censos (Martine, 1984).

Este trabalho aborda o período entre 1950 e 2000, por este motivo só serão apreciados dados sobre movimentos migratórios neste intervalo. No que se refere ao Censo Demográfico de 1950, só é possível recolher informações referentes ao estoque de pessoas não naturais da UF onde residem, segundo a UF de origem. Ou seja, são classificados como ‘migrantes’ o total acumulado de pessoas não nascidas na Unidade da Federação de recenseamento. No Censo Demográfico de 1960, as informações sobre as migrações se ampliam, sendo possível coletar informações sobre as pessoas não naturais do município onde residem, segundo a UF do município anterior. Desta forma, o que o Censo de 1960 nos permite avançar, na análise do estoque de não-naturais, é a provisão de uma proxy do montante de migrações efetuadas entre os municípios de uma mesma UF, no caso deste trabalho, as migrações internas de Santa Catarina.

O Censo de 1970 permite a apreensão de outros dados referentes aos movimentos populacionais, apresentando informações sobre o município de residência anterior do migrante e se era proveniente de territórios rurais ou urbanos (Martine, 1984). Contudo,

---

<sup>1</sup> A compreensão do desenvolvimento econômico via estudos acerca do processo de desenvolvimento das redes urbanas permite a apreensão deste processo em diferentes escalas, principalmente no que se refere as articulações regionais.

este trabalho irá utilizar as informações do Censo Demográfico de 1970 de forma parecida ao Censo Demográfico de 1960. Esta opção foi tomada para possibilitar a apresentação de um texto contínuo sobre o período que vai de 1950 a 1970.

Por seu turno, o Censo Demográfico de 1980 representa um avanço em termos de informações sobre os movimentos populacionais. Neste Censo, estão presentes informações referentes a pessoas não-naturais do município onde residem, que migraram há menos de 10 anos, segundo lugar de domicílio anterior. Desta forma, este Censo Demográfico nos permite captar as pessoas não naturais dos municípios, que migraram dentro daquele período inter-censitário e não o estoque total de não naturais, como no Censo de 1970. Outro avanço referente às informações migratórias do Censo Demográfico de 1980 (também presente no Censo de 1970) é o de que tais informações podem ser agrupadas segundo as microrregiões de domicílio (IBGE), fato que permite a construção de um quadro migratório regional. Este avanço deve ser destacado, dada a importante regionalização do dinamismo socioeconômico em Santa Catarina. Sendo assim, a ênfase será dada a partir de 1980, com o objetivo de associar os fluxos migratórios com a dinâmica socioeconômica que lhes dão sentido.

No que se refere aos Censos de 1991 e 2000, as informações referentes às migrações se modificaram de forma importante. Além de apresentar as tradicionais perguntas sobre UF e município de nascimento e UF e município de residência, estes Censos Demográficos apresentam perguntas referentes ao município de domicílio do entrevistado em uma data fixa (de 5 anos antes do Censo Demográfico). Estas serão as informações utilizadas neste trabalho no período de 1980 a 2000. Porém, é importante destacar que os dados que utilizaremos dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 só permitem análises sobre os municípios de origem e destino para a parcela das pessoas que efetuaram movimentos migratórios dentro da margem de tempo estipulada pela data fixa, não captando os movimentos migratórios, segundo município, realizados em períodos superiores a 5 anos. As informações que serão utilizadas neste trabalho permitem a apreensão de trocas migratórias internas e externas ao estado, permitindo a análise precisa das regiões de origem e destino de todos os migrantes.

No que se refere aos dados do Censo Demográfico 2000, serão efetuadas análises migratórias em duas escalas. A primeira será semelhante à efetuada com os dados do Censo

Demográfico de 1991, apresentando as trocas migratórias de cada uma das diferentes mesorregiões geográficas do estado catarinense, ou seja, as trocas de uma determinada mesorregião geográfica com as outras mesorregiões geográficas do estado de Santa Catarina e com as demais Unidades da Federação Brasileiras (UFs).

A outra escala analítica, introduzida somente nos dados<sup>2</sup> referentes ao Censo Demográfico 2000, é referente às trocas migratórias efetuadas entre os municípios que constituem uma mesorregião geográfica. Ou seja, uma análise das trocas migratórias internas à mesorregião. O objetivo de introduzir esta escala analítica é lançar luz sobre a dinâmica interna das trocas migratórias específicas daquele circuito da rede urbana do estado de Santa Catarina. Desta forma, as trocas migratórias serão analisadas desde a perspectiva dos movimentos de maior escala, que seriam resultado de conexões na escala da rede urbana brasileira. Além, da escala interna da mesorregião geográfica, em que os determinantes principais daqueles fluxos migratórios são frutos de processos de desenvolvimento desigual entre áreas de grande proximidade geográfica. Estas análises ajudam a ressaltar as diferenças entre redes urbanas com maior grau de desenvolvimento, em que os fluxos na escala intra-regional refletem contornos metropolitanos e, áreas com redes urbanas que apresentam contornos claros de polarização em torno de um município inserido em uma rede urbana com menores graus de desenvolvimento, cuja base econômica estaria mais centrada em atividades rurais.

## **2.1. De 1950 a 1970: Avaliação do Estoque de Não-Naturais e Evolução da Rede Urbana.**

O texto de Martine e Camargo (1984) classifica o estado de Santa Catarina como uma área de emigração no período de 1950 a 1980, ou seja, onde os movimentos de emigração superam os movimentos de imigração no decorrer de todo o período. Contudo, conforme os dados do Censo Demográfico de 1950, mais de 10% da população catarinense era formada por pessoas não-naturais deste estado, ou seja, que migraram para esta localidade.

---

<sup>2</sup> Apesar de estes dados também estarem disponíveis nos Censos Demográficos de 1980 1991, optou-se por dar maior ênfase ao dinamismo migratório recente.

Apesar dos dados censitários de 1950 não permitirem uma análise em nível intrastadual, na Tabela 5 pode-se visualizar os estados que mais contribuíram com contingentes populacionais para a formação do estoque de não naturais de Santa Catarina. Com a ajuda de alguns trabalhos sobre a história econômica e demográfica do estado catarinense<sup>3</sup>, utilizados no capítulo 1, pode-se realizar uma análise dedutiva, procurando sugerir quais as regiões e os processos de desenvolvimento que levaram a esta conjuntura.

Devido às grandes limitações deste tipo de análise, utilizaremos índices de concentração populacional segundo o tamanho de cidades e a concentração populacional nos 10 municípios mais populosos como ferramentas de auxílio analítico. Esta opção será adotada tendo em vista que tais indicadores também são importantes formas de captar a estrutura e a distribuição da rede urbana neste território, pois ilustram a dinâmica da distribuição populacional no estado.

Os dados da Tabela 3 apresentam uma distribuição da população catarinense com concentração de 47% dos habitantes em municípios entre 20.000 e 50.000 pessoas e de 34% dos habitantes em municípios entre 50.001 e 100.000 pessoas. Contudo, estes dados merecem esclarecimentos, pois a primeira vista podem dar a impressão de que este estado apresenta uma estrutura urbana com municípios de médio a grande porte para o período.

Tabela 3 – Distribuição Populacional segundo tamanho de municípios, Santa Catarina, 1950.

Tamanho da População	Número Absoluto	Distribuição da população %
Até 5.000 habitantes	-	0
5.001 a 10.000 habitantes	32.203	2,1
10.001 a 20.000 habitantes	259.438	17
20.001 a 50.000 habitantes	710.211	46,6
50.001 a 100.000 habitantes	521.162	34,2
Mais de 100.000 habitantes	-	0
Total	1.523.014	100

Fonte: Construção própria a partir de dados da Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1950.

Como foi visto nos dados apresentados na Tabela 2, a população catarinense era predominantemente rural em 1950, com grau de urbanização próximo a 24%. Sendo assim,

<sup>3</sup> Alves, (2006); Goulart Filho (2001); Mior, (2005); Mira (2000); Mattei e Lins (2001); Prado Jr, (2002), Souza, (2006); Strapossolas, (2002); Testa, (1996), entre outros.



o que os dados da tabela 3 representam são municípios com grande dimensão territorial, concentrando relativo montante de população, contudo, predominantemente rural. Para corroborar esta afirmação, é bastante ilustrativo o caso do município de Chapecó, cujo território no Censo de 1950 compreendia quase a totalidade da atual mesorregião do Extremo Oeste do estado de Santa Catarina. Este era o município mais populoso do estado neste período, com população de 96.624 habitantes, porém, com grau de urbanização de cerca de 10%.

A Tabela 4 nos permite corroborar a afirmação de que a população de Santa Catarina era predominantemente rural no ano de 1950, visto que mesmo o conjunto dos municípios mais populosos apresenta graus de urbanização bastante próximos ao do estado catarinense em seu conjunto, circulando em torno de 29%.

Tabela 4 – População nos 10 municípios mais populosos, Santa Catarina, 1950.

	População			Grau de Urbanização
	rural	urbana	total	
Blumenau	23.665	24.443	48.108	50,81
Joaçaba	39.088	9.211	48.299	19,07
Criciúma	41.556	9.308	50.864	18,3
Itajaí	28.088	23.969	52.057	46,04
Canoinhas	42.586	9.970	52.556	18,97
Rio do Sul	48.502	8.650	57.152	15,14
Tubarão	52.431	14.614	67.045	21,8
Florianópolis	16.515	51.115	67.630	75,58
Lages	59.897	17.337	77.234	22,45
Chapecó	86.868	9.756	96.624	10,1
<b>Total</b>	<b>439.196</b>	<b>178.373</b>	<b>617.569</b>	<b>28,88</b>
<b>% sobre a população de SC</b>	<b>37,34</b>	<b>48,09%</b>	<b>39,92%</b>	

Fonte: Construção própria a partir de dados da Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1950.

Apesar dos municípios de Blumenau e Florianópolis apresentarem população predominantemente urbana desde este período, estas exceções só confirmam a regra, sendo fruto de especificidades em seus processos de desenvolvimento. Como explicitado no capítulo 1, o fato de Florianópolis apresentar esta estrutura populacional era consequência de sua formação histórica, cujo processo de desenvolvimento recente esteve atrelado a atividades urbanas, principalmente relacionadas ao fato deste município se constituir como

capital do estado. No que se refere à Blumenau, Singer (1968) demonstra a precocidade do processo de desenvolvimento industrial desta cidade, iniciado desde fins do século XIX.

Como podemos visualizar na Tabela 5, a maioria absoluta dos não-naturais que residiam em Santa Catarina, em 1950, era de pessoas provenientes do Rio Grande do Sul. O processo de ocupação da fronteira agrícola na mesorregião Oeste de Santa Catarina parece ser o fator fundamental para explicar este massivo deslocamento, conforme sugerido por Mira (2000). Dessa forma, é importante notar que a dinâmica de desenvolvimento que explica uma importante parcela dos deslocamentos interestaduais para Santa Catarina, em 1950, está atrelada ao setor tradicional da economia, sendo fruto da evasão de um importante montante populacional do estado do Rio Grande do Sul em busca de novas terras. Mattei e Lins (2001), Goulart Filho (2001) e Strapossolas (2002) chamam atenção para o fato de que este processo foi principalmente capitaneado pela iniciativa privada, através de ‘companhias colonizadoras’ que vendiam as terras aos novos colonos, imprimindo uma lógica mercantil a este processo de povoamento. A ocupação das terras estava baseada, preponderantemente, a partir de unidades de terra de pequeno porte, onde os colonos praticavam a agricultura familiar mercantil, com comercialização da produção excedente.

Tabela 5 – Pessoas não-naturais residentes em Santa Catarina em 1950, segundo UF de origem.

	<b>Número absoluto</b>	<b>Distribuição dos Não Naturais (%)</b>	<b>Participação na População Total (%)</b>
<b>Região Centro-Oeste</b>	353	0,2	0
<b>Região Norte</b>	157	0,1	0
<b>Região Nordeste</b>	1.128	0,7	0,1
<b>Minas Gerais</b>	755	0,5	0
<b>Espírito Santo</b>	75	0	0
<b>Rio de Janeiro</b>	747	0,5	0
<b>Guanabara</b>	618	0,4	0
<b>São Paulo</b>	2.296	1,5	0,1
<b>Paraná</b>	24.812	15,8	1,6
<b>Rio Grande do Sul</b>	120.710	77,1	7,8
<b>Brasil sem especificação de lugar</b>	1.261	0,8	0,1
<b>Exterior</b>	3.750	2,4	0,2
<b>Total</b>	<b>156.662</b>	<b>100,0</b>	<b>10,1</b>

Fonte: Construção própria a partir de dados da Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1950.

No que se refere aos não-naturais provenientes do estado do Paraná, deve-se ressaltar que boa parte deste contingente populacional não se deslocava por decorrência do mesmo processo social daqueles provindos do Rio Grande do Sul. Em primeiro lugar, deve-se atentar para o fato de que o processo de ocupação do estado paranaense não apresenta as mesmas características daquele observado no Rio Grande. Por este motivo, não existia um grande reservatório de mão-de-obra excedente em sua região de fronteira com Santa Catarina, dado que grande parte deste território também poderia ser classificado como ‘fronteira agrícola’ neste período (Cano, 1998). Por outro lado, observa-se que a mesorregião de Santa Catarina que apresentava o grau mais elevado de articulação (tanto econômica, quanto social) com o estado paranaense, era a mesorregião Nordeste. Como visto no capítulo 1, desde meados dos anos 1940, esta era a mesorregião que apresentava os maiores níveis de transformação em sua estrutura econômica. Este processo era decorrência de uma crescente industrialização, que se desenrolava a partir da articulação complementar da indústria dessa região com as áreas pólo do processo de industrialização brasileiro (São Paulo e Rio) (Goulart Filho, 2001). Sendo assim, sugere-se que boa parte do contingente de naturais do estado do Paraná, que migraram para Santa Catarina, tenha se dirigido para a mesorregião Nordeste.

Tabela 6 – Distribuição Populacional segundo tamanho de municípios, Santa Catarina, 1960.

<b>Tamanho da População</b>	<b>Número Absoluto</b>	<b>Distribuição da população %</b>
<b>Até 5000 habitantes</b>	0	0
<b>5.001 a 10.000 habitantes</b>	206.061	9,7
<b>10.001 a 20.000 habitantes</b>	525.999	24,7
<b>20.001 a 50.000 habitantes</b>	810.211	38,1
<b>50.001 a 100.000 habitantes</b>	465.930	21,9
<b>Mais de 100.000 habitantes</b>	120.821	5,7
<b>Total</b>	2.129.022	100

Fonte: Construção própria a partir de dados da FIBGE, Censo Demográfico IBGE de 1960.

A Tabela 6 nos permite observar o início do movimento de desmembramento de municípios em Santa Catarina. Este estado apresenta apenas 50 municípios recenseados em 1950, número que se eleva para 102 municípios em 1960. Dessa forma, nota-se o

crescimento da importância de municípios com população de 5.000 a 10.000 habitantes e dos municípios com população de 10.001 a 20.000, em detrimento dos municípios que reúnem maiores contingentes populacionais. Contudo, os dados desta tabela são insuficientes para realizarmos análises aprofundadas sobre os deslocamentos populacionais. Sendo assim, é válido observar o dinamismo populacional dos 10 maiores municípios de Santa Catarina.

O dinamismo populacional do município de Chapecó, mais uma vez, pode ser utilizado para corroborar a afirmação realizada no parágrafo anterior. Observando os dados da tabela 7, podemos visualizar a importante diminuição do contingente de população rural de Chapecó, sem uma contrapartida de crescimento de sua população urbana. Este fato, aliado ao importante crescimento populacional da mesorregião Oeste, de 7,74% a.a. entre 1950 e 1960, expresso na tabela 1. Estes dados evidenciam o papel desenrolado pelo surgimento de novos municípios em Santa Catarina, que levam a um aparente processo de realocação espacial da população, sendo fruto, verdadeiramente, da reclassificação de parcelas da população em novos municípios. Outra evidência deste fato, é a diminuição da importância relativa do montante populacional dos 10 maiores municípios em relação à população total catarinense, caindo cerca de 8% no período, diminuindo de 39,92% para 31,54%.

Tabela 7 – População nos 10 municípios mais populosos, Santa Catarina, 1960.

<b>Municípios</b>	<b>Rural</b>	<b>Urbana</b>	<b>Total</b>	<b>Grau de Urbanização (G.U.) %</b>
Rio do Sul	24.878	15.130	40.008	37,82
Concórdia	37.758	7.003	44.761	15,65
Chapecó	41.150	10.939	52.089	21,00
Itajaí	16.467	38.529	54.996	70,06
Criciúma	34.070	27.905	61.975	45,03
Tubarão	32.050	30.538	62.588	48,79
Blumenau	19.038	47.740	66.778	71,49
Joinville	14.506	55.171	69.677	79,18
Florianópolis	20.242	77.585	97.827	79,31
Lages	81.014	39.807	120.821	32,95
Total	321.173	350.347	671.520	52,17
<b>Proporção sobre a população de SC %</b>	<b>22,26</b>	<b>50,61</b>	<b>31,54</b>	

Fonte: Construção própria a partir de dados da FIBGE, Censo Demográfico IBGE de 1960.

Apesar deste fato, a Tabela 7 ilustra importantes processos de realocação espacial da população. Em primeiro lugar deve-se ressaltar o grande incremento no grau de urbanização dos 10 municípios mais populosos de Santa Catarina, que salta de cerca de 29% em 1950, para cerca de 52% em 1960. Este movimento de urbanização merece destaque para o caso de cidades como Rio do Sul e Blumenau, que elevam seu grau de urbanização em quase 20% no período. Tais municípios são a tradicional sede do pólo têxtil de Santa Catarina, um dos setores da indústria catarinense que mais se beneficiou do processo de integração comercial da economia brasileira no decorrer da década de 1950 (Singer, 1968; Cano, 1988). Neste contexto, pode-se dizer que sua estrutura econômica urbana sofreu importantes avanços no decorrer deste período, expandindo sua demanda por mão-de-obra e alterando a relação de forças com o mundo rural da região. Paralelo a este fato, dentro do contexto brasileiro, a década de 1950 é palco do início do processo de modernização da agricultura, que culminou em uma concentração progressiva das terras, levando expressivos contingentes de população rural a migrar (Mattei, 1998; Graziano, 1982). Os dados referentes aos movimentos migratórios internos de Santa Catarina permitem uma proxy da importância do êxodo rural no decorrer da década de 1950.

Tabela 8 – Pessoas não naturais dos municípios onde residem, Santa Catarina em 1960, segundo UF de origem.

	<b>Total</b>	<b>Distribuição dos não naturais %</b>	<b>Proporção sobre população total %</b>
Região Centro-Oeste	213	0,1	0,01
Região Norte	164	0,08	0,01
Região Nordeste	1.311	0,6	0,06
Minas Gerais	666	0,31	0,03
Espírito Santo	81	0,04	0
Rio de Janeiro	633	0,29	0,03
Guanabara	1.368	0,63	0,06
São Paulo	3.257	1,5	0,15
Paraná	23.655	10,89	1,11
Rio Grande do Sul	177.376	81,69	8,31
Brasil sem especificação de lugar	335	0,15	0,02
Exterior	8.063	3,71	0,38
Santa Catarina	309.532		14,5
<b>Total de não naturais</b>	<b>217.122</b>	<b>100,00</b>	<b>10,17</b>

.Fonte: Construção própria a partir de dados da FIBGE, Censo Demográfico IBGE de 1960.

Como se pode observar na Tabela 8, o contingente de população que realizou migração interna no estado é cerca de 42% superior ao montante de estoque de não naturais. Ou seja, a migração interna é um instrumento mais efetivo de realocação espacial da população em Santa Catarina, do que a migração entre Unidades da Federação. O contingente populacional que declarou ter realizado migrações internas representa cerca de 16% do total de população de naturais deste estado<sup>4</sup>.

Apesar dos dados não permitirem afirmações sobre o destino destes migrantes, o crescimento da população urbana dos 10 municípios mais populosos de Santa Catarina, acima da média estadual, como observado nas tabelas 4 e 7, indicam um forte poder de atração para estas localidades, indicando não só a absorção do êxodo rural destes municípios, como também de outras áreas. Esta análise deve ser levada em consideração principalmente no que se refere ao município de Joinville, que apresentou um crescimento anual geométrico de sua população urbana de quase 10%, entre os anos de 1950 e 1960.

Apesar da necessidade de relativizar esta afirmação, quando analisamos as taxas de crescimento dos 10 municípios mais populosos, no que se refere ao total da população, que foi inferior à média do crescimento geométrico da população total catarinense. Quando é levado em conta o processo de desmembramento, discutido anteriormente, o crescimento da população urbana parece ser um indicador mais seguro da dinâmica de crescimento destes municípios.

Devemos lembrar que apesar de grande parte dos trabalhos<sup>5</sup> que abordam os fluxos migratórios nacionais classificarem Santa Catarina como uma tradicional área de emigração, o estoque de não-naturais deste estado cresceu quase 40% entre os Censos de 1950 e 1960. Apesar deste aumento significativo, o peso dos não-naturais sobre a população permaneceu praticamente constante. Porém, este contingente populacional foi responsável por 10% do crescimento populacional de Santa Catarina neste período. A UF de origem dos migrantes que apresentou maior crescimento no seu estoque de naturais em Santa Catarina, foi o Rio Grande do Sul, sugerindo continuação do processo de realocação espacial discutido anteriormente, no sentido daquilo que Brito (2000) chamou de ‘trajetórias migratórias’ que se repetem ao longo do tempo. Outra UF que apresenta

---

<sup>4</sup> População de naturais foi calculada a partir da subtração da população de não-naturais sobre o montante da população total de Santa Catarina.

<sup>5</sup> Martine e Camargo (1984); Brito (2000).

importante incremento de seus naturais em Santa Catarina é São Paulo. Sugere-se que este deslocamento seja fruto da crescente articulação econômica entre os dois estados.

Por outro lado, algumas áreas de origem de migrantes apresentaram expressivas diminuições em seus contingentes de naturais no estado catarinense, podendo sugerir um movimento de migração de retorno. Este foi o caso do Paraná que diminui seu contingente de naturais de 24.812 pessoas para 23.655; a região Centro Oeste diminuindo de 353 pessoas para 213; e Minas Gerais, cujo montante de naturais em Santa Catarina diminui de 755 pessoas para 666 pessoas, entre os anos de 1950 e 1960.

O movimento de desmembramento e emancipação de municípios ganhou força no decorrer da década de 1960, com o surgimento de 96 novos municípios no território catarinense até o ano de 1970. Fato que leva a reclassificação da população, que passa a ser expressa com concentração em municípios de pequeno porte no ano de 1970, conforme ilustra a Tabela 9. Os dados dessa tabela representam de forma mais fidedigna a estrutura da rede urbana do estado catarinense. Esta é uma estrutura em que a população está distribuída em um grande número de municípios de pequeno porte, que se articulam com as demais regiões da rede urbana brasileira a partir dos municípios cabeça de rede de sua região, com maior concentração populacional.

Tabela 9 – População segundo tamanho de municípios, Santa Catarina, 1970.

<b>Tamanho da População</b>	<b>Número Absoluto</b>	<b>Distribuição da população %</b>
Ate 5.000 habitantes	139.344	4,9
5.001 a 10.000 habitantes	416.151	14,7
10.001 a 20.000 habitantes	781.483	27,7
20.001 a 50.000 habitantes	779.905	27,6
50.001 a 100.000 habitantes	211.467	7,5
Mais de 100.000 habitantes	493.398	17,5
Total	2.821.748	100

Fonte: Construção própria a partir de dados da FIBGE, Censo Demográfico IBGE de 1970.

O processo de desenvolvimento econômico de Santa Catarina se desenrolou de forma regionalizada, onde cada mesorregião se estrutura de forma relativamente autônoma ao conjunto do estado (Goulart Filho, 2001). Sendo assim, vale a pena observar o conjunto dos dez maiores municípios no ano de 1970, observando a mesorregião a que pertencem.

No ano de 1970, os 10 municípios mais populosos de Santa Catarina (Tabela 10), eram quase todos ‘cabeças de rede urbana’ de uma mesorregião catarinense (Goulart Filho, 2001; Correa, 2006). Os municípios de Campos Novos (43.135 habitantes, G.U. 32,31%) e Concórdia (45.465 habitantes, G.U. 23,62%) pertencem a mesorregião Meio-Oeste, podendo ser caracterizados como a porta de entrada para a fronteira agrícola catarinense, que foi ocupada nas décadas de 1940, 1950 e 1960 (Testa, 1996). Deve-se chamar a atenção que esta área, conjuntamente com a mesorregião Oeste de Santa Catarina, onde se situa a Cidade de Chapecó (49.865 habitantes, G.U. 40,53%), foi onde surgiram as poderosas agroindústrias alimentares de Santa Catarina<sup>6</sup>, que começavam a despontar como empresas líderes no mercado alimentar do Sul e Sudeste. Na mesorregião do Planalto Serrano está situado o município de Lages (128.728 habitantes, G.U. 69,52%), em que a atividade madeireira passava por um ciclo de grande dinamismo no período. Um ponto que merece atenção é o fato de, mesmo que estes se caracterizem como centros urbanos regionais, as bases econômicas de natureza rural destas redes urbanas explicam o baixo grau de urbanização encontrado nestes municípios. Na mesorregião do Vale do Itajaí, estão situados os municípios de Blumenau (G.U. 85,95%) e Itajaí (G.U. 85,54%), como mostra a Tabela 10.

Tabela 10 –População nos 10 municípios mais populosos, Santa Catarina, 1970.

	Rural	Urbana	Total	Grau de Urbanização (G.U.) %
Campos Novos	29.196	13.939	43.135	32,31
Concórdia	34.724	10.741	45.465	23,62
Chapecó	29.653	20.212	49.865	40,53
Itajaí	9.066	54.073	63.139	85,54
Tubarão	15.812	51.064	66.876	46,73
Criciúma	26.135	55.317	81.452	67,91
Blumenau	13.756	86.519	100.275	85,28
Joinville	13.924	112.134	126.058	88,95
Lages	39.235	89.493	128.728	69,52
Florianópolis	17.314	121.023	138.337	87,48
Total	228.815	614.515	843.330	72,87
<b>% sobre a população de SC</b>	<b>14,03</b>	<b>47,24</b>	<b>29,87</b>	

Fonte: Construção própria, a partir dos dados da FIBGE, Censo Demográfico de 1970.

<sup>6</sup> A sede original da Perdigão estava situada na cidade de Videira até meados dos anos 1990. Na mesorregião Oeste, a cidade de Chapecó era sede da empresa Chapecó S.A., bem como sediava uma das maiores plantas agroindustriais da empresa SADIA S.A.. (Testa, 1996).



Como exposto anteriormente, Blumenau era a principal sede do setor têxtil do estado de Santa Catarina, que crescia a largos passos no decorrer deste período. Itajaí, no entanto, é a sede de um importante porto comercial, que no período servia como principal ponto de escoamento desta produção. Na mesorregião Sul, os municípios de Criciúma (G.U. 67,91%) e Tubarão (G.U. 46,73%) se destacam por concentrarem grande parte dos excedentes gerados pela atividade mineradora. Esta concentração de excedentes ajuda a explicar o dinamismo populacional nestas localidades. Este também é o caso do município de Joinville (G.U. 88,95%), que apresenta as maiores taxas de crescimento geométrico do estado neste período. Este dinamismo era fruto do vigoroso desenvolvimento de seu parque industrial, principalmente lastreado na indústria metal-mecânica (Cunha, 1992). Como podemos notar na tabela 10, tais cidades apresentam um grau de urbanização muito mais elevado do que as cidades situadas em redes urbanas de base econômica rural (os municípios que formam a exceção são Tubarão e Lages).

No que se refere ao conjunto dos 10 municípios mais populosos, note-se que a participação destes municípios no total da população urbana de Santa Catarina alcança quase 50% no período, apesar de sua participação na população total, que em 1970 era 29%, estar em um patamar quase 2% inferior à observada no ano de 1960. Estas breves considerações foram tecidas tendo como objetivo servir de pano-de-fundo para a afirmação de que as atividades modernas da estrutura econômica catarinense estavam se concentrando nos principais centros urbanos deste estado. Corroborando as teses de Myrdal (1968) e Hirschmam (1977), dentro de uma lógica dialética, estes municípios ampliavam sua absorção do excedente social por conta de sua estrutura urbana e, circularmente, sua população urbana crescia a largos passos. Desta forma, busca-se explicar a ascensão de tais municípios como principais centros urbanos do estado catarinense, representando os contornos do equilíbrio relativo entre as diferentes parcelas da rede urbana catarinense<sup>7</sup>. Vale ressaltar o papel do município de Florianópolis, que apesar de não se constituir como lócus de um setor industrial em ascensão neste período, colhe os frutos de seu papel como capital administrativa do estado, permitindo-lhe absorver grande parcela do excedente social gerado nas demais mesorregiões e centros urbanos.

---

<sup>7</sup> Deve-se ressaltar que esta é uma situação atípica no processo de desenvolvimento das Unidades da Federação brasileiras, que caminham muito mais no sentido de uma polarização em torno de um único município, ou região metropolitana. Faria (1978).

O estoque de não-naturais em Santa Catarina, segundo o Censo de 1970, apresentou um crescimento de cerca de 23%, em relação aquele observado no Censo de 1960. Constatando que o aumento deste estoque no Censo de 1960, em relação ao Censo de 1950, havia sido de quase 40%, observa-se uma diminuição no dinamismo de crescimento deste grupo social no estado. Tal fato, a primeira vista, poderia representar uma perda no poder de atração do estado catarinense, neste período. Contudo, observamos que todas as áreas de origem apresentam incrementos em seu estoque de não naturais residindo em Santa Catarina, entre os Censos de 1960 e 1970. A explicação pode estar no enfraquecimento do processo de povoamento das fronteiras agrícolas deste estado, visto que não havia mais um grande montante de ‘terras virgens’ a ser ocupadas neste período. Dessa forma, pode-se sugerir que a partir deste período Santa Catarina fortalece seu poder de atração migratória em função de áreas cuja estrutura econômica não esteja diretamente ligada a economia rural, como era observado até então.

O estado do Rio Grande do Sul continua a transferir excedentes populacionais para Santa Catarina, levando a um incremento de 20% em seu estoque de não-naturais. O estoque de não-naturais do estado do Paraná voltou a apresentar importantes incrementos, aumentando o volume de não-naturais provenientes desta UF de 23.655 pessoas, em 1960, para 39.981 pessoas, em 1970 (Tabela 11).

Tabela 11 – Pessoas não naturais dos municípios onde residem, Santa Catarina em 1970, segundo UF de origem.

	<b>Total</b>	<b>Distribuição dos Não Naturais (%)</b>	<b>Participação na População Total (%)</b>
Região Centro-Oeste	952	0,34	0,03
Região Norte	209	0,07	0,01
Região Nordeste	1.318	0,47	0,05
Minas Gerais	1.425	0,5	0,05
Espírito Santo	132	0,05	0
Rio de Janeiro	1.701	0,6	0,06
Guanabara	1.979	0,7	0,07
São Paulo	5.961	2,11	0,21
Paraná	39.981	14,13	1,38
Rio Grande do Sul	223.072	78,86	7,71
Brasil sem especificação de lugar	23	0,01	0
Exterior	6.132	2,17	0,21
Santa Catarina	531.491		18,36
<b>Total não naturais</b>	<b>282.885</b>	<b>100</b>	<b>9,77</b>

Fonte: Construção própria, a partir dos dados da FIBGE, Censo Demográfico de 1970.

Como dito anteriormente, a articulação entre a mesorregião Nordeste de Santa Catarina e o estado Paranaense, aliada ao expressivo dinamismo demográfico de municípios como Joinville, continuam a sugerir a absorção de uma grande parcela destes imigrantes nesta área. Acompanhando o Paraná, outras áreas que, segundo os dados do Censo de 1960, haviam apresentado diminuição em seu estoque de não naturais, voltaram a apresentar números crescentes no Censo de 1970, caso da região Centro Oeste e do estado de Minas Gerais.

São Paulo também apresenta crescimento em seu estoque de naturais residindo no estado catarinense. Como observamos anteriormente, este é um movimento progressivo, indicando o fortalecimento da articulação entre estes dois estados.

Apesar deste quadro, no que se refere às migrações interestaduais, o principal destaque da tabela 11 são as migrações internas do estado catarinense. O estoque populacional que alega ter efetuado migrações intermunicipais, em Santa Catarina, aumentou cerca de 72% entre 1960 e 1970. O fortalecimento do processo de modernização da agricultura, principalmente nas mesorregiões de base econômica mais moderna, pode explicar uma parcela destes deslocamentos. Outro fator que pode ter influenciado este processo foi a melhoria da infra-estrutura de transporte, implementada no decorrer da década de 1960. O fato é que mais de 20% da população de naturais de Santa Catarina declarou ter efetuado migrações intermunicipais em 1970. Tais dados evidenciam o fortalecimento do poder de realocação espacial da população dentro do próprio estado. Fato que ajuda a explicar tanto o desempenho do processo de urbanização, quanto o crescimento dos principais centros urbanos do estado.

## **2.2. 1980: Um Olhar Regionalizado sobre os Deslocamentos Populacionais.**

De uma maneira geral, no ano de 1980 a rede urbana de Santa Catarina já apresentava as feições que lhe são características até os meados dos anos 2000. Dessa forma, pensando em uma articulação entre os conceitos de Myrdall (1978) e Hirschman (1977), sobre a inerência da concentração de excedentes sociais no espaço, com as idéias de Brito (2000), sobre a formação de trajetórias migratórias, pode-se sugerir que já estavam

consolidados os principais determinantes da realocação espacial da população que perduram em Santa Catarina nos últimos 20 anos.

“As grandes trajetórias não se constituem, unicamente, em mecanismo de redistribuição espacial da força de trabalho. Elas são, também, parte fundamental do processo de integração social e cultural do território, costurando o amplo espectro de sociedades e de culturas regionais em nação única. Mas, em consequência dos grandes desequilíbrios regionais e sociais marcantes na economia e na sociedade brasileiras, deve ser enfatizado que o espaço em que se organizam as trajetórias migratórias não é economicamente, nem socialmente, homogêneo. [...] As trajetórias secundárias, ou os circuitos migratórios regionais, correspondiam não só à proximidade geográfica destes estados [núcleos urbanos] fronteiriços, mas, também, às articulações econômicas regionais, que não obedeciam aos limites políticos [...]” (Brito, 2000, p.5)

Sendo assim, os principais núcleos urbano-industriais da região já se destacavam em meio ao conjunto de pequenos municípios que formam o estado. Permitindo-lhes manter um alto poder de atração populacional, fortalecido pelo grande desenvolvimento industrial que caracterizou a década de 1970.

Por outro lado, deve-se compreender que neste período o processo de ocupação da fronteira agrícola catarinense, nas regiões Oeste e Meio-Oeste, dava seus últimos suspiros. Como ilustração deste fato, pode-se observar que é no Censo Demográfico de 1980, que, pela primeira vez, Santa Catarina apresenta primazia de sua população urbana sobre a população rural. Desta forma, note-se que o processo de ocupação da terra, baseado nos minifúndios, preponderantes neste estado, permitiu uma maior fixação da população rural catarinense (Testa et al, 1996), em relação ao conjunto da população rural brasileira (dado que a população brasileira apresenta primazia urbana desde o Censo Demográfico de 1970). Contudo, importantes transformações no sistema de relacionamento entre os agricultores familiares de pequena propriedade e as agroindústrias alimentares de Santa Catarina, começavam a dar os contornos do processo de evasão rural que será observado nas mesorregiões Oeste e Meio-Oeste, no decorrer das décadas de 1980 e 1990.

Como podemos observar nos dados da tabela 12, os dez municípios mais populosos de Santa Catarina aumentam sua participação relativa na população de Santa Catarina em cerca de 5%, em relação ao Censo Demográfico de 1970, partindo de 29% para 34%.

Tabela 12 – Concentração Populacional nos 10 municípios mais populosos, Santa Catarina, 1980.

	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>	<b>Grau de Urbanização (G.U.) %</b>
Concórdia	19.578	39.848	59.426	32,95
Tubarão	64.536	10.706	75.242	85,77
Chapecó	55.226	28.546	83.772	65,92
Itajaí	78.753	7.703	86.456	91,09
São José	79.170	8.652	87.822	90,15
Criciúma	96.368	14.229	110.597	87,13
Lages	123.510	31.785	155.295	79,53
Blumenau	146.028	11.223	157.251	92,86
Florianópolis	161.795	26.085	187.880	86,12
Joinville	222.296	13.507	235.803	94,27
<b>Total</b>	<b>1.047.260</b>	<b>192.284</b>	<b>1.239.544</b>	<b>84,49</b>
<b>% sobre a população de SC</b>	49,00	13,00	34,00	

Fonte: Construção própria, a partir dos dados da FIBGE, Censo Demográfico de 1980.

Tal aumento foi fruto do incremento da população urbana de tais municípios (que corresponde a quase 50% deste grupo populacional em Santa Catarina), dado que sua população rural diminui entre os dois períodos. Este fato é um importante indicador do poder de atração populacional exercido pela concentração das principais atividades dinâmicas da economia catarinense nestes centros, visto que dos dez maiores municípios, o único que ainda não apresenta primazia de sua população urbana é o município de Concórdia. Mesmo o município de Chapecó (cuja base econômica é similar ao de Concórdia), apresenta um grau de urbanização de cerca de 66%.

Por outro lado, o relativo equilíbrio entre os principais centros urbanos catarinenses continua efetivo, sem que ocorresse polarização e concentração populacional em um único município ou região metropolitana. Note-se que a participação populacional das faixas dos municípios com população superior a 20.000 habitantes cresce em detrimento dos municípios de menor porte. Mais uma vez, tais dados sugerem o fortalecimento do poder de atração de um conjunto de municípios de médio e grande porte, paralelamente ao decréscimo do poder de retenção dos municípios menores (Tabela 13).

Tabela 13 – Distribuição Populacional segundo tamanho de municípios, Santa Catarina, 1980.

<b>Faixa Populacional</b>	<b>Número Absoluto</b>	<b>Distribuição Relativa (%)</b>
Até 5.000 habitantes	136.871	3,8
5001 a 10.000 habitantes	466.756	12,9
10.001 a 20.000 habitantes	708.558	19,5
20.001 a 50.000 habitantes	1.076.563	29,7
50.001 a 100.000 habitantes	392.718	10,8
mais de 100.000 habitantes	846.826	23,3
<b>Total</b>	<b>3.628.292</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Construção própria, a partir dos dados da FIBGE, Censo Demográfico de 1980.

Estes dados evidenciam os reflexos de importantes transformações na base econômica do estado, aparentemente privilegiando as atividades localizadas em centros urbanos de maior porte. Paralelo a este fato, deve-se chamar a atenção de que a década de 1970 foi um período de fortalecimento do movimento de ‘modernização conservadora’ da agricultura, em curso em praticamente todo o mundo rural brasileiro<sup>8</sup>. Este processo engendra em contínua concentração de terras e eliminação de mão-de-obra agrícola, fato que levou um importante contingente populacional a procurar ocupação nas cidades, em Santa Catarina e no Brasil (Camarano e Beltrão, 2000). Dessa forma, pode-se entender a dialética de concentração populacional em centros urbanos; por um lado, fruto de fatores de expulsão e, por outro, da dinâmica econômica dos diferentes centros urbanos, que apresentam distintas possibilidades de inserção dessa população em sua economia.

Note-se que os dados da Tabela 14 são relativos às pessoas que realizaram movimentos migratórios intermunicipais nos últimos 10 anos. Por esta razão, ao contrário dos dados anteriores, pode-se afirmar que, pela primeira vez, estão refletidos apenas os movimentos referentes à década de 1970. Ou seja, estão retratados os movimentos populacionais fruto das implicações dos processos sociais dessa década e não o estoque de não-naturais que se encontrava vivo na enquete dos Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970. Sendo assim, note-se que mais de 20% da população residente em Santa Catarina em 1980, realizou deslocamentos populacionais no decorrer da década de 1970. O principal contingente de migrantes é proveniente de movimentos internos no estado, representando

---

<sup>8</sup> SILVA, (1982)

mais de 70% dos movimentos migratórios, tratando-se de pessoas que respondem às lógicas de realocação espacial com movimentos de curta distância, inserindo-se na dinâmica econômica interna de Santa Catarina.

Tabela 14 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência nos municípios, Santa Catarina 1970-1980, segundo lugar de residência anterior.

Região de Residência Anterior	Santa Catarina	Distribuição Relativa dos Migrantes (%)	Proporção sobre a População total (%)
<b>Região Norte</b>	812	0,4	0,02
<b>Região Nordeste</b>	2.511	1,3	0,07
<b>Região Centro-Oeste</b>	2.650	1,4	0,07
<b>Minas Gerais</b>	2.352	1,2	0,06
<b>Espírito Santo</b>	274	0,1	0,01
<b>Rio de Janeiro</b>	6.209	3,2	0,17
<b>São Paulo</b>	13.691	7	0,38
<b>Paraná</b>	76.370	39	2,11
<b>Rio Grande do Sul</b>	88.033	44,9	2,43
<b>Brasil sem especificação de lugar</b>	164	0,1	0
<b>Exterior</b>	2.810	1,4	0,08
<b>Migrantes internos</b>	560.702		15,48
<b>Total Migrantes Interestaduais</b>	<b>195.876</b>	<b>100,0</b>	<b>5,41</b>

Fonte: Construção própria, a partir dos dados da FIBGE, Censo Demográfico de 1980.

No que se refere aos movimentos interestaduais, que representam menos de 30% dos fluxos retratados na Tabela 14, os dados apresentam algumas novidades, em relação aos Censos anteriores. Em primeiro lugar, note-se que apesar do grupo populacional proveniente do Rio Grande do Sul ainda constituir a maioria dos migrantes, este perde importância em relação aos migrantes vindos de outras regiões de origem. O principal estado que apresenta incremento em sua participação nas migrações com destino a Santa Catarina é o Paraná. No decorrer da década de 1970, um montante populacional, quase duas vezes superior ao estoque de não naturais proveniente do Paraná, migrou deste estado para Santa Catarina (o estoque de não naturais em 1970 era de 39.981, o volume de imigração do estado do Paraná no decorrer da década de 1970 foi de 76.370 pessoas). Estes números levam o Paraná a quase igualar ao Rio Grande do Sul sua participação no total de migrantes para Santa Catarina. Outros estados também apresentaram importantes incrementos em sua participação no montante de migrantes que se dirigiram para Santa Catarina. Contudo, a

análise destes fluxos mostra mais sentido quando analisados segundo sua mesorregião de destino.

As tabelas 15 e 16 podem ser consideradas reflexos do último período de ocupação de fronteiras agrícolas em Santa Catarina. Do total de migrantes interestaduais que se dirigiram para Santa Catarina neste período, cerca de 32% tiveram a mesorregião Oeste como destino. Como podemos observar na Tabela 14, cerca de 55% do fluxo de migrantes provenientes do Rio Grande do Sul, no decorrer da década de 1970, se dirigiu para esta mesorregião, enquanto os outros 45% foram atraídos por outras mesorregiões de Santa Catarina. A participação da população proveniente do Paraná também é importante (5.998 pessoas), porém em um patamar bastante inferior ao dos gaúchos (10.099 pessoas) (Tabela 15).

Tabela 15 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência, segundo lugar de residência anterior, Mesorregião Extremo Oeste 1970-1980.

<b>Região de Residência Anterior</b>	<b>Mesorregião Extremo Oeste</b>	<b>Distribuição % dos Migrantes</b>	<b>Proporção sobre a população total</b>
Região Norte	60	0.1	0.01
Região Nordeste	72	0.1	0.01
Região Centro-Oeste	502	0.8	0.08
Minas Gerais	97	0.2	0.02
Espírito Santo	7	0.0	0.00
Rio de Janeiro	79	0.1	0.01
São Paulo	280	0.4	0.05
Paraná	13.805	21.4	2.32
Rio Grande do Sul	49.188	76.3	8.28
Brasil sem especificação de lugar	23	0.0	0.00
Exterior	361	0.6	0.06
Santa Catarina	74.081		12.47
<b>Total de Migrantes Inter-Estaduais</b>	<b>64.474</b>	<b>100.0</b>	<b>10.85</b>

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1980.

Pode-se perceber, no que se refere as demais UFs brasileiras (excetuando RS e PR), que a mesorregião Oeste apresenta um baixo poder de atração sobre seus respectivos montantes de população migrante. Esta afirmação é verdadeira mesmo quando analisamos a população proveniente de UFs da região Centro-Oeste, em que apenas pouco mais de 18% de seus migrantes que se dirigiram para Santa Catarina tiveram como destino esta área, mesmo que neste período sua população era predominantemente rural. Contudo, se



analisarmos o grupo migratório que realizou migrações internas neste período, podemos observar que cerca de 13% do total se referem a pessoas que residiam nesta mesorregião. Porém, não é possível afirmar se este grupo em sua maioria é referente a populações rurais provenientes desta e de outras mesorregiões, que buscam alternativas no mundo rural, ou de populações rurais da própria mesorregião que estão migrando para núcleos urbanos das cercanias.

Tabela 16 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência nos municípios, Mesorregião Meio Oeste 1970-1980, segundo lugar de domicílio anterior.

<b>Região de Residência Anterior</b>	<b>Mesorregião Meio Oeste</b>	<b>Distribuição Relativa dos Migrantes (%)</b>	<b>Proporção sobre a População Mesorregional (%)</b>
Região Norte	36	0,2	0,01
Região Nordeste	82	0,5	0,02
Região Centro-Oeste	160	0,9	0,04
Minas Gerais	128	0,7	0,03
Espírito Santo	8	0,0	0,00
Rio de Janeiro	162	0,9	0,04
São Paulo	576	3,3	0,14
Paraná	5998	34,8	1,42
Rio Grande do Sul	10099	58,5	2,38
Brasil sem especificação de lugar	0	0,0	0,00
Exterior	0	0,0	0,00
Santa Catarina	64994		15,33
Total de Migrantes Inter-Estaduais	17249	100,0	4,07

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1980.

O total de migrantes interestaduais que se dirigiram para a mesorregião Meio-Oeste é bastante inferior aquele observado na mesorregião Oeste, fato que dá indicações de que o processo de ocupação da fronteira agrícola se esgota precocemente nesse local. Contudo, podemos observar que os migrantes que se destinam a estas áreas são basicamente das mesmas UFs de origem, respectivamente Rio Grande do Sul e Paraná. No que se refere ao contingente de migrantes internos de Santa Catarina, que residiam nessa mesorregião no ano de 1980, devido ao estancamento precoce da possibilidade de ascensão a novas terras (Testa *et all*, 1996), pode-se dizer que são preponderantemente pessoas provenientes do mundo rural, que estão migrando em direção aos centros urbanos. Esta afirmação é

corroborada pela importante aumento no grau de urbanização dessa área entre os anos de 1970 e 1980, respectivamente, partindo de 33% e alçando mais de 44%.

Os dados da Tabela 17 refletem a crise que afligiu a mesorregião do Planalto Serrano no decorrer da década de 1970. O declínio da atividade madeireira engendrou um ambiente de estagnação nesta mesorregião (Goulart Filho, 2001). Devido a este fato é correto dizer que as possibilidades de inserção no mercado de trabalho desta área eram baixas, episódio com direta influência no poder de atração de migrantes. Dessa forma, podemos observar que a mesorregião do Planalto Serrano absorve apenas cerca de 4% dos migrantes interestaduais que se dirigiram para Santa Catarina, no decorrer da década de 1970.

Tabela 17 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência nos municípios, Mesorregião Planalto Serrano 1970-1980, segundo lugar de domicilio anterior.

<b>Região de Residência Anterior</b>	<b>Mesorregião Planalto Serrano</b>	<b>Distribuição Relativa dos Migrantes (%)</b>	<b>Proporção sobre a População Mesorregional (%)</b>
Região Norte	71	0,8	0,03
Região Nordeste	77	0,9	0,03
Região Centro-Oeste	192	2,2	0,08
Minas Gerais	105	1,2	0,04
Espírito Santo	0	0,0	0,00
Rio de Janeiro	98	1,1	0,04
São Paulo	618	7,1	0,24
Paraná	2.507	28,9	0,99
Rio Grande do Sul	4.963	57,1	1,96
Brasil sem especificação de lugar	3	0,0	0,00
Exterior	55	0,6	0,02
Santa Catarina	26.368		10,41
<b>Total de Migrantes Inter-Estaduais</b>	<b>8.689</b>	<b>100,0</b>	<b>3,43</b>

Fonte: Construção própria a partir de dados da FIBGE, Censo Demográfico 1980.

No que se refere às migrações intra-estaduais, o contingente de migrantes que residiam na mesorregião do Planalto Serrano também é consideravelmente baixo, totalizando menos de 5%. Estes dados nos levam a sugerir que mesmo os contingentes populacionais que realizavam fluxos no sentido rural urbano, tendo como região de origem esta área, em sua maioria, se dirigiam para outras mesorregiões em busca de oportunidades de inserção no mercado de trabalho urbano. Esta afirmação pode ser corroborada pelos

dados da tabela 1, que demonstram que, no período entre 1970 e 1980, a mesorregião do Planalto Serrano apresenta as menores taxas de crescimento geométrico de sua população, circulando em 0,76% a.a., patamar diminuto em relação às demais mesorregiões de Santa Catarina.

No que se refere ao Planalto Norte, pode-se apontar que sua proximidade geográfica e articulação econômico-social com o estado do Paraná lhe atribuíram um relativo poder de atração da população deste estado. Por outro lado, podemos perceber que o poder de atração de populações provenientes do Rio Grande do Sul não é muito elevado nesta mesorregião, tendo em vista que o contingente de migrantes deste estado é equivalente ao volume migratório proveniente de São Paulo (Tabela 18).

Tabela 18 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência nos municípios, Mesorregião Planalto Norte 1970-1980, segundo lugar de domicílio anterior.

<b>Região de Residência Anterior</b>	<b>Mesorregião Planalto Norte</b>	<b>Distribuição Relativa dos Migrantes (%)</b>	<b>Proporção sobre a População Total (%)</b>
Região Norte	13	0,1	0,01
Região Nordeste	78	0,5	0,04
Região Centro-Oeste	141	0,8	0,07
Minas Gerais	99	0,6	0,05
Espírito Santo	3	0,0	0,00
Rio de Janeiro	81	0,5	0,04
São Paulo	948	5,7	0,49
Paraná	14.069	84,2	7,31
Rio Grande do Sul	1.097	6,6	0,57
Brasil sem especificação de lugar	18	0,1	0,01
Exterior	156	0,9	0,08
Santa Catarina	32.945		17,11
<b>Total de Migrantes Interestaduais</b>	<b>16.703</b>	<b>100,0</b>	<b>8,68</b>

Fonte: Construção própria a partir de dados da FIBGE, Censo Demográfico 1980.

No decorrer da década de 1970, o setor agroindustrial dessa mesorregião passou por um virtuoso processo de desenvolvimento (Cunha, 1992). Pode-se notar nos dados da tabela 2, que o grau de urbanização da população da mesorregião do Planalto Norte parte de cerca de 37% em 1970 e alcança a primazia urbana em 1980.

A mesorregião Sul, apesar do ciclo expansivo de sua principal atividade econômica, o carvão, e do surgimento de um novo setor dinâmico, o setor cerâmico, parece exercer um

poder moderado de atração populacional, principalmente no que se refere aos migrantes interestaduais (Goulart Filho, 2001). A admirável expansão da base econômica desta mesorregião, sugeriria uma grande absorção de migrantes nesta localidade, contudo podemos observar que apenas 9% dos imigrantes interestaduais de Santa Catarina e 13% dos migrantes intraestaduais tiveram esta área como região de destino (Tabela 19). A principal UF de origem dos migrantes interestaduais que se dirigiram para esta mesorregião é o Rio Grande do Sul. Esta preponderância de gaúchos se justifica pela proximidade geográfica de suas redes urbanas, no sentido de que, em muitos sentidos, a mesorregião Sul de Santa Catarina é tributária de mercadorias e serviços da rede urbana do Rio Grande do Sul.

Tabela 19 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência nos municípios, Mesorregião Sul 1970-1980, segundo lugar de domicílio anterior.

<b>Região de Residência Anterior</b>	<b>Mesorregião Sul</b>	<b>Distribuição Relativa dos Migrantes (%)</b>	<b>Proporção sobre a população total (%)</b>
Região Norte	45	0,2	0,01
Região Nordeste	350	1,9	0,06
Região Centro-Oeste	127	0,7	0,02
Minas Gerais	304	1,7	0,05
Espírito Santo	82	0,4	0,01
Rio de Janeiro	574	3,1	0,10
São Paulo	1.503	8,2	0,27
Paraná	4654	25,4	0,83
Rio Grande do Sul	10.546	57,5	1,89
Brasil sem especificação de lugar	4	0,0	0,00
Exterior	157	0,9	0,03
Santa Catarina	72.662		13,00
<b>Total de Migrantes Interestaduais</b>	<b>18.346</b>	<b>100,0</b>	<b>3,28</b>

Fonte: Construção própria a partir de dados da FIBGE, Censo Demográfico 1980.

Outro fato que chama atenção é a relativa concentração de migrantes provenientes de São Paulo. Um fator que ajuda a explicar a transferência populacional de migrantes provenientes do maior pólo industrial brasileiro, em direção a mesorregião Sul, é o de que o desenvolvimento de novas atividades industriais provavelmente gerou efeitos de atração sobre empresários e trabalhadores de São Paulo, ajudando a explicar a atração dos migrantes internos para esta área.

O período de intenso crescimento econômico vivenciado pela mesorregião Nordeste no decorrer da década de 1970 atraiu um grande número de migrantes para esta área. Somando os migrantes intra-estaduais com aqueles originários de outras UFs, o total de migrantes é responsável por quase 30% da população residente na mesorregião Nordeste em 1980.

Tabela 20 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência nos municípios, Mesorregião Nordeste 1970-1980, segundo lugar de domicílio anterior.

<b>Região de Residência Anterior</b>	<b>Mesorregião Nordeste</b>	<b>Distribuição Relativa dos Migrantes (%)</b>	<b>Proporção sobre a população total (%)</b>
Região Norte	102	0,4	0,03
Região Nordeste	586	2,1	0,16
Região Centro-Oeste	399	1,4	0,11
Minas Gerais	634	2,3	0,18
Espírito Santo	50	0,2	0,01
Rio de Janeiro	794	2,9	0,22
São Paulo	2.622	9,5	0,73
Paraná	19.603	71,2	5,46
Rio Grande do Sul	2.385	8,7	0,66
Brasil sem especificação de lugar	25	0,1	0,01
Exterior	343	1,2	0,10
Santa Catarina	75.318		20,99
<b>Total de Migrantes Inter-Estaduais</b>	<b>27.543</b>	<b>100,0</b>	<b>7,67</b>

Fonte: Construção própria a partir de dados da FIBGE, Censo Demográfico 1980.

Como pode-se observar na tabela 20, a principal UF de origem dos migrantes nesta mesorregião é o Paraná, concentrando cerca de 25% de todos os migrantes paranaenses que se dirigiram para Santa Catarina. Esta concentração não parece ser um movimento inédito. Como afirmado anteriormente, a mesorregião Nordeste é uma das áreas de Santa Catarina que apresenta maior articulação econômica e social com este estado. As articulações econômicas desta mesorregião com os principais pólos industriais do Brasil lançaram-na como o principal pólo industrial de Santa Catarina. Este fato parece explicar a grande concentração de migrantes oriundos de São Paulo, alcançando quase 20% destes. Pela primeira vez nas tabelas migratórias deste trabalho, os migrantes oriundos do Rio Grande do Sul não despontam como um dos dois principais grupos de migrantes em uma mesorregião de Santa Catarina. A estrutura econômica desta área, principalmente assentada

em atividades de caráter urbano, parecem indicar que uma grande parte dos migrantes que se deslocam do Rio Grande do Sul para as demais UFs brasileiras estejam ligados a atividades de caráter rural, neste período.

O número de migrantes internos na mesorregião corrobora o poder de atração desta área, mesmo quando se refere às determinações da realocação populacional interna de Santa Catarina, destacando-se como uma das principais redes urbanas regionais do estado.

De todas as mesorregiões com estrutura econômica preponderantemente baseada em atividades urbanas, a mesorregião do Vale do Itajaí foi aquela com maior concentração de migrantes. O somatório dos migrantes intra-estaduais, com aqueles provindos de outras áreas é igual a mais de 30% da população mesorregional. Novamente o estado Paraná transparece como a principal UF de origem do montante de migrações interestaduais. Como dito anteriormente, sugere-se que apesar dos migrantes provindos do Rio Grande do Sul somarem a maioria do total migratório no estado catarinense, estes se dirigiram preponderantemente para áreas de fronteira agrícola e de base econômica rural, sendo que os migrantes provindos do Paraná parecem ter se dirigido para áreas com características mais urbanas. Como podemos observar nas tabelas 19, 20 e 21 o grupo de migrantes provenientes de São Paulo também parece se dirigir preponderantemente para as mesorregiões cujas bases econômicas estão associadas a atividades econômicas preponderantemente urbanas. Na mesorregião do Vale do Itajaí a concentração deste grupo de migrantes é igual a quase 30% do total de pessoas que se deslocou de São Paulo para Santa Catarina no decorrer da década de 1970. Este grupo populacional só foi superado por aqueles provindos do Paraná (10.839 pessoas) e Rio Grande do Sul (4.100 pessoas).

Outra importante constatação da tabela 21 é a concentração de cerca de 23% de todos os migrantes intra-estaduais nesta mesorregião. Estes números só fortalecem a tese de que, neste período, o Vale do Itajaí se constitui como principal rede urbana de Santa Catarina, tanto pelo desempenho de suas cidades industriais, quanto de seus municípios litorâneos. Neste sentido, esta rede urbana tem grande capacidade de absorção da mão-de-obra migrante, os dados segundo a origem dos migrantes sugerem a capacidade desta mesorregião de concentrar populações provenientes de movimentos migratórios no sentido rural-urbano e daquelas de movimentos urbano-urbano.

Tabela 21 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência nos municípios, Mesorregião do Vale do Itajaí 1970-1980, segundo lugar de domicílio anterior.

<b>Região de Residência Anterior</b>	<b>Mesorregião do Vale do Itajaí</b>	<b>Distribuição Relativa dos Migrantes (%)</b>	<b>Proporção sobre a população total (%)</b>
Região Norte	138	0,6	0,03
Região Nordeste	518	2,3	0,11
Região Centro-Oeste	433	1,9	0,09
Minas Gerais	441	2,0	0,09
Espírito Santo	67	0,3	0,01
Rio de Janeiro	1.081	4,8	0,22
São Paulo	3.938	17,6	0,81
Paraná	10.839	48,5	2,24
Rio Grande do Sul	4.100	18,4	0,85
Brasil sem especificação de lugar	37	0,2	0,01
Exterior	738	3,3	0,15
Santa Catarina	132.872		27,49
<b>Total de Migrantes Inter-Estaduais</b>	<b>22.330</b>	<b>100,0</b>	<b>4,62</b>

Fonte: Construção própria a partir de dados da FIBGE, Censo Demográfico 1980.

Finalmente este trabalho volta sua atenção especificamente para as migrações na mesorregião da Grande Florianópolis. A exemplo das áreas industriais mais dinâmicas do estado de Santa Catarina, esta mesorregião deve cerca de 30% do seu contingente populacional, no ano de 1980, ao dinamismo dos movimentos migratórios no decorrer da década de 1970 (Tabela 22).

Contudo, esta mesorregião apresenta uma característica peculiar, no que se refere à relação entre as diferentes áreas de origem dos fluxos migratórios interestaduais. Note-se que existe um relativo equilíbrio entre as 4 principais UFs de origem dos fluxos migratórios para esta mesorregião. Pode-se levantar uma hipótese de que este quadro seja consequência do papel de capital administrativa de Santa Catarina, exercido pela cidade de Florianópolis. Este fato conferira maior visibilidade para esta região dentro do contexto da rede urbana nacional, dirigindo parte dos fluxos migratórios de longa distância. No que se refere às populações de UFs vizinhas, caso do Paraná e Rio Grande do Sul, esta atração migratória parece não exercer tanta força, pois tais populações podem ter mais acesso a realidade da estrutura econômica de Santa Catarina, e das diferentes capacidades de absorção dos migrantes em seus respectivos mercados de trabalho.

Tabela 22 – Movimento Imigratório, População com menos de 10 anos de residência nos municípios, Mesorregião da Grande Florianópolis 1970-1980, segundo lugar de domicílio anterior.

<b>Região de Residência Anterior</b>	<b>Mesorregião da Grande Florianópolis</b>	<b>Distribuição Relativa dos Migrantes (%)</b>	<b>Proporção sobre a população total (%)</b>
Região Norte	347	1,7	0,10
Região Nordeste	748	3,7	0,22
Região Centro-Oeste	696	3,5	0,21
Minas Gerais	544	2,7	0,16
Espírito Santo	57	0,3	0,02
Rio de Janeiro	3.340	16,7	0,99
São Paulo	3.206	16,0	0,95
Paraná	4.895	24,5	1,46
Rio Grande do Sul	5.655	28,3	1,68
Brasil sem especificação de lugar	11	0,1	0,00
Exterior	501	2,5	0,15
Santa Catarina	81.462		24,22
<b>Total de Migrantes Inter-Estaduais</b>	<b>20.000</b>	<b>100,0</b>	<b>5,95</b>

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1980.

No que se refere aos movimentos migratórios intra-estaduais, visto o aumento do grau de urbanização mesorregional de cerca de 15% entre os anos de 1970 e 1980, partindo de 60% para 74%, sugere-se que parte destes fluxos seja referente a movimentos migratórios do tipo rural-urbano. As demais parcelas parecem ter se dirigido para municípios limítrofes a capital estadual. Esta afirmação esta baseada no importante incremento populacional de municípios como São José, Palhoça e Biguaçu neste período, que cresceram a taxas anuais geométricas superiores ao município de Florianópolis. As altas taxas de crescimento destes municípios começam a dar os contornos da futura região metropolitana de Florianópolis, determinando, em grande medida, sua configuração.

### **2.3. Censo de 1991: A dinâmica de Imigração e Emigração das Mesorregiões de Santa Catarina.**

Os dados Censitários sobre deslocamentos espaciais da população no Censo Demográfico de 1991 apresentam uma importante evolução em relação aos dados apresentados nos Censos Demográficos anteriores. Graças aos progressos na área de



digitalização e a possibilidade de acessar tais dados a partir do banco de dados do NEPO/UNICAMP, os dados recolhidos no Censo Demográfico de 1991 permitem a construção de tabulações especiais, segundo o interesse do pesquisador. Este trabalho utiliza estes avanços tecnológicos para recuperar os dados sobre migração segundo data fixa (municípios de residência 5 anos antes da realização do Censo Demográfico), para cada uma das mesorregiões catarinenses. Dessa forma, foi possível obter os dados sobre movimentos populacionais tanto de emigração quanto de imigração para cada uma das mesorregiões, apontando as regiões de origem e destino dos migrantes<sup>9</sup>. Sendo assim, estes dados permitem a captação das regiões de expulsão e atração migratória dentro do estado de Santa Catarina, lançando luz sobre a dinâmica interna de realocação espacial da população. Ao mesmo tempo, permite análises sobre a dinâmica das trocas migratórias interestaduais.

Antes de apresentar os dados sobre os deslocamentos populacionais é interessante observar a evolução da rede urbana de Santa Catarina, cujo número de municípios se expande de maneira importante no decorrer da década de 1980. No Censo Demográfico de 1970 e 1980, o número de municípios em Santa Catarina se mantém constante, em 198 municípios, porém, no Censo de 1991 aparecem 19 novos municípios. Contudo, esta retomada do processo de desmembramento de municípios não parece exercer grande influência sobre a dinâmica de distribuição populacional de Santa Catarina, segundo a dimensão da população dos municípios, como era observado nos Censos Demográficos de 1950 e 1960. Este fato é decorrência da consolidação da estrutura urbana catarinense, em que os municípios de maior porte já figuram como centros regionais, que progressivamente absorvem grande montante populacional.

Os dados da Tabela 23 permitem corroborar a afirmação de que a estrutura da rede urbana catarinense apresenta uma dinâmica de concentração populacional nos municípios com maior envergadura, enquanto os municípios de pequeno porte gradativamente perdem participação relativa na população. Apesar desta concentração nos municípios de maior porte, a característica peculiar do estado de Santa Catarina, de apresentar um equilíbrio relativo entre os municípios que exercem o papel de centros regionais, ainda é verificada.

---

<sup>9</sup> Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, agradecimento especial ao Dr. Alberto Jakob pela realização destas tabelas no programa SAS.

Tabela 23 – Distribuição Populacional segundo tamanho de municípios, Santa Catarina, 1991.

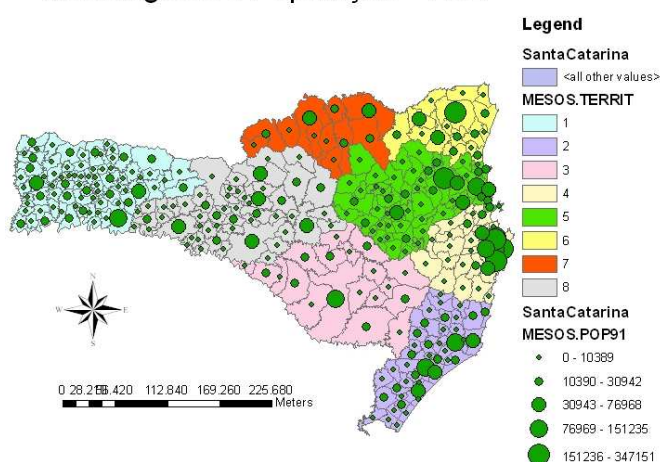
Tamanho Populacional	População	Distribuição Relativa (%)
Ate 5.000 habitantes	168.325	3,7
5.001 a 10.000 habitantes	500.479	11,0
10.001 a 20.000 habitantes	787.639	17,3
20.001 a 50.000 habitantes	1.070.099	23,5
50.001 a 100.000 habitantes	521.157	11,4
Mais de 100.000 habitantes	1.494.295	32,9
Total	4.541.994	100,0

Fonte: Construção própria a partir de dados da FIBGE, Censo Demográfico 1991.

O mapa 2 apresenta a distribuição geográfica da população catarinense. Neste mapa é possível comprovar a existência de um relativo equilíbrio na estrutura da rede urbana deste estado. Contudo, não se pode ignorar o fato de que também é possível observar a importante diferença entre as redes urbanas localizadas ao leste do estado e aquelas a Oeste. Esta é uma marca do processo de desenvolvimento destas áreas, onde o fortalecimento da rede urbana esteve atrelado ao desenvolvimento de atividades econômicas que permitissem o desabrochar de uma divisão territorial do trabalho principalmente lastreada em uma economia urbana.

Mapa 2 -

Santa Catarina  
Mesoregiões e População - 1991



Fonte: Construção Própria a partir dos Dados sobre População Municipal do Censo Demográfico IBGE 2000. Base Cartográfica IBGE 2001.

Círculos proporcionais ao tamanho da população.

Mesorregiões: 1 = Extremo Oeste; 2 = Sul; 3 = Planalto Serrano; 4 = Grande Florianópolis; 5 = Vale do Itajaí; 6 = Nordeste; 7 = Planalto Norte; 8 = Meio Oeste.

Observando o Mapa 2, notamos o adensamento populacional das redes urbanas das mesorregiões do leste catarinense, fato que pode ter influência na orientação dos fluxos migratórios que serão apresentados posteriormente. Note-se que dos 10 maiores municípios catarinenses, 8 estão localizados nas mesorregiões litorâneas de Santa Catarina.

O primeiro dado a ser destacado na Tabela 24 é o aumento da participação populacional dos 10 municípios mais populosos sobre a população total de Santa Catarina, que aumenta de 34% em 1980 para 37% em 1991. Avaliando este aumento percentual, aliado ao incremento no grau de urbanização deste conjunto de 10 municípios, que parte de cerca de 84% em 1980 e alcança mais de 91% em 1991, pode-se ter uma idéia da importância da dinâmica econômica destes centros urbanos sobre a capacidade de absorção da mão-de-obra em Santa Catarina. Ou seja, progressivamente são as atividades urbanas que determinam a inserção da população catarinense no mercado de trabalho, dado que grande parte do dinamismo de expansão populacional destes municípios, dentro de um contexto de aceleração do processo de transição demográfica, está ligado a sua capacidade de atrair contingentes populacionais.

Tabela 24 –População nos 10 municípios mais populosos, Santa Catarina, 1991.

	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>	<b>Grau de Urbanização (G.U.)</b>
Jaraguá do Sul	62.565	14.403	76.968	81,29
Tubarão	83.264	11.798	95.062	87,59
Itajaí	114.555	5.076	119.631	95,76
Chapecó	96.751	26.299	123.050	78,63
São José	128.375	11.118	139.493	92,03
Criciúma	132.313	14.007	146.320	90,43
Lages	138.575	12.660	151.235	91,63
Blumenau	186.327	25.698	212.025	87,88
Florianópolis	239.996	15.394	255.390	93,97
Joinville	334.674	12.477	347.151	96,41
Total	1.517.395	148.930	1.666.325	91,06
<b>% sobre a população de SC</b>	47,11	11,65	37,42	

Fonte: Construção própria a partir de dados da FIBGE, Censo Demográfico 1991.

Outro importante ponto a ser destacado na Tabela 24, é a ascensão de centros urbanos localizados em mesorregiões com dinamismo econômico diretamente atrelado às atividades urbanas, em detrimento de centros urbanos localizados em mesorregiões com o dinamismo econômico principalmente atrelado a atividades rurais. Este é o caso do município de Jaraguá do Sul, que aparece nesta tabela ocupando o lugar do município de Concórdia, em 1980. Jaraguá do Sul está localizado na mesorregião Nordeste catarinense, destacando-se pelo desempenho de atividades industriais, principalmente ligadas aos setores metal-mecânico e têxtil. Por outro lado, o município de Concórdia, cujo dinamismo econômico está diretamente atrelado ao desempenho das empresas agroindustriais de Santa Catarina, não logrou alcançar o mesmo dinamismo de expansão de sua população, não figurando mais entre os 10 principais municípios de Santa Catarina.

Sendo verdadeira a afirmação de que os deslocamentos populacionais são um dos principais instrumentos de realocação espacial da população, devemos observar como foi o quadro para Santa Catarina no decorrer da década (Tabela 25).

A mesorregião do Extremo Oeste foi a principal área de expansão de fronteira agrícola em Santa Catarina no decorrer das décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970. Por esta razão, apresentou grande poder de atração de migrantes no decorrer deste período. Contudo, o fim do processo de ocupação de fronteiras agrícolas, aliado às importantes transformações no sistema de relacionamento das agroindústrias alimentares catarinenses com os agricultores familiares, colocaram em cheque a capacidade de atração de novos migrantes e mesmo a retenção dos contingentes populacionais localizados nestas áreas.

Tabela 25 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1986, Mesorregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, 1991.

Região em 1986	Mesorregião do Extremo Oeste		
	Número de Imigrantes	Número de Emigrantes	Saldo Migratório
Movimentos populacionais dentro do Extremo Oeste – SC	38.795	38.795	0
RM Florianópolis – SC	584	3.711	-3.127
Sul – SC	368	579	-211
Planalto Serrano – SC	321	452	-131
Grande Florianópolis (excluindo RM) – SC	18	207	-189
Vale do Itajaí – SC	537	4.435	-3.898
Nordeste – SC	78	2.584	-2.506
Planalto Norte – SC	208	738	-530
Meio Oeste – SC	4.752	5.290	-538
SC não especificado	190		190
Região Norte	402	1.143	-741
Região Nordeste	109	239	-130
Minas Gerais	169	242	-73
Espírito Santo	14	29	-15
Rio de Janeiro	72	209	-137
São Paulo	631	1.362	-731
Paraná	8.042	15.334	-7.292
Rio Grande do Sul	13.146	19.668	-6.522
Mato Grosso do Sul	406	1.522	-1.116
Mato Grosso	1.551	7.955	-6.404
Goiás	162	731	-569
Distrito Federal	12	112	-100
Brasil Não Especificado	6		6
País Estrang. ou Mal Def	181		181
Ignorado	.		
Total	70.736	105.130	-34.394

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1991; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

“A relação entre os agricultores familiares e as agroindústrias se dá, preponderantemente, através dos sistemas de integração. Estes sistemas foram implantados na região ao longo da década de 1960, inicialmente na avicultura e, posteriormente, na suinocultura. [...] O sistema de integração passou por distintas fases, desenvolvendo-se de forma gradativa, iniciando-se como uma adequação da demanda industrial às condições econômico-produtiva dos agricultores. Mas, que em um segundo momento, assumiu uma forma em que as agroindústrias passam a dinamizar o processo, impondo as formas de relacionamento aos demais integrantes

da cadeia, bem como os padrões produtivos, os prazos e preços finais” (Alves, 2005,p.24)

O intenso processo de reestruturação agroindustrial, iniciado nos anos de 1980, desembocou em um ambiente de crise no relacionamento entre as agroindústrias e a produção familiar, nas mesorregiões do Extremo Oeste e Meio Oeste do estado de Santa Catarina (Mior, 2001). Pode-se dizer que a introdução de novas tecnologias, o crescimento progressivo das escalas de produção e as mudanças na organização produtiva, passaram a minar gradativamente a tradicional forma de inserção da agricultura familiar. Uma das formas como este processo se desenrolou foi a descaracterização da produção de ciclo completo (Testa et all, 1996). Nos casos da suinocultura e da avicultura, isso quer dizer que as distintas fases da produção passam a ser desmembradas entre diferentes estabelecimentos produtivos, cujo principal resultado para os produtores foi a perda de autonomia e a concentração produtiva. A necessidade de aumentar as escalas produtivas para atender as especificações das empresas integradoras também pode ser caracterizada como uma forma de excluir alguns estabelecimentos menos capitalizados do processo produtivo.

O principal resultado deste processo foi a progressiva eliminação da capacidade de reprodução social de um grande contingente populacional da região, obrigando-os a migrar. Este quadro se encaixa quase perfeitamente no esquema teórico montado por Singer (1977), de migrações provenientes de ‘fatores de expulsão’ decorrentes da modernização agrícola. A grande diferença em relação a este autor é a de que ele tentava explicar o quadro migratório brasileiro entre 1950 e 1970 e este texto esta focalizado na dinâmica catarinense no decorrer da década de 1980. Contudo, o saldo migratório negativo da mesorregião do Extremo Oeste catarinense, com todas as demais regiões da Tabela 25, corroboram estas colocações; pois, apesar da mesorregião Oeste ter apresentado um influxo de migrantes da ordem de 70.754 pessoas, apresenta um movimento de evasão populacional da ordem de 105.337 habitantes, resultando em um saldo migratório negativo equivalente a 5% de sua população, em 1991.

Contudo, os dados do Censo Demográfico de 1991 apontam que o fluxo de evasão rural da população desta mesorregião não é o principal fluxo migratório dessa área nesta década. O total de pessoas que responderam ter efetuado movimento migratório no sentido

rural-urbano dentro da mesorregião do Extremo Oeste de Santa Catarina é de 14.211 pessoas. Por outro lado, uma grande parcela de população rural declarou ter efetuado movimento migratório para outras áreas rurais, totalizando o montante de 18.700 pessoas. Apesar desta população não ter efetuado um êxodo rural, este grande contingente de migrantes é mais um indicador das dificuldades enfrentadas pelas pessoas que viviam de atividades rurais na mesorregião do Extremo Oeste no decorrer da década de 1980.

Também é importante frisar a existência de um importante fluxo migratório do tipo urbano-urbano nesta mesorregião, totalizando o montante de 20.222 pessoas, apesar da população desta mesorregião ainda ser classificada como preponderantemente rural no Censo de 1991. Tendo em vista a estrutura da rede urbana do Extremo Oeste, concentrada no município de Chapecó, além do fato de que estes dados são referentes apenas a movimentos realizados em direção à núcleos urbanos de Santa Catarina; pode-se intuir que parcela considerável deste tipo de fluxo se dirige as regiões que apresentam maiores perspectivas de inserção em seu mercado de trabalho urbano e, por isso, maior adensamento de suas redes urbanas.

Os dados sobre os deslocamentos espaciais da população na mesorregião do Meio Oeste de Santa Catarina são mais um indicativo do quadro formado nas antigas regiões de fronteira agrícola de Santa Catarina (Tabela 26).

Esta mesorregião apresenta um saldo migratório negativo da ordem de 7.276 pessoas, que emigraram desta área para outras regiões. Contudo, o quadro desta mesorregião é menos dramático do que aquele observado para o Extremo Oeste Catarinense. Pois, apesar do saldo migratório total do Meio Oeste ser negativo, ele representa apenas 1,5% da população mesorregional. Outro ponto que corrobora esta afirmação é o fato de que esta mesorregião não apresenta saldos migratórios negativos com todas as demais áreas geográficas contempladas na Tabela 26, como no caso do Extremo Oeste. Dessa forma, apesar do contexto de transformação das relações produtivas de sua principal base econômica, as agroindústrias, esta mesorregião ainda consegue exercer um poder de atração populacional sobre outras áreas geográficas, como, por exemplo, a mesorregião do Planalto Serrano.

Tabela 26 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1986, Mesorregião do Meio Oeste de Santa Catarina, 1991.

Região Geográfica	Mesorregião Meio Oeste		
	Número de Imigrantes	Número de Emigrantes	Saldo Migratório
Movimentos populacionais dentro Meio Oeste – SC	24.516	24.516	0
RM Florianópolis – SC	436	3.000	-2.564
Extremo Oeste – SC	5.290	4.752	538
Sul – SC	92	590	-498
Planalto Serrano – SC	2.942	1.353	1.589
Grande Florianópolis (excluindo RM) – SC	23	244	-221
Vale do Itajaí – SC	1.199	6.063	-4.864
Nordeste – SC	323	1.879	-1.556
Planalto Norte – SC	1.250	685	565
SC não especificado	404		404
Região Norte	339	431	-92
Região Nordeste	103	19	84
Minas Gerais	177	155	22
Espírito Santo	45	0	45
Rio de Janeiro	162	233	-71
São Paulo	740	922	-182
Paraná	6.207	6.191	16
Rio Grande do Sul	4.383	3.775	608
Mato Grosso do Sul	129	334	-205
Mato Grosso	212	1.258	-1.046
Goiás	6	125	-119
Distrito Federal	0	0	0
Brasil Não Especificado	0	0	0
País Estrangou Mal Def	50	0	50
Ignorado	0	0	0
Total	24.489	31.765	-7.276

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1991. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

No que se refere ao quadro de evasão rural, a mesorregião Meio Oeste apresenta uma importante característica que a difere da mesorregião do Extremo Oeste, pois o montante de pessoas que declaram ter efetuado êxodo rural para núcleos urbanos de Santa Catarina, no decorrer da década de 1980, é de 10.264. Estes movimentos foram superiores ao montante de 8.317 pessoas que moravam em áreas rurais e migraram para outras áreas rurais. Dessa forma, os dados do Censo de 1991 demonstram que uma parcela maior da população do Meio Oeste efetuou movimentos migratórios que tem como consequência uma mudança drástica em seu estilo de vida, ou seja, uma mudança do mundo rural para o mundo urbano. No caso do Extremo Oeste, como visto, o montante de pessoas que



migraram procurando alternativas no próprio mundo rural era superior ao daquelas que realizaram êxodo rural. Estes dados, aliados à primazia urbana da população da mesorregião do Meio Oeste, desde o Censo de 1991, podem sugerir que a percepção de alternativas dentro do mundo rural ainda estivesse mais forte na mesorregião do Extremo Oeste do que na do Meio Oeste.

No que se refere aos deslocamentos do tipo urbano-urbano, o montante populacional que declarou ter efetuado estes fluxos partindo do Meio Oeste é de 21.039 pessoas, superior ao observado na mesorregião do Extremo Oeste. O fato da Mesorregião do Meio Oeste apresentar uma estrutura de rede urbana menos polarizada do que a mesorregião Oeste pode ser um dos fatores para explicar esta diferença.

A mesorregião do Planalto Serrano catarinense pode ser caracterizada como uma região de estagnação econômica no decorrer da década de 1980. O fim da atividade extrativa de madeira não foi acompanhada de um ciclo de investimentos que recoloca-se esta área em uma nova etapa de crescimento econômico (Cunha, 1996). Este contexto tornou bastante reduzida a capacidade de inserção da população mesorregional no mercado de trabalho, fato que levou ao quadro de evasão populacional observado na Tabela 27, de saldo migratório negativo de 16.555 pessoas. Como pode-se observar nesta Tabela, a mesorregião do Planalto Serrano apresenta saldo migratório negativo até com regiões que se caracterizaram como de evasão populacional neste período. Esse é o caso da mesorregião do Meio Oeste e da mesorregião do Planalto Norte catarinense, que também tem as bases econômicas de grande parte dos municípios de suas redes urbanas principalmente atreladas ao mundo rural.

Tabela 27 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1986, Mesorregião do Planalto Serrano de Santa Catarina, 1991.

Região Geográfica	Mesorregião Planalto Serrano		
	Número de Imigrantes	Numero de Emigrantes	Saldo Migratório
Movimentos populacionais dentro do Planalto Serrano	5.131	5.131	0
RM Florianópolis	892	5.207	-4.315
Extremo Oeste	452	321	131
Sul	457	1.497	-1.040
Grande Florianópolis (excluindo RM) – SC	322	433	-100
Vale do Itajaí	1.639	5.837	-4.198
Nordeste	372	2.726	-2.354
Planalto Norte	131	624	-493
Meio Oeste	1.353	2.942	-1.589
SC não especificado	137	0	137
Região Norte	253	126	127
Região Nordeste	51	134	-83
Minas Gerais	175	29	146
Espírito Santo	78	76	2
Rio de Janeiro	211	732	-521
São Paulo	539	2.054	-1.515
Paraná	1.274	4.120	-2.846
Rio Grande do Sul	1.919	179	1.740
Mato Grosso do Sul	83	201	-118
Mato Grosso	269	8	261
Goiás	14	74	-60
Distrito Federal	26	0	
Brasil Não Especificado	.		
País Estrang ou Mal Def	7		7
Ignorado	.		
Total	10.332	26.920	-16.555

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1991; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Os fluxos de evasão rural desta mesorregião não foram de grande monta<sup>10</sup>. No que se refere aos movimentos que caracterizam o êxodo rural, de sentido rural-urbano, que se dirigiram para áreas de Santa Catarina, o montante populacional que forma este grupo é de apenas 5.685 pessoas. Dentre as pessoas que viviam em áreas rurais e migraram para outras áreas rurais, o montante é de apenas 3.129 pessoas. Apesar do processo de estagnação econômica que atingiu a mesorregião no decorrer da década de 1980, os fluxos de evasão rural são bastante inferiores aos apresentados por áreas que passam por processos de

<sup>10</sup> Essas informações foram processadas mas não se encontram em formato de Tabela nessa dissertação de mestrado.

modernização de suas relações agrícolas. Estes dados corroboram a tese de Singer (1977), de que os fatores de expulsão, caracterizados por processos de estagnação econômica, causam menos deslocamentos populacionais do que os fatores de expulsão caracterizados por modernizações nos sistemas produtivos. Outro dado que corrobora esta afirmação são os fluxos migratórios do tipo urbano-urbano, que tiveram como área de origem a mesorregião do Planalto Serrano, que totalizam o montante de 14.182 pessoas, sendo inferiores aos observados no Extremo Oeste e no Meio Oeste. Sugere-se que a grande polarização observada na mesorregião do Planalto Serrano, exercida por Lages, um núcleo urbano que atravessava um período de estagnação econômica, sugira baixa capacidade de inserção destes contingentes neste mercado de trabalho, por esta razão tais fluxos tenham se dirigido para áreas com redes urbanas mais densas.

A mesorregião do Planalto Norte é mais uma área com base econômica predominantemente rural que apresenta saldo migratório total negativo, circulando em 5.999 pessoas, de acordo com o Censo Demográfico de 1991 (Tabela 28). Seus principais centros urbanos são as cidades de Canoinhas e Mafra, que no Censo demográfico de 1991 apresentavam populações de 55.376 e 47.042 habitantes, porém, o grau de urbanização destes municípios é relativamente baixo, circulando em 66% e 70%, respectivamente. Estes são importantes indicadores da baixa complexidade da rede urbana dessa mesorregião, que no decorrer da década de 1970 conseguiu atrair população migrante, principalmente do estado do Paraná, mas que no decorrer da década de 1980, porém, segundo os dados do Censo de 1991, a grande evasão populacional para este estado parece indicar um alto índice de migrações de retorno.

Tabela 28 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1986, Mesorregião do Planalto Norte de Santa Catarina, 1991.

Região Geográfica	Mesorregião Planalto Norte		
	Número de Imigrantes	Número de Emigrantes	Saldo Migratório
Movimentos populacionais dentro do Planalto Norte – SC	4.892	4.892	0
RM Florianópolis – SC	202	466	-264
Extremo Oeste – SC	738	208	530
Sul – SC	71	126	-55
Planalto Serrano – SC	624	131	493
Grande Florianópolis (excluindo RM) – SC	0	3	-3
Vale do Itajaí – SC	723	1.795	-1.072
Nordeste – SC	1.298	4.532	-3.234
Meio Oeste – SC	685	1.250	-565
SC não especificado	110		110
Região Norte	102	285	-183
Região Nordeste	0	58	-58
Minas Gerais	54	78	-24
Espírito Santo	5	12	-7
Rio de Janeiro	37	40	-3
São Paulo	476	571	-95
Paraná	5.237	6.837	-1.600
Rio Grande do Sul	365	312	53
Mato Grosso do Sul	52	86	-34
Mato Grosso	175	306	-131
Goiás	0	0	0
Distrito Federal	63	27	36
Brasil Não Especificado	5		5
País Estrang ou Mal Def	99		99
Ignorado	0		0
Total	11.121	17.120	-5.999

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1991; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Contudo, vale chamar atenção de que, apesar do saldo migratório total estar em um patamar negativo, esta mesorregião aparece como alternativa migratória para populações que deixaram outras mesorregiões inseridas em estagnações econômicas aparentemente mais profundas, como, por exemplo, as mesorregiões do Planalto Serrano e do Extremo Oeste.

Os movimentos migratórios de evasão rural desta mesorregião são os menores dentre as áreas que se caracterizam como de base econômica preponderantemente rural. As migrações do tipo rural-urbano, que se dirigiram para áreas de Santa Catarina, totalizam um montante de 3.882 pessoas, enquanto as migrações do tipo rural-rural totalizam 1.682 pessoas. No que se refere aos fluxos migratórios do tipo urbano-urbano, que tiveram como

origem a mesorregião do Planalto Norte e como destino núcleos urbanos de Santa Catarina, o montante populacional que realizou estes fluxos é de 7.392 pessoas.

Tabela 29 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1986, Mesorregião do Sul de Santa Catarina, 1991.

Região Geográfica	Mesorregião Sul		
	Número de Imigrantes	Número de Emigrantes	Saldo Migratório
Sul – SC	40.296	40.296	0
RM Florianópolis – SC	3.356	6.084	-2.728
Extremo Oeste – SC	579	368	211
Planalto Serrano – SC	1.497	457	1.040
Grande Florianópolis (excluindo RM) – SC	668	747	-79
Vale do Itajaí – SC	1.230	2.221	-991
Nordeste – SC	1.494	3.951	-2.457
Planalto Norte – SC	126	71	55
Meio Oeste – SC	590	92	498
SC não especificado	359		359
Região Norte	202	372	-170
Região Nordeste	359	196	163
Minas Gerais	193	105	88
Espírito Santo	46	18	28
Rio de Janeiro	608	247	361
São Paulo	2.240	838	1.402
Paraná	4.234	1.862	2.372
Rio Grande do Sul	9.581	6.254	3.327
Mato Grosso do Sul	94	70	24
Mato Grosso	141	336	-195
Goiás	81	13	68
Distrito Federal	94	96	-2
Brasil Não Especificado	12		12
País Estrang ou Mal Def	114		114
Ignorado	.		
Total	27.898	24.398	3.500

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1991; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

O caso da mesorregião Sul de Santa Catarina merece destaque por sua peculiaridade. A base econômica desta mesorregião historicamente esteve atrelada ao desempenho do setor carbonífero, contudo, as décadas de 1970 e 1980 foram palcos de movimentos de diversificação em sua base produtiva (Goulart Filho, 2001). No decorrer deste período, esta mesorregião diversificou sua base econômica a partir de atividades principalmente ligadas ao setores cerâmico e plástico. Contudo, como ilustra a Tabela 29,

esta diversificação produtiva não foi capaz de engendrar um processo de desenvolvimento econômico que se contrabalança com a aguda crise que atingiu o setor carbonífero no decorrer da década de 1980. Desta forma, podemos visualizar na Tabela 29 o impacto da derrocada das atividades carboníferas sobre a capacidade de retenção da população da mesorregião Sul, que apresenta a importante evasão de 24.398 pessoas, apesar de um saldo migratório positivo de 3.500 pessoas. A principal região de destino dos migrantes dessa mesorregião são os municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, indicando o fortalecimento de seu poder de centralidade no período. Um fato importante, no contexto da mesorregião Sul, é que apesar do ambiente de difícil inserção no mercado de trabalho que parece ter predominado nesta região no decorrer da década de 1980, esta ainda se configurava como área de recepção de migrantes provindas das UFs do Sul e Sudeste brasileiro.

No decorrer da década de 1980, a mesorregião Nordeste catarinense apresenta a rede urbana com maior dinamismo de Santa Catarina. O desenvolvimento irradiado a partir do município de Joinville constituiu uma auréola de cidades médias nessa região, das quais se destaca o desenvolvimento de Jaraguá do Sul e do pólo moveleiro de São Bento do Sul. É importante ressaltar o desenvolvimento desta área neste período, contrastando o contexto de estagnação econômica em que estava imersa a economia brasileira em seu conjunto. Esta foi uma das regiões que impulsionaram o crescimento da participação de Santa Catarina no PIB brasileiro. Deve-se considerar o debate por traz da desconcentração econômica brasileira desenrolada no decorrer da década de 1980. A resposta para esta dicotomia no ritmo de crescimento econômico desta região em relação ao conjunto da economia nacional está na progressiva inserção externa de um grande número de empresas da região, um exemplo do esquema teórico formulado por Pacheco (1998). Neste esquema, o processo de desenvolvimento brasileiro passara a perder suas características de um dinamismo interno, engendrando um padrão de desenvolvimento em que as regiões que apresentam crescimento econômico, normalmente, não são aquelas que se articulam ao mercado interno, mas sim, as que se articulam de forma compartimentada com a economia mundial.

Na Tabela 30 pode-se observar o fato de que o desempenho econômico da mesorregião Nordeste apresenta reflexo direto em sua capacidade de atração e retenção populacional neste período. O saldo migratório positivo de 52.576 pessoas representa cerca

de 8% do contingente populacional desta mesorregião no ano de 1991, além de se constituir como o maior saldo migratório de todas as mesorregiões catarinenses. Pode-se observar que os migrantes provenientes do estado do Paraná representam mais de 50% do total, constituindo-se como principal região de origem de migrantes para a mesorregião Nordeste. Contudo, se agregarmos o saldo migratório desta mesorregião com as demais áreas de Santa Catarina, alcançamos o montante de 18.489 migrantes, demonstrando a capacidade de atração migratória desta rede urbana também em relação ao estado catarinense no decorrer da década de 1980.

Tabela 30 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1986, Mesorregião Nordeste de Santa Catarina, 1991.

Região Geográfica	Mesorregião Nordeste		
	Número de Imigrantes	Número de Emigrantes	Saldo Migratório
Nordeste	15.370	15.370	0
RM Florianópolis	1.701	1.016	685
Extremo Oeste	2.584	78	2.506
Sul	3.951	1.494	2.457
Planalto Serrano	2.726	372	2.354
Grande Florianópolis (excluindo RM) – SC	559	173	386
Vale do Itajaí	10.271	4.960	5.311
Planalto Norte	4.532	1.298	3.234
Meio Oeste	1.879	323	1.556
SC não especificado	386		386
Região Norte	263	155	108
Região Nordeste	924	262	662
Minas Gerais	356	111	245
Espírito Santo	133	29	104
Rio de Janeiro	1.100	176	924
São Paulo	4.279	1.263	3.016
Paraná	33.167	7.548	25.619
Rio Grande do Sul	3.186	1.123	2.063
Mato Grosso do Sul	399	89	310
Mato Grosso	681	386	295
Goiás	45	7	38
Distrito Federal	89	27	62
Brasil Não Especificado	18		18
País Estrang ou Mal Def	237		237
Ignorado	.		
Total	73.466	20.890	52.576

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1991; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Esta afirmação é corroborada pelo fato de que as mesorregiões catarinenses com base econômica rural representarem cerca de 50% do montante de migrantes provenientes de Santa Catarina para a mesorregião Nordeste. Por esta razão, a outra metade do fluxo migratório é proveniente de áreas com base econômica urbana. Desta forma, podemos observar que a mesorregião Nordeste constitui-se, neste período, como área de destino para diversos grupos de migrantes. Quando analisamos as trocas migratórias da mesorregião Nordeste com cada uma das demais mesorregiões catarinenses, salta aos olhos o fato de que a principal mesorregião de origem é o Vale do Itajaí. Este quadro se monta, apesar do Vale do Itajaí apresentar uma estrutura urbana bastante desenvolvida, para o padrão catarinense. Fato que nos leva a crer, para o caso catarinense neste período, que o dinamismo de crescimento, aquecendo a possibilidade de inserção no mercado de trabalho urbano, seja um fator de direcionamento da realocação espacial da população com maior força do que simplesmente a existência de uma rede urbana estruturada.

A mesorregião do Vale do Itajaí, quando analisada segundo o montante total de suas trocas migratórias, apresenta grande poder de atração populacional no decorrer da década de 1980 (Tabela 31). O saldo migratório total de 33.265 pessoas é o segundo maior montante de migrantes em Santa Catarina neste período, representando cerca de 3% da população desta área em 1991. A principal área de origem dos migrantes que se dirigiram para esta região no decorrer da década de 1980 é o estado do Paraná. As trocas migratórias dessa região com os estados do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Rio de Janeiro também representam considerável parcela de seu saldo migratório, indicando um fortalecimento desta rede urbana em relação as principais áreas industriais do Brasil.

No contexto catarinense, o saldo migratório agregado com as demais mesorregiões no patamar de 9.846 pessoas indica o fortalecimento dessa rede urbana também nessa escala. Contudo, uma análise realizada segundo cada uma das mesorregiões catarinenses demonstra que as principais áreas de origem de migrantes nesta região são aquelas cuja base econômica está principalmente atrelada ao mundo rural. Neste sentido, observamos que as trocas migratórias do Vale do Itajaí com áreas de base econômica rural totalizam 14.032 migrantes. Porém, quando são analisadas as mesorregiões de base econômica lastreada preponderantemente em atividades urbanas, o saldo migratório dessa mesorregião é negativo, na ordem de 4.718 migrantes. Estes números geram inquietações, pois indicam



o fortalecimento do poder de atração migratória da rede urbana do Vale do Itajaí com áreas que atravessam um período de reestruturação em seu mercado de trabalho rural, enquanto sua relação com as áreas dinâmicas do estado de Santa Catarina apresenta uma tendência de enfraquecimento em seu poder de atração populacional.

Tabela 31 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1986, Mesorregião do Vale do Itajaí de Santa Catarina, 1991.

Região Geográfica	Mesorregião do Vale do Itajaí		
	Número de Imigrantes	Número de Emigrantes	Saldo Migratório
Vale do Itajaí	48.278	48.278	-
RM Florianópolis	3.053	3.451	-398
Extremo Oeste	4.435	537	3.898
Sul	2.221	1.230	991
Planalto Serrano	5.837	1.639	4.198
Grande Florianópolis (excluindo RM) – SC	2.849	1.110	1.739
Nordeste	4.960	10.271	-5.311
Planalto Norte	1.795	723	1.072
Meio Oeste	6.063	1.199	4.864
SC não especificado	532		532
Região Norte	832	236	596
Região Nordeste	986	295	691
Minas Gerais	442	216	226
Espírito Santo	104	51	53
Rio de Janeiro	1.191	342	849
São Paulo	5.918	2.764	3.154
Paraná	17.536	4.357	13.179
Rio Grande do Sul	5.414	1.338	4.076
Mato Grosso do Sul	329	105	224
Mato Grosso	510	665	-155
Goiás	153	140	13
Distrito Federal	258	62	196
Brasil Não Especificado	4		4
País Estrang ou Mal Def	313		313
Ignorado	.		-
Total	62.886	29.621	33.265

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1991; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

As trocas migratórias da mesorregião do Vale do Itajaí com a Região Metropolitana de Florianópolis merecem destaque. Quando são analisados os dados referentes ao total das trocas migratórias entre estas duas áreas, averigua-se que o Vale do Itajaí perde população na ordem de 398 pessoas. Contudo, em uma análise separada com os municípios da Grande

Florianópolis (excetuando aqueles que formam a RM), esta se apresenta como uma relação contrária, onde o vale do Itajaí apresenta saldo migratório positivo de 1.739 pessoas. Esta diferença tem base no fato de que os municípios que formam a mesorregião da Grande Florianópolis (excetuando os que formam a RM de Florianópolis) têm base econômica rural, enquanto aqueles da RM apresentam base econômica preponderantemente atrelada ao mundo urbano.

Observamos que o centro industrial desta mesorregião, principalmente sediado no município de Blumenau, começa a se inserir em um período de reestruturação produtiva, por decorrência de sua crescente inserção externa na economia. Por outro lado, os municípios litorâneos, cujo principal núcleo urbano é a cidade de Itajaí, passam por um período de dinamismo de crescimento econômico, principalmente lastreado em atividades relacionadas ao turismo, atraindo população.

Dessa forma, pode-se desenhar um quadro onde a rede urbana da mesorregião do Vale do Itajaí passa a apresentar dois núcleos, um núcleo nos municípios do litoral, que apresentam dinamismo; o outro núcleo nos municípios lastreados nas atividades industriais do setor têxtil, que conjuntamente com a hinterlandia de municípios lastreados em atividades rurais, como a cultura da cebola e do fumo, atravessam um período de instabilidade.

A Tabela 32 nos permite observar o poder de atração populacional exercido pela Região Metropolitana (RM) de Florianópolis no decorrer da década de 1980. Esta região apresenta o terceiro maior saldo migratório de Santa Catarina, com contingente de 27.962 pessoas, igual a mais de 5% da população desta área no ano de 1991. Pode-se observar que mais de 53% do fluxo migratório destinado a esta região é proveniente de migrações interestaduais, demonstrando a capacidade de articulação desta região com as demais áreas do território brasileiro. Ponto importante nessa discussão é a permanência do fato de que os fluxos destinados para a RM de Florianópolis não são capitalizados por um único estado de origem, apresentando um relativo equilíbrio entre os saldos migratórios do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, quando analisamos apenas os imigrantes, podemos observar que existe uma primazia dos migrantes provenientes do Rio Grande do Sul, com o montante de 7.833 pessoas. Porém, o fluxo de emigração para este estado serve

de contrabalço no saldo migratório desta UF com a Região Metropolitana de Florianópolis.

Tabela 32 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1986, Região Metropolitana de Florianópolis de Santa Catarina, 1991.

Região Geográfica	Mesorregião da Grande Florianópolis		
	Número de Imigrantes	Número de Emigrantes	Saldo Migratório
Migrações dentro da RM Florianópolis	18.115	18.115	0
Extremo Oeste	3.711	584	3.127
Sul	6.084	3.356	2.728
Planalto Serrano	5.207	892	4.315
Grande Florianópolis (excluindo RM) – SC	2.749	1.376	1.373
Vale do Itajaí	3.451	3.053	398
Nordeste	1.016	1.701	-685
Planalto Norte	466	202	264
Meio Oeste	3.000	436	2.564
SC não especificado	317	0	317
Região Norte	772	398	374
Região Nordeste	917	492	425
Minas Gerais	439	378	61
Espírito Santo	175	48	127
Rio de Janeiro	2.260	649	1.611
São Paulo	4.431	2.005	2.426
Paraná	5.446	2.141	3.305
Rio Grande do Sul	7.833	2.596	5.237
Mato Grosso do Sul	308	328	-20
Mato Grosso	179	222	-43
Goiás	204	230	-26
Distrito Federal	811	138	673
Brasil Não Especificado	13		13
País Estrang ou Mal Def	756		756
Ignorado	15		15
<b>Total</b>	<b>52.249</b>	<b>22.115</b>	<b>27.962</b>

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1991; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Dentro do contexto catarinense, a Região Metropolitana de Florianópolis só apresenta saldo migratório negativo nas trocas com a mesorregião Nordeste, mesmo assim, de pequena monta, circulando em 685 pessoas. As mesorregiões de base econômica predominantemente rural são as principais áreas de origem dos migrantes catarinenses que se destinam a RM de Florianópolis. Este fato sugere que grande parte do contingente

populacional proveniente da modernização das relações agrícolas em Santa Catarina, tem se dirigido para mesorregiões com estrutura econômica urbana, para procurar inserção no mercado de trabalho.

#### **2.4. Década de 1990: As trocas migratórias no contexto da reestruturação produtiva.**

A rede urbana catarinense apresenta grande expansão do número de seus municípios no decorrer da década de 1990. Este movimento foi reflexo da nova constituição brasileira, que facilitou a emancipação de pequenos municípios. Desta forma, nesta década o estado catarinense foi palco do aparecimento de 76 novos municípios, em um quadro onde a rede urbana saltou de 217 municípios em 1991 para 293 municípios em 2000. Não obstante este movimento de emancipação, a realocação espacial da população de Santa Catarina seguiu a mesma dinâmica de concentração populacional em grandes centros urbanos, iniciada em períodos anteriores. Este fato fortalece a afirmação de que uma vez consolidadas as trajetórias migratórias, o movimento das populações passa a ser uma função quase direta da capacidade de inserção populacional no mercado de trabalho, estando praticamente alheio com as mudanças no caráter político das regiões de origem dos migrantes (Brito, 2000; Pacheco e Patarra, 1997).

Observando a Tabela 33 podemos constatar que a concentração populacional de Santa Catarina em municípios de pequeno porte diminui de forma importante no decorrer da década de 1990. Esta afirmação pode ser realizada apesar do aumento da concentração nos municípios com faixa populacional inferior a 5.000 habitantes, de 4% em 1991 para 6% em 2000. Este fato se deve aos importantes decréscimos na concentração populacional nos municípios com população entre 5.001 e 50.000 habitantes. Como ressaltado anteriormente, o aumento da concentração nos municípios de até 5.000 habitantes é reflexo da reclassificação das populações que residem nestas áreas, em decorrência do movimento de emancipação no decorrer da década de 1990. Contudo, a diminuição populacional nos municípios de menor porte, das demais faixas populacionais, é um indicativo real da dinâmica de realocação espacial da população deste estado. Desta forma, observamos a progressiva perda de capacidade de retenção populacional destes centros urbanos de

pequeno porte em relação aos centros urbanos regionais e estaduais, também no contexto de reestruturação produtiva que caracteriza a década de 1990.

Tabela 33 – Distribuição Populacional segundo tamanho de municípios, Santa Catarina, 2000.

Tamanho dos municípios	Numero absoluto	Distribuição Relativa %
Ate 5000 habitantes	334.758	6
5001 a 10.000 habitantes	541.436	10
10.001 a 20.000 habitantes	837.174	16
20.001 a 50.000 habitantes	1.014.125	19
50.001 a 100.000 habitantes	587.787	11
Mais de 100.000 habitantes	2.041.080	38
Total	5.356.360	100

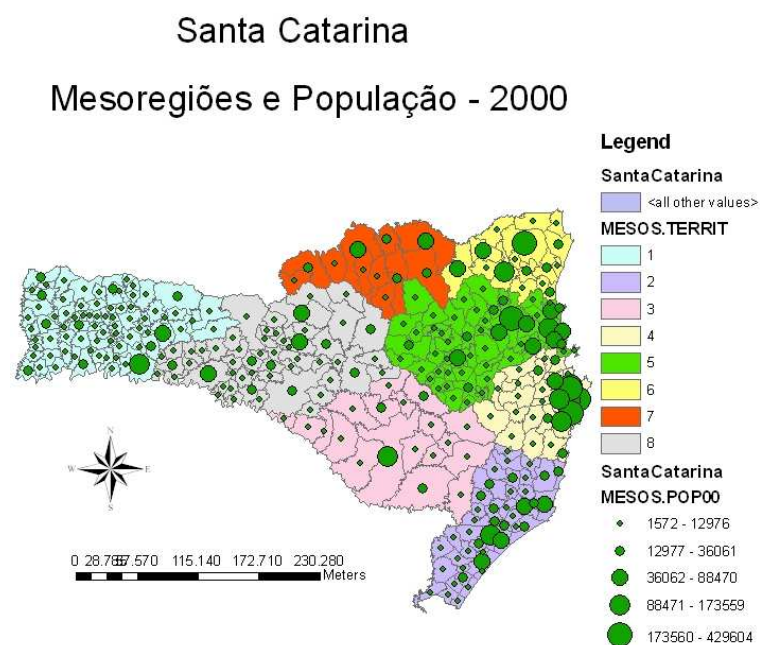
Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000.

Por seu turno, a capacidade de atração e retenção populacional dos centros urbanos de maior envergadura também não foi homogenia. Ao longo de todo este trabalho aponta-se que esta capacidade é função do dinamismo de crescimento econômico de tais municípios, cujo principal reflexo é a capacidade de inserção populacional no mercado de trabalho.

Visualizando o Mapa 3, pode-se notar a continuidade do processo de concentração geográfica da população nas mesorregiões do Leste de Santa Catarina, em curso desde o fim do processo de ocupação das fronteiras agrícolas deste estado, no decorrer da década de 1970. Este processo de fortalecimento da rede urbana das mesorregiões litorâneas de Santa Catarina, aliado ao aumento no grau de urbanização de Santa Catarina, de 70% em 1991 para 78% em 2000, parecem ser indicativos da diferença na capacidade de absorção dos migrantes no mercado de trabalho urbano das distintas mesorregiões de Santa Catarina. Procurando esclarecer as peculiaridades da dinâmica interna de cada uma das mesorregiões, a análise dos fluxos migratórios do Censo 2000 será realizada em duas escalas. A primeira segue o modelo utilizado nos dados do Censo Demográfico de 1991, em que são analisados os fluxos migratórios agregados das mesorregiões com outras áreas de Santa Catarina e do Brasil. Esta análise tem o objetivo de lançar luz sobre os fluxos migratórios agregados de diferentes circuitos da rede urbana, a fim de permitir a visualização de quais os principais elementos dos processos de desenvolvimento econômico dessas áreas tem maior influência sobre esta dinâmica. A segunda escala analítica, realizada somente com os dados do

Censo 2000, está focalizada nas trocas migratórias entre os municípios que formam uma determinada região. Desta forma, busca-se analisar a dinâmica migratória interna de cada uma das mesorregiões, permitindo a comparação dos fluxos migratórios de redes urbanas polarizadas por um núcleo urbano e aquelas com maior equilíbrio entre seus principais núcleos urbanos.

Mapa 3.



Fonte: Construção Própria a partir dos Dados sobre População Municipal do Censo Demográfica IBGE 2000.  
Base Cartográfica IBGE 2001.

Círculos proporcionais ao tamanho da população.

Mesorregiões: 1 = Extremo Oeste; 2 = Sul; 3 = Planalto Serrano; 4 = Grande Florianópolis; 5 = Vale do Itajaí; 6 = Nordeste; 7 = Planalto Norte; 8 = Meio Oeste.

A década de 1990 foi marcada como um período de reestruturação produtiva no Brasil (Laplaine, Coutinho e Hiratuka, 2003). Em Santa Catarina este quadro não foi diferente. A abertura comercial representou um aumento no grau de internacionalização das relações econômicas, que, na esfera nacional da produção, tiveram como importante reflexo um progressivo aumento da concorrência (Abreu, 2000). Desta forma, a reestruturação produtiva brasileira pode ser encarada como um movimento de adaptação a este novo

cenário, onde inúmeros setores industriais foram levados a adotar novos processos produtivos e novas tecnologias, a fim de ganhar produtividade e competitividade. Tais transformações implicaram em uma nova relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e criação (em alguns casos extinção) de postos de trabalho (Guimarães, 1990).

Tendo em vista tais transformações, Vainer<sup>11</sup>(2005) chama atenção para as alterações que este quadro provoca na análise da inter-relação entre desenvolvimento econômico e migrações. Segundo este autor, as transformações da esfera produtiva ocorridas nesta década reforçam a idéia de que os deslocamentos populacionais são cada vez mais dirigidos pela capacidade de inserção do mercado de trabalho, em contraposição a idéia de que o desenvolvimento econômico e a desconcentração industrial para áreas periféricas, por si só, seriam capazes de dirigir tais fluxos. Tendo em vista que a interconexão entre produto industrial e emprego industrial mudou de maneira importante nesta década.

Deve-se chamar a atenção para o fato de que as transformações na esfera produtiva tiveram reflexos diretos no mercado de trabalho brasileiro, acarretando na elevação das taxas de desemprego, sub-emprego e informalidade (Diniz, 2002) . Neste quadro, o setor de serviços ganha expressão como alternativa de emprego para uma parcela crescente da população economicamente ativa do Brasil (Kon, 2002).

Lima (1998), recupera outra faceta desta discussão, discutindo o papel das cidades médias no contexto da reestruturação industrial. Desta forma, as deseconomias de aglomeração nos grandes centros urbanos abrem espaço para o desenvolvimento de algumas cidades médias, que apresentam uma infra-estrutura básica, no sentido de uma melhor inserção no processo de desenvolvimento, logrando menores níveis de desemprego, subemprego e informalidade do que os grandes centros urbanos (Azzoni, 1986; Diniz, 2002). Sendo assim, a excessiva concentração de população e recursos passa a ser um importante elemento para a avaliação dos deslocamentos populacionais, pois muitas vezes este quadro se torna mais um impeditivo a tais movimentos, do que um incentivo (Harvey, 1977; Castells, 1973). Deve-se ressaltar que esta não é uma idéia nova, contudo, este

---

<sup>11</sup> Carlos Vainer, pesquisador do IPPUR-UFRJ em palestra realizada no IV Encontro Nacional sobre Migrações da ABEP, realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 2005.

trabalho defende a tese de que esta percepção, por parte dos migrantes brasileiros, ganha volume no decorrer da década de 1990.

Tendo em mente estas dinâmicas, a análise dos 10 maiores municípios de Santa Catarina no ano de 2000 passa a ser um exercício frutífero (Tabela 34).

Tabela 34– População nos 10 municípios mais populosos, Santa Catarina, 2000.

Municípios	População			Grau de Urbanização (G.U.)
	Urbana	Rural	Total	
Palhoça	97.914	4.828	102.742	95,3
Jaraguá do Sul	96.320	12.169	108.489	88,78
Chapecó	134.592	12.375	146.967	91,58
Itajaí	141.950	5.544	147.494	96,24
Lages	153.582	4.100	157.682	97,4
Criciúma	153.049	17.371	170.420	89,81
São José	171.230	2.329	173.559	98,66
Blumenau	241.943	19.865	261.808	92,41
Florianópolis	332.185	10.130	342.315	97,04
Joinville	414.972	14.632	429.604	96,59
Total	1.937.737	103.343	2.041.080	94,94
% sobre a população de SC	46	9	38	

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000.

Estas reflexões foram tecidas a fim de lançar luz sobre o crescimento de núcleos urbanos de médio porte no estado de Santa Catarina, que no decorrer da década de 1990 cresceram à taxas superiores do que os centros regionais situados em suas proximidades. Deve-se deixar claro, que, como afirmado na introdução desta dissertação, este trabalho está de acordo com as idéias de Faria (1978), de que a construção de teorias gerais de desenvolvimento é insuficiente para a compreensão da dinâmica de urbanização concreta de qualquer núcleo urbano. Contudo, a compreensão da dinâmica em uma escala macro, se utilizada como guia de reflexão, é de grande auxílio para a interpretação dos diferentes casos concretos. Exemplos de núcleos urbanos de porte médio que cresceram a taxas anuais superiores aos núcleos regionais de seu entorno podem ser encontrados em todas as mesorregiões de Santa Catarina, no decorrer da década de 1990. No que se refere aos municípios mais populosos do estado, cidades como Palhoça, São Jose, Itajaí e Jaraguá do Sul podem ser encaixadas neste perfil. Contudo, o crescimento de cada um destes núcleos urbanos foi reflexo de uma dinâmica específica de desenvolvimento, apesar de todas se



encaixarem no quadro geral discutido. Para a discussão das taxas de crescimento e do caso concreto de cada um dos municípios citados, mais uma vez, a discussão dos deslocamentos espaciais de cada uma das mesorregiões catarinenses transparece como importante recorte analítico para a compreensão da dinâmica de realocação populacional do estado de Santa Catarina como um todo.

Os determinantes do quadro de evasão populacional observado na mesorregião do Extremo Oeste, no decorrer da década de 1980, que resultaram em um saldo migratório negativo de 34.394 pessoas, continuam presentes nesta mesorregião na década seguinte, resultando em um saldo migratório negativo de 32.579 pessoas (Tabela 35).

Tabela 35 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1995, Mesorregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, 2000.

Região em 1995	Mesorregião do Extremo Oeste		
	Número de Imigrantes	Número de Emigrantes	Saldo Migratório
Extremo Oeste – SC	39.113	39.113	0
Região Metropolitana de Florianópolis – SC	884	8.130	-7.246
Sul - SC	214	736	-522
Planalto Serrano - SC	216	198	18
Grande Florianópolis (excluindo RM) – SC	5	262	
Vale do Itajaí - SC	1.489	6.306	-4.817
Nordeste - SC	353	2.950	-2.597
Planalto Norte - SC	401	242	159
Meio Oeste - SC	4.435	5.031	-596
SC não especificado	1.764		1.764
Região Norte	354	711	-357
Região Nordeste	320	399	-79
Minas Gerais	184	339	-155
Espírito Santo	38	60	-22
Rio de Janeiro	110	523	-413
São Paulo	1.084	3.554	-2.470
Paraná	6.893	11.486	-4.593
Rio Grande do Sul	10.668	16.946	-6.278
Mato Grosso do Sul	572	1.200	-628
Mato Grosso	1.057	4.500	-3.443
Goiás	185	564	-379
Distrito Federal	103	113	-10
Brasil Não Especificado	85		85
Total	31.409	63.988	-32.579

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

O sistema de relacionamento entre os agricultores familiares e as agroindústrias catarinenses continuou a sofrer pressões, cujo principal resultado foi a paulatina diminuição do número de agricultores integrados (Mior, 2005). Por outro lado, os novos sistemas de crédito (cujo principal programa é o PRONAF) não conseguiram criar formas alternativas para a manutenção de grande parcela dos agricultores familiares marginalizados no campo.

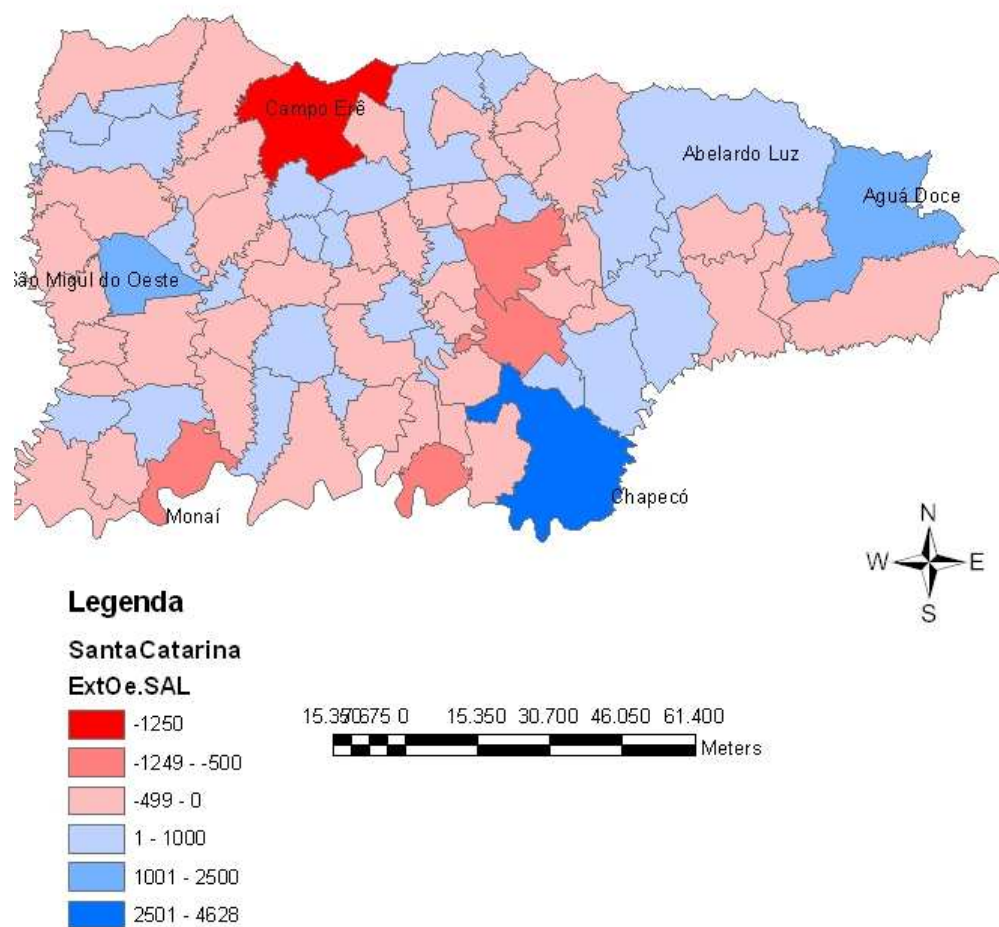
Desta forma, pode-se afirmar que parcela expressiva do contingente de evasão populacional observado nesta região é referente a movimentos de êxodo rural. Neste quadro, também se pode afirmar que boa parcela dos deslocamentos populacionais classificados como movimentos internos a mesorregião também tem o mesmo caráter. Os dados sobre movimentos de evasão rural apontam que um montante de 16.385 pessoas realizou movimentos no sentido rural-urbano no período. Outro montante de 12.739 pessoas declarou ter realizado migrações no sentido rural-rural, procurando manter suas características de reprodução social em outras áreas. Note-se que, diferentemente dos dados do Censo 1991, os fluxos de êxodo rural superaram aqueles de migrações com o objetivo de permanência no campo.

As principais áreas de destino para os emigrantes desta mesorregião foram os estados do Rio Grande do Sul (10.668 emigrantes) e Paraná (6.893 emigrantes). Como discutido no decorrer do capítulo 1, a interconexão da população desta mesorregião com tais estados pode ser explicada pelos grupos populacionais que mais contribuíram para a ocupação da região de fronteira agrícola do Extremo Oeste em períodos anteriores. Contudo, os dados da tabela 36 não permitem afirmar se estes movimentos podem ser caracterizados como retorno, seja de primeira ou segunda geração.

No que se refere à dinâmica de realocação interna da população catarinense, a principal área de destino dos migrantes da mesorregião do Extremo Oeste é a Região Metropolitana de Florianópolis. Deve-se ressaltar que, no decorrer da década de 1980, a principal região de destino destes migrantes era o Vale do Itajaí, que cai para o segundo posto neste período. Tal alteração ilustra o fortalecimento do poder de centralidade da mesorregião da Grande Florianópolis no decorrer deste período, cuja base econômica e estrutura de emprego atrelada preponderantemente ao setor serviços, não sofreram as restrições da reestruturação produtiva, como as áreas de base econômica mais fortemente atrelada a atividades industriais, caso das mesorregiões do Vale do Itajaí, Nordeste e Sul.

A marcante evolução do grau de urbanização da mesorregião do extremo Oeste, que salta de 48%, em 1991, para 60% em 2000, faz com que, pela primeira vez, esta área seja classificada como de primazia da população urbana. Esta evolução urbana também está refletida nos movimentos populacionais, dado que um montante de 29.194 pessoas declarou ter realizado movimentos migratórios do tipo urbano-urbano, tendo como origem a mesorregião do Extremo Oeste e como destino núcleos urbanos de Santa Catarina (Mapa 4).

**Mapa 4. Migrações Intra-Regionais, Mesorregião do Extremo Oeste -SC, saldo migratório segundo município de Residência em 1995 e 2000.**



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP. Base Cartográfica IBGE 2001.

Como qualquer região imersa na dinâmica capitalista, está claro que existem importantes diferenças na dinâmica de crescimento e desenvolvimento entre os municípios que formam a rede urbana da mesorregião do Extremo Oeste. Procurando captar os municípios que apresentam maior dinamismo, podemos utilizar o saldo migratório como um indicativo; os municípios com maior capacidade de atrair e reter população provavelmente indicam uma maior capacidade de inserção em seu mercado de trabalho, ou, acesso mais barato a moradia nas cercanias de municípios que apresentem condições de inserção desta população no fluxo do excedente social, seja através do mercado de trabalho formal, informal, atividades empreendedoras, etc.

De outro lado, analisando as principais áreas de evasão populacional podemos identificar os municípios onde vivem as populações que estão encontrando maior dificuldade em se adaptar ao contexto de mudanças ocorridas no decorrer da década de 1990. Por considerar validade na lei das migrações proposta por Ravenstein, de que uma corrente migratória tende a gerar sua contra-corrente, a análise do saldo migratório das diferentes áreas ganha importância frente a análise dos principais centros de imigração e emigração.

O primeiro fato a ser destacado na análise das migrações internas da mesorregião do Extremo Oeste de Santa Catarina é a grande centralidade exercida pelo núcleo urbano de Chapecó, cuja população representa 33% da população urbana de toda a mesorregião. Apesar de outros municípios, que lograram engendrar uma dinâmica de crescimento capaz de absorver parte dos contingentes migratórios em seu mercado de trabalho, também apresentarem saldos positivos (por exemplo, Passos Maia, 1.191 pessoas, Pinhalzinho, 733 pessoas e São Miguel do Oeste, 1.034 pessoas). Quando analisamos as migrações internas desta área a centralidade de Chapecó é corroborada, sendo o município com maior saldo, no valor de 4.628 pessoas.

Exemplos de áreas que apresentaram saldos migratórios com valor negativo, podendo ser caracterizados como áreas de evasão no decorrer da década de 1980, são os municípios de Águas Frias (-385 pessoas), Campo Ere (-1.250 pessoas), Galvão (-398 pessoas), São Carlos (-396 pessoas) e União do Oeste (-301 pessoas). Tais municípios parecem não ter logrado desenvolver atividades em seus núcleos urbanos que fossem

capazes de absorver o fluxo de evasão rural decorrente das alterações na forma de relacionamento das agroindústrias e trabalhadores familiares.

No que se refere aos deslocamentos populacionais realizados na mesorregião do Meio Oeste no decorrer da década de 1990, também é possível afirmar que ocorreu uma relativa continuidade da dinâmica observada na década de 1980 (Tabela 36). Apesar do saldo migratório negativo desta mesorregião (6.075 pessoas) ter diminuído em cerca de 20% em relação ao observado no Censo de 1991 (7.276 pessoas), o número de emigrantes aumentou em 10%.

Tabela 36 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1995, Mesorregião do Meio Oeste de Santa Catarina, 2000.

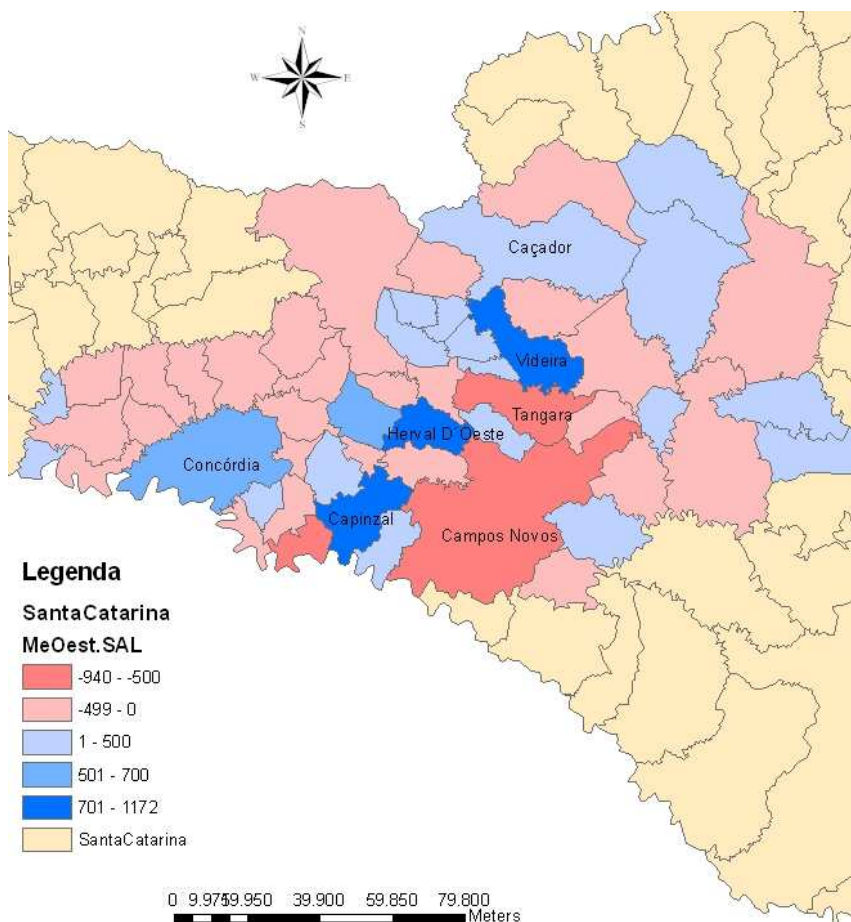
Região Geográfica	Mesorregião Meio Oeste		
	Numero de Imigrantes	Numero de Emigrantes	Saldo Migratório
Meio Oeste - SC	29.487	29.487	0
RM Florianópolis - SC	925	4.603	-3.678
Extremo Oeste - SC	5.031	4.435	596
Sul - SC	507	570	-63
Planalto Serrano - SC	1.914	1.632	282
Grande Florianópolis (excluindo RM) – SC	103	242	
Vale do Itajaí - SC	1.721	6.621	-4.900
Nordeste - SC	757	2.280	-1.523
Planalto Norte - SC	1.162	781	381
SC não especificado	1.613		1.613
Região Norte	180	529	-349
Região Nordeste	599	401	198
Minas Gerais	216	222	-6
Espírito Santo	27	26	1
Rio de Janeiro	294	80	214
São Paulo	1.641	1.141	500
Paraná	6.356	6.841	-485
Rio Grande do Sul	4.433	3.259	1.174
Mato Grosso do Sul	160	240	-80
Mato Grosso	371	882	-511
Goiás	827	417	410
Distrito Federal	56	43	13
Brasil Não Especificado	138	0	
Total	28.928	35.003	-6.075

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

A evasão populacional observada no Meio Oeste de Santa Catarina, de 28.928 emigrantes, é fruto de determinantes muito similares àqueles observados na mesorregião do Extremo Oeste. Contudo, como pode-se observar nas Tabelas 35 e 36, o volume da evasão no Meio Oeste tem uma dimensão menor. Outra importante diferença entre estes dois fluxos são as suas principais regiões de destino. Enquanto os migrantes da Mesorregião do Extremo Oeste têm como principais espaços de destino áreas situadas em outros estados da Federação (63% dos fluxos de evasão), os migrantes provindos do Meio Oeste se caracterizam por uma dinâmica mais interna de fluxos (60% dos fluxos de evasão). Ao contrário do Extremo Oeste, as migrações originárias do Meio Oeste continuam tendo como principal região de destino o estado de Santa Catarina e, preponderantemente, a rede urbana do Vale do Itajaí (31% dos migrantes que se dirigiram para Santa Catarina tiveram o Vale do Itajaí como destino).

Com o foco na escala analítica das migrações intra-regionais da mesorregião do Meio Oeste, deve-se chamar a atenção para o fato de que o grau de polarização desta área em torno de um núcleo urbano, é bastante inferior aquele observado na mesorregião do Extremo Oeste (Mapa 5). Existe um relativo equilíbrio na população dos municípios de Caçador (63.322 habitantes) e Concórdia (63.058 habitantes), com a existência de municípios secundários como Videira (41.579 habitantes) e Curitibanos (36.061 habitantes).

**Mapa 5. Migrações Intra-Regionais, Mesorregião do Meio Oeste -SC, saldo migratório segundo município de Residência em 1995 e 2000.**



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP. Base Cartográfica IBGE 2001.

Quando parte-se para a análise da dinâmica interna de realocação da população desta mesorregião, pode-se notar elevado número de municípios que indicam certo dinamismo, com capacidade de atração e retenção populacional, sendo responsáveis pela absorção de parte dos deslocamentos migratórios mesoregionais: Capinzal (883 pessoas), Concórdia (582 pessoas), Herval do Oeste (973 pessoas), Joaçaba (619 pessoas) e Videira (1.172 pessoas). Pode-se notar que a maioria dos municípios de maior porte se configurou como áreas de atração populacional, sugerindo certa relação entre estrutura urbana e poder de atração populacional. Por outro lado, pode-se perceber que apesar do maior equilíbrio

na distribuição dos fluxos migratórios, grande volume de municípios da mesorregião se configura como áreas de evasão populacional.

Os municípios que apresentaram os saldos migratórios negativos e de valor mais elevado, podendo ser caracterizados como as principais áreas de evasão populacional desta mesorregião, foram: Campos Novos (-940 pessoas), Curitibanos (-451 pessoas), Piratuba (-663 pessoas) e Tangará (-580). Dos quais a maioria repete o quadro de municípios que atravessam modernização nas relações de produção agropecuária e, por este motivo, apresentam elevado grau de êxodo rural. A exceção é o município de Caçador, que apesar do volume populacional de médio porte, sugerindo considerável desenvolvimento urbano na escala da mesorregião, apresenta saldo migratório negativo.

A principal região de destino para os migrantes oriundos da mesorregião do Planalto Serrano continua a ser a Região Metropolitana de Florianópolis, seguida pela mesorregião do Vale do Itajaí (Tabela 36). Vale ressaltar uma diferença nas trocas migratórias internas e externas do Planalto Serrano, onde as trocas com as demais mesorregiões de Santa Catarina caíram 20% (19.587 em 1991 e 15.758 em 2000), não diminuindo seu volume em igual proporção àquelas observadas com outros estados da Federação (7.766 em 1991 e 5.009 em 2000), cuja queda foi de quase 40%. Dessa forma, sugere-se uma maior integração relativa com a rede urbana catarinense, não obstante o ambiente de abertura econômica e expansão das comunicações que caracterizam a década de 1990.

No entanto, por seu turno, a mesorregião do Planalto Serrano continua a caracterizar-se como uma área de evasão populacional, segundo os dados do Censo Demográfico 2000. Contudo, devido à diminuição de quase 50% no saldo migratório observado nesta região, entre os anos de 1991 (16.555 pessoas) e 2000 (8.752 pessoas), pode-se dizer que alguns dos determinantes deste quadro tenham perdido parte de sua força (Tabela 37). Como afirmado anteriormente, a evasão populacional observada no decorrer da década de 1980 foi fruto do ambiente de estagnação econômica que assolou a mesorregião do Planalto Serrano no decorrer deste período. Na década de 1990, investimentos ligados à indústria de papel parecem ter dado um novo impulso de crescimento à rede urbana da região, principalmente à Lages, seu principal centro, permitindo uma maior inserção de sua população no mercado de trabalho e diminuindo os fluxos migratórios de evasão.



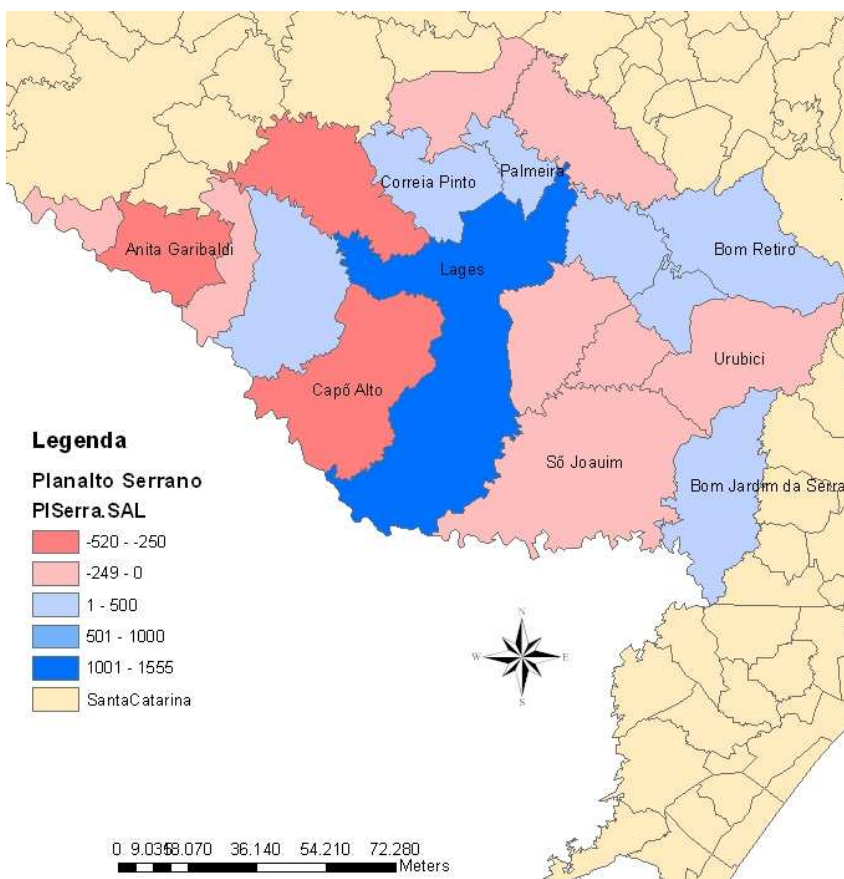
Tabela 37 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1995, Mesorregião do Planalto Serrano de Santa Catarina, 2000.

Região Geográfica	Mesorregião Planalto Serrano		
	Numero de Imigrantes	Numero de Emigrantes	Saldo Migratório
Planalto Serrano - SC	6.868	6.868	0
Região Metropolitana de Florianópolis - SC	1.550	5.427	-3.877
Extremo Oeste - SC	198	216	-18
Sul	770	1.357	-587
Grande Florianópolis (excluindo RM) – SC	296	367	
Vale do Itajaí	1.909	4.908	-2.999
Nordeste	668	1.169	-501
Planalto Norte	129	400	-271
Meio Oeste	1.632	1.914	-282
SC não especificado	617		617
Região Norte	83	191	-108
Região Nordeste	84	80	4
Minas Gerais	151	115	36
Espírito Santo	33	0	33
Rio de Janeiro	102	14	88
São Paulo	581	244	337
Paraná	1.344	1.610	-266
Rio Grande do Sul	1.589	2.456	-867
Mato Grosso do Sul	44	33	11
Mato Grosso	45	118	-73
Goiás	0	62	-62
Distrito Federal	27	86	-59
Brasil Não Especificado	92	0	92
Total	11.648	20.400	-8.752

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

O Mapa 6 expressa de maneira clara a centralidade exercida pelo centro urbano de Lages, no contexto das migrações internas da mesorregião do Planalto Serrano. Este município apresenta o maior saldo migratório da mesorregião, segundo um mapa que sugere o fortalecimento dos municípios localizados no eixo de conexão entre Lages e a rede urbana da mesorregião do Vale do Itajaí.

**Mapa 6. Migrações Intra-Regionais, Mesorregião do Planalto Serrano-SC, saldo migratório segundo município de Residência em 1995 e 2000.**



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP. Base Cartográfica IBGE 2001.

Os municípios caracterizados como áreas de evasão migratória para movimentos internos na mesorregião, por sua vez, estão principalmente localizados no eixo Oeste da mesorregião do Planalto Serrano, na conexão entre Lages e a mesorregião do Meio Oeste. Vale chamar a atenção para o caso dos municípios de Urubici e São Joaquim, cuja economia urbana teve clara influência do aumento do setor serviços ligadas ao turismo. Contudo, este desenvolvimento no setor serviços não engendrou um processo de crescimento capaz de sanear o ambiente de evasão populacional.

A mesorregião do Planalto Norte segue a mesma tendência das demais mesorregiões catarinenses de base econômica preponderantemente rural, se configurando novamente

como região de evasão de migrantes, com saldo negativo de 9.012 pessoas (Tabela 38). Porém, esta mesorregião apresenta a especificidade de ser a única a apresentar um quadro de evasão populacional em 2000, com volume superior ao observado em 1991 (5.099 pessoas).

Tabela 38 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1995, Mesorregião do Planalto Norte de Santa Catarina, 2000.

Região Geográfica	Mesorregião Planalto Norte		
	Número de Imigrantes	Número de Emigrantes	Saldo Migratório
Planalto Norte – SC	4.694	4.694	0
RM Florianópolis – SC	289	475	-186
Extremo Oeste – SC	242	401	-159
Sul – SC	78	139	-61
Planalto Serrano – SC	400	129	271
Grande Florianópolis (excluindo RM) – SC	0	0	0
Vale do Itajaí – SC	454	1.899	-1445
Nordeste – SC	1.114	6.088	-4974
Meio Oeste – SC	781	1.162	-381
SC não especificado	321		321
Região Norte	102	174	-72
Região Nordeste	45	24	21
Minas Gerais	24	148	-124
Espírito Santo	0	0	0
Rio de Janeiro	45	71	-26
São Paulo	521	656	-135
Paraná	5.060	6.733	-1673
Rio Grande do Sul	372	515	-143
Mato Grosso do Sul	37	108	-71
Mato Grosso	95	163	-68
Goiás	22	107	-85
Distrito Federal	0	64	-64
Brasil Não Especificado	42		42
Total	10.044	19.056	-9.012

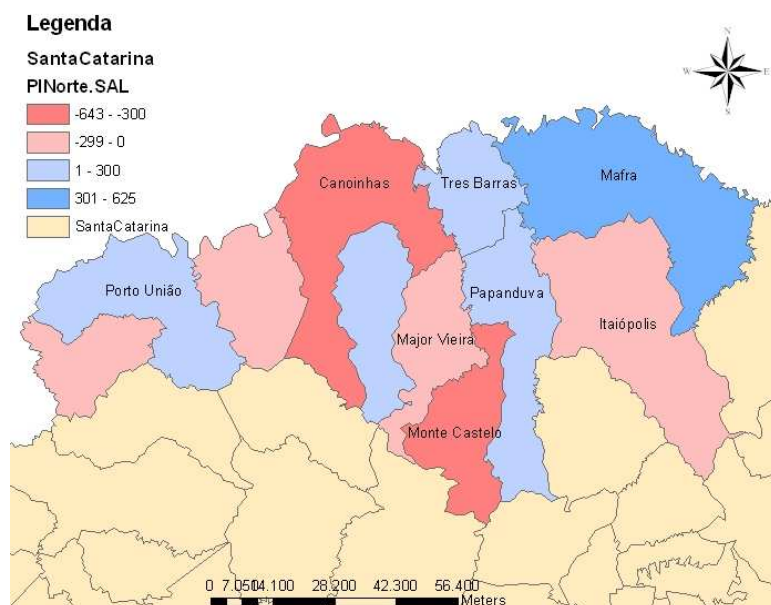
Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Este quadro é resultado da baixa produtividade da agricultura familiar da região, que progressivamente perde espaço frente outras áreas agrícolas. Não obstante, o ambiente de estagnação econômica de seus principais núcleos urbanos e a reestruturação produtiva de suas principais indústrias têxteis, diminuindo o volume de emprego industrial, também tenham contribuído para este quadro (Cunha, 1996). Esta afirmação se corrobora a partir do

pressuposto de que parte dos migrantes provenientes das áreas rurais da mesorregião Norte não encontram grandes oportunidades de inserção no mercado de trabalho dos núcleos urbanos das cercanias, sendo obrigados a migrar para outras áreas.

No que se refere aos movimentos migratórios internos à mesorregião, os municípios que se caracterizaram como áreas de evasão neste período foram: Canoinhas (-643 pessoas) e Monte Castelo (-302 pessoas). Por outro lado, apenas o município de Mafra pode ser caracterizado como uma área de atração migratória para movimentos internos ao Planalto Norte, com saldo de 625 pessoas (Mapa 7).

**Mapa 7. Migrações Intra-Regionais, Mesorregião do Planalto Norte-SC, saldo migratório segundo município de Residência em 1995 e 2000.**



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP. Base Cartográfica IBGE 2001.

A mesorregião Sul logrou inserir-se em uma nova dinâmica de crescimento econômico capaz de inverter o grande fluxo de evasão populacional que se configurou no decorrer da década de 1980, por consequência da bancarrota de seu setor carbonífero (Tabela 39). Os deslocamentos populacionais captados pelo Censo Demográfico de 2000

levam a classificar esta mesorregião como área receptora de migrantes, mesmo que seu saldo migratório de 7.028 pessoas seja de pequena expressão, frente à população mesorregional. Esta posição se corrobora pelo fato da mesorregião Sul apresentar saldos migratórios positivos com a maioria das demais regiões de Santa Catarina e do Brasil.

Tabela 39 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1995, Mesorregião do Sul de Santa Catarina, 2000.

Região Geográfica	Mesorregião Sul		
	Número de Imigrantes	Número de Emigrantes	Saldo Migratório
Sul – SC	44.750	44.750	0
Região Metropolitana de Florianópolis – SC	3.948	6.231	-2.283
Extremo Oeste – SC	736	214	522
Planalto Serrano – SC	1.357	770	587
Grande Florianópolis (excluindo RM) – SC	582	888	-306
Vale do Itajaí – SC	1.696	1.973	-277
Nordeste – SC	2.386	3.171	-785
Planalto Norte – SC	139	78	61
Meio Oeste – SC	570	507	63
SC não especificado	1.019		1.019
Região Norte	508	388	120
Região Nordeste	430	561	-131
Minas Gerais	363	373	-10
Espírito Santo	55	39	16
Rio de Janeiro	650	200	450
São Paulo	2.179	1.332	847
Paraná	4.213	2.079	2.134
Rio Grande do Sul	12.320	7.665	4.655
Mato Grosso do Sul	235	102	133
Mato Grosso	328	219	109
Goiás	207	157	50
Distrito Federal	79	87	-8
Brasil Não Especificado	62		62
Total	78.230	70.896	7.028

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

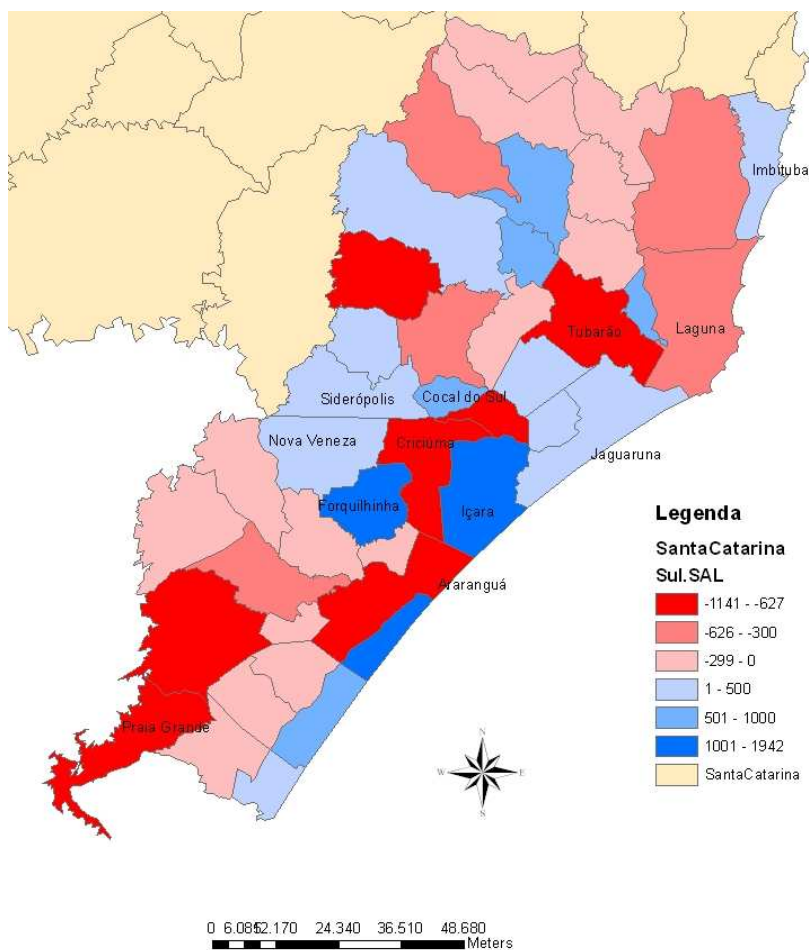
Entre as Unidades da Federação, a principal região de aporte de migrantes para o Sul de Santa Catarina continua a ser o Rio Grande do Sul (12.320 imigrantes) e, dentro do contexto estadual, a mesorregião da Grande Florianópolis (3.948). Estes fluxos sugerem um relativo poder de atração desta mesorregião com as áreas de proximidade geográfica. Por outro lado, deve-se atentar para o fato de que estas são as duas principais regiões de destino

dos migrantes provindos do Sul catarinense. No que se refere às trocas migratórias da mesorregião Sul com o estado gaúcho, o saldo migratório é positivo para os catarinenses na ordem de 4.655 pessoas. Porém, como observado anteriormente, a década de 1990 foi um período de fortalecimento do poder de centralidade da Grande Florianópolis em relação ao estado de Santa Catarina, com a mesorregião sul não foi diferente. O principal reflexo desta conjuntura é o de que a mesorregião Sul apresenta saldo migratório negativo de 2.283 com a mesorregião da capital do estado, se configurando como o saldo migratório negativo de maior valor para a mesorregião Sul (Mapa 8).

As taxas de crescimento anual geométrico das cidades da mesorregião Sul apresentam disparidades que indicam certo grau de seletividade no destino dos fluxos migratórios. Os municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional são núcleos urbanos secundários, situados nas imediações dos centros regionais de Criciúma (1,7% a.a.) e Tubarão (2,0% a.a.). Neste exemplo encaixam-se os municípios de Treze de maio (5,8% a.a.), Forquilha (3,0% a.a.) e Gravatal (3,0% a.a.). Por outro lado, os municípios que apresentaram as taxas geométricas de crescimento negativas, ilustrando evasão populacional, são aqueles cuja base econômica está principalmente atrelada ao mundo rural, não apresentando um dinamismo urbano capaz de atrair o contingente populacional provindo do êxodo rural. São exemplos desta situação os municípios de Jaguaruna (-2,5%), Meleiro (-3,5%) e Treviso (-7,3%).

No que se refere às migrações internas na mesorregião, as taxas geométricas de crescimento da população rural, circulando em um patamar negativo de 0,57% ao ano, podem ser um indicativo de que os emigrantes destas áreas eram provenientes principalmente de áreas rurais. O montante de 12.620 pessoas que declararam ter emigrado de áreas rurais da mesorregião Sul em direção a núcleos urbanos de Santa Catarina, parece corroborar esta afirmação. O crescimento no Grau de Urbanização, que evoluiu de 59% para 65%, também pode ser utilizado neste sentido.

**Mapa 8. Migrações Intra-Regionais, Mesorregião Sul-SC, saldo migratório segundo município de Residência em 1995 e 2000.**



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP. Base Cartográfica IBGE 2001.

Contudo, quando a escala analítica focaliza os movimentos internos da mesorregião Sul de Santa Catarina deve-se chamar atenção para o fato de que os saldos migratórios negativos de maior valor foram observados nos principais núcleos urbanos da região. Este fato indica que apesar da evasão agrícola, os municípios desta área parecem dar contornos de dinâmicas integradas de crescimento urbano, onde os núcleos urbanos de maior porte, diretamente afetados pela crise carbonífera expulsam população para núcleos urbanos vizinhos. Os municípios de Araranguá (saldo de -1.059 pessoas), Criciúma (-1.141 pessoas) e Tubarão (-753 pessoas) são exemplos dessa dinâmica. Dessa forma, mais uma vez as

idéias de Faria (1978) se mostram validas para estudos de dinâmica urbana, pois, quando são analisados fluxos migratórios internos nas mesorregiões de base econômica agrícola, as principais áreas de absorção migratória eram os núcleos urbanos mais desenvolvidos. Porém, no caso da mesorregião Sul, os núcleos urbanos mais desenvolvidos são as principais áreas de evasão migratória, o que pode indicar uma dinâmica integrada de desenvolvimento da vida urbana dessa mesorregião, no sentido de existir uma divisão funcional dos núcleos urbanos com proximidade, traduzida no incremento dos fluxos pendulares. Ou seja, fatores relacionados ao preço da terra, diferenças salariais e melhorias na infra-estrutura de transporte conduzem ao fracionamento dos espaços trabalho-moradia.

As transformações na estrutura produtiva da mesorregião Nordeste de Santa Catarina, sofridas em decorrência do ambiente de reestruturação industrial que se instaurou na economia brasileira como um todo (Calheiros, 2006), sugerem perda de capacidade de atração migratória nesta área (Tabela 40). Deve-se deixar claro que a década de 1990 não foi um período de crise para a economia mesorregional, porém, as incorporações de novas tecnologias e métodos produtivos nas indústrias da região geraram uma relativa pressão sobre o mercado de trabalho urbano (Goulart Filho, 2001), fato que parece ter influenciado sua capacidade de atração de migrantes.

Segundo os dados do Censo Demográfico de 1991, esta mesorregião era a principal receptora de migrantes em Santa Catarina. Contudo, os dados do Censo Demográfico de 2000 classificam esta mesorregião como a terceira maior receptora estadual. As principais áreas de origem de seus migrantes continuam a ser o estado do Paraná, que neste período foi seguido pela mesorregião do Vale do Itajaí e o estado de São Paulo. Estes fluxos indicam uma forte articulação desta rede urbana tanto em uma escala nacional, quanto na escala interna de Santa Catarina. Não obstante, as trocas migratórias da mesorregião Nordeste com a mesorregião da Grande Florianópolis merecem destaque. Segundo os dados do Censo de 1991, as únicas áreas que a mesorregião da Grande Florianópolis apresentava saldos migratórios negativos eram a mesorregião Nordeste e alguns estados da região Centro-Oeste. Porém, esta tendência foi invertida no decorrer da década de 1990, mais uma vez indicando o fortalecimento do poder de centralidade da região da capital catarinense no decorrer da década de 1990.



Tabela 40 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1995, Mesorregião do Nordeste de Santa Catarina, 2000.

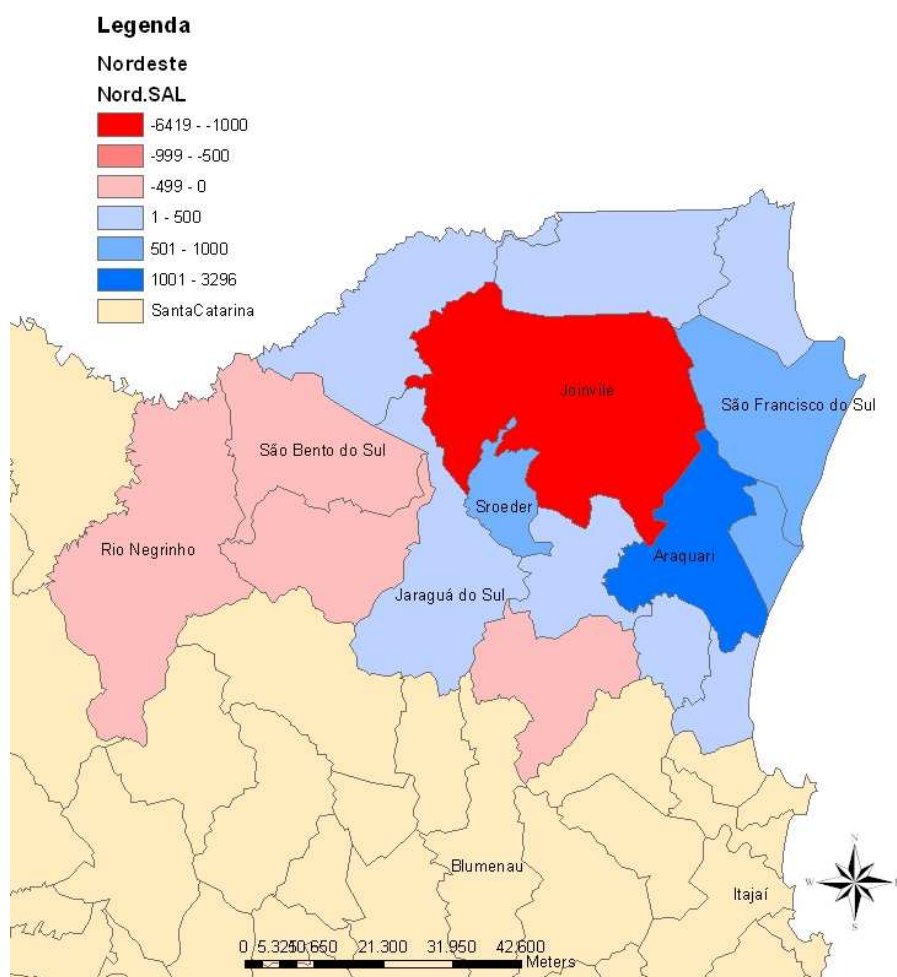
Região Geográfica	Mesorregião Nordeste		
	Numero de Imigrantes	Numero de Emigrantes	Saldo Migratório
Nordeste - SC	21.172	21.172	0
RM Florianópolis - SC	1.822	2.845	-1.023
Extremo Oeste - SC	2.950	353	2.597
Sul – SC	3.171	2.386	785
Planalto Serrano - SC	1.169	668	501
Grande Florianópolis (excluindo RM) – SC	387	222	165
Vale do Itajaí - SC	10.355	8.188	2.167
Planalto Norte - SC	6.088	1.114	4.974
Meio Oeste - SC	2.280	757	1.523
SC não especificado	2.056		2.056
Região Norte	624	527	97
Região Nordeste	1.421	588	833
Minas Gerais	493	422	71
Espírito Santo	127	215	-88
Rio de Janeiro	799	378	421
São Paulo	5.336	2.879	2.457
Paraná	26.191	10.674	15.517
Rio Grande do Sul	4.369	1.828	2.541
Mato Grosso do Sul	614	156	458
Mato Grosso	859	502	357
Goiás	214	52	162
Distrito Federal	93	174	-81
Brasil Não Especificado	306		306
Total	71.337	34.706	36.631

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Os dados sobre o crescimento geométrico dos municípios da mesorregião Nordeste também indicam um alto teor de seletividade no destino das migrações que se dirigiram para esta área. A taxa anual média de crescimento da população mesorregional em seu conjunto foi de 2,9%, contudo, o centro regional de Joinville cresceu a taxa de 2,2%, inferior à média. Municípios do entorno da cidade principal, que fazem parte da região metropolitana de Joinville, cresceram a taxas anuais superiores, como foi o caso de Araquari (4,4%), Guaramirim (3,4%) e Shroeder (5,6%).

Os municípios de Jaraguá do Sul (3,9%), São Bento do Sul (3,0%) e Rio Negrinho (3,2%) também apresentaram taxas de crescimento superiores à média mesorregional. Contudo, deve-se ressaltar que este fato não se deve a uma dinâmica metropolitana de realocação populacional, como nos outros municípios, mas, sim, do fato de lograrem inserir-se em dinâmicas de crescimento econômico no decorrer da década de 1990, respectivamente: a internacionalização da WEG, em Jaraguá e a ascensão do pólo moveleiro, em Rio Negrinho e São Bento do Sul (Goulart Filho, 2001; Bracarense, 2007).

**Mapa 9. Migrações Intra-Regionais, Mesorregião Nordeste - SC, saldo migratório segundo município de Residência em 1995 e 2000.**



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP. Base Cartográfica IBGE 2001.

No que se refere aos fluxos internos à mesorregião, Joinvile, o principal núcleo urbano, também se constituiu, ao longo da década de 1990, como um área de evasão populacional com saldo migratório negativo de 6.419 pessoas (Mapa 9). Apesar da mesorregião Sul ter apresentado as mesmas características, onde os principais núcleos urbanos se constituem como áreas de evasão, o contexto de desenvolvimento econômico das duas áreas é bastante diferenciado. Para a mesorregião Nordeste a década de 1990 não foi marcada pela estagnação causada pela crise de uma de suas principais atividades econômicas. Porém, um dos principais fatores que explicam estes dados, o surgimento de uma dinâmica integrada de realocação espacial da população dos municípios com proximidade geográfica e considerável desenvolvimento de sua rede urbana, pode ser sugerido para as duas áreas. Sendo assim, podemos observar que as principais regiões de absorção deste fluxo migratório são os municípios do entorno da cidade de Joinvile, como, por exemplo, Araquari, com saldo migratório positivo de 3.296 pessoas, São Francisco do Sul (774 pessoas) e Schroeder (797 pessoas).

O mercado de trabalho dos municípios mais industrializados da mesorregião do Vale do Itajaí sofreu grande pressão devido à reestruturação industrial do setor têxtil no decorrer da década de 1990 (Cunha, 1996). Contudo, este quadro levou ao acirramento da dicotomia da rede urbana desta mesorregião, pois os municípios litorâneos viveram anos de grande prosperidade e expansão de seu mercado de trabalho. Desta forma, os dados referentes aos movimentos populacionais desta localidade merecem atenção, pois não estão divididos segundo este contexto.

No panorama nacional as principais regiões de origem dos migrantes que se destinaram a mesorregião do Vale do Itajaí são os estados do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul, que juntos contribuíram com quase 50% dos fluxos de entrada desta mesorregião (Tabela 41). Analisando a dinâmica catarinense podemos observar que as principais regiões de origem dos migrantes foram a mesorregião do Extremo Oeste e a mesorregião Nordeste. Esta é uma situação que merece uma reflexão, pois, mais uma vez, os migrantes catarinenses que se dirigem a mesorregião do Vale do Itajaí são formados tanto por contingentes populacionais de regiões caracterizadas por um forte êxodo rural, como por migrantes provindos da mesorregião com maior dinamismo industrial do estado.

Tabela 41 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1995, Mesorregião do Vale do Itajaí de Santa Catarina, 2000.

Região Geográfica	Mesorregião do Vale do Itajaí		
	Número de Imigrantes	Número de Emigrantes	Saldo Migratório
Vale do Itajaí – SC	58.863	58.863	-
RM Florianópolis – SC	4.350	5.174	-824
Extremo Oeste – SC	6.306	1.489	4.817
Sul – SC	1.973	1.696	277
Planalto Serrano	4.908	1.909	2.999
Grande Florianópolis (excluindo RM) – SC	2.957	1.444	1.513
Nordeste - SC	8.188	10.355	-2.167
Planalto Norte - SC	1.899	454	1.445
Meio Oeste - SC	6.621	1.721	4.900
SC não especificado	2.828		2.828
Região Norte	659	603	56
Região Nordeste	2.324	1.460	864
Minas Gerais	707	595	112
Espírito Santo	161	84	77
Rio de Janeiro	1.956	745	1.211
São Paulo	9.360	3.437	5.923
Paraná	21.584	9.037	12.547
Rio Grande do Sul	9.569	3.139	6.430
Mato Grosso do Sul	829	280	549
Mato Grosso	1.183	805	378
Goiás	424	198	226
Distrito Federal	369	292	77
Brasil Não Especificado	287		287
<b>Total</b>	<b>86.485</b>	<b>43.473</b>	<b>43.012</b>

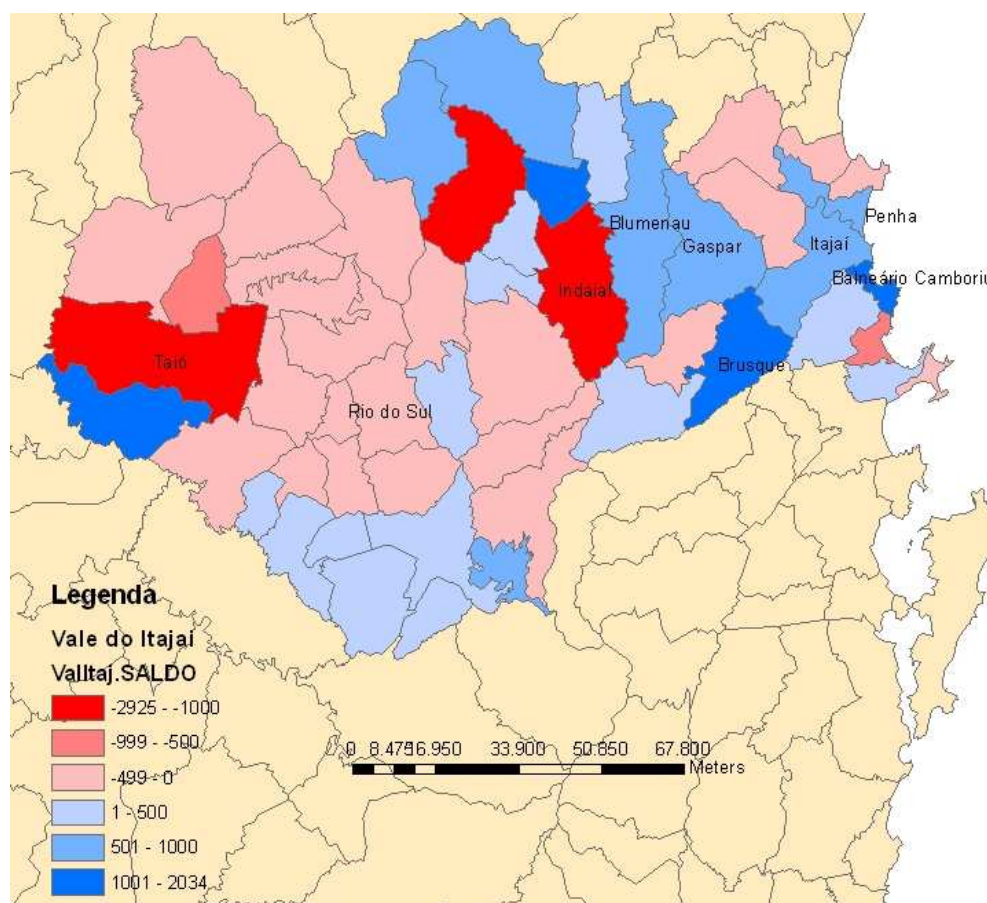
Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Analisando as taxas geométricas de crescimento das populações municipais podemos ter uma proxy das principais áreas de destino destes fluxos migratórios. A taxa média de crescimento da população mesorregional foi de 1,6% a.a. e os principais municípios industriais cresceram a taxas próximas à média mesorregional, como foi o caso de Blumenau (2,4%), Brusque (3,1%) e Rio do Sul (1,4%), indicando que grande parte do fluxo migratório não se dirigiu para estas localidades. Por outro lado, os municípios litorâneos dessa mesorregião, em sua grande maioria, apresentaram taxas de crescimento anual bastante superiores a média, como foi o caso de Balneário Camboriu (6,9%),

Balneário Piçarras (3,6%), Itapema (8,7%), Itajaí (2,4%) e Navegantes (5,8%). Estes municípios, em sua grande maioria, formam a região metropolitana de Itajaí, apresentando uma dinâmica urbana bastante integrada.

Esta afirmação pode ser corroborada mesmo quando a escala analítica está focalizada nas trocas migratórias entre os municípios dessa mesorregião, onde o município de Blumenau apresenta o saldo migratório negativo de maior valor, com montante de 2.925 pessoas, enquanto os municípios litorâneos, com exceção de Itajaí (-1.84 pessoas), apresentam grande poder de atração populacional, como, por exemplo, Balneário Camboriú (1.291 pessoas), Camboriú (1.945 pessoas) e Navegantes (2.034 pessoas), como ilustra o mapa 10.

**Mapa 10. Migrações Intra-Regionais, Mesorregião do Vale do Itajaí - SC, saldo migratório segundo município de Residência em 1995 e 2000.**



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP. Base Cartográfica IBGE 2001.

Os municípios de base econômica rural, em sua maioria, apresentam um dinamismo demográfico que os classifica como área de evasão, como, por exemplo, Ituporanga (-638 pessoas) e Vidal Ramos (-410 pessoas). Em entrevistas de campo realizadas com 51 agricultores familiares distribuídos em municípios das mesorregiões do Vale do Itajaí e de Florianópolis, foi possível perceber a crescente absorção dos excedentes rurais pelas atividades urbanas. Refletido principalmente no vertiginoso aumento no uso de defensivos e fertilizantes por parte dos agricultores familiares destas áreas, a fim de manter suas produções em níveis competitivos. Contudo, esta subordinação leva a uma progressiva marginalização dos agricultores, obrigando-os a migrar. Os dados sobre os movimentos de evasão rural lançam luz sobre a dinâmica dessas áreas, em que um montante de 15.392 pessoas declararam ter efetuado movimentos de êxodo rural no decorrer da década de 1990 na mesorregião do Vale do Itajaí.

A base econômica principalmente atrelada ao setor de serviços, da Região Metropolitana de Florianópolis, parece ter favorecido sua capacidade de atração populacional dentro do contexto de reestruturação produtiva que caracterizou a década de 1990 (Tabela 42). Um fato marcante no contexto da reestruturação produtiva que caracterizou a década de 1990 foi a consolidação do processo de crescimento da participação do setor serviços na formação do PIB brasileiro. No mercado de trabalho não foi diferente, em um quadro onde o setor de serviços é progressivamente responsável pela absorção da população economicamente ativa. Sugere-se que o fato da RM de Florianópolis historicamente se constituir como uma área em que o setor de serviços é predominante, seja um fator que colocasse esta área em melhores condições de atravessar o período de reestruturação produtiva e suas pressões sobre o mercado de trabalho industrial. Quando analisada em relação às mesorregiões Nordeste e do Vale do Itajaí.

Tabela 42 – Deslocamentos Populacionais segundo região de residência em 1995, Região Metropolitana de Florianópolis, 2000.

Região em 1986	Região Metropolitana de Florianópolis		
	Número de Imigrantes	Número de Emigrantes	Saldo Migratório
Migrações dentro da RM Florianópolis - SC	27.931	27.931	0
Extremo Oeste - SC	8.130	884	7.246
Sul - SC	6.231	3.948	2.283
Planalto Serrano - SC	5.427	1.550	3.877
Grande Florianópolis (excluindo RM) - SC	3.202	1.569	1.633
Vale do Itajaí - SC	5.174	4.350	824
Nordeste - SC	2.845	1.822	1.023
Planalto Norte - SC	475	289	186
Meio Oeste - SC	4.603	925	3.678
SC não especificado	1.631		1.631
Região Norte	895	731	164
Região Nordeste	1874	778	1.096
Minas Gerais	858	510	348
Espírito Santo	287	141	146
Rio de Janeiro	2.102	1.180	922
São Paulo	7.317	2.212	5.105
Paraná	8.857	3.188	5.669
Rio Grande do Sul	14.370	4.173	10.197
Mato Grosso do Sul	782	250	532
Mato Grosso	286	113	173
Goiás	400	410	-10
Distrito Federal	797	775	22
Brasil Não Especificado	443		443
Total	73.784	28.229	48.336

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Pela primeira vez esta mesorregião apresenta uma capacidade de atração migratória superior àquela observada nos pólos indústrias catarinenses. As trocas migratórias dessa região resultaram em um saldo positivo de 48.336 pessoas, representando quase 6% da população da RM em 2000. Este número é ainda mais expressivo quando observamos que, em 2000, quase 10% da população da RM de Florianópolis é formada por migrantes com menos de 5 anos de residência nesta área. Se observarmos a Tabela 43, visualizaremos o fato de que a RM apresenta saldos migratórios positivos com praticamente todas as demais regiões, seja no contexto intra-estadual, ou no contexto nacional. A única área que apresenta saldo migratório positivo em suas trocas migratórias com esta mesorregião é o estado de Goiás, ainda assim com um saldo de pequena monta. Este quadro nos leva a sugerir, mais uma vez, que a década de 1990 foi um período em que o poder de centralidade desta mesorregião foi fortalecido (Mapa 11).

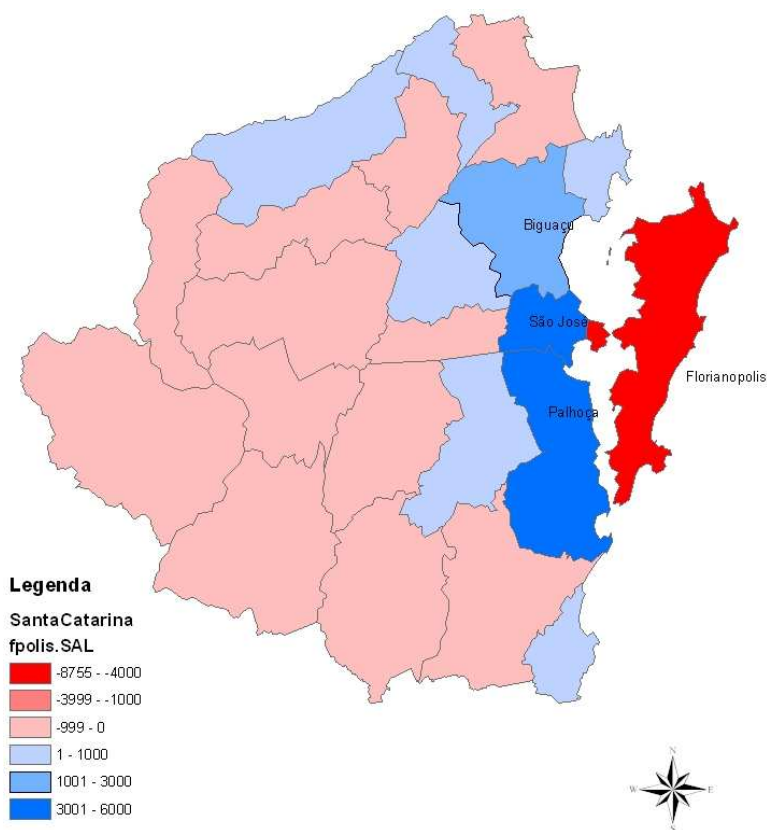
No contexto das trocas migratórias em escala nacional, os principais estados de origem dos migrantes que se destinam a esta mesorregião são os estados do Sul, seguidos pelos estados do Sudeste (principalmente São Paulo e Rio de Janeiro). Demonstrando que existe uma maior articulação da rede urbana da Grande Florianópolis com redes urbanas mais próximas, em detrimento dos deslocamentos de longa distância, como no caso da imigração Nordestina para São Paulo.

Dentro do contexto dos deslocamentos populacionais internos de Santa Catarina, podemos observar que a RM de Florianópolis se constitui, ao longo da década de 1990, como importante região receptora de populações provindas de áreas de êxodo rural. Porém, os dados do Censo Demográfico 2000 apresentam um relativo equilíbrio entre os fluxos provindos de mesorregiões de base econômica rural e urbana. No caso dos migrantes provindos do Extremo Oeste, Meio Oeste, Planalto Norte e Planalto Serrano, cujo volume de 18.635 imigrantes corresponde a 51% do total de imigrantes provindos de Santa Catarina. Por outro lado, as trocas migratórias desta mesorregião com as áreas tidas como principais pólos industriais de Santa Catarina, com volume de 17.452 imigrantes, também são de importante valor, pois, ilustram a disparidade entre a situação em regiões de emprego urbano lastreado em setores industriais e aquelas áreas caracterizadas pela primazia do setor serviços. Dentro do contexto de reestruturação industrial que caracterizou a década de 1990, parece ter havido uma preferência das populações migrantes em procurar áreas com maior peso do setor serviços sobre o volume de empregos total. Vale lembrar que este quadro também transpareceu nas análises das migrações do Vale do Itajaí, em que os municípios de base econômica lastreada no setor serviços foram os principais destinos para os fluxos migratórios que se dirigiram a mesorregião.

Deve-se deixar claro que a análise das taxas de crescimento de cada um dos municípios que formam esta região indica a existência de importantes diferenças no poder de atração de migrantes. As trocas migratórias entre os municípios da RM de Florianópolis totalizam 27.931 migrantes, sugerindo grande dinamismo de realocação espacial interna dessa população.



**Mapa 11. Migrações Intra-Regionais, Mesorregião da Grande Florianópolis- SC, saldo migratório segundo município de Residência em 1995 e 2000.**



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP. Base Cartográfica IBGE 2001.

Quando observamos o saldo migratório do município de Florianópolis com o restante da mesorregião, negativo e em torno de 8.755 pessoas, nota-se que este município tem perdido população para os demais municípios da Região Metropolitana. Este é mais um indicador de que a dinâmica de crescimento desta mesorregião esta principalmente atrelada aos municípios do entorno da cidade principal. Como observado no capítulo 1, os municípios de São José (4,3%), Palhoça (5,5%) e Biguaçu (4,3%) apresentaram taxas de crescimento geométrico anual de suas populações superiores àquela observada na capital de Santa Catarina (2,8%). O saldo migratório das trocas entre os municípios da mesorregião da Grande Florianópolis, ajuda a compreender estas desigualdades nas taxas de crescimento, pois, Biguaçu apresenta saldo positivo de 1.303 pessoas; Palhoça, saldo positivo de 4.156

peças; e São Jose, saldo positivo de 3.074 pessoas. Variáveis como preço do solo, custo de vida e inserção no mercado de trabalho podem ser os principais determinantes para este padrão de crescimento populacional e do poder de atração migratória destes municípios.

### Capítulo 3 – Migração e Metropolização

As análises realizadas neste trabalho tiveram como objetivo a compreensão dos fluxos migratórios no território catarinense desde a dinâmica de desenvolvimento econômico e urbano que lhes davam sentido. Dessa forma, estruturou-se uma linha de exposição onde, primeiro foram expostas as principais teorias que norteariam o trabalho, seguida da construção de um quadro analítico onde estavam expostas as principais dinâmicas de crescimento econômico das diferentes mesoregiões de Santa Catarina. Somente a partir da exposição destas dinâmicas, foi possível debruçar-se sobre os dados censitários sobre fluxos migratórios e tentar compreender quais eram seus principais determinantes. O presente capítulo, por sua vez, tem como objetivo corroborar a hipótese de que as migrações na Região Metropolitana de Florianópolis (RMF) indicam a formação de uma dinâmica integrada de urbanização, onde o processo de realocação espacial da população responde a uma lógica de sedimentação das desigualdades sócio-espaciais entre os municípios que compõem esta área.

“A migração intrametropolitana, ou seja, a mobilidade da população entre os seus diferentes municípios é um bom indicador do grau de interação entre eles e, portanto, da densidade social do espaço metropolitano construído por meio dos vetores de expansão” (Brito e Souza, 2005, p.57)

O primeiro passo para alcançar tal objetivo é realizar a construção de um diagnóstico sobre a estrutura econômica dos municípios que formam a RMF, lançando luz sobre a divisão espacial do trabalho empregada neste circuito da rede urbana catarinense. Acredita-se que este esforço constitui importante ferramental para a avaliação da existência de uma dinâmica econômica integrada entre os municípios da Região Metropolitana de Florianópolis. Para tanto, será analisado o grau de comutação<sup>1</sup> da população dos municípios que formam esta região, comparando-os com o grau de comutação dos municípios que

---

<sup>1</sup> Este termo “comutação” é aqui usado como sinônimo de mobilidade pendular, caracterizado pela a separação dos espaços de residência em um município e local de trabalho (ou estudo) em outro ou mais de um município. Estes dados estão disponíveis nos Censos Demográficos de 1980 e 2000, através de tabulações especiais dos respectivos censos.

formam a Região Metropolitana de Campinas, no interior de São Paulo<sup>2</sup>; considera-se que estudos comparativos para o entendimento dos processos de formação, expansão e consolidação das recentes aglomerações metropolitanas vis-à-vis a importância das dinâmicas econômica e da distribuição da população- neste estudo destacado os deslocamentos pendulares - possibilitam avançar na compreensão dos processos que levam a “urbanização polinucleada”<sup>3</sup> no caso dessas duas novas metrópoles brasileiras.

Nesta análise serão diferenciados os graus de comutação da população migrante (com menos de 5 anos de residência nos municípios) e a população total, com o intuito de lançar luz sobre o papel das migrações neste grau de integração econômica. As análises de Cunha (1994) nos auxiliam a justificar esta abordagem sobre a questão dos movimentos pendulares, pois estes seriam a contrapartida da realocação da população metropolitana em direção aos municípios periféricos. Neste sentido, a expansão populacional em direção aos municípios do entorno do núcleo metropolitano implicaria uma crescente cisão entre o lugar de moradia e de trabalho “fruto da não coincidência dos padrões de distribuição da população e da atividade econômica e social dentro da Região Metropolitana” (Cunha, 1994, p.122). Nesta linha de argumentação, este autor defende que as deslocamentos pendulares têm grande relação com os movimentos migratórios intrametropolitanos, no sentido de que um elevado contingente de pessoas migra do município-sede para o entorno metropolitano, mas mantém seus vínculos empregatícios no município de origem.

Uma vez avaliado o grau de integração entre os núcleos urbanos, os esforços deste capítulo se concentrarão na análise das diferenças socioespaciais entre os municípios que formam a Região Metropolitana de Florianópolis e o papel dos movimentos populacionais intrametropolitanos na dinâmica de formação/manutenção destas desigualdades. É importante ressaltar que o objetivo desta análise não é responsabilizar os migrantes pela formação das desigualdades, mas, sim, observar como a dinâmica da formação de desigualdades tem influência no direcionamento dos fluxos migratórios. Neste sentido serão captados os dados do Censo Demográfico 2000 que apresentam o perfil da população

---

<sup>2</sup> Tendo em vista que este é um dos primeiros trabalhos a abordarem os deslocamentos pendulares como instrumento de avaliação do grau de integração econômica dos municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, a utilização dos dados referentes à Região Metropolitana de Campinas se justifica como importante referência teórico-metodológica, pois proporciona a visualização de parâmetros já utilizados por demais pesquisadores na análise de dinâmicas metropolitanas; veja-se Cunha 1994; Hogan 1991, Baeninger (1996, 2002).

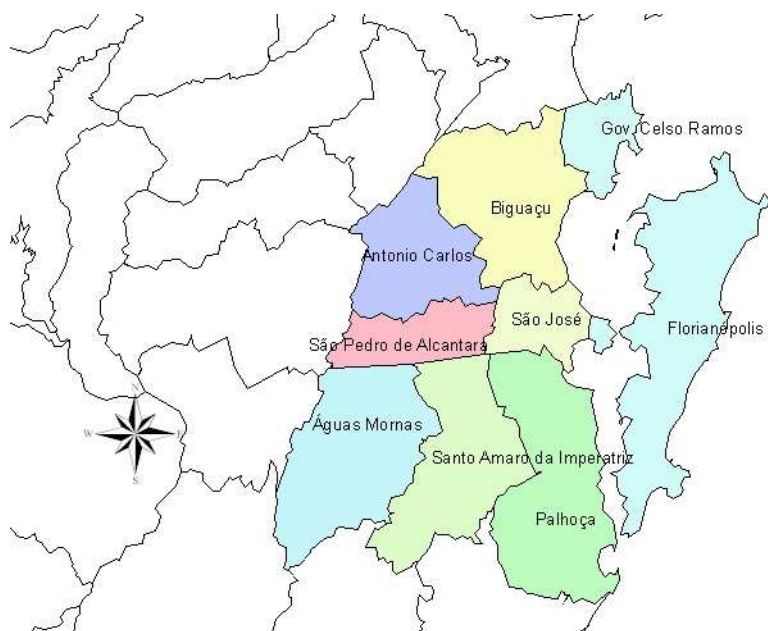
<sup>3</sup> Gottdiner (1993)

que forma cada um dos municípios da RMF. Este perfil será comparado ao da população migrante, buscando lançar luz sobre a relação migração e criação/manutenção de desigualdades dentro dos circuitos desta rede urbana.

### 3.1. Deslocamentos pendulares e Dinâmica Econômica Integrada.

A Região Metropolitana de Florianópolis (RMF) é formada pelo conjunto de 9 municípios, que constituem uma ocupação com contigüidade de mancha urbana, principalmente entre os municípios de Florianópolis, Palhoça, São José e Biguaçu (Mapa12).

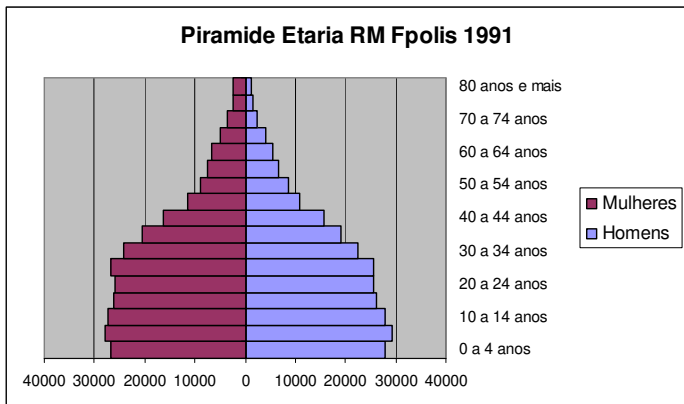
Mapa 12 – Municípios que compõem a RMF



Fonte: Construção própria a partir da base cartográfica IBGE 2001.

É interessante indagar sobre o papel das migrações na dinâmica socioeconômica dos municípios de destino, para tanto se pode observar a estrutura etária dessas populações. Nos gráficos 1 e 2 são apresentadas a estrutura etária da população total da Região Metropolitana de Florianópolis para 1991 e 2000, sendo que o gráfico 3 ilustra a distribuição etária da população migrante.

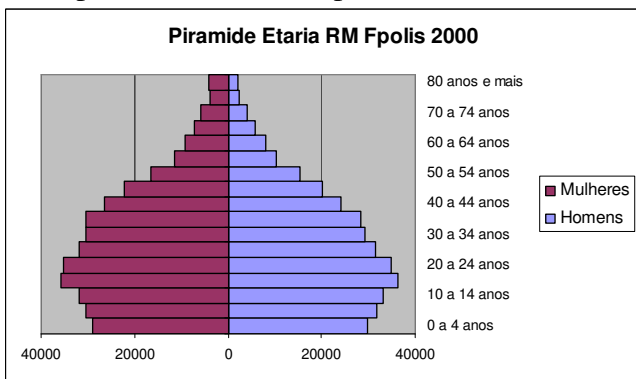
**Gráfico 1- Estrutura Por idade e Sexo da População Total - Região Metropolitana de Florianópolis - 1991**



Fonte: Construção Própria a partir de Dados do DATASUS; Censo Demográfico de 1991.

A pirâmide etária populacional da Região Metropolitana de Florianópolis no ano de 1991 apresenta a base bojuda, típica de sociedades que estão diminuindo o volume de sua Taxa Total de Fecundidade (TFT) nos últimos anos. Este foi o caso da TFT de Santa Catarina, que de uma taxa de 6,28 filhos por mulher no ano de 1970, diminuiu este número para 3,82 filhos por mulher em 1980 e 2,59 filhos por mulher em 1991. Contudo, o dinamismo dessa diminuição desacelerou-se de maneira importante na década seguinte, em um contexto em que a TFT de Santa Catarina no ano 2000 é de 2,02 filhos por mulher. Este tema é importante, para justificar a proposição de que um importante elemento da mudança na estrutura da pirâmide populacional da RMF no ano 2000 está representada pelas as migrações.

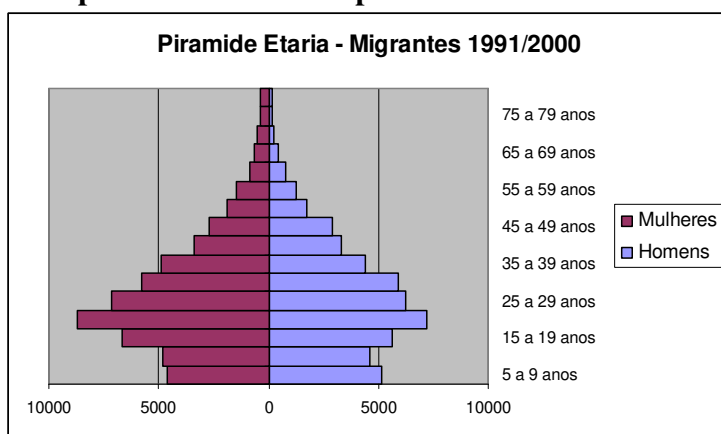
**Gráfico 2- Estrutura Por idade e Sexo da População Total- Região Metropolitana de Florianópolis- 2000**



Fonte : Construção Própria a partir de Dados do DATASUS. Censo Demográfico de 2000.

Como é possível observar na pirâmide acima, há uma grande concentração populacional nos grupos etários de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos. Contudo, como podemos observar na pirâmide etária de 1991, os grupos etários que correspondem a estas idades (0 a 4 e 5 a 9 anos) não apresentam importantes diferenças em relação ao restante da população.

**Gráfico 3- Estrutura Por idade e Sexo da População Migrante - Região Metropolitana de Florianópolis – 1995/2000**



Fonte : Construção Própria a partir de dados da FIBGE, Microdados Censo Demográfico de 2000.

Como podemos observar na pirâmide etária dos migrantes que se destinaram a RMF entre 1995 e 2000 (Gráfico 3), grande parcela do inchaço nos grupos etários de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos, é consequência dos fluxos migratórios. Esta informação se corrobora a partir da constatação de que os migrantes respondem por 17% do contingente populacional entre 15 e 19 anos, cifra que quase chega a 23% no grupo etário entre 20 e 24 anos. Este fato traz importantes implicações sobre a População em Idade Ativa da RMF. Para alguns autores como, por exemplo, Pool (2004) e Rios Neto (2006), estes fluxos populacionais podem representar janelas de oportunidade para esta região alcançar um maior patamar de desenvolvimento, devido à rápida diminuição em sua razão de dependência etária. Contudo, em um contexto de difícil inserção no mercado de trabalho (44% da população em Idade Ativa declarou não ter vínculos empregatícios na semana de referência do Censo 2000), onde as transferências governamentais decorrentes de aposentadorias representam grande parcela da renda, esta diferença etária não parece figurar como uma forma de bônus.

Para além das questões relacionadas à estrutura etária da população migrante, dentro de um contexto de transição demográfica, é inegável o progressivo papel dos movimentos migratórios na dinâmica de crescimento da população da Região Metropolitana de Florianópolis (Tabela 43).

Tabela 43 - População e Taxas de Crescimento Geométrico Anual, Região Metropolitana de Florianópolis, 1980, 1990 e 2000.

	1980	1991	Tx de Cresc. Geométrico anual 80/91	2000	Tx de Cresc. Geométrico anual 91/00
Águas Mornas	4.626	4.611	-0,03	5.390	1,75
Antônio Carlos	5.412	5.613	0,33	6.434	1,53
Biguaçu	21.441	34.063	4,30	48.077	3,90
Florianópolis	187.880	255.390	2,83	342.315	3,31
Governador Celso Ramos	7.814	9.629	1,92	11.598	2,09
Palhoça	38.023	68.430	5,49	102.742	4,62
Santo Amaro da Imperatriz	11.316	13.392	1,54	15.708	1,79
São José	87.822	139.493	4,30	173.559	2,46
São Pedro de Alcântara				3.584	
<b>Total</b>	<b>366.314</b>	<b>532.612</b>	<b>3,46</b>	<b>711.407</b>	<b>3,27</b>

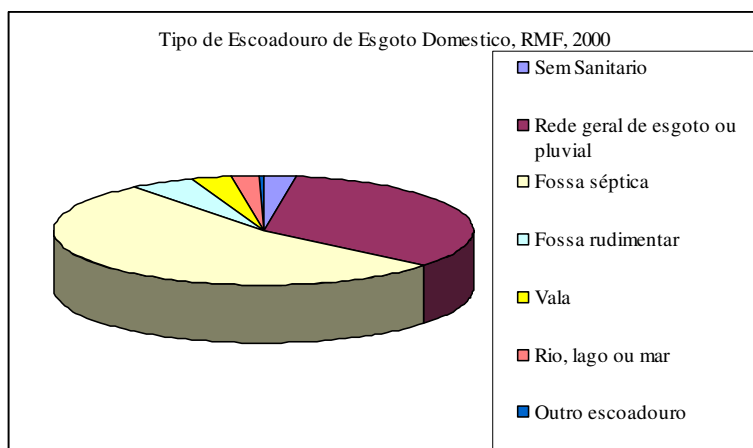
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

Os dados da Tabela 43 nos permitem observar o vertiginoso crescimento da população da Região Metropolitana de Florianópolis entre os anos de 1980 e 2000, resultando em um incremento de quase 100% nesse montante populacional. Nesse sentido, levando em consideração as perspectivas de Castells (1979, p.226) referentes à correlação positiva entre crescimento urbano e deterioração das condições de moradia da população, é importante observar o perfil dos domicílios que formam a RM. Dados do Sinduscon (entidade patronal da construção civil) apontam para a existência de 63 favelas na Região Metropolitana de Florianópolis em 2000. A entidade estima que um terço dos moradores da capital viva em situação de risco.

Procurando captar o perfil dos municípios que formam a RMF, um interessante dado que apresenta a correlação entre crescimento urbano e falta de planejamento e infraestrutura está relacionada ao tipo de escoamento de esgoto vigente nos domicílios da área (Gráfico 4).



Gráfico 4. Tipo de Escoadouro dos Municípios da RMF, 2000.



Fonte: Construção Própria a partir de dados da FIBGE, Microdados Censo Demográfico de 2000.

Segundo os dados do Censo Demográfico 2000, apenas 33,46% dos domicílios da Região Metropolitana de Florianópolis apresentavam conexão com a rede geral de esgoto. Nesta área, 53,48% do escoamento de esgoto era realizado por fossas sépticas, enquanto cerca de 13% dos domicílios apresentavam tipos de escoadouro ainda menos propícios, como fossas rudimentares, rios, lagos ou o mar. Contudo, deve-se ressaltar que os dados agregados camuflam importantes diferenças entre os municípios que formam a região. Dentre os municípios que apresentam as menores proporção de domicílios ligados a rede geral de esgoto estão Águas Mornas (1,90%), Antonio Carlos (2,46%), Biguaçu (20,68%), Governador Celso Ramos (5,35%) e Palhoça (3,57%); demonstrando que a situação nos municípios periféricos, que apresentaram as taxas de crescimento mais elevadas (como Biguaçu e Palhoça), em termos de acesso ao saneamento básico, são ainda piores do que as observadas para os municípios de Florianópolis e São José. Estes dados passam a dar os primeiros contornos da falta de planejamento para comportar o vertiginoso crescimento urbano observado na RMF no decorrer dos últimos 20 anos.

A população desta Região Metropolitana apresenta elevada concentração no município sede, onde a população de Florianópolis corresponde a cerca de 48% do montante populacional da região (Tabela 44). Se agregarmos a população dos municípios que apresentam contigüidade de mancha urbana com a cidade de Florianópolis, pode-se observar a concentração de 46% da população da RMF nos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu. Estes dados são importante indicativo do grau de polarização exercido

por este conjunto de quatro municípios na dinâmica deste circuito da rede urbana catarinense.

No ano de 2004 a Região Metropolitana de Florianópolis participava com 10,24% na formação do PIB do estado de Santa Catarina (IBGE Cidades). Pode-se dizer que o destaque desta região é o setor de serviços, no qual sua participação no PIB setorial catarinense alcançava cerca de 15% neste ano. O fato de Florianópolis se constituir como capital do estado de Santa Catarina, concentrando uma série de atividades administrativas, aliado ao crescimento das atividades ligadas ao turismo no decorrer das décadas de 1980 e 1990, se constituem como os principais fatores responsáveis pelo dinamismo de seu setor serviços. A Tabela 44 apresenta a estrutura do PIB, dividida entre os diferentes municípios da RMF.

Tabela 44 – Produto Interno Bruto dos Municípios da RMF. Ano 2004.

	Valor Adicionado na Agropecuária		Valor adicionado na indústria		Valor adicionado nos serviços		PIB Municipal		PIB per capita (reais)
	% PIB RMF	(mil reais)	% PIB RMF	(mil reais)	% PIB RMF	(mil reais)	% PIB RMF	(mil reais)	
Águas Mornas	12,13	15.967	0,47	8.586	0,39	13.574	0,53	38.262	6.608
Antonio Carlos	16,75	22.059	4,85	88.675	0,74	25.908	0,36	25.908	4.026
Biguaçu	22,33	29.406	9,76	178.640	6,34	221.423	6,31	453.672	8.208
<b>Florianópolis</b>	<b>1,14</b>	<b>1.500</b>	<b>36,23</b>	<b>662.938</b>	<b>57,05</b>	<b>1.990.926</b>	<b>59,6</b>	<b>4.283.628</b>	<b>11.071</b>
Governador Celso Ramos	1,09	1.435	0,54	9.851	0,89	31.156	0,6	42.951	3.406
Palhoça	21,71	28.591	13,2	241.578	8,71	304.151	8,04	577.457	4.798
Santo Amaro da Imperatriz	8,92	11.741	1,47	26.942	1,44	50.141	1,23	88.071	5.212
São Jose	12,04	15.859	33,34	610.114	24,12	841.658	23,06	1.657.539	8.602
São Pedro de Alcântara	3,88	5.109	0,14	2.625	0,32	11.093	0,27	19.212	5.081
Total RMF		131.667		1.829.949		3.490.030		7.186.700	
Total SC		8.937.656		34.439.631		22.311.925		70.207.923	12.158
<b>RMF/SC (%)</b>		<b>1,47</b>		<b>5,31</b>		<b>15,64</b>		<b>10,24</b>	

Fonte: IBGE Cidades.

Os dados da Tabela 45 permitem observar que a polarização econômica exercida pelo município de Florianópolis é superior a sua concentração populacional, onde tal município participa com quase 60% na formação do PIB regional e apresenta cerca de 48% da população. Neste contexto também se pode observar que os municípios que apresentam

maiores níveis de contigüidade de mancha urbana, também são os que apresentam maior participação na formação do PIB regional. Contudo, com exceção de Florianópolis, todos os demais municípios da RMF apresentam valor inferior na formação do PIB do que o observado em sua participação na população regional. Desta forma, estes dados dão os primeiros contornos das desigualdades socioeconômicas que caracterizam este conjunto de municípios.

A importância do setor serviços do município de Florianópolis<sup>4</sup> para a estrutura econômica da região fica clara a partir dos dados da tabela 45, onde este município é responsável por cerca de 60% do PIB setorial da região. O município de São José está diretamente ligado a esta dinâmica, como prestador secundário de serviços para a RMF; afirmação ilustrada pelo fato de que o setor serviços de São José é maior do que a soma deste setor em todos os demais municípios da RMF, com exceção de Florianópolis.

Como podemos observar nos dados da tabela 44, a participação da RMF na formação do PIB agropecuário de Santa Catarina é diminuta, evidenciando a debilidade deste setor na região. Águas Mornas é o único município em que o setor primário é preponderante. Este fato é decorrente da debilidade de sua economia em outros setores, além da importância da produção agrícola deste município para atender as demandas da região metropolitana, principalmente em hortaliças. Os municípios de Antonio Carlos e Biguaçu também se configuram como importantes regiões de produção de artigos do setor primário para o abastecimento da região. Contudo, pode-se perceber que, relativamente, este setor tem menos importância na dinâmica econômica destes municípios, tendo em vista o desenvolvimento de sua estrutura econômica em outros setores.

A participação da Região Metropolitana de Florianópolis no que se refere ao setor industrial é bastante tímida, alcançando apenas 5,31% em 2004, segundo os dados do IBGE Cidades. Como ressaltado no Capítulo 1, este quadro é fruto da formação histórica da economia deste estado, dentro de um contexto em que Santa Catarina desenvolveu uma estrutura industrial com alto grau de especialização setorial em suas diferentes regiões. Apesar da tímida participação do conjunto de municípios da RMF, dentre estes, a indústria

---

<sup>4</sup> Deve-se chamar atenção para o fato de que as contas nacionais, em especial aquelas em nível municipal apresentam importante discrepância entre a somatória dos PIBs setoriais e o resultado apresentado como PIB municipal. A principal explicação para este fato é a de que a diferença seria explicada por que os PIBs setoriais são medidos a custos de fatores, e não estão imputados pelo valor dos impostos, das transferências de renda monetária e dos subsídios governamentais.

apresenta maior importância nos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Antonio Carlos.

Dentro desta conjuntura, a formação histórica da região metropolitana de Florianópolis nunca esteve associada a uma tradição industrial. Sua renda sempre esteve principalmente atrelada ao setor serviços, decorrência de sua função política administrativa e, em uma menor escala, em funções de caráter bancário e financeiro desenvolvidas no contexto regional (Mattei e Lins, 2001). Contudo, nota-se a presença de indústrias de pequeno porte em uma série de setores. Alguns autores<sup>5</sup> apontam possíveis mudanças neste perfil, principalmente a partir do surgimento de indústrias de tecnologia, como informática e automação industrial. Este desenvolvimento estaria relacionado à presença da Universidade Federal, possibilitando virtuais vantagens comparativas em relação às demais áreas do estado.

Dado o objetivo desta seção, de procurar captar a formação de uma dinâmica integrada para o conjunto da região metropolitana, análises referentes à estrutura do emprego e sua distribuição nos diferentes municípios da RMF, transparecem como uma importante ferramenta. A tabela 45 apresenta esta estrutura, segundo os dados do Censo Demográfico de 2000.

Tabela 45 - Participação dos Municípios da RMF na distribuição dos Empregos segundo as Categorias de Ocupação do Censo Demográfico 2000.

	Águas Mornas	Antonio Carlos	Biguaçu	Florianópolis	Gov. Celso Ramos	Palhoça	S. A. da Imperatriz	São José	S. P. de Alcântara	Total
Militares	0,2	0,2	5,9	55,4	0,4	11,7	0,6	25,3	0,3	100,0
Funcionários Públicos	0,1	0,4	3,9	61,3	0,6	8,1	1,5	23,9	0,2	100,0
Profissionais Liberais	0,2	0,1	1,7	76,6	0,2	3,9	0,9	16,2	0,1	100,0
Técnicos de nível médio	0,3	0,5	4,1	54,3	1,1	10,6	1,4	27,3	0,4	100,0
Trabalhadores de Serviços Administrativos	0,2	0,4	3,8	54,7	0,7	8,8	1,2	30,2	0,2	100,0
Serviços e comércio	0,6	0,8	6,8	48,3	1,5	14,9	2,2	24,5	0,5	100,0
Setor Primário	14,1	17,5	13,5	18,9	7,9	14,8	3,0	5,4	4,7	100,0
Indústria	0,9	1,2	10,0	32,2	2,3	21,8	3,5	27,5	0,7	100,0
Serviços de Reparação e Manutenção	0,7	0,5	7,4	30,9	1,1	28,6	2,7	28,0	0,2	100,0
Participação no total de empregos	<b>0,9</b>	<b>1,2</b>	<b>6,2</b>	<b>49,1</b>	<b>1,5</b>	<b>13,7</b>	<b>2,1</b>	<b>24,8</b>	<b>0,5</b>	
% População da RMF	<b>0,8</b>	<b>0,9</b>	<b>6,8</b>	<b>48,3</b>	<b>1,6</b>	<b>14,5</b>	<b>2,2</b>	<b>24,5</b>	<b>0,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Construção Própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000, IBGE.

<sup>5</sup> Cunha (1996); Goulart Filho (2001); IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR (2001).

Os dados da tabela 45 nos permitem realizar algumas constatações sobre a distribuição dos empregos na RMF. Em primeiro lugar, podemos observar a alta concentração de 61,3% dos empregos ligados ao funcionalismo público no município de Florianópolis. Deve-se ressaltar que este município concentrava 48,3% da população da RMF em 2000. Sem embargo, a concentração de diversas categorias de emprego ligadas ao setor serviços supera esta participação, como é o caso dos profissionais liberais e trabalhadores de serviços administrativos. Contudo, pode-se observar sua pequena participação relativa nos trabalhadores ligados ao setor primário e a indústria.

Por outro lado, os dados referentes aos municípios de Águas Mornas e Antonio Carlos transparecem sua importância dentro do setor primário na estrutura de emprego da RMF. Cerca de 45% dos empregos destes dois municípios estão atrelados com atividades ligadas ao campo, por este motivo, conjuntamente eles são responsáveis por cerca de 30% do emprego no setor primário da RMF, mesmo com sua pequena participação populacional (Tabela 46).

Tabela 46 - Distribuição Relativa dos Empregos dentro de cada um dos municípios da RMF. Ano 2000.

	Militares	Funcionários Públicos	Profissionais Liberais	Técnicos de nível médio	Trabalhadores de Serviços Administrativos	Serviços e comércio	Sector Primário	Indústria	Serviços de Reparação e Manutenção	total
Águas Mornas	0,4	0,8	2,1	3,9	2,3	20,0	47,0	21,5	1,8	100,0
Antonio Carlos	0,3	1,9	0,7	5,5	4,2	21,1	44,6	20,8	1,0	100,0
Biguaçu	1,6	3,7	2,8	8,1	7,7	34,4	6,4	32,5	2,8	100,0
Florianópolis	1,9	7,3	15,9	13,7	14,3	31,0	1,1	13,3	1,5	100,0
Governador Celso Ramos	0,5	2,4	1,6	9,0	5,9	31,5	16,0	31,3	1,8	100,0
Palhoça	1,4	3,5	2,9	9,5	8,2	34,2	3,2	32,2	4,9	100,0
Santo Amaro da Imperatriz	0,5	4,3	4,6	8,6	7,1	33,5	4,3	33,9	3,1	100,0
São Jose	1,7	5,7	6,7	13,6	15,6	31,1	0,6	22,4	2,7	100,0
São Pedro de Alcântara	0,9	1,9	2,4	8,3	4,6	29,5	26,4	25,2	0,7	100,0

Fonte: Construção Própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000, FIBGE.

A indústria apresenta importante participação relativa na estrutura de emprego dos municípios de Biguaçu, Palhoça, São José e Santo Amaro da Imperatriz. Nestes municípios os empregos ligados ao setor industrial somam mais de 30% do total. Contudo, quando a

análise esta focalizada nos dados da Tabela 46, referentes à participação de cada municípios em relação aos empregos do total da RMF, os principais municípios em emprego industriais são Florianópolis, São Jose, Palhoça e Biguaçu. Estes dados dão uma idéia da divisão espacial do trabalho desta rede urbana, um importante ferramental para a interpretação da distribuição dos deslocamentos espaciais em curso nesta localidade.

Os dados da tabela 47 nos permitem visualizar as principais categorias de ocupação da população migrante na RMF no ano 2000. A primeira observação a ser tecida sobre estes dados é a de que a principal ocupação dos migrantes que se dirigem a esta região é no setor de serviços. Este fato não é surpresa, pois a estrutura de empregos da própria região o propicia. Porém, podemos observar o elevado nível de funcionários públicos que se dirigem a esta região, provavelmente absorvidos no município de Florianópolis. O setor primário apresenta baixíssima participação, mesmo considerando o baixo nível de empregos neste setor para o total da RMF. O setor secundário, no entanto, apresenta um nível de inserção bastante aproximado ao total de empregos disponíveis.

Tabela 47 – Ocupação dos Migrantes na RMF em 2000.

<b>Categorias de Ocupação</b>	<b>Migrantes Ocupados (%)</b>	<b>População Ocupada Total RMF (%)</b>
<b>Militares</b>	1,4	1,7
<b>Funcionários Públicos</b>	6,6	5,9
<b>Profissionais Liberais</b>	10,8	10,2
<b>Técnicos de nível médio</b>	12,7	12,4
<b>Trabalhadores de Serviços Administrativos</b>	11,4	12,8
<b>Serviços e comércio</b>	34,6	31,5
<b>Setor Primário</b>	1,1	2,9
<b>Indústria</b>	19,5	20,2
<b>Serviços de Reparação e Manutenção</b>	1,9	2,4

Fonte: Construção Própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000, IBGE.

Por fim, pode-se tirar como conclusão da tabela 47 o fato de que os migrantes preponderantemente encontram inserção no mercado de trabalho urbano. A renda média da população migrante na RMF no ano 2000, era de 5,7 salários mínimos, enquanto esta mesma renda média para a população total dessa região era de 5,9 salários mínimos, segundo os microdados do Censo 2000. Assumindo que este diferencial é bastante reduzido, pode-se sugerir que a RMF apresenta um alto poder de absorção de migrantes.

Por este motivo, a atração destes contingentes populacionais pode ser assumida como mais um indicativo do fortalecimento do poder de atração da RMF sobre o restante da rede urbana estadual e, para o município de Florianópolis, brasileira.

Por outro lado, a absorção migratória da RMF revela sua recente formação metropolitana, que num primeiro momento de expansão apresenta capacidade de atração da população migrante, associado a um nível de retenção mais elevado do que o observado na situação de metrópoles mais antigas, como São Paulo e Rio de Janeiro, que mesmo mantendo sua atração migratória não apresentam mais estes níveis de capacidade de absorção migratória (Brito,2006; Cunha e Baeninger, 2006). Contudo, podemos observar que os níveis de ‘re-emigração’, em direção a municípios do entorno metropolitano, se constituem como uma das características desta metrópole recente. Os trabalhos Maricato (2000), Grostein (2001) e de Brito e Souza (2005), apontam a emigração de expressivos contingentes populacionais da cidade sede para os municípios do entorno metropolitano como uma das principais características do atual processo de desenvolvimento das metrópoles brasileiras. Deve-se ressaltar que estes trabalhos abordam este tema a partir de uma relação quase direta com a expansão das populações de menor renda e da ‘cidade informal’, ou seja, assentamentos constituídos com grande déficit de infra-estrutura básica.

A idéia de uma dinâmica econômica integrada está diretamente ligada à expansão do espaço de reprodução social da população para mais de um município, implicando o distanciamento dos espaços moradia-trabalho ou moradia-estudo. Muitos autores exploram a elevação do nível de comutação como um dos indicadores mais importantes para a identificação de uma dinâmica metropolitana<sup>6</sup>. Segundo os dados do Censo 2000, 15% da População em Idade Ativa da Região Metropolitana de Florianópolis estava enquadrada dentro do grupo populacional que declarou realizar movimentos pendulares, corroborando a institucionalização deste conjunto de municípios como uma área metropolitana. Quando comparamos os dados das Tabelas 49 e 50, referentes à proporção da pendularidade entre as Regiões Metropolitanas de Florianópolis e Campinas, podemos perceber que a proporção da população em idade ativa (PIA) que declara realizar este tipo de movimentos é quase 100% superior em Florianópolis do que nesta metrópole do interior paulista.

---

<sup>6</sup> Autores que tangenciam este tema: Singer (1979, p.19); Harvey (1973, p.233); Castells (1979, p.249), Brito e Souza (2005), dentre outros.

Tabela 48. População em Idade Ativa (maior de 14 anos) que declarou trabalhar ou estudar em um município distinto ao município de Residência. Região Metropolitana de Florianópolis, Censo Demográfico 2000.

	Não Pendula	Não Trabalha Nem Estuda	População Pendular	PIA Pendular / PIA Total (%)	Pendulares que se dirigem para Florianópolis	
					Pessoas	%
<b>Águas Mornas</b>	1.986	1.157	725	18,74	416	57,37
<b>Antônio Carlos</b>	3.004	1.119	610	12,89	371	60,88
<b>Biguaçu</b>	13.488	11.648	8.327	24,88	5.186	62,28
<b>Florianópolis</b>	172.424	79.010	9.160	3,51		
<b>Governador Celso Ramos</b>	3.041	3.432	1.940	23,06	687	35,40
<b>Palhoça</b>	27.598	23.674	19.626	27,68	11.835	60,30
<b>Santo Amaro da Imperatriz</b>	5.875	3.270	2.053	18,33	1.209	58,89
<b>São José</b>	52.974	39.140	35.356	27,74	31.606	89,39
<b>São Pedro de Alcântara</b>	1.116	923	700	25,56	192	27,45
<b>Total</b>	281.507	163.374	78.496	15,00	51.502	65,61

Fonte: Construção Própria a partir de dados da FIBGE. Censo Demográfico 2000.

Outra importante dicotomia entre os dados apresentados nas Tabelas 48 e 49 é referente à importância do município-sede da Região Metropolitana como principal destino dos movimentos pendulares. Quando observamos os dados da Tabela 46, no que se refere à proporção dos fluxos pendulares que se dirigem ao município de Florianópolis, notamos que estes totalizam mais de 65%, reafirmando o papel da economia deste município como principal centro absorvedor de mão de obra. Por outro lado, os dados da Tabela 47 demonstram uma situação bastante diferenciada para os movimentos pendulares na Região Metropolitana de Campinas. Os movimentos pendulares que se destinam para o município-sede representam apenas cerca de 20% do total. Esta diferença deve ser ressaltada, pois acarreta em importantes implicações na configuração metropolitana das áreas, bem como na dinâmica de planejamento destas aglomerações urbanas, principalmente na área de transportes, pelo grau de concentração das sedes metropolitanas. Tais dados podem indicar a necessidade de uma maior articulação do poder público dentro de uma esfera metropolitana, no sentido do argumento do trabalho de Hotz (2000), quando argumenta que as ações políticas que tenham como objetivo intervir no desenvolvimento urbano “permita que a gestão do governo seja cada vez mais ‘gestão compartilhada’ entre níveis de governo [...]”(p.97).



A Região Metropolitana de Florianópolis se caracteriza como uma rede urbana polarizada, onde este aglomerado de municípios apresenta elevado grau de dependência econômica com o município sede. Como agravante este município apresenta a peculiaridade geográfica de que a maior porção de seu território está localizada em uma ilha, cujas únicas ligações rodoviárias, em funcionamento, são duas pontes. Por outro lado, a Região Metropolitana de Campinas, apesar de seu elevado grau de concentração na formação de seu PIB no município de Campinas, apresenta uma série de pólos urbanos secundários e uma densa rede de comunicação rodoviária.

Tabela 49. População em Idade Ativa (maior de 14 anos) que declarou trabalhar ou estudar em um município distinto ao município de Residência. Região Metropolitana de Campinas, Censo Demográfico 2000.

	Neste Município	Não Trabalha, Nem Estuda	RMC	RMSP	Outros Municípios de SP fora as RMs	Proporção da PIA que realiza movimentos Pendulares	Destino a Campinas	
							Pessoas	Proporção sobre o total dos movimentos pendulares.
Americana	111.743	59.517	7.805	627	2.586	6,04	1.553	14,10
Artur nogueira	19.238	10.735	2.697	53	359	9,40	298	9,58
Campinas	617.502	320.592	16.818	5.828	7.343	3,10		
Cosmópolis	22.758	17.093	3.783	203	459	10,03	585	13,16
Engenheiro coelho	6.500	3.089	145	24	249	4,18	18	4,19
Holambra	5.194	1.724	216	12	52	3,89	63	22,39
Hortolândia	65.161	55.006	30.487	640	1.030	21,11	25.074	77,97
Indaiatuba	91.189	49.528	3.120	1.377	1.669	4,20	2.611	42,34
Itatiba	53.149	25.315	748	665	1.267	3,30	463	17,27
Jaguariúna	17.834	10.153	1.168	80	322	5,31	765	48,72
Monte mor	19.647	14.115	3.193	72	292	9,53	2.649	74,47
Nova Odessa	22.159	14.559	4.741	187	357	12,58	538	10,18
Paulínia	33.156	15.018	2.626	156	270	5,96	1.988	65,15
Pedreira	22.693	11.314	781	46	384	3,44	284	23,47
Santa Bárbara D'oeste	86.301	58.746	21.888	524	2.483	14,65	778	3,13
Santo Antonio de Posse	10.440	6.375	967	52	284	7,19	184	14,09
Sumaré	91.514	70.613	32.313	817	1.245	17,49	22.616	65,79
Valinhos	47.455	26.095	7.647	842	863	11,28	3.948	42,22
Vinhedo	28.788	13.826	2.411	1.231	920	9,67	1.095	24,00
<b>Total</b>	<b>1.372.421</b>	<b>783.413</b>	<b>143.554</b>	<b>13.436</b>	<b>22.434</b>	<b>7,68</b>	<b>35.520</b>	<b>19,80</b>

Fonte: Construção Própria a partir de dados da FIBGE. Censo Demográfico 2000.

Sem dúvida, estas características são heranças da evolução econômica destas duas redes urbanas. De um lado, uma rede urbana principalmente lastreada no setor de serviços

que, seja por decorrência das transferências governamentais ou pela evolução do turismo, tem aumentado sua participação na formação do PIB estadual de forma concentrada em Florianópolis. De outro lado, a segunda das principais redes urbanas industriais do Brasil<sup>7</sup>, cuja evolução se confunde com o processo de industrialização brasileiro e cuja dinâmica recente esteve diretamente afetada pelo movimento de desconcentração industrial que caracterizou a década de 1990. Os dados apresentados no trabalho de Fernandes, Brandão e Cano (2002) apontam uma evolução crescente da participação da Região Metropolitana de Campinas (RMC) na formação do PIB do estado de São Paulo, mas, ao contrário da Região Metropolitana de Florianópolis (RMF), esta dinâmica econômica esteve distribuída em um conjunto de municípios da região e não apenas em Campinas.

No que se refere à relação entre população migrante e movimentos pendulares, na tabela 50, observa-se que a população migrante apresenta uma relação entre PIA pendular e PIA total superior àquela observada para a população total, na Região Metropolitana de Florianópolis, em mais de 2%. Indo de acordo as análises de Cunha (1994), para a Região Metropolitana de São Paulo, onde a população migrante também apresentava uma maior proporção no grupo que realizava movimentos populares. Segundo os microdados do Censo 2000, do total de Pessoas em Idade Ativa, que moravam em Florianópolis 5 anos antes do Censo e emigraram para municípios da Região Metropolitana, cerca de 38% continuavam trabalhando ou estudando no antigo município. Estes dados adquirem ainda mais importância quando observamos que apenas cerca de 26% dos migrantes trabalham ou estudam no município de destino. Questionamentos sobre a inserção destes migrantes no mercado de trabalho destas duas regiões metropolitanas demonstram dinâmicas próximas.

O gráfico 5 apresenta um grau de absorção da PIA migrante (41,18 % responderam não ter realizado trabalho remunerado) no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Florianópolis em um grau próximo aquele observado para a PIA total da RMF (44,4%), contudo em níveis mais baixos.

---

<sup>7</sup> Fernandes, Brandão e Cano (2002).

Gráfico 5. PIA dos migrantes que se dirigiram para a RMF entre 1995 e 2000, dados sobre a situação em 2000.



Fonte: Construção Própria a partir de dados da FIBGE. Censo Demográfico 2000.

Os níveis de ocupação da PIA migrante (54,3% responderam ter realizado trabalho remunerado na semana de referência) observado na Região Metropolitana de Campinas estão mais próximos daqueles observados na PIA total da RMC, do que os dados apresentados anteriormente para a RMF. Sugerindo uma maior capacidade dos migrantes de inserção no mercado de trabalho no circuito da rede urbana do interior paulista do que no circuito da rede urbana catarinense.

Tabela 50. População Migrante (menos de 5 anos de residência) em Idade Ativa (maior de 14 anos) que declarou trabalhar ou estudar em um município distinto ao município de Residência. RMF, Censo Demográfico 2000.

Região Metropolitana de Florianópolis	Não Pendula	Não Trabalha Nem Estuda	População Pendular	PIA Pendular / PIA Total (%)	Pendulares que se dirigem para Florianópolis	
					Pessoas	%
Águas Mornas	100	118	39	15,23	31	78,21
Antônio Carlos	171	98	114	29,80	54	46,82
Biguaçu	1.794	1.845	1.707	31,93	1.014	59,37
Florianópolis	29.168	11.520	1.646	3,89		
Governador Celso Ramos	326	322	181	21,88	89	49,06
Palhoça	4.506	4.505	3.667	28,93	2.118	57,74
Santo Amaro da Imperatriz	626	386	269	21,03	143	52,96
São José	9.269	5.933	7.233	32,24	6.401	88,49
São Pedro de Alcântara	121	58	56	24,03	24	41,85
<b>Total</b>	<b>46.080</b>	<b>24.785</b>	<b>14.915</b>	<b>17,39</b>	<b>9.872</b>	<b>66,19</b>

Fonte: Construção Própria a partir de dados da FIBGE. Microdados Censo Demográfico 2000.

Procurando captar as implicações desta dinâmica para a formação de desigualdades socioeconômicas entre as populações dos municípios desta região é preciso mudar o foco analítico, direcionando-o para a diferença de renda das populações que realizam movimentos pendulares (Tabela 51). Desta forma, pode-se afirmar que as migrações intrametropolitanas foram um importante condicionante para o aumento do número de movimentos pendulares nesta área.

Tais dados indicam que a dinâmica de expansão urbana, impressa na Região Metropolitana de Florianópolis, tem contribuído para, de um lado, a crescente dicotomia entre espaço de moradia e espaços de trabalho ou estudo, colaborando, de outro lado, para a integração da vida econômica dos municípios da região.

Tabela 51. Proporção dos Movimentos Pendulares da População em Idade Ativa (maior de 14 anos) segundo Classes de Rendimento. RMF, Censo Demográfico 2000.

	Ate 1 salário mínimo	de 1 a 2 salários mínimos	de 2 a 5 salários mínimos	de 5 a 10 salários mínimos	de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Total
Águas Mornas	12,41	27,45	49,93	9,24	0,97	0,00	725
Antônio Carlos	10,84	23,97	42,69	15,44	6,24	0,82	609
Biguaçu	11,53	22,10	45,33	15,52	4,40	1,13	8.327
Florianópolis	23,88	8,74	22,48	20,04	12,41	12,45	9.160
Governador Celso Ramos	13,41	25,99	41,88	12,64	5,05	1,03	1.939
Palhoça	8,53	20,58	49,74	16,35	4,06	0,74	19.626
Santo Amaro da Imperatriz	8,52	20,01	51,75	13,44	3,75	2,53	2.054
São José	14,30	14,96	36,98	21,91	8,79	3,06	35.355
São Pedro de Alcântara	9,70	21,11	53,64	14,98	0,57	0,00	701
<b>Total</b>	<b>13,42</b>	<b>17,04</b>	<b>40,18</b>	<b>18,94</b>	<b>7,17</b>	<b>3,23</b>	<b>78.496</b>

Fonte: Construção Própria a partir de dados da FIBGE. Microdados Censo Demográfico 2000.

De acordo com os dados da Tabela 52, as populações que apresentam os maiores volumes de fluxos pendulares são aquelas que recebem entre 2 e 5 salários mínimos. Poderia se pensar que a relação entre nível de renda e deslocamento pendular sugere - que pelo fato do deslocamento pendular implicar custos cotidianos de transporte - a pendularidade acarreta em uma seletividade nestes fluxos. No entendimento de que só pode pendular quem receba um salário que lhe permita pagar o transporte. Considerando esta hipótese, é interessante lançar um novo tipo de questionamento acerca desta forma de fluxo, por que - apesar da seletividade de renda, por decorrência do custo do transporte - os

deslocamentos pendulares estão concentrados nos níveis de renda entre 2 e 5 salários mínimos?

Note-se que apesar das importantes dicotomias apontadas entre os dados sobre movimentos pendulares da RMC e da RMF (no que se refere à proporção dos fluxos sobre a população total e sobre a cidade sede como principal destino dos fluxos) quando analisamos a estrutura da PIA, segundo classes de renda, os dados da Região Metropolitana de Campinas e da Região Metropolitana de Florianópolis apresentam resultados bastante próximos. Ou seja, grande concentração nas classes de renda entre 2 e 5 salários mínimos. Sugerindo certa semelhança socioeconômica entre as populações que apresentam cisão entre os espaços de trabalho e moradia nestes dois circuitos da rede urbana.

Tabela 52. Proporção dos Movimentos Pendulares da População em Idade Ativa (maior de 14 anos) segundo Classes de Rendimento. RMC, Censo Demográfico 2000.

	Ate 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	De 2 a 5 salários mínimos	De 5 a 10 salários mínimos	De 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Total
<b>Americana</b>	11.72	8.60	29.83	26.49	15.02	8.33	10823
<b>Artur nogueira</b>	11.63	29.95	38.01	12.12	6.47	1.82	3078
<b>Campinas</b>	10.15	6.47	21.06	24.15	18.90	19.28	28492
<b>Cosmópolis</b>	8.34	6.92	43.72	29.84	8.18	2.99	4376
<b>Engenheiro coelho</b>	14.29	23.24	34.38	15.01	9.93	3.15	413
<b>Holambra</b>	9.16	19.47	35.50	12.21	3.82	19.85	262
<b>Hortolândia</b>	7.98	20.64	50.31	17.43	2.93	0.70	30681
<b>Indaiatuba</b>	12.26	6.87	24.58	24.74	18.36	13.19	6156
<b>Itatiba</b>	14.31	5.52	18.99	25.16	20.06	15.96	2607
<b>Jaguariúna</b>	12.40	10.56	33.20	21.39	18.77	3.67	1524
<b>Monte mor</b>	8.50	20.61	52.05	12.68	3.12	3.03	3493
<b>Nova Odessa</b>	11.67	11.03	40.87	24.13	9.69	2.61	4986
<b>Paulínia</b>	12.83	10.14	36.04	26.72	7.34	6.93	2930
<b>Pedreira</b>	10.45	6.88	39.42	25.74	12.91	4.59	1177
<b>Santa Bárbara Doeste</b>	9.48	16.78	46.36	20.40	5.44	1.53	23309
<b>Santo Antonio de Posse</b>	17.39	23.06	33.33	14.32	8.74	3.16	1236
<b>Sumaré</b>	6.69	21.01	48.49	18.16	4.77	0.87	32734
<b>Valinhos</b>	10.66	6.62	29.13	25.16	13.77	14.66	8725
<b>Vinhedo</b>	15.26	3.94	18.31	19.85	17.64	25.00	4036
<b>Total</b>	9.51	14.42	38.73	21.04	9.51	6.79	171038

Fonte: Construção Própria a partir de dados da FIBGE. Microdados Censo Demográfico 2000.

O primeiro argumento para responder esta questão é sociodemográfico, pois a População em Idade Ativa apresenta sua maior concentração nas classes de renda que

recebem até 5 salários mínimos. Contudo, este argumento demográfico não é suficiente para responder por que esta população apresenta níveis de concentração na pendularidade que são superiores aos seus níveis de concentração demográfica. Neste ponto é necessário inserir o viés de discussão sobre o padrão social de formação do espaço urbano, que caracteriza os diferentes municípios da Região Metropolitana de Florianópolis.

A Tabela 53 representa a estrutura da população em idade ativa na RMF. O primeiro dado a ressaltar é a elevada concentração da PIA com total de rendimentos de até um salário mínimo no conjunto destes municípios. Acredita-se que este fato, em grande medida, esteja ligado a data de referência do Censo Demográfico 2000, cujas questões relacionadas a rendimentos têm como referência a semana entre 23 e 29 de julho de 2000. Tendo em vista que grande parte do dinamismo do setor serviços da RMF está ligada ao turismo de praia, os dados coletados no principal mês de inverno apresentam uma clara tendência a subestimar os níveis de renda, ajudando a esclarecer o fato de que 44,4% da PIA da RMF responderam não ter trabalho remunerado na semana de referência do Censo 2000.

Tabela 53 – Proporção da População Economicamente Ativa segundo Classes de Renda, Municípios da RMF, Censo 2000.

	Ate 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	De 2 a 5 salários mínimos	De 5 a 10 salários mínimos	De 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Total PIA
Águas Mornas	47,96	21,61	23,40	5,84	1,03	0,16	3.869
Antônio Carlos	44,12	16,94	24,85	10,69	2,75	0,65	4.733
Biguaçu	43,07	16,69	26,61	9,96	2,77	0,90	33.463
Florianópolis	33,17	13,05	22,81	15,16	9,05	6,75	260.594
Governador Celso Ramos	49,79	19,28	21,24	6,55	2,46	0,69	8.414
Palhoça	39,98	16,94	29,09	10,16	2,78	1,04	70.898
Santo Amaro da Imperatriz	41,24	19,92	26,50	8,35	2,75	1,23	11.197
São José	34,52	14,99	28,03	14,81	5,61	2,04	127.470
São Pedro de Alcântara	44,56	17,52	29,74	7,52	0,55	0,11	2.740
<b>Total</b>	<b>35,76</b>	<b>14,65</b>	<b>25,29</b>	<b>13,63</b>	<b>6,56</b>	<b>4,10</b>	<b>523.377</b>

Fonte: Construção Própria a partir de dados da FIBGE. Microdados Censo Demográfico 2000.

Os dados da Tabela 53 são um importante indicativo das desigualdades socioeconômicas entre as populações dos diferentes municípios da RMF. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que os municípios que apresentaram maior participação do setor primário na formação de seu PIB são os que apresentam as maiores concentrações

populacionais nos níveis de renda de até 2 salários mínimos. Caso dos municípios de Águas Mornas, Antonio Carlos, Governador Celso Ramos e São Pedro de Alcântara.

Por outro lado, o município de Florianópolis apresenta uma estrutura populacional, segundo classes de renda, com concentração mais elevada do que qualquer outro município da RMF nos níveis superiores a 5 salários mínimos, sugerindo uma seletividade de renda para a fixação de residência neste município. O processo de especulação imobiliária desenrolado nesta área no decorrer da década de 1990 deve ser levado em consideração para o estabelecimento desta seletividade. Sendo assim, nas análises sobre migrações intra-metropolitanas deve figurar esta dinâmica em seu quadro explicativo. Para justificar esta interpretação podemos recorrer às idéias de Harvey (1973, p.168), segundo as quais “a cidade pode ser olhada como um ambiente tangível construído – um ambiente que é um produto social”. Segundo este autor, as relações entre diferentes classes, neste processo de construção social do espaço urbano, tendem a refletir as condições dos diferentes grupos sociais de se ajustarem as transformações no ambiente urbano, neste sentido, o conflito de interesses entre as classes tende a resultar em um zoneamento do espaço urbano.

Articulando os argumentos expostos, defende-se que a concentração das migrações pendulares no nível de renda entre 1 e 5 salários mínimos é uma expressão de um processo onde: por um lado, grandes parcelas dos empregos estão localizadas no município de Florianópolis e; por outro lado, a dinâmica de expansão urbana deste aglomerado de municípios implica em uma seleção pelo nível de renda para a fixação de residência. Desta forma, sugere-se a hipótese de que apesar de um grande contingente populacional apresentar vínculos trabalhistas no município sede, as populações que apresentam menores níveis de rendimento apresentam maior tendência a estabelecer residência nos municípios do entorno metropolitano, principalmente devido ao preço da terra e dos alugueis.

“No decorrer de sua breve história, Estado e capital imobiliário promoveram uma permanente redistribuição espacial da população, de acordo com as exigências do padrão de expansão urbana – que tem como uma de suas características básicas a segregação espacial da população mais pobre” (Brito e Souza, 2005, p. 52)

“É preciso considerar ainda que as periferias das metrópoles cresceram mais que os núcleos centrais, o que implica aumento relativo das regiões pobres” (Maricato, 2000, p. 25)

Procurando corroborar esta hipótese é interessante observar o nível de renda das pessoas que declararam ter realizado movimentos migratórios intrametropolitanos com origem no município-sede e destino nas regiões do entorno metropolitano, entre 1995 e 2000.

Segundo os dados da Tabela 54, a principal diferença entre a população que emigrou para o entorno metropolitano e aquela que residia em Florianópolis em 2000, é uma maior concentração nos níveis de renda entre dois e 10 salários mínimos. Por outro lado, as proporções nos maiores e menores níveis de renda dos migrantes são menores do que a observada para a população residente em Florianópolis.

Tabela 54 – Proporção da População Economicamente Ativa de Migrantes Intra-Metropolitanos, que emigraram de Florianópolis para o entorno metropolitano, segundo Classes de Renda, Municípios da RMF, Censo 2000.

	Ate 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	De 2 a 5 salários mínimos	De 5 a 10 salários mínimos	De 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Total
Águas Mornas	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	36
Antônio Carlos	11.54	0.00	46.15	23.08	19.23	0.00	26
Biguaçu	37.15	18.35	24.69	13.02	3.85	2.94	1.115
Governador Celso Ramos	51.32	26.32	0.00	9.21	13.16	0.00	88
Palhoça	42.27	14.15	31.53	5.14	4.50	2.41	2.774
Santo Amaro da Imperatriz	37.33	9.33	30.67	12.67	10.00	0.00	167
São José	26.68	11.12	27.97	21.36	9.25	3.62	8.548
São Pedro de Alcântara	50.00	33.33	16.67	0.00	0.00	0.00	35
<b>Total</b>	<b>31.27</b>	<b>12.46</b>	<b>28.24</b>	<b>16.99</b>	<b>7.84</b>	<b>3.21</b>	<b>12.789</b>
<b>População Residente em Florianópolis, 2000.</b>	<b>33,17</b>	<b>13,05</b>	<b>22,81</b>	<b>15,16</b>	<b>9,05</b>	<b>6,75</b>	<b>260.594</b>

Fonte: Construção Própria a partir de dados da FIBGE. Microdados Censo Demográfico 2000.

Tais dados sugerem a possível existência de uma seletividade migratória para o entorno metropolitano, no sentido de que as populações com maiores níveis de renda tendem a permanecer no município sede, enquanto os menores níveis de renda tendem a migrar menos do que as populações com níveis de rendimento nas faixas medianas (entre 2 e 10 salários mínimos). O raciocínio que justifica esta argumentação é similar ao utilizado para justificar a maior incidência de populações com rendimento mediano entre aquelas que



realizam movimentos pendulares. Ou seja, o ato de migrar para o entorno metropolitano implica custos, que exigem certo nível de rendimento para serem efetuados.

Outro ponto que os dados da Tabela 55 ajudam a lançar luz se refere ao fato de que quase 72% dos movimentos de emigração de Florianópolis, com destino ao entorno metropolitano, foram realizados por populações que recebem até 5 salários mínimos. Corroborando a hipótese de que apesar de exigir um nível mínimo de rendimento, este tipo de migrações era realizado preponderantemente por pessoas situadas nas classes inferiores de renda, que, segundo a hipótese deste trabalho procuravam menores custos de moradia.

Tabela 55. – Proporção da População Economicamente Ativa de Migrantes Intra-Metropolitanos, que emigraram do entorno metropolitano para o município de Florianópolis, segundo Classes de Renda, Municípios da RMF, Censo 2000.

Municípios de Origem	Ate 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	De 2 a 5 salários mínimos	De 5 a 10 salários mínimos	De 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Total
Águas Mornas	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	12
Biguaçu	28,17	19,25	21,13	20,66	10,80	0,00	213
Governador Celso Ramos	34,48	0,00	65,52	0,00	0,00	0,00	29
Palhoça	31,01	16,58	30,18	17,25	4,98	0,00	603
Santo Amaro da Imperatriz	21,98	0,00	47,25	30,77	0,00	0,00	91
São José	26,47	10,36	28,04	14,79	14,62	5,72	2414
São Pedro de Alcântara	26,09	0,00	0,00	0,00	73,91	0,00	23
<b>Total</b>	<b>27,24</b>	<b>11,55</b>	<b>28,54</b>	<b>16,10</b>	<b>12,50</b>	<b>4,08</b>	<b>3385</b>
<b>PIA dos municípios acima, segundo classes de renda.</b>	<b>38,33</b>	<b>16,24</b>	<b>27,74</b>	<b>12,12</b>	<b>4,09</b>	<b>1,47</b>	<b>258.050</b>

Fonte: Construção Própria a partir de dados da FIBGE. Microdados Censo Demográfico 2000.

A Tabela 55 nos ajuda a confirmar a hipótese de que existe uma seletividade por faixa de renda para o estabelecimento de residência no município de Florianópolis. Se observarmos a faixa de renda das populações que emigraram dos municípios do entorno metropolitano para a município-sede, podemos observar que tal população apresenta uma concentração nas faixas com maior renda (acima de 2 salários mínimos), bastante superior a esta concentração nos municípios de origem destes migrantes. Desta forma, a concentração nas faixas de menor renda é inversamente proporcional, sendo inferior aquela observada nos municípios de origem. Este poderia ser um exemplo para a teoria de Castells, em seu livro a Questão Urbana, no sentido de quando este autor trata da segregação urbana teoriza que:

“A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais de distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seu status profissional, nível de instrução [...]” (Castells, 1979, p.249)

Está claro que o município de Florianópolis também apresenta inúmeros locais de concentração de população de baixa renda, contudo, os dados Censitários a que este pesquisador teve acesso não permitem a desagregação abaixo do nível municipal<sup>8</sup>. Por esta razão, adotou-se a postura de analisar a seletividade migratória, segundo nível de renda, entre os municípios que formam a região metropolitana, buscando demonstrar os efeitos de uma crescente especulação imobiliária sobre a realocação espacial das populações com diferentes níveis de rendimento.

Outro dado a ser destacado na Tabela 55 é referente ao volume de pessoas que declararam ter efetuado movimentos migratórios intra-metropolitanos, com origem nos municípios do entorno e destino em Florianópolis, totalizando 3.385 pessoas, número bastante inferior ao observado nas migrações de Florianópolis para o entorno, que totalizaram 12.789 pessoas. Dessa forma, mais uma vez corrobora-se a afirmação de que o município de Florianópolis se configurou como expulsador líquido na dinâmica das trocas migratórias com os demais municípios de sua Região Metropolitana.

Os dados da Tabela 56 são bastante ilustrativos no que se refere as principais UF's de origem para os fluxos migratórios que se dirigiram para o município de Florianópolis e para os demais municípios da RMF. Os migrantes que se destinaram para Florianópolis provenientes de outras UF's somam mais de 55% do total. Por outro lado, quando são analisados os dados concernentes às regiões de origem dos migrantes que se dirigem para os demais municípios da RMF, aqueles provenientes de Santa Catarina somam mais de 74% do total. Dessa forma, corrobora-se a afirmação de que o município de Florianópolis apresenta maior poder de atração em relação às populações originárias de redes urbanas da

---

<sup>8</sup> Para tanto é necessário utilizar as áreas de ponderação segundo o Censo Demográfico de 2000 para a RMF, o que demanda mais tempo para realização destas análises - desde a aquisição dessas novas divisões intra-municipais até a sistematização e compatibilização das informações; estas análises deverão ser realizadas em estudo posterior.

escala brasileira. Por outro lado, os demais municípios da RMF apresentam grande poder de atração no contexto das migrações catarinenses.

Tabela 56. Imigrantes na RMF segundo UF de origem, 2000.

	Município de Florianópolis		Demais Municípios RMF	
	Imigrantes	Distribuição Relativa %	Imigrantes	Distribuição Relativa %
Extremo Oeste	111	0,21	4.263	7,22
Sul	222	0,42	2.920	4,94
Planalto Serrano	333	0,64	2.936	4,97
Grande Florianópolis	444	0,85	25.960	43,95
Vale do Itajaí	555	1,06	3.051	5,16
Nordeste	666	1,27	1.340	2,27
Planalto Norte	777	1,48	182	0,31
Meio Oeste	888	1,70	2.089	3,54
SC	21.793	<b>41,61</b>	43.857	74,25
Região Norte	704	1,34	191	0,32
Região Nordeste	1.418	2,71	456	0,77
Região Centro Oeste	1.689	3,22	1.689	2,86
MINAS GERAIS	708	1,35	150	0,25
ESPÍRITO SANTO	186	0,36	101	0,17
RIO DE JANEIRO	1.763	3,37	339	0,57
SÃO PAULO	5.453	10,41	1.864	3,16
PARANÁ	5.625	10,74	3.231	5,47
RIO GRANDE DO SUL	11.099	21,19	3.271	5,54
BRASIL SEM ESOECIF.	277	0,53	167	0,28
Países Estrangeiros	1.663	3,17	1.663	2,81
Total	52.378	100,00	59.069	96,46

Fonte: Construção Própria a partir de dados da FIBGE. Microdados Censo Demográfico 2000.

É importante reafirmar que também existe uma seletividade de renda para os movimentos migratórios entre os municípios da RMF, principalmente quando separamos Florianópolis dos demais municípios.

Os dados da Tabela 57 nos permitem observar a estrutura da PIA migrante dos municípios do entorno da RMF, segundo estrutura de renda e regiões de origem.

Tabela 57 – Proporção da População em Idade Ativa de Migrantes que se dirigiram para os municípios do entorno da RMF, segundo Classes de Renda, Censo 2000.

	Municípios RMF com exceção de Florianópolis						Total
	Ate 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	De 2 a 5 salários mínimos	De 5 a 10 salários mínimos	De 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	
<b>Extremo Oeste</b>	36,44	27,27	28,82	5,54	1,61	0,33	<b>3.359</b>
<b>Sul</b>	41,27	16,77	26,60	11,68	2,52	1,15	2.338
<b>Planalto Serrano</b>	42,82	24,14	20,20	8,05	3,12	1,68	2.436
<b>Grande Florianópolis</b>	33,86	14,74	29,05	15,33	4,94	2,07	20.842
<b>Vale do Itajaí</b>	35,77	15,93	31,72	12,19	2,55	1,85	2.273
<b>Nordeste</b>	44,62	14,71	22,80	8,69	8,19	0,99	1.013
<b>Planalto Norte</b>	46,58	25,34	21,92	0,00	0,00	6,16	146
<b>Meio Oeste</b>	33,17	29,31	21,94	9,87	5,71	0,00	1.682
<b>Total SC*</b>	<b>35,76</b>	<b>17,62</b>	<b>27,86</b>	<b>12,79</b>	<b>4,32</b>	<b>1,65</b>	<b>35.030</b>
<b>Região Norte</b>	49,66	13,42	12,75	17,45	0,00	6,71	40.233
<b>Região Nordeste</b>	48,86	16,20	23,80	9,37	1,77	0,00	751
<b>Região Centro Oeste</b>	34,22	9,88	30,12	12,29	9,64	3,86	0
<b>MINAS GERAIS</b>	25,86	16,38	18,10	22,41	7,76	9,48	116
<b>ESPÍRITO SANTO</b>	32,93	32,93	34,15	0,00	0,00	0,00	82
<b>RIO DE JANEIRO</b>	42,86	6,07	19,64	21,79	9,64	0,00	280
<b>SÃO PAULO</b>	37,52	15,27	23,58	15,33	5,03	3,27	1.650
<b>PARANÁ</b>	37,25	22,80	25,63	10,86	2,94	0,52	2.513
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	32,49	19,52	30,86	11,97	3,49	1,67	2.690
<b>BRASIL SEM ESOECIF.</b>	48,46	6,92	31,54	4,62	8,46	0,00	130
<b>Países Estrangeiros</b>	40,97	16,03	22,65	12,21	3,56	4,58	0
<b>Total migrantes</b>	<b>35,96</b>	<b>17,75</b>	<b>27,58</b>	<b>12,73</b>	<b>4,27</b>	<b>1,70</b>	<b>83.475</b>
<b>Total PIA dos municípios</b>	<b>38,33</b>	<b>16,24</b>	<b>27,74</b>	<b>12,12</b>	<b>4,09</b>	<b>1,47</b>	<b>217.759</b>

Fonte: Construção Própria a partir de dados da FIBGE. Microdados Censo Demográfico 2000.

\* O numero de migrantes para o total de Santa Catarina é superior a soma dos migrantes segundo as mesoregiões de origem, pois inclui os migrantes sem determinação de um município catarinense específico de residência anterior.

O primeiro dado a se observar é a baixa distribuição da população migrante segundo níveis de renda, seja de circuitos da rede urbana catarinense ou da rede urbana brasileira. Estes dados se mostram próximos ao observado para a PIA total deste conjunto de municípios. Dentro de um contexto onde o grupo de municípios do entorno metropolitano tem uma distribuição de renda inferior aquele observado no município-sede, as migrações podem ser caracterizadas como um dos elementos de uma dinâmica de formação e consolidação de uma rede urbana polarizada.

Neste sentido, podemos compreender as migrações como uma realocação espacial da população, que esta inserida e condicionada por uma divisão do trabalho entre núcleos urbanos, que resulta em uma apropriação desigual do excedente social entre tais núcleos (Singer, 1979, p. 19; Harvey, 1973, p.211). Na dinâmica do desenvolvimento urbano desenrolado na Região Metropolitana de Florianópolis, a concentração do excedente social no município-sede tem sido acompanhada de um crescimento da seletividade por níveis de renda para a fixação da população neste local, neste contexto, as migrações podem ser interpretadas como um dos mais importantes reflexos desta dinâmica.

Os dados referentes a PIA de migrantes que se dirigiram para Florianópolis nos permite corroborar a hipótese colocada anteriormente (Tabela 58). Dentro de um contexto onde a estrutura da PIA de migrantes com destino em Florianópolis, apresenta uma concentração nos grupos com maior renda bastante superior àquela observada para os migrantes que se dirigiram para o entorno metropolitano. Por outro lado, com números próximos ao observado para a PIA total do município de Florianópolis.

Quando a análise é realizada segundo as regiões de origem dos migrantes, interessantes características podem ser ressaltadas. Dentro do contexto catarinense, tanto para o grupo de migrantes que se dirigiram para Florianópolis quanto para o entorno metropolitano, pode-se observar que os grupos de migrantes que apresentam uma distribuição com maior concentração nos níveis inferiores, segundo classes de renda, são provenientes de mesoregiões que se caracterizam por sua base econômica preponderantemente voltada ao mundo rural. Caso dos migrantes oriundos das mesoregiões Extremo Oeste, Meio Oeste, Planalto Serrano e Planalto Norte.

Tabela 58 – Proporção da População em Idade Ativa de Migrantes que se dirigiram para o município de Florianópolis, segundo Classes de Renda, Censo 2000.

	Município de Florianópolis						Total
	Ate 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	De 2 a 5 salários mínimos	De 5 a 10 salários mínimos	De 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	
<b>Extremo Oeste</b>	29,80	25,38	32,35	8,14	2,70	1,62	3.144
<b>Sul</b>	25,49	15,44	34,58	12,40	6,55	5,55	3.025
<b>Planalto Serrano</b>	32,06	23,67	26,74	10,64	3,22	3,66	2.049
<b>Grande Florianópolis</b>	28,13	13,13	27,90	14,44	11,97	4,43	3.953
<b>Vale do Itajaí</b>	28,60	10,36	18,85	20,93	12,71	8,55	1.825
<b>Nordeste</b>	36,78	10,43	21,66	14,17	10,11	6,85	1.256
<b>Planalto Norte</b>	28,51	29,79	33,19	8,51	0,00	0,00	2.35
<b>Meio Oeste</b>	28,84	13,73	37,24	15,05	3,37	1,76	2.046
<b>Total SC*</b>	<b>29,35</b>	<b>16,60</b>	<b>29,53</b>	<b>13,10</b>	<b>7,15</b>	<b>4,27</b>	<b>18.326</b>
<b>Região Norte</b>	35,42	9,23	11,04	18,95	20,59	4,78	607
<b>Região Nordeste</b>	31,20	21,07	15,56	13,07	5,69	13,42	1.125
<b>Região Centro Oeste</b>	32,94	7,39	20,94	14,35	16,40	7,98	1.366
<b>MINAS GERAIS</b>	27,74	22,92	21,10	9,47	11,30	7,48	602
<b>ESPÍRITO SANTO</b>	23,81	11,90	13,49	18,25	8,73	23,81	126
<b>RIO DE JANEIRO</b>	29,10	6,70	19,33	18,05	13,48	13,34	1.402
<b>SÃO PAULO</b>	29,74	11,84	21,79	18,56	9,93	8,14	4.704
<b>PARANÁ</b>	31,49	16,68	24,88	12,52	8,73	5,70	4.545
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	30,63	13,40	24,83	16,70	7,88	6,56	9.275
<b>BRASIL SEM ESOECEF.</b>	41,09	10,47	6,98	13,57	24,03	3,88	258
<b>Países Estrangeiros</b>	30,66	13,91	16,59	14,22	11,09	13,53	1.308
<b>Total PIA migrantes</b>	<b>30,19</b>	<b>14,78</b>	<b>25,31</b>	<b>14,67</b>	<b>8,69</b>	<b>6,35</b>	43.644
<b>Total PIA Florianópolis</b>	<b>33,17</b>	<b>13,05</b>	<b>22,81</b>	<b>15,16</b>	<b>9,05</b>	<b>6,75</b>	260.594

Fonte: Construção Própria a partir de dados da FIBGE. Microdados Censo Demográfico 2000.

\* O numero de migrantes para o total de Santa Catarina é superior à soma dos migrantes segundo as mesoregiões de origem, pois inclui os migrantes sem determinação de um município catarinense específico de residência anterior.

Quando a análise é realizada segundo as regiões de origem dos migrantes, interessantes características podem ser ressaltadas. Dentro do contexto catarinense, tanto para o grupo de migrantes que se dirigiram para Florianópolis quanto para o entorno metropolitano, pode-se observar que os grupos de migrantes que apresentam uma distribuição com maior concentração nos níveis inferiores, segundo classes de renda, são provenientes de mesoregiões que se caracterizam por sua base econômica

preponderantemente voltada ao mundo rural. Caso dos migrantes oriundos das mesoregiões Extremo Oeste, Meio Oeste, Planalto Serrano e Planalto Norte.

Por outro lado, os migrantes oriundos de mesorregiões caracterizadas por um maior dinamismo de sua economia urbana apresentam níveis de renda com maior concentração nas classes superiores. Tais dados podem indicar uma maior capacidade destes grupos populacional em se inserir de forma mais qualificada no mercado de trabalho da mesorregião.

Quando as análises estão voltadas aos migrantes interestaduais, podemos perceber que o nível de renda da PIA destes migrantes apresenta uma estrutura com concentração nos níveis mais elevados de renda superior aquela observada para os migrantes oriundos de Santa Catarina. Contudo, os diferenciais na estrutura da PIA, para os migrantes que se dirigiram para o município de Florianópolis e para os municípios de entorno, voltam a corroborar as migrações como um reflexo da dinâmica deste circuito da rede urbana, com a existência de uma seletividade segundo níveis de renda para fixação da população nos diferentes municípios.

Por fim, a relação entre o dinamismo de expansão urbana e os movimentos migratórios da Região Metropolitana de Florianópolis pode ser traduzido a partir do grande poder de atração migratória exercido pelo ‘município sede’ sobre populações de toda a rede urbana brasileira. Contudo, questões relacionadas à capacidade de inserção no mercado de trabalho, especulação imobiliária, preço da terra e dos aluguéis geram uma pressão sobre a população de menor renda, que é levada a migrar para os municípios do entorno metropolitano. Esta dinâmica de realocação populacional acaba refletindo as desigualdades socioespaciais deste circuito da rede urbana de Santa Catarina, conduzindo a um processo de expansão urbana marcado por um claro zoneamento do espaço urbano segundo classes de renda.

## Considerações Finais

A pavimentação deste trabalho de dissertação exigiu uma contínua reflexão. A análise da interface entre os deslocamentos populacionais e a dinâmica de desenvolvimento regional e urbano, lastreada nas idéias de Faria (1978), requisitaram o constante diálogo entre os resultados alcançados nas diferentes etapas deste trabalho.

Desta forma, a reunião bibliográfica, realizada na primeira etapa da dissertação, foi revisitada em inúmeros momentos deste trabalho, exigindo a reinterpretação de diversos argumentos, bem como a incorporação de novos autores e idéias. Desde uma perspectiva sucinta, pode-se afirmar que este trabalho adotou a perspectiva de interpretar os fluxos migratórios associando-os com o processo de desenvolvimento da rede urbana de Santa Catarina. Esta escolha foi pautada na percepção de que o desenvolvimento econômico do estado catarinense exigia um olhar regionalizado, com análises voltadas às articulações funcionais entre os núcleos urbanos das diferentes mesorregiões. Sendo assim, o esforço de reunir bibliografias sobre esta dinâmica de desenvolvimento foi de extrema valia para a concretização deste trabalho; seu principal resultado foi corroborar a necessidade de interpretar a dinâmica de desenvolvimento de Santa Catarina desde uma perspectiva regionalizada.

A divisão dos movimentos migratórios de forma regionalizada permitiu a construção de um diálogo com os principais demógrafos que abordaram o processo migratório brasileiro, demonstrando a incapacidade de enquadrar Santa Catarina dentro de um único padrão migratório.

Quando o estado catarinense foi analisado no conjunto de seus movimentos migratórios foi possível observar a primazia da população proveniente do Rio Grande do Sul nesta forma de fluxos, seguida por contingentes populacionais provenientes do Paraná. Sendo assim, pode-se dizer, que o dados analisados neste trabalho ilustram que o poder de atração migratória de Santa Catarina foi predominantemente mais forte para populações de estados localizados em suas proximidades geográficas do que sobre populações que deveriam realizar deslocamentos de maior envergadura.

Outra importante informação proveniente dos dados relativos aos movimentos migratórios de Santa Catarina, refere-se à escalada do volume de pessoas que declararam



efetuar movimentos migratórios dentro do próprio estado catarinense, principalmente a partir da década de 1970. Ou seja, as migrações internas ao estado mostraram-se um efetivo mecanismo de realocação espacial da população, fortalecendo a necessidade de compreender as especificidades de cada uma das regiões deste estado para compreender os principais determinantes desta forma de movimento.

De uma maneira geral, pode-se dizer que entre as décadas de 1950 e 1970 as principais áreas de atração migratória no território catarinense eram as mesorregiões Oeste e Meio Oeste, devido ao processo de ocupação das últimas fronteiras agrícolas deste estado. Neste contexto, foi possível observar o papel das migrações provenientes do Rio Grande do Sul. Tais movimentos contribuíram para o adensamento da ocupação baseada na agricultura familiar minifundista, cuja relação peculiar com os frigoríficos locais engendrou a formação de importantes empresas da agroindústria alimentar do Brasil. Este processo de desenvolvimento culminou em uma estrutura urbana caracterizada pela presença de um grande número de núcleos urbanos de pequeno porte, com características claras de polarização em torno do núcleo urbano de Chapecó e, em menor escala, de Concórdia .

Por outro lado, os migrantes provenientes do Paraná adotaram como principais mesorregiões de destino o Vale do Itajaí e o Nordeste catarinense. Mesorregiões cujo desenvolvimento industrial apresenta, como um de seus principais resultados, uma rede urbana com maior pujança e um menor nível de polarização em torno de suas cidades principais.

Em um segundo momento, principalmente a partir da década de 1980, observa-se em Santa Catarina o início de um processo de progressiva concentração populacional nas mesorregiões litorâneas do estado, reflexo de uma mudança nas principais áreas de atração migratória. Questões relacionadas às transformações nas relações entre a agropecuária familiar e as empresas agroindustriais catarinenses, levaram a formação de expressivos fluxos migratórios internos em Santa Catarina, cujo sentido principal eram fluxos de evasão das mesorregiões agrícolas do Oeste, em direção aos núcleos urbanos das mesorregiões do Leste Catarinense, que apresentavam maiores perspectivas de absorção nos seus mercados de trabalho.

Desta forma, as transformações na relação entre agricultores familiares e agroindústrias contribuiu para o fortalecimento das mesorregiões litorâneas como principais

áreas de destino para os movimentos migratórios internos de Santa Catarina. O desenvolvimento de circuitos de rede urbana com relativo adensamento engendrou, no decorrer da década de 1990, diversas áreas com características de conurbação entre municípios próximos, indicando dinâmicas econômicas integradas, fato que posteriormente levou a institucionalização de cinco Regiões Metropolitanas em Santa Catarina<sup>1</sup>.

É interessante observar, no que se refere aos fluxos migratórios captados no Censo Demográfico 2000, que o estágio de desenvolvimento das diferentes mesorregiões catarinenses tiveram importantes implicações nos fluxos migratórios analisados na escala intra-regional<sup>2</sup>. Desta forma, nas mesorregiões agrícolas (caso do Extremo Oeste, Meio Oeste, Planalto Norte e Planalto Serrano) a regra era a absorção migratória no município com maior desenvolvimento de sua economia urbana, enquanto os municípios de pequeno porte, em sua maioria, se configuravam como áreas de evasão. Por outro lado, nas mesorregiões litorâneas (caso do Vale do Itajaí, do Sul catarinense, da Grande Florianópolis e do Nordeste catarinense), que apresentavam maiores graus de adensamento de suas redes urbanas, os municípios de maior porte, em sua maioria, já dão sinais de saturamento, não se constituindo como áreas de saldo migratório positivo (na escala intra-regional). Nestas mesorregiões, os municípios de médio porte, com proximidade geográfica dos centros regionais, foram as áreas com maior poder de atração migratória e maiores saldos migratórios positivos. Estes dados evidenciam uma nova forma de articulação entre os municípios destas áreas, onde a escalada dos movimentos pendulares<sup>3</sup> parece se constituir em uma regra.

A relação entre a capital estadual (Florianópolis) e os municípios de seu entorno foi o objeto de estudo do capítulo 3 deste trabalho. Neste contexto, a mesorregião da Grande Florianópolis despontou como a área cujos contingentes migratórios apresentavam a maior heterogeneidade, quando observadas suas regiões e estados de origem.

O capítulo dedicado ao papel das migrações na dinâmica de formação e consolidação da Região Metropolitana de Florianópolis (RMF), constituiu uma primeira

---

<sup>1</sup> Região Metropolitana do Norte/Nordeste Catarinense, criada em 6 de janeiro de 1998, sede Joinville. Região Metropolitana do Vale do Itajaí, criada em 6 de janeiro de 1998, sede Blumenau. Região Metropolitana de Florianópolis, criada em 6 de janeiro de 1998, sede Florianópolis. Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí, criada em 9 de janeiro de 2002, sede Itajaí. Região Metropolitana Carbonífera, criada em 9 de janeiro de 2002, sede Criciúma.

<sup>2</sup> Ou seja, as trocas migratórias entre os municípios que formam uma mesorregião.

<sup>3</sup> Separação entre os municípios de residência e de trabalho.

aproximação analítica da dinâmica metropolitana nesta área. Neste capítulo foi possível observar a existência de uma importante seletividade de renda para os destinos migratórios na RMF. Desta forma, corroborou-se a visão de que as migrações expressam o processo de geração e manutenção das desigualdades socioeconômicas entre os municípios desta área. Ou seja, enquanto o município de Florianópolis parece exercer maior poder de atração migratório sobre os grupos populacionais de maior renda, expulsa preponderantemente populações dos grupos de menor renda para os municípios de seu entorno metropolitano. Neste contexto, a progressiva formação de uma dinâmica econômica integrada para o conjunto destes municípios parece corroborar a necessidade de formular políticas de planejamento que extrapolem o nível municipal.

## **Bibliografia**

ABREU, A.R.P. **Produção Flexível e Novas Institucionalidades na América Latina**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2000.

AZEVEDO, A. **Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva**. FFLCH/USP, São Paulo, 1956.

ALVES, P.A. **O Movimento Demográfico no Oeste Catarinense: um estudo sobre os determinantes econômicos da migração**. Florianópolis, CSE/UFSC, Monografia de Graduação, 2006.

BAENINGER, R. **O Processo de Urbanização no Brasil: características e tendências**. A luta pela cidade de São Paulo. Ed. Cortez, São Paulo, 1992.

BAENINGER, R. **Região, MetrÓpole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes, Brasil 1980/1996**. Tese de Doutorado. IFCH, UNICAMP, 1999.

BRACARENSE, N. **A Problemática das Aglomerações Produtivas Especializadas: aspectos principais, governança interna e externa e observação da experiência de São Bento do Sul, S.C.** Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

BRANDÃO, C.A. **A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais**. UNICAMP, Instituto de Economia, Tese de Livre Docência, Campinas, 2003.

BRAUDEL, F. **Civilização Material Economia e Capitalismo**. Tomo I. As Estruturas do Cotidiano. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1997.

BRITO, F. **Brasil, final do Século: A transição para um novo padrão migratório**. XII Encontro Nacional da ABEP, 2000.

BRITO, F.; Souza, J. **Expansão Urbana nas Grandes MetrÓpoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 2005.

CALHEIROS, R. **Reestruturação Produtiva nos anos 90 e o Padrão de Especialização Regional da Indústria Eletrometal-mecânica de Santa Catarina.** Monografia de Graduação. Departamento de Economia. UFSC, 2006.

CANO, W. **Raízes da Concentração industrial em São Paulo.** IE – UNICAMP. Campinas, 1988.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1995).** IE – UNICAMP. Campinas, 1998.

CANO, W. **Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico Brasileiro Pós-1930.** Anais ABEP, Olinda, 1988.

CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (ORG.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente.** 2v., Ed. UNICAMP. Campinas, 2002.

**Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: redes urbanas regionais:** Sul/IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. Brasília, 2000.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento e Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.** Ed. UNESP, IE-UNICAMP, São Paulo, 2002.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana.** São Paulo, Ed. Paz e Terra, original de 1979.

CORRÊA, R.L. **Estudos sobre a Rede Urbana.** Ed. Bertrand Brasil, São Paulo, 2005.

CUNHA, J.M.P.; BAENINGER, R. **A Migração nos Estados Brasileiros no Período Recente: principais tendências e mudanças.** BAHIA análise de dados. Salvador, v.10, n.4, 2001.

Cunha, J.M.P. **Mobilidade Populacional e Expansão Urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo.** Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1994. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).

CUNHA, I. J. **O Salto da indústria Catarinense: um exemplo para o Brasil.** Ed. Paralelo 27, Florianópolis, 1992.

CUNHA, I. J. **A Indústria Catarinense Rumo ao novo Milênio.** FIESC/SEBRAE-SC. Florianópolis, 1996.

DINIZ, C.C. **A nova Configuração Urbano Industrial no Brasil.** In; Kon, A. Unidade e Fragmentação no Brasil. A Questão Regional no Brasil. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2002.

FARIA, V. **O Processo de Urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação.** ANAIS do I Encontro da ABEP, Caxambu, 1978.

FIBGE, Censo Demográfico de 1950. IBGE, Rio de Janeiro, 1952

FIBGE, Censo Demográfico de 1960. IBGE, Rio de Janeiro, 1962

FIBGE, Censo Demográfico de 1970. IBGE, Rio de Janeiro, 1972

FIBGE, Censo Demográfico de 1980. IBGE, Rio de Janeiro, 1982

FIBGE, Censo Demográfico de 1991: IBGE, Rio de Janeiro, 1992.

FIBGE, Censo Demográfico de 2000. IBGE, Rio de Janeiro, 2002

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2000.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço**. EDUSP, São Paulo, 1993.

GOULART FILHO, A. **Padrões de Crescimento e Diferenciação Econômica em Santa Catarina**. Tese de Doutorado, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2001.

GROSTEIN, M.D. **Metrópole e Expansão Urbana: a persistência de processos ‘insustentáveis’**. São Paulo em Perspectiva, 2001.

GUIMARÃES NETO, L. **As Economias Regionais e o Mercado de Trabalho no Brasil dos anos 1990**. In: Kon, A. *Unidade e Fragmentação no Brasil: a Questão Regional no Brasil*. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2002.

HARVEY, D. **A Justiça Social e as Cidades**. Ed. HUCITEC, Jaú, original de 1973.

HOGAN, Daniel J. **Crescimento Demográfico e Meio Ambiente**. In: *Migrações, meio ambiente e adaptação da população*. Relatório Final do Projeto. Campinas, 1991.

HOTZ, E.F. **A Organização Metropolitana Pós-Constituição de 1988**. São Paulo em Perspectiva, 2000.

IPARDES. **Dinâmica Demográfica Recente da Região Sul: anos 70 e 80**. Curitiba, 1997.

JACOBS, J. **Economy of Cities**. Vintage, New York, 1970.

JINKINGS, I. **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho na Indústria Têxtil Catarinense**. VII Encontro Nacional da ABET. Salvador, 2001.

LAPLANE, M.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. **Internacionalização e Desenvolvimento da indústria no Brasil**. Editora UNESP. São Paulo, 2003.

MARICATO, E. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: metrópoles brasileiras**. São Paulo em Perspectiva, 2000.

MARTINE, G. **Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano**. IPEA, Brasília, 1978.

- MARTINE, G. **Os Dados Censitários sobre Migrações Internas: evolução e utilização.** IV Encontro da ABEP. Águas de São Pedro, 1984, v.2, p.1015-1048.
- MIOR, L.C. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural.** Chapecó: Argos, 2005.
- MIRA, M. A. F. B. **A Sócio-demografia de Santa Catarina no Século XX.** IN MELLO, O. F.; LINS, H. G.; PEREIRA, N. V. **A Realidade Catarinense no século XX.** Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.
- MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política.** V.1. Nova Cultural, 2 ed. São Paulo, 1985.
- MATTEI, L.F.; SILVA, J.F.G.. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina.** Campinas, 1999. 211 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas.
- MATTEI, L.F.. **A evolução do emprego agrícola no Brasil.** São Paulo: ABET, 1998.
- MATTEI, L. F.; LINS, H.N. **Economia Catarinense Rumo ao Século XXI.** Texto para discussão. Centro Sócio-Econômico. CSE/UFSC, Florianópolis, 2001.
- MUNOZ, E.F.; ALVES, P.A. **Análise Demográfica de Santa Catarina.** PNUD, Florianópolis, 2005.
- MYRDALL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.** Ed. SAGA, Rio de Janeiro, 1968.
- PACHECO, C.A. **A Fragmentação da Nação.** CAMPINAS, IE/UNICAMP, 1998.
- PACHECO, C.A.; PATARRA, N. L. **Movimentos Migratórios anos 1980: Novos Padrões?** ANAIS do Encontro Nacional sobre Migração. Curitiba, 1998.
- PACHECO, C.A.; PATARRA, N. L. **Dinâmica Demográfica Regional e Novas Questões Populacionais no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2000.
- PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2002.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira.** Ed. HUCITEC, São Paulo, 1996.
- SILVA, J.G.. **A modernização dolorosa : estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil..** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana:** (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife). São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1968.

- SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. CEBRAP, São Paulo, 1979.
- SOUZA, N. M. **Arranjo produtivo de revestimento cerâmico da região sul de Santa Catarina**: um estudo da competitividade sistêmica local sob o enfoque evolucionista. Programa de Pós-Graduação em Economia. UFSC. Florianópolis, 2006
- STROPOSALAS, V. M. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro/SC. Tese de Doutorado em Ciências Humanas na UFSC. 2002
- TESTA, V.M. (*et all*). **O Desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense**. EPAGRI, Florianópolis, 1996.
- VAINER, C. **Regionalismos: Anacronismos ou Pós-Modernidade**. In; Gonçalves, M.F. O novo Brasil Urbano, Ed. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1995.



**ANEXOS.**

População nos municípios Catarinenses – 1950, 1960 e 1970

	1950			1960			1970		
	rural	urbana	total	rural	urbana	total	rural	Urbana	Total
<b>Extremo Oeste</b>	<b>107839</b>	<b>12875</b>	<b>120714</b>	<b>212741</b>	<b>41725</b>	<b>254466</b>	<b>351857</b>	<b>94629</b>	<b>446486</b>
... Abelardo Luz	0	0		10927	856	11783	16601	1652	18253
... Águas de Chapecó	0	0		0	0	0	5196	1607	6803
... Águas Frias	0	0		0	0	0		0	0
... Anchieta	0	0		0	0	0	3455	2149	5604
... Bandeirante	0	0		0	0	0		0	0
... Barra Bonita	0	0		0	0	0		0	0
... Belmonte	0	0		0	0	0		0	0
... Bom Jesus	0	0		0	0	0		0	0
... Bom Jesus do Oeste	0	0		0	0	0		0	0
... Caibi	0	0		0	0	0	4925	489	5414
... Campo Erê	0	0		5107	363	5470	15811	1148	16959
... Caxambu do Sul	0	0		0	0	0	7668	916	8584
<b>... Chapecó</b>	<b>86868</b>	<b>9756</b>	<b>96624</b>	<b>41150</b>	<b>10939</b>	<b>52089</b>	<b>29653</b>	<b>20212</b>	<b>49865</b>
... Cordilheira Alta	0	0		0	0	0		0	0
... Coronel Freitas	0	0		0	0	0	14702	1483	16185
... Coronel Martins	0	0		0	0	0		0	0
... Cunha Porã	0	0		7025	750	7775	11682	1401	13083
... Cunhataí	0	0		0	0	0		0	0
... Descanso	0	0		5809	378	6187	12186	1183	13369
... Dionísio Cerqueira	0	0		7865	2546	10411	10960	1842	12802
... Entre Rios	0	0		0	0	0		0	0
... Faxinal dos Guedes	0	0		6259	701	6960	5471	1123	6594
... Flor do Sertão	0	0		0	0	0		0	0
... Formosa do Sul	0	0		0	0	0		0	0
... Galvão	0	0		0	0	0	5688	932	6620
... Guaraciaba	0	0		0	0	0	9148	898	10046
... Guarujá do Sul	0	0		0	0	0	3150	687	3837
... Guatambú	0	0		0	0	0		0	0

.... Iporã do Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Ipuaçú	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Iraceminha	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Irati	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Itapiranga	0	0	13760	1251	15011	18435	1842	20277
.... Jardinópolis	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Jupiá	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Lajeado Grande	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Maravilha	0	0	6048	1203	7251	14084	3573	17657
.... Marema	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Modelo	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Mondaí	0	0	0	0	0	11793	563	12356
.... Nova Erechim	0	0	0	0	0	4135	-1578	2557
.... Nova Itaberaba	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Novo Horizonte	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Ouro Verde	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Palma Sola	0	0	0	0	0	3725	848	4573
.... Palmitos	0	0	10141	2408	12549	11368	2787	14155
.... Paraíso	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Passos Maia	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Pinhalzinho	0	0	0	0	0	6696	1348	8044
.... Planalto Alegre	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Ponte Serrada	0	0	5480	1083	6563	7877	1408	9285
.... Princesa	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Quilombo	0	0	0	0	0	14610	1304	15914
.... Riqueza	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Romelândia	0	0	0	0	0	4856	669	5525
.... Saltinho	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Santa Helena	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Santa Terezinha do Progresso	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Santiago do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0
.... São Bernardino	0	0	0	0	0	0	0	0
.... São Carlos	0	0	22518	2877	25395	8502	1856	10358
.... São Domingos	0	0	0	0	0	9229	1558	10787

.... São João do Oeste	0	0		0	0	0		0	0
.... São José do Cedro	0	0		4073	1251	5324	8588	3912	12500
.... São Lourenço do Oeste	0	0		6674	1183	7857	10695	6058	16753
.... São Miguel da Boa Vista	0	0		0	0	0		0	0
.... São Miguel do Oeste	0	0		15820	3539	19359	12033	10322	22355
.... Saudades	0	0		0	0	0	6374	2413	8787
.... Serra Alta	0	0		0	0	0		0	0
.... Sul Brasil	0	0		0	0	0		0	0
.... Tigrinhos	0	0		0	0	0		0	0
.... Tunápolis	0	0		0	0	0		0	0
.... União do Oeste	0	0		0	0	0		0	0
.... Vargeão	20971	3119	24090	13461	4238	17699	10991	4660	15651
.... Xanxerê	0	0		11978	4169	16147	15744	9115	24859
.... Xaxim	0	0		18646	1990	20636	15826	4249	20075
<b>4202 Sul</b>	<b>256620</b>	<b>58604</b>	<b>315224</b>	<b>265510</b>	<b>121471</b>	<b>386981</b>	<b>286337</b>	<b>209648</b>	<b>495985</b>
.... Araranguá	33260	5663	38923	15919	8542	24461	13717	12494	26211
.... Armazém	0	0		5619	530	6149	6115	1002	7117
.... Balneário Arroio do Silva	0	0		0	0	0		0	0
.... Balneário Gaivota	0	0		0	0	0		0	0
.... Braço do Norte	0	0		6857	2730	9587	6686	3854	10540
.... Capivari de Baixo	0	0		0	0	0		0	0
.... Cocal do Sul	0	0		0	0	0		0	0
.... Criciúma	41556	9308	50864	34070	27905	61975	26135	55317	81452
.... Ermo	0	0		0	0	0		0	0
.... Forquilha	0	0		0	0	0		0	0
.... Grão Pará	0	0		5186	969	6155	4535	2490	7025
.... Gravatal	0	0		0	0	0	6317	2121	8438
.... Içara	0	0		0	0	0	13675	3423	17098
.... Imaruí	18339	1272	19611	19516	1612	21128	18412	2629	21041
.... Imbituba	0	0		8852	6872	15724	8247	12251	20498
.... Jacinto Machado	0	0		8701	674	9375	12107	1582	13689
.... Jaguaruna	8450	1439	9889	9196	2453	11649	11256	3141	14397
.... Laguna	23040	15149	38189	11346	17959	29305	17593	17449	35042

.... Lauro Muller	0	0		11118	3544	14662	9646	5928	15574
.... Maracajá	0	0		0	0	0	3059	1020	4079
.... Meleiro	0	0		0	0	0	9854	1452	11306
.... Morro da Fumaça	0	0		0	0	0	2603	2155	4758
.... Morro Grande	0	0		0	0	0	4514	-4514	0
.... Nova Veneza	0	0		8414	953	9367	6639	1496	8135
.... Orleans	27629	6219	33848	12215	3404	15619	9522	5451	14973
.... Passo de Torres	0	0		0	0	0		0	
.... Pedras Grandes	0	0		0	0	0	5205	707	5912
.... Praia Grande	0	0		6188	769	6957	6678	1462	8140
.... Rio Fortuna	0	0		5171	315	5486	3962	479	4441
.... Sangão	0	0		0	0	0		0	0
.... Santa Rosa de Lima	0	0		0	0	0	1728	45	1773
.... Santa Rosa do Sul	0	0		0	0	0		0	0
.... São João do Sul	0	0		0	0	0	7530	1047	8577
.... São Ludgero	0	0		0	0	0	3085	1512	4597
.... São Martinho	0	0		0	0	0	2735	735	3470
.... Siderópolis	0	0		9383	2926	12309	8793	4548	13341
.... Sombrio	0	0		20719	1961	22680	8804	9245	18049
.... Timbé do Sul	0	0		0	0	0	5695	605	6300
.... Treviso	0	0		0	0	0		0	0
.... Treze de Maio	0	0		0	0	0	5824	502	6326
.... Tubarão	52431	14614	67045	32050	30538	62588	15812	51064	66876
.... Turvo	30944	1821	32765	21529	2577	24106	8863	2296	11159
.... Urussanga	20971	3119	24090	13461	4238	17699	10991	4660	15651
<b>4203 Planalto Serrano</b>	<b>98499</b>	<b>23525</b>	<b>122024</b>	<b>119630</b>	<b>51532</b>	<b>171162</b>	<b>111714</b>	<b>123055</b>	<b>234769</b>
.... Anita Garibaldi	0	0		0	0	0	8866	9620	18486
.... Bocaina do Sul	0	0		0	0	0		0	0
.... Bom Jardim da Serra	0	0		0	0	0	4739	1761	6500
.... Bom Retiro	17878	1306	19184	12557	3184	15741	5839	1943	7782
.... Campo Belo do Sul	0	0		0	0	0	12372	1438	13810
.... Capão Alto	0	0		0	0	0		0	0
.... Celso Ramos	0	0		0	0	0		0	0

... Cerro Negro	0	0		0	0	0		0	0		
... Correia Pinto	0	0		0	0	0		0	0		
... Lages	59897	17337	77234		81014	39807	120821	39235	89493	128728	
... Otacílio Costa	0	0			0	0	0		0	0	
... Painei	0	0			0	0	0		0	0	
... Palmeira	0	0			0	0	0		0	0	
... Ponte Alta	0	0			0	0	0	3675	2270	5945	
... Rio Rufino	0	0			0	0	0		0	0	
... São Joaquim	20724	4882	25606		18986	5109	24095	17514	9126	26640	
... São José do Cerrito	0	0			0	0	0	11542	2797	14339	
... Urubici	0	0			7073	3432	10505	7932	4607	12539	
... Urupema	0	0			0	0	0		0	0	
<b>4204 Florianópolis</b>	<b>111440</b>	<b>71295</b>	<b>182735</b>		<b>132974</b>	<b>105646</b>	<b>238620</b>	<b>132182</b>	<b>203327</b>	<b>335509</b>	
... Águas Mornas	0	0			0	0	0	3820	858	4678	
... Alfredo Wagner	0	0			0	0	0	5749	4007	9756	
... Angelina	0	0			0	0	0	5806	1749	7555	
... Anitápolis	0	0			0	0	0	3470	1153	4623	
... Antônio Carlos	0	0			0	0	0	4320	1304	5624	
... Biguaçu	15419	4108	19527		16822	5558	22380	8097	7240	15337	
... Canelinha	0	0			0	0	0	5494	1940	7434	
... Florianópolis	16515	51115	67630	0,042613	20242	77585	97827	0,045464	17314	121023	138337
... Garopaba	0	0			0	0	0	5598	1860	7458	
... Governador Celso Ramos	0	0			0	0	0	3640	3881	7521	
... Leoberto Leal	0	0			0	0	0	4156	237	4393	
... Major Gercino	0	0			0	0	0	3815	739	4554	
... Nova Trento	8323	2119	10442		10151	2907	13058	6700	3335	10035	
... Palhoça	33768	4578	38346		23614	4175	27789	14255	6397	20652	
... Paulo Lopes	0	0			0	0	0	5258	453	5711	
... Rancho Queimado	0	0			0	0	0	1740	631	2371	
... Santo Amaro da Imperatriz	0	0			14459	2462	16921	7785	2577	10362	
... São Bonifácio	0	0			0	0	0	3053	350	3403	
... São João Batista	0	0			9167	3123	12290	2628	7758	10386	
... São José	19559	3239	22798		26845	4347	31192	13172	29373	42545	

... São Pedro de Alcântara	0	0		0	0	0		0	0
... Tijucas	17856	6136	23992	11674	5489	17163	6312	6462	12774
<b>4205 Vale do Itajaí</b>	<b>231985</b>	<b>96397</b>	<b>328382</b>	<b>283748</b>	<b>162845</b>	<b>446593</b>	<b>272468</b>	<b>294245</b>	<b>566713</b>
... Agrolândia	0	0		0	0	0	4790	976	5766
... Agronômica	0	0		0	0	0	3605	1235	4840
... Apiúna	0	0		0	0	0		0	0
... Ascurra	0	0		0	0	0	2561	1409	3970
... Atalanta	0	0		0	0	0	2916	558	3474
... Aurora	0	0		0	0	0	5315	298	5613
... Balneário Camboriú	0	0		0	0	0	3086	7753	10839
... Balneário Piçarras	0	0		0	0	0	2622	1794	4416
... Benedito Novo	0	0		0	0	0	8854	2783	11637
... Blumenau	23665	24443	48108	19038	47740	66778	13756	86519	100275
... Bombinhas	0	0		0	0	0		0	0
... Botuverá	0	0		0	0	0	3353	409	3762
... Braço do Trombudo	0	0		0	0	0		0	0
... Brusque	11678	20673	32351	19324	16301	35625	2820	32380	35200
... Camboriú	7413	1835	9248	9396	3022	12418	7756	2106	9862
... Chapadão do Lageado	0	0		0	0	0		0	0
... Dona Emma	0	0		0	0	0	3715	167	3882
... Doutor Pedrinho	0	0		0	0	0		0	0
... Gaspar	10417	1857	12274	11860	3046	14906	13964	4453	18417
... Guabiruba	0	0		0	0	0	2291	3990	6281
... Ibirama	24738	2534	27272	15725	2400	18125	16828	4180	21008
... Ilhota	0	0		6827	1943	8770	7315	1220	8535
... Imbuia	0	0		0	0	0	2179	530	2709
... Indaial	14394	2118	16512	18085	3417	21502	15216	7133	22349
... Itajaí	28088	23969	52057	16467	38529	54996	9066	54073	63139
... Itapema	0	0		0	0	0	701	2791	3492
... Ituporanga	17968	2023	19991	19510	3763	23273	11825	3309	15134
... José Boiteux	0	0		0	0	0		0	0
... Laurentino	0	0		0	0	0	2968	1013	3981
... Lontras	0	0		0	0	0	5328	1678	7006

... Luiz Alves	0	0		6246	429	6675	7100	551	7651
... Mirim Doce	0	0		0	0	0		0	0
... Navegantes	0	0		0	0	0	2061	7989	10050
... Penha	0	0		5559	3897	9456	2026	5476	7502
... Petrolândia	0	0		0	0	0	6191	753	6944
... Pomerode	0	0		7455	3145	10600	7913	4167	12080
... Porto Belo	5228	2493	7721	5818	3293	9111	4660	2638	7298
... Pouso Redondo	0	0		8956	811	9767	9190	1476	10666
... Presidente Getúlio	0	0		13349	2074	15423	3903	5496	9399
... Presidente Nereu	0	0		0	0	0	3044	1044	4088
... Rio do Campo	0	0		0	0	0	5515	563	6078
... Rio do Oeste	0	0		6177	1239	7416	6933	1507	8440
... Rio do Sul	48502	8650	57152	24878	15130	40008	6010	21528	27538
... Rio dos Cedros	0	0		0	0	0	8174	1544	9718
... Rodeio	12469	1950	14419	13698	2879	16577	5806	2149	7955
... Salete	0	0		0	0	0	3650	1229	4879
... Santa Terezinha	0	0		0	0	0		0	0
... Taió	16752	1092	17844	21646	1894	23540	14625	4086	18711
... Timbó	10673	2760	13433	12233	5151	17384	5098	6731	11829
... Trombudo Central	0	0		9976	2290	12266	5626	1705	7331
... Vidal Ramos	0	0		11525	452	11977	8684	591	9275
... Vitor Meireles	0	0		0	0	0		0	0
... Witmarsum	0	0		0	0	0	3429	265	3694
<b>4206 Nordeste</b>	<b>100923</b>	<b>47532</b>	<b>148455</b>	<b>100109</b>	<b>93198</b>	<b>193307</b>	<b>95409</b>	<b>177522</b>	<b>272931</b>
... Araquari	14582	1905	16487	14872	2032	16904	7318	2056	9374
... Balneário Barra do Sul	0	0		0	0	0		0	0
... Barra Velha	0	0		0	0	0	7651	3467	11118
... Campo Alegre	4661	684	5345	5441	868	6309	5751	1381	7132
... Corupá	0	0		5235	3358	8593	4887	3425	8312
... Garuva	0	0		0	0	0	4220	2289	6509
... Guaramirim	19515	1397	20912	21897	2243	24140	7811	2291	10102
... Itapoá	0	0		0	0	0		0	0
... Jaraguá do Sul	22428	4812	27240	18812	4385	23197	15494	14752	30246



.... Joinville	21944	21390	43334	0,048639	14506	55171	69677	0,073501	13924	112134	126058
.... Massaranduba	0	0			0	0	0		11081	793	11874
.... Rio Negrinho	0	0			2581	5978	8559		3840	9283	13123
.... São Bento do Sul	8802	6482	15284		6358	6435	12793		7175	9481	16656
.... São Francisco do Sul	8991	10862	19853		10407	12728	23135		3550	15507	19057
.... São João do Itaperiú	0	0			0	0	0			0	0
.... Schroeder	0	0			0	0	0		2707	663	3370
<b>4207 Planalto Norte</b>	<b>93732</b>	<b>27513</b>	<b>121245</b>		<b>96498</b>	<b>40842</b>	<b>137340</b>		<b>104150</b>	<b>61445</b>	<b>165595</b>
.... Bela Vista do Toldo	0	0			0	0	0			0	0
.... Canoinhas	42586	9970	52556		26212	12227	38439		19177	16281	35458
.... Irineópolis	0	0			0	0	0		7746	1253	8999
.... Itaiópolis	17495	1121	18616		19841	1521	21362		22139	1963	24102
.... Mafra	16230	9242	25472		16236	13329	29565		16153	19868	36021
.... Major Vieira	0	0			0	0	0		7051	307	7358
.... Matos Costa	0	0			0	0	0		4481	1214	5695
.... Monte Castelo	0	0			0	0	0		5818	1419	7237
.... Papanduva	0	0			13762	1660	15422		9016	2452	11468
.... Porto União	17421	7180	24601		20447	12105	32552		8133	14663	22796
.... Três Barras	0	0			0	0	0		4436	2025	6461
<b>4208 Meio Oeste</b>	<b>177095</b>	<b>31230</b>	<b>208325</b>		<b>233421</b>	<b>73094</b>	<b>306515</b>		<b>248993</b>	<b>127625</b>	<b>376618</b>
.... Abdon Batista	0	0			0	0	0			0	0
.... Água Doce	0	0			6293	724	7017		6380	2183	8563
.... Alto Bela Vista	0	0			0	0	0			0	0
.... Arabutã	0	0			0	0	0			0	0
.... Arroio Trinta	0	0			0	0	0		2025	617	2642
.... Arvoredo	0	0			0	0	0			0	0
.... Brunópolis	0	0			0	0	0			0	0
.... Caçador	15691	8032	23723		11710	10910	22620		14203	18689	32892
.... Calmon	0	0			0	0	0			0	0
.... Campos Novos	26405	3326	29731		33734	6252	39986		29196	13939	43135
.... Capinzal	0	0			13054	3591	16645		4228	3563	7791
.... Catanduvas	0	0			0	0	0		7161	814	7975

.... Concórdia	44272	3742	48014	37758	7003	44761	34724	10741	45465
.... Curitibaanos	29416	3181	32597	23229	9757	32986	12272	18705	30977
.... Erval Velho	0	0		0	0	0	4231	1543	5774
.... Fraiburgo	0	0		0	0	0	7001	3147	10148
.... Frei Rogério	0	0		0	0	0		0	0
.... Herval d'Oeste	0	0		7339	4119	11458	6075	7050	13125
.... Ibiam	0	0		0	0	0		0	0
.... Ibicaré	0	0		0	0	0	3981	661	4642
.... Iomerê	0	0		0	0	0		0	0
.... Ipira	0	0		0	0	0	4231	692	4923
.... Ipumirim	0	0		0	0	0	6769	634	7403
.... Irani	0	0		0	0	0	5936	254	6190
.... Itá	0	0		5494	498	5992	6485	757	7242
.... Jaborá	0	0		0	0	0	4548	494	5042
.... Joaçaba	39088	9211	48299	22629	11279	33908	7054	13740	20794
.... Lacerdópolis	0	0		0	0	0	2295	827	3122
.... Lebon Régis	0	0		5551	1299	6850	6953	2234	9187
.... Lindóia do Sul	0	0		0	0	0		0	0
.... Luzerna	0	0		0	0	0		0	0
.... Macieira	0	0		0	0	0		0	0
.... Monte Carlo	0	0		0	0	0		0	0
.... Ouro	0	0		0	0	0	5000	1117	6117
.... Paial	0	0		0	0	0		0	0
.... Peritiba	0	0		0	0	0	2335	320	2655
.... Pinheiro Preto	0	0		0	0	0	1526	380	1906
.... Piratuba	10830	1772	12602	10421	2480	12901	3959	1467	5426
.... Ponte Alta do Norte	0	0		0	0	0		0	0
.... Presidente Castello Branco	0	0		0	0	0	1609	301	1910
.... Rio das Antas	0	0		3608	1475	5083	4869	1376	6245
.... Salto Veloso	0	0		0	0	0	2107	852	2959
.... Santa Cecília	0	0		10809	987	11796	11424	3293	14717
.... São Cristovão do Sul	0	0		0	0	0		0	0
.... Seara	0	0		12653	1168	13821	11161	2213	13374
.... Tangará	11393	1966	13359	11356	2890	14246	10406	2907	13313

.... Timbó Grande	0	0	0	0	0	0	0	0
.... Treze Tílias	0	0	0	0	0	2817	774	3591
.... Vargem	0	0	0	0	0		0	0
.... Vargem Bonita	0	0	0	0	0		0	0
.... Videira	0	0	17783	8662	26445	10948	10916	21864
.... Xavantina	0	0	0	0	0	5084	425	5509
.... Zortéa	0	0	0	0	0		0	

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970.

População nos municípios Catarinenses – 1980, 1991 e 2000

	1980			1991			2000		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
<b>Extremo Oeste</b>	<b>203904</b>	<b>390075</b>	<b>593979</b>	<b>326661</b>	<b>352806</b>	<b>679467</b>	<b>407073</b>	<b>276984</b>	<b>684057</b>
.... Abelardo Luz	4573	13009	17582	6697	12539	19236	7228	9212	16440
.... Águas de Chapecó	788	5815	6603	1884	4559	6443	2202	3580	5782
.... Águas Frias							517	2008	2525
.... Anchieta	2882	7229	10111	2385	7214	9599	2443	4690	7133
.... Bandeirante							741	2436	3177
.... Barra Bonita							256	1862	2118
.... Belmonte							952	1636	2588
.... Bom Jesus							989	1057	2046
.... Bom Jesus do Oeste							376	1774	2150
.... Caibi	1547	5741	7288	2355	5073	7428	3060	3294	6354
.... Campo Erê	3597	21738	25335	6390	19882	26272	5756	4597	10353
.... Caxambu do Sul	1778	7231	9009	2392	6140	8532	2054	3209	5263
.... Chapecó	55226	28546	83772	96751	26299	123050	134592	12375	146967
.... Cordilheira Alta							303	2790	3093
.... Coronel Freitas	3170	15998	19168	3853	8033	11886	4494	6041	10535
.... Coronel Martins							458	1930	2388
.... Cunha Porã	3440	12615	16055	4565	6211	10776	5287	4942	10229
.... Cunhataí							335	1487	1822
.... Descanso	3249	14012	17261	4430	12598	17028	3885	5244	9129
.... Dionísio Cerqueira	5355	10681	16036	5233	8487	13720	8610	5640	14250
.... Entre Rios							751	2106	2857
.... Faxinal dos Guedes	3487	4989	8476	5068	4198	9266	7044	3723	10767
.... Flor do Sertão							195	1417	1612
.... Formosa do Sul							891	1834	2725
.... Galvão	1870	6121	7991	2627	4442	7069	2494	1741	4235
.... Guaraciaba	1513	10380	11893	3530	8904	12434	4365	6673	11038
.... Guarujá do Sul	1306	3532	4838	1835	2941	4776	2271	2425	4696
.... Guatambú							983	3719	4702
.... Iporã do Oeste				2222	5496	7718	2851	5026	7877

.... Ipuaçu							967	5155	6122
.... Iraceminha				1142	4585	5727	1222	3370	4592
.... Irati							412	1790	2202
.... Itapiranga	4982	21505	26487	5360	15995	21355	5382	8616	13998
.... Jardinópolis							815	1179	1994
.... Jupiá							671	1549	2220
.... Lajeado Grande							476	1096	1572
.... Maravilha	7181	15055	22236	12171	11936	24107	14226	4295	18521
.... Marema				1356	5288	6644	941	1710	2651
.... Modelo							1158	1595	2753
.... Mondaí	2156	11713	13869	2524	7274	9798	2201	1729	3930
.... Nova Erechim	1065	2187	3252	1288	1826	3114	1720	1823	3543
.... Nova Itaberaba							425	3831	4256
.... Novo Horizonte							723	2378	3101
.... Ouro Verde							625	1727	2352
.... Palma Sola	1673	5660	7333	2743	6114	8857	3192	5014	8206
.... Palmitos	5511	12237	17748	6859	10890	17749	8006	8028	16034
.... Paraíso							1302	3494	4796
.... Passos Maia							748	4015	4763
.... Pinhalzinho	5211	4743	9954	6695	3978	10673	9313	3043	12356
.... Planalto Alegre							739	1713	2452
.... Ponte Serrada	3549	8788	12337	5551	6708	12259	7230	3331	10561
.... Princesa							568	2045	2613
.... Quilombo	3093	18360	21453	4642	14720	19362	4697	6039	10736
.... Riqueza							1277	3889	5166
.... Romelândia	1515	7953	9468	1714	7705	9419	2120	4371	6491
.... Saltinho							899	3297	4196
.... Santa Helena							740	1848	2588
.... Santa Terezinha do Progresso							426	2990	3416
.... Santiago do Sul							521	1175	1696
.... São Bernardino							529	2611	3140
.... São Carlos	3661	7964	11625	4955	7275	12230	5347	4017	9364
.... São Domingos	3326	10709	14035	5101	8992	14093	5430	4110	9540
.... São João do Oeste							1494	4295	5789

.... São José do Cedro	4526	13355	17881	5830	11843	17673	6659	7019	13678
.... São Lourenço do Oeste	8076	15815	23891	10178	13003	23181	13407	6240	19647
.... São Miguel da Boa Vista							331	1687	2018
.... São Miguel do Oeste	18790	16982	35772	25638	16604	42242	27392	4932	32324
.... Saudades	1525	7768	9293	2297	6775	9072	2897	5427	8324
.... Serra Alta				714	3147	3861	1201	2129	3330
.... Sul Brasil							744	2372	3116
.... Tigrinhos							213	1665	1878
.... Tunápolis				4695	7799	12494	1217	3560	4777
.... União do Oeste				5521	5985	11506	994	2397	3391
.... Vargeão	9794	11625	21419	19203	10679	29882	10650	8077	18727
.... Xanxerê	17621	12383	30004	27766	9872	37638	32385	5044	37429
.... Xaxim	6868	17636	24504	10501	10797	21298	16058	6799	22857
<b>4202 Sul</b>	<b>331221</b>	<b>227666</b>	<b>558887</b>	<b>399069</b>	<b>214958</b>	<b>614027</b>	<b>597508</b>	<b>211999</b>	<b>809507</b>
.... Araranguá	25290	8389	33679	39490	8925	48415	45052	9654	54706
.... Armazém	1109	4880	5989	1940	4156	6096	2625	4248	6873
.... Balneário Arroio do Silva							5876	167	6043
.... Balneário Gaivota							2977	2473	5450
.... Braço do Norte	7022	4945	11967	11227	5313	16540	17879	6923	24802
.... Capivari de Baixo							17436	1125	18561
.... Cocal do Sul							11407	2319	13726
.... Criciúma	96368	14229	110597	132313	14007	146320	153049	17371	170420
.... Ermo							593	1464	2057
.... Forquilha				4416	9643	14059	14556	3792	18348
.... Grão Pará	2305	3792	6097	2008	3379	5387	2674	3143	5817
.... Gravatal	1982	6102	8084	2256	6016	8272	3864	6935	10799
.... Içara	12015	12478	24493	27367	10728	38095	39570	9064	48634
.... Imaruí	3659	15314	18973	4221	11210	15431	3909	9495	13404
.... Imbituba	16574	8581	25155	25790	5152	30942	34527	1173	35700
.... Jacinto Machado	2356	9978	12334	3602	7912	11514	4538	6385	10923
.... Jaguaruna	7423	7276	14699	10114	8313	18427	10238	4375	14613
.... Laguna	28325	11206	39531	34174	10688	44862	37284	10284	47568
.... Lauro Muller	8739	4481	13220	9818	4118	13936	9923	3681	13604

.... Maracajá	1469	2696	4165	2497	2145	4642	3521	2020	5541
.... Meleiro	1798	8899	10697	3047	6708	9755	3207	3873	7080
.... Morro da Fumaça	4899	4172	9071	8752	3621	12373	11154	3397	14551
.... Morro Grande							737	2180	2917
.... Nova Veneza	3604	5556	9160	4578	5798	10376	7199	4312	11511
.... Orleans	6153	10229	16382	8915	11126	20041	12813	7218	20031
.... Passo de Torres							3522	878	4400
.... Pedras Grandes	711	4538	5249	745	4317	5062	865	4056	4921
.... Praia Grande	1876	5732	7608	3321	4258	7579	3937	3349	7286
.... Rio Fortuna	669	3341	4010	1000	3174	4174	1213	3107	4320
.... Sangão							3624	4504	8128
.... Santa Rosa de Lima	120	1603	1723	332	1564	1896	423	1584	2007
.... Santa Rosa do Sul				1667	5560	7227	3042	4768	7810
.... São João do Sul	1784	5624	7408	2766	6219	8985	1143	5641	6784
.... São Ludgero	1644	2920	4564	2970	3037	6007	5995	2592	8587
.... São Martinho	441	2595	3036	723	2655	3378	888	2386	3274
.... Siderópolis	6540	5854	12394	8814	4574	13388	9103	2979	12082
.... Sombrio	7039	10254	17293	15065	7188	22253	15925	7037	22962
.... Timbé do Sul	1072	4806	5878	1320	4385	5705	1683	3640	5323
.... Treviso				1199	5002	6201	1561	1583	3144
.... Treze de Maio	804	5761	6565	1788	2239	4027	1764	4952	6716
.... Tubarão	64536	10706	75242	1047	4499	5546	69925	18545	88470
.... Turvo	3101	9104	12205	584	6650	7234	5637	5250	10887
.... Urussanga	9794	11625	21419	19203	10679	29882	10650	8077	18727
<b>4203 Planalto Serrano</b>	<b>157893</b>	<b>95308</b>	<b>253201</b>	<b>196853</b>	<b>65861</b>	<b>262714</b>	<b>228935</b>	<b>61185</b>	<b>290120</b>
.... Anita Garibaldi	3466	12337	15803	3477	7544	11021	4188	6085	10273
.... Bocaina do Sul							415	2565	2980
.... Bom Jardim da Serra	1846	4567	6413	2067	2086	4153	2123	1956	4079
.... Bom Retiro	3447	4499	7946	4047	3206	7253	5336	2631	7967
.... Campo Belo do Sul	2880	10689	13569	3987	8824	12811	4440	3611	8051
.... Capão Alto							604	2416	3020
.... Celso Ramos				750	2707	3457	638	2206	2844
.... Cerro Negro							694	3404	4098

.... Correia Pinto				12593	4499	17092	12046	4980	17026
.... Lages	123510	31785	155295	138575	12660	151235	153582	4100	157682
.... Otacílio Costa				10595	3981	14576	12811	1182	13993
.... Paineira							824	1560	2384
.... Palmeira							771	1362	2133
.... Ponte Alta	2535	2391	4926	3045	1707	4752	3783	1385	5168
.... Rio Rufino							553	1861	2414
.... São Joaquim	13537	10087	23624	14722	7573	22295	16129	6707	22836
.... São José do Cerrito	1508	11860	13368	1808	9787	11595	2152	8241	10393
.... Urubici	5164	7093	12257	1187	1287	2474	6661	3591	10252
.... Urupema							1185	1342	2527
<b>4204 Florianópolis</b>	<b>336372</b>	<b>118147</b>	<b>454519</b>	<b>526247</b>	<b>102936</b>	<b>629183</b>	<b>736231</b>	<b>80084</b>	<b>816315</b>
.... Águas Mornas	746	3880	4626	1042	3569	4611	1715	3675	5390
.... Alfredo Wagner	2099	7393	9492	2172	7623	9795	2473	6384	8857
.... Angelina	666	6003	6669	733	5535	6268	1015	4761	5776
.... Anitápolis	565	4033	4598	1030	2534	3564	1114	2120	3234
.... Antônio Carlos	710	4702	5412	977	4636	5613	1760	4674	6434
.... Biguaçu	16099	5342	21441	28207	5856	34063	42907	5170	48077
.... Canelinha	3202	3954	7156	3726	4439	8165	4292	4712	9004
.... Florianópolis	161795	26085	187880	239996	15394	255390	332185	10130	342315
.... Garopaba	2890	5348	8238	5178	4740	9918	10722	2442	13164
.... Governador Celso Ramos	4317	3497	7814	7472	2157	9629	10842	756	11598
.... Leoberto Leal	294	3943	4237	481	3787	4268	457	3282	3739
.... Major Gercino	844	3002	3846	1104	2681	3785	977	2166	3143
.... Nova Trento	3604	5506	9110	5236	3886	9122	6673	3179	9852
.... Palhoça	35073	2950	38023	65791	2639	68430	97914	4828	102742
.... Paulo Lopes	2147	3343	5490	2818	2712	5530	3554	2370	5924
.... Rancho Queimado	786	1728	2514	937	1422	2359	1103	1534	2637
.... Santo Amaro da Imperatriz	5885	5431	11316	7701	5691	13392	12536	3172	15708
.... São Bonifácio	572	2962	3534	656	2717	3373	682	2536	3218
.... São João Batista	5941	4752	10693	8281	4484	12765	11273	3588	14861
.... São José	79170	8652	87822	128375	11118	139493	171230	2329	173559
.... São Pedro de Alcântara							2096	1488	3584



.... Tijucas	8967	5641	14608	14334	5316	19650	18711	4788	23499
<b>4205 Vale do Itajaí</b>	<b>483419</b>	<b>228081</b>	<b>711500</b>	<b>786956</b>	<b>230106</b>	<b>1017062</b>	<b>978009</b>	<b>198355</b>	<b>1176364</b>
.... Agrolândia	1266	4873	6139	3650	3531	7181	4634	3176	7810
.... Agronômica	510	4039	4549	701	3071	3772	872	3385	4257
.... Apiúna				2739	4992	7731	3606	4914	8520
.... Ascurra	3742	1678	5420	4638	1524	6162	6119	815	6934
.... Atalanta	616	2871	3487	980	2722	3702	1133	2296	3429
.... Aurora	408	4867	5275	661	5405	6066	1482	3992	5474
.... Balneário Camboriú	21580	274	21854	39888	420	40308	73455	0	73455
.... Balneário Piçarras	3163	2430	5593	5446	2489	7935	8615	2296	10911
.... Benedito Novo	3765	6949	10714	3673	4712	8385	4901	4170	9071
.... Blumenau	146028	11223	157251	186327	25698	212025	241943	19865	261808
.... Bombinhas							8716	0	8716
.... Botuverá	474	3113	3587	521	3766	4287	803	2953	3756
.... Braço do Trombudo							1622	1565	3187
.... Brusque	37934	3294	41228	53488	4483	57971	73256	2802	76058
.... Camboriú	9884	4154	14038	23538	2268	25806	39427	2018	41445
.... Chapadão do Lageado							289	2272	2561
.... Dona Emma	810	2672	3482	983	2633	3616	1368	1941	3309
.... Doutor Pedrinho				1360	1637	2997	1669	1413	3082
.... Gaspar	13714	11895	25609	23364	12250	35614	29601	16813	46414
.... Guabiruba	4238	2912	7150	5841	4064	9905	12048	928	12976
.... Ibirama	8256	15273	23529	9657	4116	13773	13115	2687	15802
.... Ilhota	1413	6640	8053	5504	3944	9448	6445	4129	10574
.... Imbuia	919	2655	3574	1521	3093	4614	1955	3291	5246
.... Indaial	18255	10329	28584	28234	1924	30158	38382	1812	40194
.... Itajaí	78753	7703	86456	114555	5076	119631	141950	5544	147494
.... Itapema	5274	1311	6585	11248	928	12176	24781	1088	25869
.... Ituporanga	5310	11833	17143	9804	11348	21152	11664	7828	19492
.... José Boiteux				866	3178	4044	1466	3128	4594
.... Laurentino	1594	2422	4016	2288	2038	4326	3238	1824	5062
.... Lontras	3810	3525	7335	4417	3161	7578	5309	3072	8381
.... Luiz Alves	1037	5443	6480	1575	4865	6440	2124	5850	7974

.... Mirim Doce								1158	1595	2753
.... Navegantes	8386	5146	13532	20498	3164	23662	36650	2667	39317	
.... Penha	7454	2507	9961	10513	2595	13108	15993	1685	17678	
.... Petrolândia	924	5983	6907	1394	5673	7067	1811	4595	6406	
.... Pomerode	8922	5455	14377	13747	5024	18771	18713	3414	22127	
.... Porto Belo	7667	752	8419	11036	653	11689	9973	731	10704	
.... Pouso Redondo	3211	7560	10771	4368	7097	11465	6368	5835	12203	
.... Presidente Getúlio	4804	5310	10114	6310	5062	11372	7867	4466	12333	
.... Presidente Nereu	645	2540	3185	776	1999	2775	776	1529	2305	
.... Rio do Campo	1053	4742	5795	1807	5080	6887	2288	4234	6522	
.... Rio do Oeste	1553	5853	7406	1935	5031	6966	2626	4104	6730	
.... Rio do Sul	33353	2894	36247	42766	2913	45679	48418	3232	51650	
.... Rio dos Cedros	1869	6597	8466	2504	6138	8642	3758	5181	8939	
.... Rodeio	4650	3322	7972	6056	3315	9371	8866	1514	10380	
.... Salete	1889	3688	5577	3176	3953	7129	4583	2580	7163	
.... Santa Terezinha							1142	7698	8840	
.... Taió	6225	12382	18607	7833	11536	19369	7887	8370	16257	
.... Timbó	14462	3465	17927	19155	4651	23806	26783	2575	29358	
.... Trombudo Central	2288	4810	7098	83264	11798	95062	3154	2641	5795	
.... Vidal Ramos	985	7708	8693	1417	6170	7587	1497	4782	6279	
.... Vitor Meireles				447	5756	6203	1098	4421	5519	
.... Witmarsum	326	2989	3315	487	3162	3649	612	2639	3251	
<b>4206 Nordeste</b>	<b>358907</b>	<b>75565</b>	<b>434472</b>	<b>562173</b>	<b>68212</b>	<b>630385</b>	<b>744838</b>	<b>67946</b>	<b>812784</b>	
.... Araquari	7384	2290	9674	13627	2371	15998	22000	1645	23645	
.... Balneário Barra do Sul							6032	13	6045	
.... Barra Velha	8707	3014	11721	10692	2539	13231	14566	964	15530	
.... Campo Alegre	2482	5829	8311	5760	4314	10074	6871	4763	11634	
.... Corupá	4429	4354	8783	7264	3125	10389	8727	3120	11847	
.... Garuva	4999	2987	7986	5956	2815	8771	8256	3122	11378	
.... Guaramirim	5039	5828	10867	13874	3766	17640	19012	4782	23794	
.... Itapoá				3309	698	4007	8191	648	8839	
.... Jaraguá do Sul	32297	16241	48538	62565	14403	76968	96320	12169	108489	
.... Joinville	222296	13507	235803	0,041763	334674	12477	414972	14632	429604	

.... Massaranduba	2654	9332	11986	3703	7465	11168		4629	7933	12562
.... Rio Negrinho	17792	3216	21008	24778	3682	28460		32650	5057	37707
.... São Bento do Sul	31594	3612	35206	45103	5225	50328		61826	3611	65437
.... São Francisco do Sul	17273	3326	20599	27342	2251	29593		29930	2371	32301
.... São João do Itaperiú								1454	1707	3161
.... Schroeder	1961	2029	3990	3526	3081	6607		9402	1409	10811
<b>4207 Planalto Norte</b>	<b>96502</b>	<b>96026</b>	<b>192528</b>	<b>129707</b>	<b>91385</b>	<b>221092</b>		<b>144685</b>	<b>75691</b>	<b>220376</b>
.... Bela Vista do Toldo								570	5151	5721
.... Canoinhas	28659	18613	47272	36832	18544	55376	0,665126	37904	13727	51631
.... Irineópolis	1643	7118	8761	2646	7116	9762		2964	6770	9734
.... Itaiópolis	5510	19028	24538	7498	18742	26240		8757	10329	19086
.... Mafra	26804	13833	40637	32952	14090	47042	0,70048	37713	12227	49940
.... Major Vieira	629	5921	6550	1825	5501	7326		2199	4707	6906
.... Matos Costa	1351	3231	4582	1882	3113	4995		1250	1954	3204
.... Monte Castelo	2094	5586	7680	4127	4473	8600		4573	3777	8350
.... Papanduva	4641	8816	13457	6817	9415	16232		7953	8869	16822
.... Porto União	19720	7993	27713	22638	7245	29883		26579	5279	31858
.... Três Barras	5451	5887	11338	12490	3146	15636		14223	2901	17124
<b>4208 Meio Oeste</b>	<b>189732</b>	<b>234119</b>	<b>423851</b>	<b>294501</b>	<b>204225</b>	<b>498726</b>		<b>387031</b>	<b>169032</b>	<b>556063</b>
.... Abdon Batista				416	2829	3245		713	2062	2775
.... Água Doce	1833	6168	8001	2678	4455	7133		3148	3695	6843
.... Alto Bela Vista								522	1576	2098
.... Arabutã								971	3189	4160
.... Arroio Trinta	1019	1926	2945	1532	1803	3335		2097	1393	3490
.... Arvoredo								411	1894	2305
.... Brunópolis								707	2624	3331
.... Caçador	25621	13657	39278	43492	9192	52684		55542	7780	63322
.... Calmon								1392	2075	3467
.... Campos Novos	17017	26142	43159	23828	18983	42811		22556	6173	28729
.... Capinzal	4757	5638	10395	9358	4336	13694		15460	4495	19955
.... Catanduvas	2466	8024	10490	5043	7137	12180		5304	2987	8291
.... Concórdia	19578	39848	59426	36271	28067	64338		45254	17804	63058

.... Curitiba	27009	10703	37712	32689	9545	42234	32438	3623	36061
.... Erval Velho	1703	3252	4955	2080	2546	4626	2160	2109	4269
.... Fraiburgo	9009	6022	15031	19685	6964	26649	27623	5325	32948
.... Frei Rogério							487	2484	2971
.... Herval d'Oeste	10050	5415	15465	14230	3602	17832	17140	2904	20044
.... Ibiam							501	1454	1955
.... Ibicaré	788	3424	4212	995	2941	3936	1240	2347	3587
.... Iomerê							683	1870	2553
.... Ipira	832	4067	4899	1211	3554	4765	2214	2765	4979
.... Ipumirim	1103	6009	7112	1800	5453	7253	2484	4423	6907
.... Irani	564	5704	6268	3291	4309	7600	5058	3544	8602
.... Itá	1067	6748	7815	1922	6504	8426	3422	3342	6764
.... Jaborá	851	4080	4931	1156	3251	4407	1362	2832	4194
.... Joaçaba	19230	5495	24725	23211	4928	28139	21688	2378	24066
.... Lacerdópolis	626	1509	2135	836	1244	2080	983	1190	2173
.... Lebon Régis	2804	5791	8595	4415	6389	10804	6980	4702	11682
.... Lindóia do Sul				1172	4106	5278	1321	3556	4877
.... Luzerna							3964	1608	5572
.... Macieira							304	1596	1900
.... Monte Carlo							7305	1274	8579
.... Ouro	1556	4250	5806	3088	3889	6977	4165	3254	7419
.... Paial							259	1793	2052
.... Peritiba	501	2230	2731	1052	2137	3189	1317	1913	3230
.... Pinheiro Preto	685	1498	2183	789	1585	2374	1141	1588	2729
.... Piratuba	1232	3571	4803	1338	3571	4909	2710	3102	5812
.... Ponte Alta do Norte							2338	883	3221
.... Presidente Castello Branco	342	1383	1725	462	1334	1796	457	1703	2160
.... Rio das Antas	1250	4197	5447	1837	3916	5753	2226	3903	6129
.... Salto Veloso	1727	1590	3317	2133	1377	3510	2834	1076	3910
.... Santa Cecília	6557	9009	15566	7997	4614	12611	11617	3185	14802
.... São Cristovão do Sul							2719	1785	4504
.... Seara	3926	12070	15996	7565	10528	18093	10263	6221	16484
.... Tangará	3178	8466	11644	4083	7750	11833	4233	4521	8754
.... Timbó Grande				948	4012	4960	2775	3726	6501

.... Treze Tílias	1496	2057	3553	3780	4609	8389	2907	1933	4840
.... Vargem							651	2574	3225
.... Vargem Bonita							2199	2959	5158
.... Videira	18645	9507	28152	27234	8688	35922	35787	5802	41589
.... Xavantina	710	4669	5379	884	4077	4961	946	3458	4404
.... Zortéa							2053	580	2633

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Matriz Migratória 1986/1991 – Data Fixa

Região em 1986	SitDom1986	Região em 1991																		Total
		RM Florianópolis		Extremo Oeste		Sul		Planalto Serrano		Florianópolis		Vale do Itajaí		Nordeste		Planalto Norte		Meio Oeste		
		sitdom		sitdom		sitdom		sitdom		sitdom		sitdom		sitdom		sitdom		sitdom		
		Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	
Não Migrantes	Não Migrantes	259.768	38.563	149.978	209.745	295.686	165.046	141.386	61.260	32.088	43.391	393.808	162.115	290.454	46.483	80.708	79.011	172.808	148.827	2.771.124
	zona urbana	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
RM Florianópolis	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	zona urbana	15.278	1.001	541	19	2.992	192	653	130	734	261	2.781	56	1.656	17	166	36	386	50	26.950
	zona rural	1.491	345	10	14	141	31	61	48	102	279	197	18	29	.	.	.	.	.	2.765
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Extremo Oeste	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	zona urbana	2.554	153	11.056	2.392	324	19	271	.	60	14	2.577	178	1.022	211	167	54	2.191	634	23.876
	zona rural	801	203	9.981	15.362	195	41	116	65	4	130	1.315	365	1.044	306	9	508	746	1.720	32.911
	ignorado	.	.	.	5	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	5
Sul	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	zona urbana	4.980	87	318	35	17.024	4.250	298	58	342	79	1.594	67	2.510	68	66	.	58	35	31.869
	zona rural	898	119	8	7	9.868	9.153	21	79	105	222	412	147	1.308	59	.	4	.	.	22.410
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	7	.	.	.	.	.	7
Planalto Serrano	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	zona urbana	3.596	39	314	7	853	111	2.190	635	152	111	3.790	424	1.875	159	438	10	974	228	15.903
	zona rural	1.445	127	.	.	292	241	1.541	765	39	132	992	631	451	241	155	22	770	970	8.815
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Florianópolis	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	zona urbana	1.055	92	18	.	335	.	21	.	481	183	1.174	105	338	13	.	.	23	.	3.839
	zona rural	1.254	348	.	.	85	248	102	198	346	584	1.162	407	208	.	.	.	.	.	4.941







	zona urbana	154	.	.	.	79	.	.	.	.	169	.	131	.	.	.	.	533	
	zona rural	26	.	.	.	36	.	.	.	.	42	.	115	12	.	.	.	231	
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	7	.	.	.	.	.	.	7	
R.G.Norte	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	75	.	.	.	43	.	27	.	.	90	9	.	.	.	.	.	243	
	zona rural	23	.	.	.	.	.	.	.	.	.	9	17	.	.	.	11	61	
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
Paraíba	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	54	.	.	.	48	.	.	.	.	11	.	.	.	.	.	.	112	
	zona rural	.	.	.	.	6	.	.	.	.	.	64	.	.	.	.	.	70	
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
Pernambuco	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	122	.	.	.	8	.	10	.	12	.	169	.	29	.	.	4	355	
	zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	4	.	4	.	.	.	.	8	
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	10	.	.	.	.	10	
Alagoas	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	8	3	.	.	.	.	9	.	5	.	51	.	33	.	.	30	139	
	zona rural	.	.	.	.	.	.	.	5	.	.	.	17	.	.	.	.	23	
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
Sergipe	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	16	43	.	.	47	.	.	.	.	9	.	16	.	.	.	3	134	
	zona rural	61	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	61	
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
Bahia	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	189	11	101	.	13	.	5	.	21	.	171	5	319	.	.	25	16	875
	zona rural	23	.	.	8	21	.	.	.	.	.	136	.	26	.	.	8	.	221
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
Minas Gerais	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	397	5	110	.	179	13	163	.	54	6	394	6	287	.	54	168	9	1.847

	zona rural	37	.	4	51	.	.	12	.	.	.	30	12	69	.	.	.	.	215	
	ignorado	.	.	.	4	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	4	
Espírito Santo	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	175	.	14	.	39	.	24	.	.	24	96	.	127	.	.	.	15	514	
	zona rural	.	.	.	.	.	7	54	.	.	.	8	.	4	2	.	5	.	31	110
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
Rio de Janeiro	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	2.145	115	37	25	576	27	194	.	15	.	1.173	18	1.078	13	37	.	162	5.614	
	zona rural	.	.	10	.	6	.	11	6	.	.	.	.	9	.	.	.	.	42	
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
São Paulo	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	4.143	148	512	22	1.971	117	467	58	152	5	5.545	125	4.009	118	402	44	646	23	18.504
	zona rural	120	21	39	57	97	55	14	.	9	.	207	41	63	90	18	8	53	19	912
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	4	.	.	4
Paraná	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	4.506	277	3.084	769	2.143	389	1.052	124	281	75	11.724	623	15.529	1.406	3.228	842	3.441	717	50.212
	zona rural	473	190	1.718	2.470	939	763	98	.	131	53	3.755	1.406	14.497	1.712	785	373	887	1.131	31.380
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	3	19	9	22	.	.	9	31	.	93
Rio Grande do Sul	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	7.020	240	5.169	874	6.773	1.191	1.263	222	382	36	4.322	198	2.462	57	126	13	2.294	314	32.955
	zona rural	426	147	3.605	3.498	957	660	251	174	53	44	721	173	597	50	133	94	974	800	13.357
	ignorado	.	.	.	.	.	.	10	.	.	.	.	.	20	.	.	.	.	.	30
Mato Grosso do Sul	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	308	.	241	29	89	5	61	.	15	.	291	.	309	11	23	.	123	7	1.511
	zona rural	.	.	114	21	.	.	19	3	.	.	23	15	72	.	29	.	.	.	296
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	8	.	.	.	.	.	8
Mato Grosso	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	166	.	691	176	61	28	188	8	.	.	342	29	288	.	158	.	122	10	2.268
	zona rural	12	.	283	401	30	22	52	8	.	.	51	88	354	39	4	13	32	47	1.436

	ignorado	.	.	.	.	.	.	13	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	13	
Goias	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	196	.	150	.	26	.	14	.	.	.	121	32	27	18	.	.	.	.	584	
	zona rural	8	.	8	5	55	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	6	80	
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
Distrito Federal	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	767	.	12	.	94	.	26	.	5	.	258	.	72	17	53	10	.	.	1.315	
	zona rural	.	44	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	44	
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
Brasil Não Especificado	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	7	.	.	.	5	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	11	
	zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	ignorado	6	.	.	6	7	.	.	.	.	.	4	.	18	.	.	5	.	.	46	
Neste Município	Não Migrantes	155.647	7.969	112.141	115.165	138.116	37.732	48.543	7.345	10.069	5.516	218.592	41.867	190.987	13.270	36.821	8.537	87.150	36.517	1.271.984	
	zona urbana	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
País Estrang ou Mal Def	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	688	6	21	13	70	14	7	.	5	17	274	.	213	18	.	99	50	.	1.496	
	zona rural	46	15	70	76	30	.	.	.	.	.	.	38	6	.	.	.	.	.	.	281
	ignorado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Ignorado	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	zona urbana	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	ignorado	15	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	15
<b>Total</b>		479.549	51.072	304.723	353.060	483.637	221.139	202.420	71.800	46.661	51.771	707.397	222.992	562.343	68.042	129.570	91.522	292.524	201.810	4.542.032	

Fonte: Censo Demográfico de 1991, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.



	outro munic, zona urbana	5.358	75	197	18	25.122	4.933	615	108	398	107	1.735	.	2.322	29	9	47	460	11	41.54	
	outro munic, zona rural	709	88	.	.	8.613	6.083	17	30	246	137	215	23	726	94	22	.	31	4	17.02	
	outro país	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	não era nascido	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Planalto Serrano	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona urbana	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	outro munic, zona urbana	3.995	150	190	26	822	96	3.345	912	95	147	3.942	215	897	47	355	.	952	122	16.30	
	outro munic, zona rural	1.092	190	.	.	358	81	1.591	1.021	25	100	456	295	211	13	45	.	607	232	6.31	
	outro país	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	não era nascido	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Florianópolis	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona urbana	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	outro munic, zona urbana	1.517	29	5	.	207	7	42	28	653	153	1.157	97	241	11	.	.	88	.	4.22	
	outro munic, zona rural	1.390	266	.	.	216	152	163	64	315	670	1.444	260	135	.	.	.	5	10	5.09	
	outro país	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	não era nascido	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Vale do Itajaí	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona urbana	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	outro munic, zona urbana	4.493	94	1.282	158	1.362	116	1.603	150	665	377	38.750	4.416	7.832	418	215	33	1.091	336	63.39	
	outro munic, zona rural	484	103	26	23	203	16	82	74	181	221	11.061	4.636	1.703	402	108	99	193	101	19.71	
	outro país	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	não era nascido	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Nordeste	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona urbana	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	outro munic, zona urbana	2.683	41	262	58	1.658	628	603	60	86	80	6.544	697	16.327	1.697	811	162	480	196	33.07	

	outro munic, zona rural	63	58	4	30	32	68	.	5	.	56	682	265	2.518	630	88	53	60	21	4.62	
	outro país	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	não era nascido	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Planalto Norte	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona urbana	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	outro munic, zona urbana	395	28	311	3	75	4	103	4	.	.	1.082	69	3.989	149	2.186	485	602	177	9.62	
	outro munic, zona rural	53	.	43	43	24	37	10	12	.	.	590	157	1.579	372	1.105	918	161	222	5.32	
	outro país	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	não era nascido	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Meio Oeste	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona urbana	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	outro munic, zona urbana	3.815	40	1.987	411	463	32	1.107	116	94	10	5.419	305	1.746	10	497	49	13.369	2.768	32.22	
	outro munic, zona rural	714	34	1.409	628	45	29	226	183	.	139	802	95	495	29	128	107	8.245	5.105	18.42	
	outro país	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	não era nascido	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
SC não especificado	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona urbana	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	outro munic, zona urbana	1.252	97	866	146	632	69	404	38	81	56	2.030	214	1.320	64	197	16	821	234	8.52	
	outro munic, zona rural	207	75	546	206	209	109	147	28	8	36	482	103	477	196	52	56	396	163	3.42	
	outro país	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	não era nascido	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Rondônia	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona urbana	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	outro munic, zona urbana	278	.	105	25	273	.	49	.	.	.	220	.	277	.	49	23	40	4	1.34	
	outro munic, zona rural	35	.	20	12	9	.	.	.	.	.	17	13	64	.	.	.	.	.	.	10













	outro munic, zona urbana	13.229	280	5.987	851	9.599	1.195	1.200	96	794	24	8.577	211	3.862	73	278	9	2.258	383	48.90	
	outro munic, zona rural	811	50	2.552	1.278	866	660	142	152	69	8	611	169	408	27	84		952	841	9.68	
	outro país	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	não era nascido	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Mato Grosso do Sul	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona urbana	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	outro munic, zona urbana	765	.	345	79	131	.	37	.	30	.	716	31	494	8	37	.	98	10	2.77	
	outro munic, zona rural	16	.	41	108	97	7	.	7	.	.	38	44	107	6	.	.	52	.	52	
	outro país	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	não era nascido	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Mato Grosso	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona urbana	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	outro munic, zona urbana	250	13	735	81	214	7	37	.	5	3	989	78	692	6	68	19	288	18	3.50	
	outro munic, zona rural	23	.	117	124	72	35	8	.	.	.	97	19	161	.	8	.	36	29	72	
	outro país	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	não era nascido	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Goiás	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona urbana	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	outro munic, zona urbana	390	9	136	6	207	.	.	.	.	.	391	14	172	.	.	.	786	40	2.15	
	outro munic, zona rural	.	.	38	5	.	.	.	.	.	.	18	.	42	.	22	.	.	.	.	12
	outro país	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	não era nascido	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Distrito Federal	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona urbana	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	neste munic, zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	outro munic, zona urbana	774	23	103	.	68	.	27	.	24	.	369	.	72	22	.	.	56	.	1.52	

	outro munic, zona rural	.	.	.	.	11	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	outro país	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	não era nascido	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
Brasil não especificado	Não Migrantes	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	neste munic, zona urbana	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	neste munic, zona rural	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
	outro munic, zona urbana	393	.	.	20	37	9	57	.	5	.	144	4	241	.	38	4	42	10	1.00	
	outro munic, zona rural	31	19	37	28	11	4	12	23	.	5	108	31	51	15	.	.	42	43	40	
	outro país	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	não era nascido	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	<b>Total</b>	673.185	36.222	400.581	274.369	597.508	211.999	228.830	61.523	62.895	44.117	978.498	198.835	744.851	67.933	143.946	76.430	387.469	168.672	5.357.80	

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.